

SÉRIE ESTUDOS E PESQUISAS

ISBN 85-85976-43-8

**DINÂMICA
SOCIODEMOGRÁFICA
DA BAHIA: 1980-2000
v. II**

 **SEI**

Informação
a Serviço da
Sociedade

www.sei.ba.gov.br

SÉRIE ESTUDOS E PESQUISAS

ISBN 85-85976-43-8

DINÂMICA SOCIODEMOGRÁFICA DA BAHIA: 1980-2002

v. II



**SUPERINTENDÊNCIA
DE ESTUDOS ECONÔMICOS
E SOCIAIS DA BAHIA**

Salvador
2003



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
Paulo Ganem Souto

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO
Armando Avena

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA
Cesar Vaz de Carvalho Junior

GERÊNCIA DE ESTUDOS SOCIAIS
Ângela Franco

COORDENAÇÃO EDITORIAL
Angela Belas/Diva Maria Ferlin Lopes

EQUIPE DE ELABORAÇÃO
Angela Belas – bolsista FAPES
Cândida Ribeiro – bolsista FAPES
Daniel Sobreira de Magalhães – bolsista FAPES
Diva Maria Ferlin Lopes – bolsista FAPES
Ivana Tavares Muricy – bolsista FAPES
Luís André Aguiar Alves
Patricia Chame Dias
Simone Araujo de Pinho – bolsista FAPES

NORMALIZAÇÃO
Gerência de Documentação e Biblioteca – GEBI

COORDENAÇÃO GRÁFICA
Dadá Marques

EDIÇÃO DE TEXTO
Valdomiro Santana

SISTEMATIZAÇÃO DOS DADOS E ELABORAÇÃO DOS CARTOGRAMAS
Margarida Motta, Jorge Campelo e Moisés B. C. dos Santos

SISTEMATIZAÇÃO DOS DADOS ESTATÍSTICOS
Jair Sampaio Soares Júnior – bolsista FAPES

Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia.
Dinâmica sociodemográfica da Bahia: 1980-2002.
Salvador: SEI, 2003
2v (Série estudos e pesquisas, 60).

ISBN 85-85976-43-8

1. Demografia-Bahia. I. Título. II. Série.

CDU 314 (813.8)

SUMÁRIO

VOLUME I

APRESENTAÇÃO	5
INTRODUÇÃO	7
ASPECTOS METODOLÓGICOS	11
NOVOS PADRÕES DE REPRODUÇÃO SOCIODEMOGRÁFICA NA BAHIA	15
<i>Ivana Muricy</i>	
CARACTERÍSTICAS DO PROCESSO DE ENVELHECIMENTO DEMOGRÁFICO EM CURSO NA BAHIA	45
<i>Angela de Oliveira Belas</i>	
BREVE HISTÓRICO DE OCUPAÇÃO DA BAHIA EM TRÊS GRANDES ÁREAS	69
<i>Cândida Ribeiro Santos</i> <i>Simone Araujo de Pinho</i>	
DESEMPENHO DA ECONOMIA BAIANA NOS ÚLTIMOS 50 ANOS: UMA ANÁLISE COM BASE NAS GRANDES ÁREAS	81
<i>Luís André de Aguiar Alves</i>	
A BAHIA, NO NORDESTE E NO BRASIL: ASPECTOS SOCIODEMOGRÁFICOS 1980-2000	97
<i>Diva Maria Ferlin Lopes</i>	
GRANDES ÁREAS DA BAHIA – CARACTERÍSTICAS DEMOGRÁFICAS GERAIS: 1980-2000	109
<i>Diva Maria Ferlin Lopes</i> <i>Patrícia Chame Dias</i>	
TENDÊNCIAS DO CRESCIMENTO DEMOGRÁFICO NAS REGIÕES ECONÔMICAS DA BAHIA ENTRE 1980-2000	119
<i>Patrícia Chame Dias</i>	

VOLUME II

APRESENTAÇÃO	149
REGIÃO METROPOLITANA DE SALVADOR	151
REGIÃO LITORAL NORTE	169
REGIÃO RECÔNCAVO SUL	189
REGIÃO LITORAL SUL	209

REGIÃO EXTREMO SUL	229
REGIÃO NORDESTE	255
REGIÃO PARAGUAÇU	279
REGIÃO SUDOESTE	295
REGIÃO BAIXO MÉDIO SÃO FRANCISCO	317
REGIÃO PIEMONTE DA DIAMANTINA	331
REGIÃO IRECÊ	349
REGIÃO CHAPADA DIAMANTINA	367
REGIÃO SERRA GERAL	387
REGIÃO MÉDIO SÃO FRANCISCO	405
REGIÃO OESTE	421
REFERÊNCIAS	441

APRESENTAÇÃO

Às transformações na dinâmica populacional brasileira nas últimas décadas, a Bahia tem respondido seguindo as principais tendências do Nordeste, mas com especificidades em relação aos demais Estados nordestinos e com enorme heterogeneidade de processos demográficos em suas regiões e municípios. Atenta a tais mudanças e visando a suprir a escassez de análises demográficas em âmbito regional, a SEI – Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia apresenta esse conjunto de estudos para a Bahia e suas regiões econômicas, referentes às décadas de 1980 e 90, com base nos Censos Demográficos do IBGE.

Este trabalho tem caráter único no âmbito do Estado, dada a ampla gama de informações históricas, econômicas, sociais e demográficas que contemplam as diversas escalas geográficas: estadual, regional e municipal. Com isso, a SEI não apenas cumpre seu compromisso social de produzir e divulgar informações sobre o Estado, como contribui, significativamente, para as atividades de planejamento – governamental ou não – e para os programas de desenvolvimento local e sustentável, em diferentes níveis, que vêm ganhando cada vez maior relevância.

A publicação se compõe de duas partes. A primeira é formada por artigos de vários autores que tratam especificamente de analisar diversos aspectos da dinâmica socioeconômica e demográfica da Bahia, considerada em sua totalidade e desagregada em grandes áreas. O objetivo é proporcionar uma visão de conjunto para que os interessados nas informações regionais e/ou municipais – constantes da segunda parte – possam encontrar, nos textos da primeira, os elementos que permitem uma contextualização espaço-temporal mais ampla. Na segunda parte são divulgadas análises sociodemográficas sobre cada uma das Regiões Econômicas e respectivos municípios.

REGIÃO METROPOLITANA DE SALVADOR

LOCALIZAÇÃO, LIMITES E MUNICÍPIOS INTEGRANTES

A Região Metropolitana de Salvador (RMS) localiza-se no entorno da Baía de Todos os Santos, como se estivesse a proteger o grande Recôncavo Baiano, no qual se iniciou o povoamento do território brasileiro. Faz fronteira ao norte com a Região do Litoral Norte, particularmente com os municípios de São Sebastião do Passé e Mata de São João, ao Sul e Leste com o Oceano Atlântico, e a Oeste com os municípios de Jaguaripe, Salinas das Margaridas, Saubara e Santo Amaro, que integram a Região do Recôncavo Sul.

Esta parte do território baiano possui características muito particulares por abrigar Salvador, fundada há mais de 450 anos para desempenhar a função de primeira capital do Brasil e, hoje, uma das maiores e mais importantes capitais estaduais do País. Ao se analisar a RMS, não se pode perder de vista, como destaca a SEI/UFBA (1999, p.5), “que ela constitui uma espécie de transbordamento da cidade de Salvador e se movimenta, em grande medida, a partir do que tecem as forças políticas e econômicas concentradas nesta cidade-metrópole”.

Atualmente, a região é composta de 10 municípios (Cartograma 1): Camaçari, Candeias, Dias D’Ávila, Itaparica, Lauro de Freitas, Madre de Deus, Salvador, São Francisco do Conde, Simões Filho e Vera Cruz. Todos esses municípios foram sendo desmembrados, ao longo da história, da área originalmente pertencente a Salvador. O primeiro a ser desmembrado foi São Francisco do Conde, criado pela Carta Régia de 1693. Camaçari foi desmembrado através do Alvará Régio de 1758 e Itaparica, por Decreto Imperial de 1831. Os desmembramentos dos municípios de Candeias (1958), Simões Filho (1961) e Madre de Deus (1989), a partir de Salvador, assim como o de Vera Cruz (1962), a partir do município de Itaparica e o de Dias D’Ávila (1985), a partir do município de Camaçari, estão mais relacionados com o desenvolvimento industrial e urbano na região, na segunda metade do século XX (cf. SEI/UFBA: 1999).

Assim, em 1980, a região não tinha a mesma divisão político-administrativa dos dias atuais, sendo composta de apenas oito municípios. Dias D'Ávila e Madre de Deus foram criados em meados e fins dessa década, posteriormente, portanto, à realização do Censo Demográfico de 1980. O presente estudo considerou essas alterações na divisão político-administrativa, as quais afetaram a base espacial de referência para os levantamentos censitários posteriores a 1980, e procedeu a ajustamentos de dados do Censo Demográfico de 1980, para se adequarem à nova divisão espacial e político-administrativa, tornando-os comparáveis aos do Censo de 1991 e de 2000. Ressalte-se que a Fundação IBGE designa esta área da Bahia como Microrregião de Salvador para fins de levantamento censitário.

BREVE HISTÓRICO DO PROCESSO DE OCUPAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO RECENTE

A Região Metropolitana de Salvador tem como núcleo central a capital do Estado da Bahia e como núcleos periféricos os municípios circunvizinhos que mantêm com ela uma relação estreita de dependência, conformando uma divisão específica de funções urbanas. No entanto, apesar de Salvador ter sido, desde a sua formação, uma metrópole, a área que é hoje sua região metropolitana nem sempre teve essa importância – na verdade, o *hinterland* de Salvador, desde a sua fundação até meados do século XIX, foi a região conhecida como Recôncavo (que engloba municípios hoje pertencentes a diferentes Regiões Econômicas, tais como Recôncavo Sul, Litoral Norte e a própria RMS). Dessa forma, privilegia-se neste estudo a abordagem histórica centrada na cidade de Salvador, expandindo a análise para os municípios sob sua influência, quando necessário, a fim de se perceber mais claramente o processo de formação da atual Região Metropolitana, que só veio a se cumprir em meados do século XX.

Em suas primeiras expedições exploratórias, os portugueses buscavam identificar portos e estuários onde pudessem estabelecer feitorias, a fim de proceder ao intercâmbio comercial com os nativos e ao reconhecimento da nova terra descoberta. Chegaram em 1º de novembro de 1501 a uma baía que batizaram de Todos os Santos, conforme o calendário religioso, como era costumeiro. Os conselheiros militares portugueses levariam algum tempo para perceber a importância estratégica dessa baía: situada a meio da costa que, de acordo com o Tratado de Tordesilhas, cabia aos portugueses, a baía era um excelente fundeadouro para navios de grande porte, bem abrigado dos ventos, abundante em água e com clima ameno, excelente para o cultivo de mantimentos. Embora a Coroa desse então pouca prioridade à ocupação dessas terras, envolvida como estava em garantir sua supremacia na Ásia e na África, houve algumas tentativas de povoamento logo no início, a mais conhecida sendo a de Diogo Álvares Correia, o Caramuru, que conseguiu estabelecer uma aliança matrimonial com os tupinambá e fundar uma vila nas proximidades do atual bairro da Graça. Em 1534, Portugal decidiu-se a impulsionar o povoamento, implantando o sistema das Capitânicas Hereditárias. Francisco Pereira Coutinho, donatário da Capitania da Bahia de

Todos os Santos, escolhe a Ponta do Padrão (atual Porto da Barra), para fundar casas fortes e engenhos de cana-de-açúcar, planta trazida em 1521 de Cabo Verde, onde estava sendo cultivada pelos portugueses com grande sucesso comercial. A aventura, entretanto, durou pouco: em 1540 um grupo tupinambá atacou a povoação e a incendiou completamente.

O quadro da resistência indígena era geral: em todas as capitânicas já estabelecidas, à exceção de São Vicente e Pernambuco, os povos nativos foram um entrave incontornável ao estabelecimento definitivo dos portugueses. Por outro lado, o quadro internacional se alterara, e a Coroa, preocupada com a concorrência comercial que os navios holandeses e franceses faziam nas costas do que viria a ser o Brasil, decidiu dar mais atenção a suas possessões americanas. Em 1549, uma esquadra portuguesa vem à Baía de Todos os Santos, com a atribuição de fundar uma cidade fortaleza, sede do governo geral da colônia, a fim de coordenar os esforços dos donatários e seus colonos. O regimento confiado ao primeiro governador geral, Tomé de Sousa, trazia instruções detalhadas sobre a estratégia de povoamento a ser adotada, centrada no controle de baías, estuários e demais fundeadouros, através da doação de sesmarias a quem pudesse construir casas fortes, que deveriam também ser unidades produtivas – engenhos de açúcar ou fazendas de gado. Os jesuítas encarregavam-se da “civilização” dos índios, ficando o governo geral responsável por doar as terras necessárias para o estabelecimento de reduções e colégios.

Até o final do século XVI, a função militar predominou no movimento colonizador. O povoamento na região voltou-se então para o recortado litoral da baía e do que hoje chamamos Baixo Sul (da foz do rio Jaguaripe até o arquipélago de Tinharé, incluindo a baía de Camamu). As primeiras vilas e cidades foram construídas sobre morros ou platôs, na foz de rios ou barras de baías, vigiando o acesso ao fundeadouro. A arquitetura é defensiva: um arraial quadrado, delimitado por casas chãs coladas umas às outras, de forma a opor uma muralha a eventuais invasores e a preservar no centro um campo de manobra para milícias organizadas por ocasião de ataques, fossem de índios ou de europeus. A própria Salvador, ou Cidade da Bahia, como ficou conhecida, a vila de São Francisco¹, Santiago do Iguape², Jaguaripe e Cairu são exemplos desse povoamento inicial.

No entanto, o próprio sucesso na expulsão dos comerciantes europeus do litoral e a “pacificação” dos índios tornou obsoleta essa configuração. Surgiram, então, novas vilas, agora nos limites navegáveis dos rios que desembocavam na baía ou em suas proximidades, vetores de ocupação do interior. Santo Amaro, Cachoeira e São Félix, Nazaré tornaram-se os principais centros urbanos do Recôncavo, estabelecendo com Salvador uma rede de comunicação e transporte baseada no saveiro e complementada por tropas de burros, que exigiam por sua vez a estruturação de pousos, à distância média

¹ Hoje sede municipal de São Francisco do Conde.

² Hoje um distrito do município de Cachoeira.

de um dia de jornada. Essas novas cidades já não têm aquela característica defensiva: situam-se nos vales, suas ruas serpenteiam acompanhando o leito dos rios e seus casarios imponentes simbolizam a riqueza obtida pelos senhores de engenho no comércio internacional.

Na virada do século XVI para o XVII, dois fatores externos vêm modificar a dinâmica regional: a unificação ibérica, que une as possessões portuguesas e espanholas sob uma mesma coroa em 1580, e as invasões holandesas, que ameaçam as feitorias e colônias ibéricas no Atlântico e no Índico. Os holandeses tomam Salvador uma vez, são expulsos; mais tarde tomam Pernambuco, de onde partem novamente para tentar conquistar a Bahia. São repelidos na cidade, mas vencem na Ponta das Baleias, em Itaparica, de onde organizam razias para destruir os engenhos de açúcar do Recôncavo e tentam bloquear o porto de Salvador, no que falham, uma vez que o embarque de mercadorias e o desembarque de escravos são desviados para a enseada de Tatuapara, atual Praia do Forte. Ao fim de sete meses, retiram-se, ante a iminência da chegada de uma armada ibérica. Tomam também o Castelo de São Jorge da Mina, na Costa da Mina, e São Paulo de Luanda, em Angola, na tentativa de desestruturar o sistema agrário-escravista português no Atlântico. No entanto, vêem-se na dependência do fumo da Bahia para concretizar suas próprias compras de escravos na África – são obrigados, portanto, a permitir o comércio baiano de escravos nas imediações do Castelo da Mina em troca de um imposto pago em fumo.

Se as invasões holandesas foram um estorvo para o avanço do povoamento português a partir de Salvador, por outro lado elas reforçaram a característica de centro político e militar da cidade, em torno da qual organizou-se a resistência ao invasor. Além disso, as negociações acerca do comércio escravista na Costa da Mina resultaram em uma maior autonomia e enriquecimento dos comerciantes radicados em Salvador, já que os navios foram liberados pela Coroa portuguesa para ir e vir diretamente, sem passar por Portugal – o que reforçou o perfil comercial e portuário da cidade. Essas duas características eram a marca da centralidade de Salvador em relação às povoações circunvizinhas, que passaram ademais, com o refluxo da cana-de-açúcar ao longo do século XVII, a se especializar e a consolidar uma relação de dependência em relação à capital da colônia: a cana continuava a ser a principal atividade ao redor de Santo Amaro, que congregava a produção de açúcar e a despachava para Salvador, de onde era reexportada; Cachoeira tornou-se o centro de uma região fumageira, peça fundamental na reprodução do sistema escravista através do comércio com a Costa da Mina; Nazaré centralizou a produção hortifrutigranjeira, a de farinha mandioca e a de utensílios de cerâmica, que abasteciam os outros centros do Recôncavo, e mesmo Salvador, que contava, entretanto, com suas próprias áreas produtoras de mantimentos, em especial os atuais bairros de Brotas e Federação. No Litoral Norte e no Recôncavo Norte não floresceram centros urbanos: o primeiro fornecia para a cidade o gado, o couro e o óleo de baleia; o segundo fornecia madeira para a construção civil e naval. Por terra, nas estradas que surgiam no passo das boiadas, Salvador ligava-se ao sertão do São Francisco

através da Feira Velha, atual Dias D'Ávila, e com a Chapada Diamantina, onde o povoamento prosperou após a descoberta de ouro em Jacobina, já no século XVIII, através de São Félix.

A descoberta de ouro em Minas Gerais e em Goiás, no século XVIII, transformou a relação interna de poder na colônia – fato cujo principal sintoma é a transferência da capital do governo geral para o Rio de Janeiro, porto de escravos mais próximo da região aurífera. Frente ao volume de ouro saído das Minas, a Coroa portuguesa chegou a embargar temporariamente a garimpagem em Jacobina, com medo do contrabando e da desarticulação da produção de açúcar no litoral, em função da forte atração populacional exercida pela atividade mineradora. A lavoura do café, iniciada no Vale do Paraíba e que ganharia mais tarde o que hoje é o Estado de São Paulo e parte do Paraná, manteve no século XIX essa mesma configuração, na qual Salvador assumia uma posição subalterna.

O século XIX é marcado pela estagnação econômica da Cidade da Bahia e dos velhos centros do Recôncavo, entrecortada por surtos industriais – expressos na implantação da indústria de charutos no Recôncavo fumageiro, na nova maquinaria que transformaria engenhos em usinas, e na implantação da rede ferroviária, que reforçou a especialização dos portos flúvio-marítimos, visto que as linhas não eram interligadas, mas serviam a uma zona limitada. Na zona açucareira, que inclui boa parte do território do que viria a ser a RMS, a mecanização propiciou o aumento da concentração fundiária, o que incentivou a migração rural em direção às cidades. Ao mesmo tempo, verifica-se uma perturbação social e política: a segunda Revolução Industrial na Europa promove mudanças de tarifas comerciais e de atitudes em relação à escravidão – a Cidade da Bahia e seu entorno abrem seus portos coloniais à Inglaterra; uma série de revoltas escravas; revoltas liberais; a própria luta pela Independência; epidemias propiciadas pelas precárias condições de higiene facilitadas pela estrutura sanitária das cidades; e, por fim, o lento processo de abolição da escravatura. Salvador já era então uma cidade socialmente complexa, que crescia segundo ritmos próprios e diferenciava seus espaços internos ao tempo em que os aglutinava em uma só mancha urbana.

Mudanças assim ganhariam maior expressão no século XX, principalmente a partir dos anos 1940, com a construção das estradas de rodagem ligando Salvador ao eixo Sul-Sudeste, já configurado como região industrial. A preponderância do caminhão sobre o trem desarticulou o complexo ferroviário e, por tabela, o transporte flúvio-marítimo na Baía de Todos os Santos: os portos de Cachoeira, Santo Amaro e Nazaré perderam importância para novas cidades às margens das rodovias, cujo traçado poderia reforçar a centralidade de algumas antigas estações de trem – caso de Cruz das Almas, que se tornou, ao lado de Santo Antônio de Jesus, um relevante centro urbano no Recôncavo. Mas a principal mudança na rede urbana está ligada ao papel de Feira de Santana, que desde meados do século XIX experimentava um marcante crescimento, a ponto de já ser, no alvorecer do século XX, a mais

importante feira de gado do País. Ponto fulcral da moderna malha rodoviária baiana, Feira de Santana rapidamente especializou-se em uma série de atividades ligadas ao transporte e ao abastecimento, provocando forte deslocamento da hierarquia urbana a seu favor, contra as cidades históricas do Recôncavo que se desligaram cada vez mais acentuadamente da capital do Estado, à exceção de Nazaré, que continuava a ser o eixo de ligação de Salvador com o Baixo Sul.

Em Salvador, uma industrialização incipiente começava a tomar corpo, na península itapagipana e na zona de expansão urbana ao longo dos trilhos da Leste Brasileiro. Acelera-se esse processo, na década seguinte, com a construção, no município de Candeias, da primeira refinaria de petróleo do País, a Landolfo Alves. A zona de exploração petrolífera coincidia com a tradicional zona canavieira, com parte do Recôncavo Norte, área de pecuária e lenha, e com as águas e ilhas do leste da baía. Nessa região, o impacto sobre a organização urbana e social foi tremendo. A falta de uma política clara sobre os direitos dos donos de terras onde se explorava o petróleo deu lugar a um êxodo em direção às cidades. A importação de mão-de-obra qualificada, a injeção de recursos e a demanda de serviços e produtos representada por esse contingente aumentaram a concentração urbana e transformaram pequenos povoados em municípios (como Madre de Deus e Milagres).

De modo mais amplo, pode-se dizer que a exploração petrolífera contribuiu para a nova organização da rede urbana e de transportes do Recôncavo na medida em que estimulou a consolidação do transporte rodoviário, e privilegiou uma industrialização cujo foco foi deslocado para o Recôncavo Norte, muitas vezes nas margens das rodovias – com a instalação do Centro Industrial de Aratu (CIA) na década de 1960 e do Complexo Petroquímico de Camaçari, nos anos 1970. Essa reorganização espacial é responsável pelo advento da Região Metropolitana de Salvador enquanto unidade econômica e administrativa. Tal processo favorece o crescimento de Candeias, São Francisco do Conde e Camaçari; a consolidação de novos bairros em Salvador, como os do Subúrbio Ferroviário e a Pituba, por exemplo, além do movimento em direção à conurbação com os núcleos adjacentes, como Simões Filho e Lauro de Freitas; e, ainda, a confirmação de Feira de Santana como nova metrópole regional do Recôncavo. O sistema de transporte *Ferry-Boat* e a Ponte do Funil, ligando a ilha de Itaparica a Salvador e ao continente, do lado oposto, e a BR-101, contornando o Recôncavo pelos seus limites interiores e se estendendo por toda a costa leste brasileira, completam o quadro da nova articulação inter e intra-regional.

Neste mesmo período, verifica-se em Salvador uma série de alterações na rede viária, em especial a criação das avenidas de vale, que possibilitou a abertura de novos bairros, residenciais e comerciais, e implicou no deslocamento do centro urbano para o eixo Iguatemi-Pituba. No âmbito desse mesmo movimento, a orla atlântica foi priorizada enquanto frente de expansão urbana. Por outro lado, a forte atração demográfica exercida pela cidade sobre todo o território estadual, e especialmente sobre o antigo Recôncavo,

gerou uma configuração urbana baseada na convivência mais ou menos conflituosa entre bairros bem estruturados, em geral na faixa litorânea, e ocupações informais onde vive a maior parte da população, concentradas na orla oeste da cidade e no chamado “miolo”, região delimitada pela Avenida Paralela e a BR-324, respectivamente a leste e a oeste, e o terminal rodoviário, ao sul.

O mais recente planejamento governamental para a RMS insiste na industrialização, mas vem priorizando de modo marcante a atividade turística. Assim, ensaia-se uma reaproximação da RMS com o Recôncavo, tendo como elemento articulador a Baía de Todos os Santos, marco de referência de um turismo que pretende se basear tanto no atrativo natural quanto no cultural e histórico. Da mesma maneira, a RMS estende-se em direção ao Litoral Norte, movimento que ganhou impulso principalmente a partir da construção da Linha Verde, em 1992.

DINÂMICA DEMOGRÁFICA REGIONAL

A região no Estado

Segundo o Censo Demográfico de 2000, realizado pela Fundação IBGE, a Região Metropolitana de Salvador possui 3.021.572 habitantes, que representam 23,12% do total da população da Bahia, e ocupa uma área de 2.339 km², que significa 0,41% da área total do Estado. Assim, a RMS é a menor região baiana, porém a que se destaca por ser a mais populosa e densamente povoada.

Entre 1980-2000, a população da RMS teve um aumento absoluto de 1.254.990 pessoas, passando de 1.766.582 para 3.021.572 habitantes. Esse aumento significativo fez elevar a densidade demográfica média da região para 1.291,82 hab./km². Como se verá mais adiante, a população se distribuiu de maneira bastante desigual pelos 10 municípios da RMS.

A participação da RMS no conjunto da população do Estado da Bahia vem se ampliando ao longo do período analisado. Em 1980, a região detinha 18,69% da população; em 1991, esse percentual se elevou para 21,04%, e, em 2000, atingiu 23,12%. Essa ampliação se deve ao maior ritmo de crescimento da RMS em relação às demais Regiões Econômicas e ao conjunto do Estado. Entre 1980-1991, a RMS apresentou a maior taxa de crescimento demográfico entre as Regiões Econômicas do Estado; entre 1991-2000, o ritmo de crescimento da RMS só foi superado pelo do Extremo Sul.

Assim, a RMS diminuiu seu ritmo de crescimento demográfico na última década, passando de uma taxa de 3,19% para 2,14% ao ano. Essa tendência foi comum ao conjunto das regiões metropolitanas do País. Apesar da redução ocorrida, a taxa de crescimento demográfico da RMS indica a presença de ganhos migratórios ou imigração líquida. Os maiores ritmos de crescimento foram apresentados pelos municípios periféricos, situados próximo

ao núcleo central da Região. Tendência esta também comum às demais RMs do País.

Como era de se esperar, a RMS é a região mais urbanizada do Estado. O grau de urbanização (proporção da população urbana sobre o conjunto da população total) vem se ampliando entre 1980-2000, tendo passado de um patamar de 96,02% para 98,42%. Este nível de urbanização é bastante superior ao apresentado pelas demais regiões do Estado: o Extremo Sul, segunda região mais urbanizada, possui 73,27% de sua população vivendo em áreas urbanas, enquanto na Chapada Diamantina, a menos urbanizada, este percentual corresponde a 36,13%.

Distribuição da população, área e densidade demográfica

Os municípios da RMS apresentam uma grande variabilidade quanto ao tamanho de suas populações. Metade dos municípios tem, em 2000, uma população superior a 50.000 habitantes, são eles: Salvador com 2.443.107 hab.; Camaçari com 161.727 hab.; Lauro de Freitas com 113.543 hab.; Simões Filho com 94.066, e Candeias com 76.783 hab. As sedes desses cinco municípios são, também, as maiores cidades da RMS, incluídas entre as maiores concentrações urbanas do Estado, sendo que Salvador vem se expandindo, cada vez mais, para além dos limites do município a que pertence, especialmente para os municípios de Lauro de Freitas, Simões Filho e Camaçari, formando ampla malha urbana contínua.

Entre os municípios com população na faixa de 20.000 a menos de 50.000 habitantes, em 2000, encontram-se Dias D'Ávila, com 45.333 hab., Vera Cruz, com 29.750 hab. e São Francisco do Conde com 26.282 hab. Apenas dois municípios da RMS têm menos de 20.000 hab.: Itaparica com 18.945 hab. e Madre de Deus com 12.036 hab.

Em relação à área dos municípios desta região, também se observa uma enorme variabilidade. Apenas o município de Camaçari possui uma área superior a 700,0 km². Em seguida, com uma extensão bastante inferior, encontra-se Salvador, que possui um pouco mais de 300 km². Entre 300,0 km² e 100 km² de extensão territorial, acham-se Candeias, Vera Cruz, São Francisco do Conde, Dias D'Ávila e Simões Filho. Abaixo de 100 km², estão Lauro de Freitas, Itaparica e Madre de Deus. Assim, os municípios que ocupam as posições extremas quanto à área são Camaçari, o maior, com 762,7 km² – apesar de ter dado origem a Dias D'Ávila – e Madre de Deus, este, o menor de todos, com apenas 11,2 km².

A densidade demográfica da RMS (Tabela 1) é de 1.291,82 hab./km² – bastante superior à média do Estado baiano situada em 23,16 hab./km². No entanto apenas dois municípios possuem uma densidade igual ou superior à média regional, são eles: Salvador e Lauro de Freitas. Além desses dois municípios, apenas Madre de Deus possui uma densidade superior a 1.000 hab./km². Os demais se situam num patamar inferior a 500 hab./km², sendo que Simões

Filho, Itaparica, Candeias, Dias D'Ávila e Camaçari possuem densidade entre 500 e 200 hab./km². São Francisco do Conde e Vera Cruz são os mais escassamente povoados, com densidades entre 200 e 100 hab./km².

Tabela 1

População Total e Área por Ordem Decrescente da Densidade Demográfica Bahia - Região Metropolitana de Salvador, 2000				
Municípios	População	Área		Densidade (hab./km ²)
		(Km ²)	%	
Salvador	2.443.107	325	13,89	7.517,25
Lauro de Freitas	113.543	60	2,57	1.892,38
Madre de Deus	12.036	11	0,47	1.094,18
Simões Filho	94.066	192	8,21	489,93
Itaparica	18.945	47	2,01	403,09
Candeias	76.783	264	11,29	290,84
Dias D'Ávila	45.333	207	8,85	219,00
Camaçari	161.727	760	32,49	212,80
São Francisco do Conde	26.282	219	9,36	120,01
Vera Cruz	29.750	254	10,86	117,13
Total	3.021.572	2.339	100,00	1.291,82

Fonte: IBGE. Censo Demográfico e Site Cidade@.

Evolução das populações municipais: volume, ritmo de crescimento e participação relativa

Como foi comentado anteriormente, a RMS apresenta uma tendência de desaceleração do ritmo de crescimento demográfico na última década. Tal tendência é compatível com a diminuição do ritmo de crescimento demográfico verificado no conjunto do Estado em função da força preponderante da redução da fecundidade, mas também expressa as transformações nos movimentos migratórios. A taxa de crescimento médio anual da região sugere que os movimentos de imigração foram compensados pelos de emigração, ou seja, a expansão demográfica se limitou à reposição de população decorrente do jogo conjugado entre a fecundidade e a mortalidade³. Esta hipótese só poderá ser confirmada com estudos específicos sobre os componentes demográficos, no entanto, pode-se afirmar que houve uma redução da imigração líquida. Portanto, ainda que não tenha sido nulo, o saldo migratório não proporcionou a expansão demográfica verificada em décadas anteriores.

Entre os municípios da região, a grande maioria registrou uma diminuição no ritmo de crescimento demográfico entre 1980-2000. As exceções ficaram por conta de São Francisco do Conde e Madre de Deus, que apresentaram taxa de crescimento médio anual entre 1991-2000 superior à de 1980-1991. Apesar da redução ocorrida no ritmo de crescimento demográfico, a maioria das taxas de crescimento médio anual registradas pelos municípios sugere a presença de saldos migratórios positivos ou imigração líquida.

³ Ver MURICY (2003) nesta mesma publicação.

Tabela 2

População Residente Total e Taxa Média Geométrica de Crescimento Anual, Por Ordem Decrescente Bahia - Região Metropolitana de Salvador, 2000					
Crescimento/ Municípios	População			Taxa Média Geométrica de Crescimento Anual (%)	
	1980 (1)	1991	2000	1980/1991	1991/2000
Sugestivo de Imigração Líquida					
Lauro de Freitas	35.309	69.270	113.543	6,32	5,64
Dias D'Ávila (2)	19.395	31.260	45.333	4,43	4,22
Camaçari (3)	69.783	113.639	161.727	4,53	4,00
Vera Cruz	13.743	22.136	29.750	4,43	3,34
Madre de Deus (2)	8.296	9.183	12.036	0,93	3,05
São Francisco do Conde	17.835	20.238	26.282	1,16	2,95
Simões Filho	43.578	72.526	94.066	4,74	2,93
Itaparica	10.877	15.055	18.945	3,00	2,59
Sem Perdas nem Ganhos Migratórios Líquidos Significativos					
Salvador (3)	1.493.685	2.075.273	2.443.107	3,03	1,83
Candeias	54.081	67.941	76.783	2,10	1,37
Total	1.766.582	2.496.521	3.021.572	3,19	2,14

Fonte: IBGE. Censos Demográficos de 1980, 1991 e 2000.

(1) A população dos municípios criados após 1980 e dos que perderam área para estes novos municípios foi ajustada para os limites municipais de 1991, usando-se a tabela de comparatividade dos setores censitários, do próprio IBGE.

(2) Município criado após o Censo Demográfico de 1980.

(3) Município que deu origem a outro após o Censo Demográfico de 1980.

Os maiores ritmos de crescimento demográfico foram registrados nos municípios periféricos, em particular naqueles contíguos à sede da região: Lauro de Freitas, Dias D'Ávila e Camaçari. Parte deste crescimento demográfico encontra-se relacionado ao transbordamento da cidade de Salvador para além de suas fronteiras. Além desses municípios, Vera Cruz, Madre de Deus, São Francisco do Conde, Simões Filho e Itaparica também registraram taxas de crescimento médio anual compatíveis com imigração líquida.

Apenas Salvador e Candeias exibiram entre 1991-2000 taxas de crescimento médio anual dentro do limite estimado do crescimento vegetativo, apontando para uma situação de equilíbrio entre os movimentos migratórios, na qual a chegada de novas pessoas ao município deve ter sido compensada pela saída de antigos moradores.

Comparando-se os dois subperíodos analisados, percebe-se que a maioria dos municípios apresentou a mesma tendência quanto aos movimentos migratórios. Apenas Madre de Deus, São Francisco do Conde, Salvador e Candeias apresentaram reversão de tendências. Os dois primeiros municípios passaram de uma situação de equilíbrio entre os movimentos migratórios, ou seja, sem ganhos nem perdas migratórios significativos, para uma situação de ganhos demográficos por imigração; já os dois últimos, que tinham uma taxa sugestiva de ganhos migratórios entre 1980-1991, passaram a apresentar uma taxa compatível com o crescimento vegetativo estimado para 1991-2000, indicando que os movimentos migratórios não foram significativos para a expansão demográfica dos municípios.

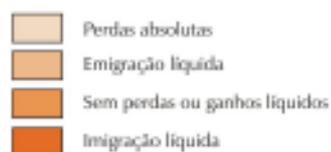
Cartograma 02

Crescimento Demográfico da População Total por Município

Região Econômica Metropolitana de Salvador - BA, 1980 - 2000



FAIXAS DE CRESCIMENTO



Fonte: Censos Demográficos, IBGE: 1980, 1991 e 2000.

Apesar do maior ritmo de crescimento demográfico exibido pelos municípios periféricos na última década, Salvador continua a reter a grande maioria (cerca de 80%) da população regional. Como se pode perceber na Tabela 3, apenas Salvador e Candeias apresentaram uma redução sistemática na participação relativa de suas populações no conjunto regional. São Francisco do Conde, Madre de Deus e Itaparica reduziram a representatividade de sua população no conjunto da RMS, entre 1980-1991, e ampliaram no período seguinte, 1991-2000.

Tabela 3

Participação Relativa da População Total dos Municípios no Total da Região, Por Ordem Decrescente em 2000
Bahia - Região Metropolitana de Salvador, 1980-2000

Municípios	Participação na Região (%)		
	1980 (1)	1991	2000
Salvador (3)	84,55	83,13	80,86
Camaçari (3)	3,95	4,55	5,35
Lauro de Freitas	2,00	2,77	3,76
Simões Filho	2,47	2,91	3,11
Candeias	3,06	2,72	2,54
Dias D'Ávila (2)	1,10	1,25	1,50
Vera Cruz	0,78	0,89	0,98
São Francisco do Conde	1,01	0,81	0,87
Itaparica	0,62	0,60	0,63
Madre de Deus (2)	0,47	0,37	0,40
Total	100,00	100,00	100,00

Fonte: IBGE. Censos Demográficos de 1980, 1991 e 2000

(1) A população dos municípios criados após 1980 e dos que perderam área para estes novos municípios foi ajustada para os limites municipais de 1991, usando-se a tabela de comparatividade dos setores censitários, do próprio IBGE

(2) Município criado após o Censo Demográfico de 1980

(3) Município que deu origem a outro após o Censo Demográfico de 1980

Assim, percebe-se que as modificações nos ritmos de crescimento demográfico não foram suficientes para alterar significativamente a representatividade dos municípios no conjunto da população da RMS. Nenhum município, exceto Salvador, chega a abrigar um contingente demográfico correspondente a 10% da população regional. O segundo município mais populoso concentra um pouco mais de 5% da população regional e quatro municípios detêm individualmente menos de 1% desta população. Essa enorme discrepância entre o porte demográfico de Salvador, núcleo central e dinâmico da região, e os demais municípios é uma das particularidades da RMS em relação às demais regiões metropolitanas do País.

Evolução da população urbana: ritmo de crescimento e urbanização

Conforme ficou evidenciado anteriormente, a RMS é a região mais urbanizada do Estado da Bahia. O ritmo de crescimento da população urbana regional vem diminuindo ao longo do período analisado, indicando um arrefecimento dos saldos migratórios positivos ou imigração líquida. Em 1980, a população concentrada nas áreas urbanas regionais era de 1.696.318 habitantes; em 2000, essa população passou para 2.973.880 habitantes, correspondendo a um incremento de 71,04% ao longo desses 21 anos.

As redefinições político-administrativas quanto aos limites das áreas urbanas e rurais dos municípios dificultam a análise do fenômeno da urbanização na RMS. Um pouco mais da metade dos municípios expandiu os limites das áreas urbanas entre 1991-2000; são eles: Lauro de Freitas, Simões Filho, Dias D'Ávila, Camaçari, Vera Cruz e Candeias. Tais alterações inviabilizam a análise do crescimento da urbanização nesses municípios.

A Tabela 4 mostra que quase todos os municípios, com exceção de Salvador e Candeias, registraram taxas de crescimento médio anual da população urbana compatível com ganhos demográficos por imigração. Os maiores crescimentos demográficos foram registrados em municípios que ampliaram seus limites urbanos, o que impede a compreensão dos fenômenos em curso nessas décadas, uma vez que não se pode precisar o quanto dessa expansão decorreu das alterações político-administrativas e quanto foi fruto do adensamento demográfico nas áreas urbanas. Assim, São Francisco do Conde e Itaparica são os únicos municípios nos quais é possível se afirmar a existências de ganhos migratórios ou imigração líquida nas áreas urbanas nos dois períodos analisados. No entanto, é interessante observar que os volumes dos saldos migratórios positivos diminuíram nesta na última década, sobretudo em São Francisco do Conde, como expressa a redução das taxas de crescimento médio anual da população urbana desses municípios.

Tabela 4

População Residente Urbana e Taxa Média Geométrica de Crescimento Anual, Por Ordem Decrescente em 2000					
Bahia - Região Metropolitana de Salvador, 1980-2000					
Crescimento/ Municípios	População			Taxa Média Geométrica de Crescimento Anual (%)	
	1980 (1)	1991	2000	1980/1991	1991/2000
Sugestivo de Imigração Líquida					
Lauro de Freitas (4)	23.388	44.374	108.385	5,99	10,43
Simões Filho (4)	25.592	44.419	76.905	5,14	6,29
Dias D'Ávila (2) (4)	15.652	29.478	42.673	5,92	4,20
Camaçari (3) (4)	60.413	108.232	154.402	5,44	4,03
São Francisco do Conde	7.067	15.734	21.870	7,55	3,73
Vera Cruz (4)	12.026	20.308	27.872	4,88	3,58
Madre de Deus (2)	7.946	8.792	11.599	0,92	3,13
Itaparica	10.360	15.055	18.945	3,46	2,59
Sem Perdas ou Ganhos Migratórios Líquidos Significativos					
Salvador (3)	1.491.642	2.073.510	2.442.102	3,04	1,83
Candeias (4)	42.232	61.438	69.127	3,47	1,32
Total	1.696.318	2.421.340	2.973.880	3,29	2,31

Fonte: IBGE. Censos Demográficos de 1980, 1991 e 2000.

(1) A população dos municípios criados após 1980 e dos que perderam área para estes novos municípios foi ajustada para os limites municipais de 1991, usando-se a tabela de comparatividade dos setores censitários, do próprio IBGE.

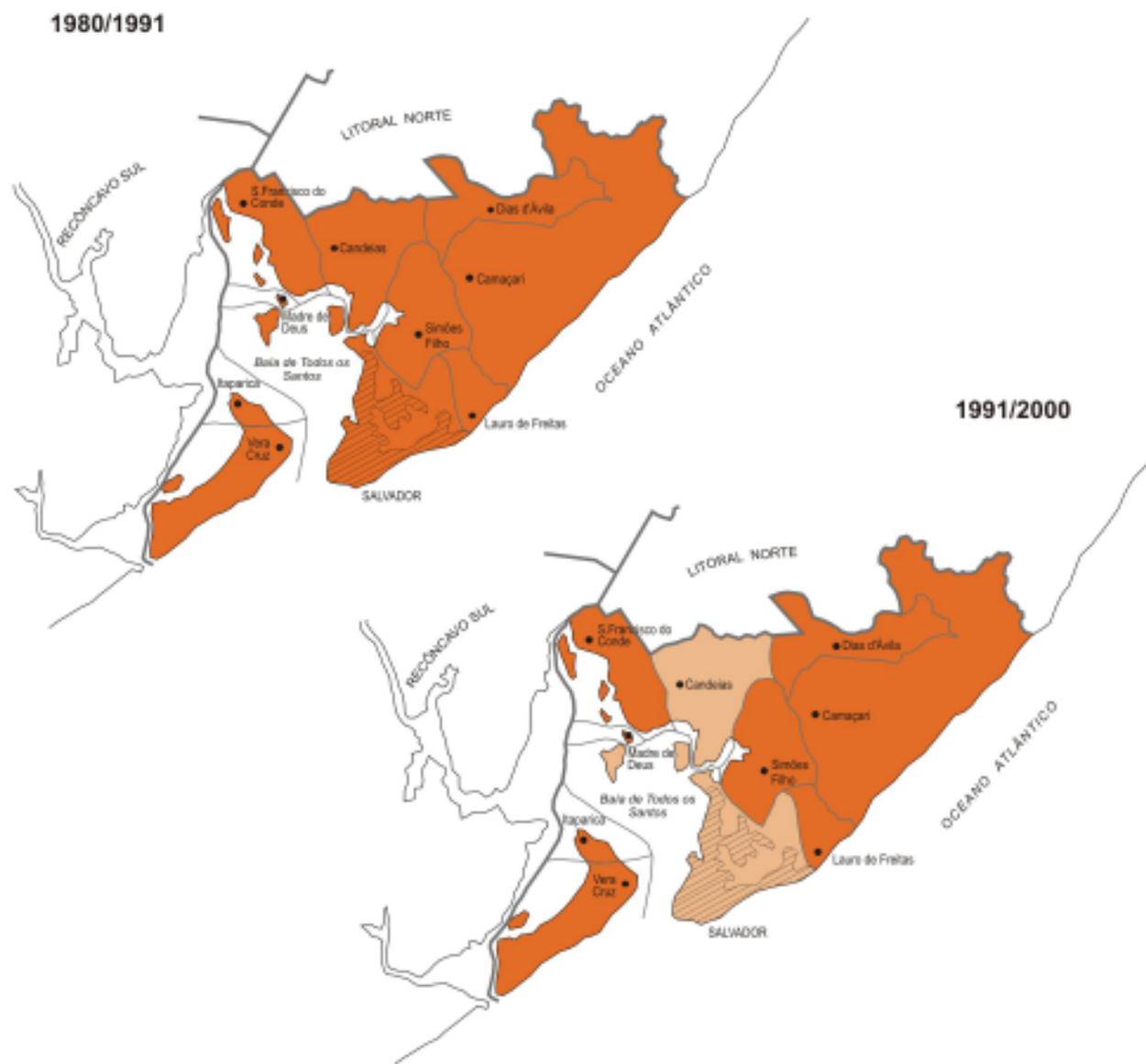
(2) Município criado após o Censo Demográfico de 1980.

(3) Município que deu origem a outro após o Censo Demográfico de 1980.

(4) Município que a área urbana ultrapassou o perímetro de 1991, penetrando no quadro rural.

Cartograma 03

Crescimento Demográfico da População Urbana por Município
Região Econômica Metropolitana de Salvador - BA, 1980 - 2000



FAIXAS DE CRESCIMENTO

- Perdas absolutas
- Emigração líquida
- Sem perdas ou ganhos líquidos
- Imigração líquida

Fonte: Censos Demográficos, IBGE: 1980, 1991 e 2000.

Os municípios de Salvador e Candeias apresentaram taxas de crescimento médio anual da população residente nas áreas urbanas compatíveis com o crescimento vegetativo estimado para o período de 1991-2000. Tais taxas sugerem, como se viu anteriormente, uma situação sem ganhos nem perdas significativos por migração nas áreas urbanas. Como em Candeias houve uma ampliação do tecido urbano mediante incorporação de áreas rurais, não se pode afirmar que as áreas urbanas não estejam submetidas nem a perdas nem a ganhos migratórios.

Em realidade, as tendências das áreas urbanas dos municípios metropolitanos não se diferenciam muito daquelas comentadas para conjunto da população municipal, dada a grande representatividade da população urbana nesses municípios.

Como se pode perceber na Tabela 5, quase todos os municípios apresentam mais de 90% da população municipal vivendo em áreas urbanas. O município de Itaparica é o mais urbanizado, com a totalidade de sua população residindo em áreas urbanas; em seguida, encontra-se Salvador, com quase toda a sua população concentrada nas áreas urbanas. São Francisco do Conde e Simões Filho são os municípios menos urbanizados, com um pouco mais de 80% do contingente demográfico residindo em áreas urbanas.

Tabela 5

Grau de Urbanização dos Municípios, Por Ordem Decrescente em 2000 Bahia - Região Metropolitana de Salvador, 1980-2000			
Municípios	Grau de Urbanização (%)		
	1980 (1)	1991	2000
Itaparica	95,25	100,00	100,00
Salvador (3)	99,86	99,92	99,96
Madre de Deus (2)	95,78	95,74	96,37
Camaçari (3) (4)	86,57	95,24	95,47
Lauro de Freitas (4)	66,24	64,06	95,46
Dias D'Ávila (2) (4)	80,70	94,30	94,13
Vera Cruz (4)	87,51	91,74	93,69
Candeias (4)	78,09	90,43	90,03
São Francisco do Conde	39,62	77,74	83,21
Simões Filho (4)	58,73	61,25	81,76
Total	96,02	96,99	98,42

Fonte: IBGE. Censos Demográficos de 1980, 1991 e 2000.

(1) A população dos municípios criados após 1980 e dos que perderam área para estes novos municípios foi ajustada para os limites municipais de 1991, usando-se a tabela de comparatividade dos setores censitários, do próprio IBGE.

(2) Município criado após o Censo Demográfico de 1980.

(3) Município que deu origem a outro após o Censo Demográfico de 1980.

(4) Município que a área urbana ultrapassou o perímetro de 1991, penetrando no quadro rural.

Evolução da população rural

A população rural da RMS é bastante diminuta, uma vez que os municípios são bastante urbanizados. Como se viu anteriormente, a maioria dos municípios da região sofreu alterações político-administrativas com a incorporação ao tecido urbano de áreas até então consideradas como rurais. Assim, só é possível analisar as tendências dos municípios de Itaparica, São Francisco do Conde, Salvador e Madre de Deus.

Entre esses municípios, Itaparica não possui população rural desde 1991. Madre de Deus apresentou taxa de crescimento médio anual da população rural compatível com uma situação na qual não estaria ocorrendo nem ganhos nem perdas significativos por migração. Salvador e São Francisco do Conde apresentaram taxas de crescimento médio anual indicativas de emigração líquida com perdas absolutas de população na área rural.

Tabela 6

População Residente Rural e Taxa Média Geométrica de Crescimento Anual, Por Ordem Decrescente em 2000					
Bahia - Região Metropolitana de Salvador, 1980-2000					
Crescimento/ Municípios	População			Taxa Média Geométrica de Crescimento Anual (%)	
	1980 (1)	1991	2000	1980/1991	1991/2000
Sugestivo de Imigração Líquida					
Dias D'Ávila (2) (4)	3.743	1.782	2.660	6,52	4,55
Camaçari (3) (4)	9.370	5.407	7.325	-4,88	3,43
Sem Perdas ou Ganhos Migratórios Líquidos Significativos					
Candeias (4)	11.849	6.503	7.656	-5,31	1,83
Madre de Deus (2)	350	391	437	1,01	1,24
Itaparica	517	0	0	-	-
Sugestivo de Emigração Líquida					
Vera Cruz (4)	1.717	1.828	1.878	0,57	0,30
Emigração Líquida com Perdas Absolutas da População					
São Francisco do Conde	10.768	4.504	4.412	-7,62	-0,23
Simões Filho (4)	17.986	28.107	17.161	4,14	-5,33
Salvador (3)	2.043	1.763	1.005	-1,33	-6,05
Lauro de Freitas (4)	11.921	24.896	5.158	6,92	-16,05
Total	70.264	75.181	47.692	0,62	-4,93

Fonte: IBGE. Censos Demográficos de 1980, 1991 e 2000.

(1) A população dos municípios criados após 1980 e dos que perderam área para estes novos municípios foi ajustada para os limites municipais de 1991, usando-se a tabela de comparatividade dos setores censitários, do próprio IBGE.

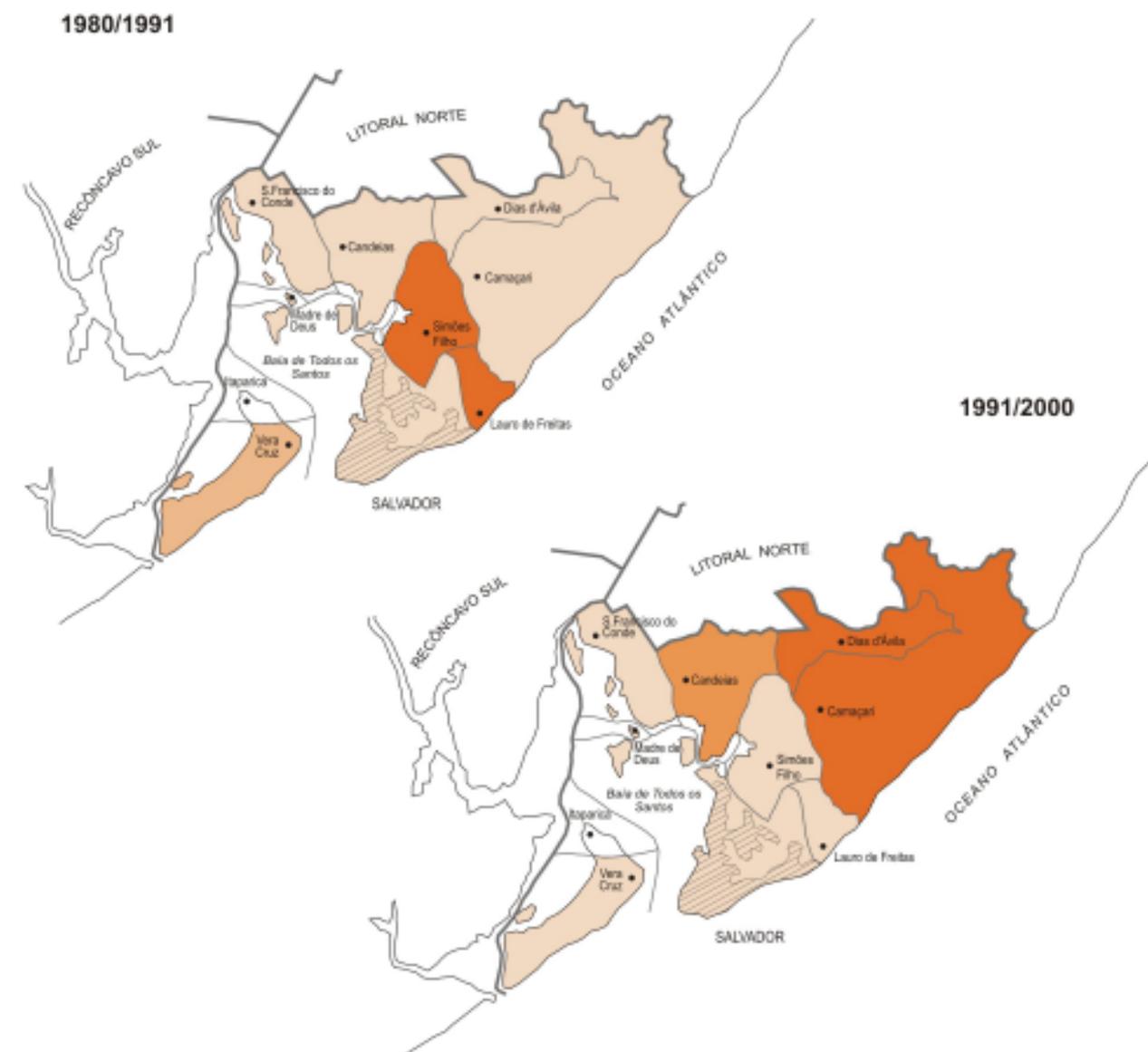
(2) Município criado após o Censo Demográfico de 1980.

(3) Município que deu origem a outro após o Censo Demográfico de 1980.

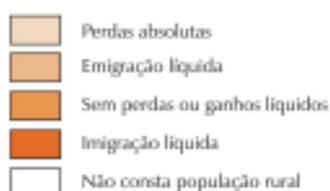
(4) Município que a área urbana ultrapassou o perímetro de 1991, penetrando no quadro rural.

Cartograma 04

Crescimento Demográfico da População Rural por Município
Região Econômica Metropolitana de Salvador - BA, 1980 - 2000



FAIXAS DE CRESCIMENTO



Fonte: Censos Demográficos, IBGE: 1980, 1991 e 2000.

LOCALIZAÇÃO, LIMITES, MUNICÍPIOS INTEGRANTES

A Região Litoral Norte da Bahia corresponde ao que a SEPLANTEC (Secretaria do Planejamento, Ciência e Tecnologia), órgão central do sistema de planejamento social e econômico baiano define como Região Econômica Litoral Norte (RE-02), uma das 15 Regiões Econômicas do Estado. Sua posição no território estadual pode ser visualizada no Cartograma 1. Localiza-se, conforme seu próprio nome sugere, na costa norte do território baiano, tendo, portanto, a leste, o Oceano Atlântico como limite e mantendo fronteiras, ao norte, com o estado de Sergipe e parte da Região Econômica Nordeste (municípios de Itapicuru, Crisópolis, Olindina e Nova Soure); ao sul, com a Região Metropolitana de Salvador (particularmente, com os municípios de São Francisco do Conde, Candeias, Dias D'Ávila e Camaçari) e, a oeste, com as Regiões Econômicas Nordeste (Biritinga e Água Fria), Paraguaçu (Irará, Teodoro Sampaio e Terra Nova) e Recôncavo Sul (Santo Amaro).

Na divisão político-administrativa atualmente em vigor, a Região Litoral Norte do estado da Bahia compõe-se de 20 municípios: Acajutiba, Alagoinhas, Aporá, Araçás, Aramari, Cardeal da Silva, Catu, Conde, Entre Rios, Esplanada, Inhambupe, Itanagra, Jandaíra, Mata de São João, Ouriçangas, Pedrão, Pojuca, Rio Real, São Sebastião do Passé, Sátiro Dias. (Ver Cartograma 1). A última alteração em sua estrutura político-administrativa ocorreu na década de 1980, precisamente em 1989, quando foi criado o município Araçás, originado do distrito de igual nome, então pertencente à Alagoinhas.

CARACTERÍSTICAS HISTÓRICAS E SOCIOECONÔMICAS GERAIS

Espacialização da região

A ocupação da Região Litoral Norte (RLN) esteve ligada ao processo de implantação da colonização portuguesa no litoral do Brasil, através da cultura da cana-de-açúcar concomitantemente com a pecuária extensiva e a produção agrícola de subsistência¹.

¹ O que é visto com mais detalhes no capítulo “Breve histórico de ocupação do território baiano em três Grandes Áreas”.

Cartograma 01

Divisão Político - Administrativa

Região Econômica Litoral Norte - BA



Como a Região Litoral Norte não se constitui em um espaço social homogêneo, para uma melhor caracterização histórica do seu processo de ocupação, é pertinente considerar alguns subespaços diferenciados em seu interior, para o que é útil a divisão do Distrito Florestal do Litoral Norte (DFLN) em três sub-regiões, efetuada em 1982 por CEPLAB/SEPLANTEC²: Recôncavo Norte, Litoral Norte e Agreste de Alagoinhas, primeiro, segundo e terceiro lugar, respectivamente, em termos de antigüidade de ocupação.

Reunindo os municípios de Catu, Itanagra, Mata de São João e Pojuca, a sub-região Recôncavo Norte, cuja ocupação esteve historicamente atrelada à produção de açúcar, apresentava a maior densidade demográfica em relação às demais sub-regiões, mantendo, no período colonial, no que toca à sua função econômica, um papel complementar à produção açucareira. Suas terras, consideradas menos favoráveis ao cultivo da cana-de-açúcar do que as dos municípios integrantes das áreas do miolo do Recôncavo baiano, só eram empregadas na produção canavieira nos períodos de alta internacional dos preços do açúcar, quando se expandia a plantação para áreas periféricas ao Recôncavo baiano atingindo os referidos municípios. Na baixa estação, em suas terras desenvolvia-se a pecuária extensiva.

A sub-região Litoral Norte, que agrupa basicamente os municípios de Entre Rios, Esplanada, Cardeal da Silva, Conde e Jandaíra, é a segunda colocada em termos de antigüidade de ocupação. Seu solo não favorecia à plantação de lavouras, limitadas a umas poucas e pequenas propriedades, onde se cultivavam mandioca e coco, este último na faixa litorânea. Assim, essa sub-região, de baixa densidade demográfica, destacou-se mais pela pecuária extensiva que, adentrando-a, dirigia-se ao Rio São Francisco. Foi fornecedora, principalmente, de carnes e animais de tração para as propriedades de cana e engenhos.

Por fim, o Agreste de Alagoinhas – integrado por Aramari, Acajutiba, Aporá, Alagoinhas, Ouriçangas, Inhambupe, Sátiro Dias e Rio Real, além de quatro municípios que não pertencem à Região Econômica Litoral Norte, de ocupação relativamente mais recente do que as outras sub-regiões – contava com uma estrutura produtiva mais diversificada, uma estrutura fundiária menos concentrada e com terras de melhor qualidade em que se mesclavam atividades de pecuária e pequena produção, possibilitando modos mais adensados de assentamento populacional.

Aspectos importantes do desenvolvimento socioeconômico regional

As atividades socioeconômicas desenvolvidas na Região Litoral Norte estiveram vinculadas a três aspectos fundamentais. Primeiramente, ressalte-se que a economia e a sociedade local estiveram historicamente articuladas a

² O DFLN – Distrito Florestal do Litoral Norte é integrado por 17 municípios da Região Econômica Litoral Norte, excluídos Pedrão, Araçás (que ainda não existia) e São Sebastião do Passé, e mais quatro outros municípios: Olindina, Crisópolis, Água Fria e Irará.

alguns dos mais importantes circuitos produtivos do estado, entre os quais a produção açucareira, a de coco-da-baía, a citricultura, a extração de petróleo e de madeira e, finalmente, o turismo. Isso porque a economia do Litoral Norte sempre manteve um caráter de complementaridade com relação às de Salvador e Recôncavo baiano, o que se evidencia no transcurso dos diversos surtos econômicos que em diferentes momentos históricos atingiram a Bahia de distintas formas.

O segundo aspecto refere-se à estrutura fundiária da região, marcada por um alto índice de concentração da propriedade. Tal situação pouco mudou ao longo do processo de ocupação e de desenvolvimento regional; ademais, a introdução de outras atividades econômicas não foi suficiente para promover um rompimento radical com o passado. De um modo geral, essas atividades produtivas acentuaram a concentração da propriedade fundiária.

O terceiro aspecto que influenciou no desenvolvimento das atividades socioeconômicas foi o fato de a região ter-se caracterizado, desde o início de sua ocupação, como uma região de passagem – a princípio com os caminhos formados pelos movimentos de boiada e posteriormente com a implantação de ferrovias e rodovias. Esse aspecto tem estreita relação com o caráter de complementaridade da economia da RLN em relação a Salvador e ao Recôncavo, visto anteriormente.

Atividades socioeconômicas regionais

A primeira redefinição da economia regional ocorreu a partir da decadência do açúcar e do surgimento, em fins do século XIX, de uma indústria de bens de consumo, alimentar e têxtil, que se articulou ao processo de urbanização do Recôncavo. Embora não mudasse sua estrutura, a economia da área passou a dirigir-se para o mercado urbano, representado por Salvador e pelas cidades do Recôncavo.

A citricultura, desenvolvida na região nas décadas de 20 e 30 do século passado, voltava-se para a indústria de sucos de Sergipe, de Salvador ou ainda para mercados locais, introduzida inicialmente nos municípios do agreste de Alagoinhas (Inhambupe, Alagoinhas e Rio Real); posteriormente, expandiu-se para outros espaços, como Entre Rios e Esplanada.

Os anos 1950 e 60 marcam uma nova fase no desenvolvimento econômico do estado da Bahia com a instalação da Petrobrás, o incremento da atividade petrolífera. Na RLN foram implantados campos de extração de petróleo, o que levou a uma redefinição da integração dessa região no estado da Bahia e especialmente com o Recôncavo baiano.

Os impactos dessa nova atividade econômica se fizeram sentir amplamente no espaço regional, produzindo mudanças no mercado de trabalho, com a geração de novos empregos industriais; surgimento de segmentos médios, alterando a composição social tradicional da região; impactos na urbaniza-

ção e na estruturação urbana; encarecimento de produtos e serviços nas cidades, afetando a população não absorvida na atividade de extração; aumento da circulação de moedas e, por fim, a ampliação do comércio.

Entretanto, o dinamismo da Petrobrás sofreu certo arrefecimento a partir da década de 1970. No fundamental, o que se avalia hoje é que o petróleo não provocou na região o desenvolvimento esperado, pois não gerou recursos em escala suficiente para gerar novos investimentos produtivos.

O desenvolvimento da extração de madeira esteve ligado à crise do petróleo resultante da elevação dos seus preços no mercado externo, nos anos 1970, donde a necessidade de introdução de outra fonte de energia – no caso, fundamentalmente, o carvão vegetal –, para substituir o óleo diesel nas caldeiras. Criou-se, para tanto, em 1976, o DFLN (Distrito Florestal Litoral Norte), que recebeu um alto volume de investimentos, direcionando-se ao fornecimento de madeira para o Centro Industrial de Aratu (CIA) e o Complexo Petroquímico de Camaçari (COPEC).

Esse reflorestamento trouxe impactos significativos à vida socioeconômica regional. Concentrou ainda mais a propriedade da terra (uma vez que eram necessárias extensas áreas), acentuou o predomínio da monocultura (na década de 1970 a produção agrícola regional era pouco significativa em relação ao total do estado), e, por fim, transformou os então pequenos proprietários, de um modo geral, em bóias-frias, assalariados rurais, biscateiros ou desempregados, que terminaram por emigrar para as periferias das cidades da região.

Com as transformações ocorridas no espaço regional e o incentivo do governo estadual, empresas do Sul e do Sudeste do País interessaram-se pela exploração madeireira, não como fonte de energia, mas como matéria-prima para a indústria de celulose.

Desse modo, no final dos anos 1980, já havia a perspectiva de expansão do setor de celulose, priorizado no plano estratégico de ação para 1988-1991, do governo do estado, prevendo-se grandes investimentos no setor, e incentivos, inclusive fiscais.

Essa reestruturação do espaço regional passou a influenciar a região como um todo, pois criou-se uma nova identidade regional, pela qual a região é avaliada como mais adequada para o reflorestamento do que para as “antigas” atividades, consideradas como atrasadas e pouco dinâmicas.

Assim como a celulose, o turismo veio a ser uma nova atividade econômica de importância significativa no contexto espacial da região. Seu potencial turístico começou a ser explorado desde os anos 1970, com a aproximação permitida pela BR 101. Mesmo assim, a falta de vias de acesso secundário e a precariedade de serviços nos povoados da área mantiveram, durante os últimos 20 anos, apenas um tipo de turismo ligado ao veraneio e a excursões de curta temporada.

Com o prolongamento da Estrada do Coco em 1976, a partir de Lauro de Freitas, chegando, nos anos 1980, até Praia do Forte, passam a ocorrer grandes transformações em termos de desenvolvimento turístico. Uma das principais mudanças foi a afluência ao local de fluxos turísticos nacionais e mesmo internacionais, formados através de agentes externos.

Assim, além da implantação de equipamentos turísticos e da transformação radical dos padrões urbanísticos locais, a criação de uma estação ecológica de preservação da desova de tartarugas marinhas muito contribuiu para o poder de atração do local.

Todo esse processo culmina com a inclusão da Região Litoral Norte no Programa de Desenvolvimento Turístico do Estado, da BAHIATURSA³, e com a construção da Linha Verde que prolonga a Estrada do Coco de Açu da Torre até Itanhi, no município de Jandaíra, fronteira com Sergipe, numa extensão de 142 km, abrindo definitivamente o litoral da região para a exploração turística.

Desse modo, intensifica-se a sua condição de região de passagem de fluxos norte-sul, e a aproximação tanto com Sergipe e o Nordeste do País, como com Salvador e sua Região Metropolitana. Esta aproximação, aliás, está na base da estratégia governamental para a exploração turística do litoral da região, ao viabilizar a condição de Salvador como porta de entrada para o mercado turístico do Nordeste.

O turismo vem dinamizando o comércio local, ao criar uma série de novas atividades destinadas a atender às demandas dos turistas. Essas atividades, conciliáveis com as tradicionais são, porém, consideradas como incompatíveis com a implantação da indústria de papel e celulose, vista como uma séria ameaça ao turismo devido sua natureza poluidora.

DINÂMICA DEMOGRÁFICA REGIONAL

A região no Estado

O Litoral Norte (LN), com 530.898 habitantes no ano de 2000, situava-se entre as regiões econômicas do estado detentoras dos menores volumes de população, abrigando cerca de 4% do contingente populacional residente na Bahia.

Embora a população da região tenha evoluído de modo crescente ao longo das décadas de 1980 e 90, sua participação na população estadual não evoluiu do mesmo modo, haja vista que o nível de participação verificado em 1980 (4,16%) foi ligeiramente superior ao de 2000 (4,06%).

³ O incremento do turismo é um dos pilares da mais recente estratégia governamental de dinamização da economia baiana, que incorpora a Chapada Diamantina, o Litoral Sul, a Baía de Todos os Santos e o Litoral Norte, reconhecido como “Costa dos Coqueiros”.

Nas duas décadas analisadas, tanto a população estadual quanto a regional situaram-se numa faixa de crescimento demográfico em que não ocorreram nem perdas nem ganhos migratórios líquidos significativos. A diferença é que a população regional manteve um ritmo quase constante de crescimento – 1,50% a.a. entre 1980-1991 e 1,51% a.a. entre 1991-2000 – enquanto que o ritmo médio de crescimento estadual sofreu uma desaceleração significativa, passando de uma taxa de crescimento de 2,09% a.a. entre 1980-1991 para apenas 1,08% a.a. no período seguinte.

Cumprir observar que o ritmo de crescimento demográfico regional era bastante inferior ao estadual entre 1980-1991. O LN apresentava, então, a quarta menor taxa de crescimento demográfico. No período 1991-2000 a situação mudou. A taxa de crescimento da região passou a figurar como a quarta mais elevada dentre as Regiões Econômicas, superando, inclusive, a estadual. O LN se situou entre as três únicas regiões do estado cujas taxas de crescimento, nos dois períodos, não apresentaram trajetória declinante.

Em termos de área, o LN, com 12.174 km², ocupa apenas 12,16% do território estadual. Sua densidade demográfica em 2000 foi de 43,61 hab./km², o que tornou a região uma das quatro mais densamente povoadas da Bahia. Alagoinhas, seu município mais populoso e principal pólo regional, foi o décimo colocado no ranking estadual de volume de população, com cerca de 130 mil habitantes em 2000.

O LN se apresentou, em 2000, como a quarta região em contingente de população urbana da Bahia, com 356.347 pessoas, ou 67,12% de sua população residindo em situações domiciliares consideradas como urbanas. Esse percentual de população urbana foi o mesmo apresentado pelo estado no ano 2000. Contudo, nos anos de 1980 e 1991 o grau de urbanização foi de 49,29% e 59,12%, respectivamente, sendo, portanto, inferior ao da região (55,98% em 1980 e 64,68% em 1991). A verdade é que o ritmo de crescimento da população urbana regional sofreu uma considerável desaceleração entre os dois períodos, com taxas que declinam de 2,84% a.a. entre 1980-1991 para 1,93% a.a. entre 1991-2000.

Esse processo, ressalte-se, ocorreu na quase totalidade das regiões do Estado. Em contrapartida, sua população rural, que apresentou nos anos 1980 crescimento negativo, teve seu ritmo de crescimento reaquecido entre 1991-2000, de forma que apenas o LN e o Baixo Médio São Francisco apresentaram taxas positivas de crescimento para suas respectivas populações rurais nesse período.

Por fim, sublinhe-se que o quadro geral da dinâmica demográfica da região, visto a partir de suas cifras e tendências globais, não dá conta da heterogeneidade de situações e processos no seu interior.

Os municípios na região

Distribuição da população, área e densidade demográfica

A população regional não se encontra uniformemente distribuída no Litoral Norte, assim como a área da Região não se encontra repartida de modo proporcional entre seus municípios. Assim, há uma grande variação nas densidades demográficas municipais, como se pode observar na Tabela 1.

Tabela 1

População Total e Área por Ordem Decrescente da Densidade Demográfica Bahia - Litoral Norte, 2000				
Municípios	População	Área		Densidade (hab/km ²)
		(Km ²)	%	
Alagoinhas	130.095	734	6,03	177,24
Pojuca	26.203	280	2,30	93,58
Catu	46.731	518	4,25	90,21
São Sebastião do Passé	39.960	551	4,53	72,52
Acajutiba	14.322	267	2,19	53,64
Mata de São João	32.568	681	5,59	47,82
Pedrão	6.764	149	1,22	45,40
Rio Real	33.260	734	6,03	45,31
Ouriçangas	7.525	169	1,39	44,53
Cardeal da Silva	8.034	195	1,60	41,20
Entre Rios	37.513	1.165	9,57	32,20
Aporá	16.769	599	4,92	27,99
Aramari	9.258	331	2,72	27,97
Araçás	11.003	420	3,45	26,20
Sátiro Dias	17.251	686	5,63	25,15
Inhambupe	29.589	1.245	10,23	23,77
Conde	20.426	951	7,81	21,48
Esplanada	27.230	1.403	11,52	19,41
Jandaíra	10.027	644	5,29	15,57
Itanagra	6.370	452	3,71	14,09
Total	530.898	12.174	100,00	43,61

Fonte: IBGE. Censo Demográfico de 2000 e Site Cidade@.

Quase 1/4 da população regional estava concentrada, em 2000, no município de Alagoinhas, que também exibia a maior densidade demográfica da região (177,24 hab/km²). O segundo município mais populoso, Catu, não contava sequer com 50 mil habitantes e sua densidade demográfica (90,21 hab. /km²) era a terceira maior da região – atrás, portanto, de Pojuca, a segunda maior densidade demográfica da região, com 93,58 hab. /km².

Os três municípios com maiores porções de área, nos período analisados, são Esplanada, Inhambupe e Entre Rios, que apresentaram densidades demográficas inferiores à da região, juntamente com outros oito municípios.

Evolução das populações municipais: volume, ritmo de crescimento e participação relativa

A população do Litoral Norte cresceu nos dois períodos em análise em 17 de seus 20 municípios, como pode ser visto na Tabela 2. As exceções restringiram-se aos municípios de Aramarí e Mata de São João, cujas populações decresceram entre 1980-1991 e cresceram entre 1991-2000, e ao município de Pedrão, onde a população diminuiu nos dois intervalos.

Tabela 2

População Residente Total e Taxa Média Geométrica de Crescimento Anual, Por Ordem Decrescente em 2000					
Bahia - Litoral Norte, 1980-2000					
Crescimento/ Municípios	População			Taxa Média Geométrica de Crescimento Anual (%)	
	1980 (1)	1991	2000	1980/1991	1991/2000
Sugestivo de Imigração Líquida					
Entre Rios	22.541	27.718	37.513	1,90	3,42
Conde	15.219	16.149	20.426	0,54	2,64
Sátiro Dias	12.594	13.679	17.251	0,75	2,61
Cardeal da Silva	4.100	6.400	8.034	4,13	2,56
Araçás (2)	5.832	8.940	11.003	3,96	2,33
Jandaíra	6.575	8.225	10.027	2,06	2,23
Aramari	7.774	7.636	9.258	- 0,16	2,16
Rio Real	19.072	27.783	33.260	3,48	2,02
Sem Perdas ou Ganhos Migratórios Líquidos Significativos					
Esplanada	19.016	23.205	27.230	1,83	1,79
Pojuca	16.122	22.485	26.203	3,07	1,71
Inhambupe	22.851	25.777	29.589	1,10	1,54
Itanagra	4.530	5.553	6.370	1,87	1,54
Alagoinhas (3)	96.342	116.894	130.095	1,77	1,20
Acajutiba	11.539	12.894	14.322	1,01	1,17
Sugestivo de Emigração Líquida					
São Sebastião do Passé	32.317	36.825	39.960	1,19	0,91
Catu	37.428	43.430	46.731	1,36	0,82
Ouriçangas	6.320	7.043	7.525	0,99	0,74
Mata de São João	32.653	30.535	32.568	- 0,61	0,72
Aporá	13.159	15.742	16.769	1,64	0,70
Emigração Líquida com Perdas Absolutas de População					
Pedrão	7.623	6.813	6.764	-1,02	- 0,08
Total	393.607	463.726	530.898	1,50	1,51

Fonte: IBGE. Censos Demográficos de 1980, 1991 e 2000.

(1) A população dos municípios criados após 1980 e dos que perderam área para estes novos municípios foi ajustada para os limites municipais de 1991, usando-se a tabela de comparatividade dos setores censitários, do próprio IBGE.

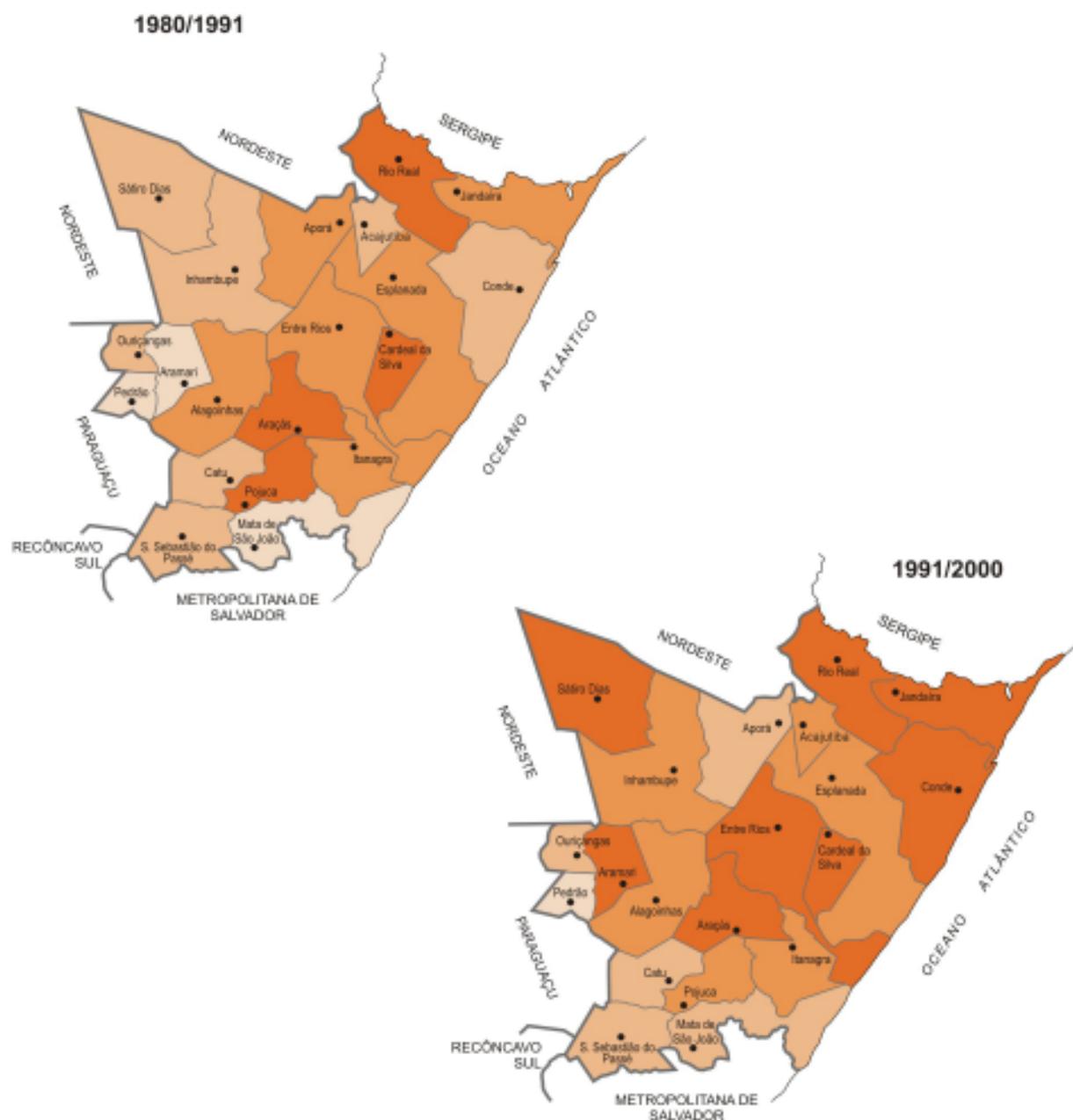
(2) Município criado após o Censo Demográfico de 1980.

(3) Município que deu origem a outro após o Censo Demográfico de 1980.

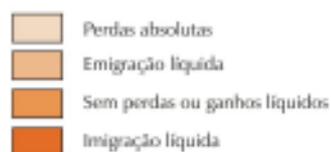
A observação dos ritmos de crescimento demográfico, no período 1991-2000, permite uma outra leitura da Tabela 2 e possibilita a classificação dos municípios em quatro classes como se vê a seguir.

Cartograma 02

Crescimento Demográfico da População Total por Municípios
Região Econômica Litoral Norte - BA, 1980 - 2000



FAIXAS DE CRESCIMENTO



Fonte: Censos Demográficos, IBGE: 1980, 1991 e 2000.

Na primeira estão os oito municípios que apresentaram crescimento por imigração líquida no período 1991-2000. A análise deste grupo mostra que, no período 1980-1991, Araçás, Cardeal da Silva e Rio Real foram os únicos que também cresceram por imigração líquida; Entre Rios e Jandaíra apresentaram crescimento sem perdas nem ganhos migratórios significativos; Conde e Sátiro Dias cresceram por emigração líquida e Aramari foi o único município que teve perda absoluta de população.

Na segunda classe estão os seis municípios que apresentaram crescimento sem perdas nem ganhos migratórios significativos no período 1991-2001. A análise deste grupo mostra que, no período 1980-1991, apenas Pojuca cresceu por imigração líquida; Alagoinhas, Esplanada e Itanagra cresceram sem perdas nem ganhos migratórios expressivos, mantendo-se, portanto, na mesma faixa de crescimento nos dois períodos e, por fim, Acajutiba e Inhambupe, que cresceram por emigração líquida.

A terceira classe é composta pelos cinco municípios que apresentaram crescimento por emigração líquida no período 1991-2000. A análise desse grupo mostra que, no período 1980-1991, apenas Aporá cresceu sem perdas nem ganhos migratórios expressivos; Catu, Ouriçangas e São Sebastião do Passé cresceram por emigração líquida e, portanto, mantiveram-se na mesma faixa de crescimento nos dois períodos; e, por último, Mata de São João, único dessa classe a perder população de forma absoluta.

A quarta classe é composta apenas por Pedrão, único município a perder população de forma absoluta no período 1991-2000 e que se manteve na mesma faixa de crescimento no período precedente, quando também perdeu população de forma absoluta.

Quanto à participação da população dos municípios no total regional (Tabela 3), excluindo-se Alagoinhas, devido à expressividade de seu contingente populacional, destacam-se em 2000 os municípios de Catu (8,80), São Sebastião do Passé (7,53) e Entre Rios (7,07%). Em 1991, apenas três municípios apresentavam percentuais superiores a 7%, incluindo Alagoinhas; em 1980, além dos três, destacava-se também o município de Mata de São João, que abrigava, então, 8,53% da população do LN.

A participação dos municípios no total da população regional foi bastante diferenciada ao longo do período analisado. Seis municípios tiveram níveis de participação declinantes entre os dois períodos (Acajutiba, Catu, Mata de São João, Ouriçangas, Pedrão e São Sebastião do Passé). Sete apresentaram trajetória do tipo oscilante, sendo que Alagoinhas e Aporá tiveram níveis crescentes de participação entre 1980-1991 e apresentaram perdas de participação entre 1991-2000. Itanagra também apresentou trajetória ascendente no primeiro período, estabilizando-se em 2000, no mesmo patamar de participação alcançado em 1991. No caso de Alagoinhas e Aporá, a participação em 2000 era ligeiramente superior à de 1980.

Tabela 3

Participação Relativa da População Total dos Municípios no Total da Região, Por Ordem Decrescente em 2000 Bahia - Litoral Norte, 1980-2000			
Municípios	Participação na Região (%)		
	1980 (1)	1991	2000
Alagoinhas (3)	24,48	25,21	24,50
Catu	9,51	9,37	8,80
São Sebastião do Passé	8,21	7,94	7,53
Entre Rios	5,73	5,98	7,07
Rio Real	4,85	5,99	6,26
Mata de São João	8,30	6,58	6,13
Inhambupe	5,81	5,56	5,57
Esplanada	4,83	5,00	5,13
Pojuca	4,10	4,85	4,94
Conde	3,87	3,48	3,85
Sátiro Dias	3,20	2,95	3,25
Aporá	3,34	3,39	3,16
Acajutiba	2,93	2,78	2,70
Araçás (2)	1,48	1,93	2,07
Jandaíra	1,67	1,77	1,89
Aramari	1,98	1,65	1,74
Cardeal da Silva	1,04	1,38	1,51
Ouriçangas	1,61	1,52	1,42
Pedrão	1,94	1,47	1,27
Itanagra	1,15	1,20	1,20
Total	100,00	100,00	100,00

Fonte: IBGE. Censos Demográficos de 1980, 1991 e 2000.

(1) A população dos municípios criados após 1980 e dos que perderam área para estes novos municípios foi ajustada para os limites municipais de 1991, usando-se a tabela de comparatividade dos setores censitários, do próprio IBGE.

(2) Município criado após o Censo Demográfico de 1980.

(3) Município que deu origem a outro após o Censo Demográfico de 1980.

Dos outros cinco municípios com trajetória oscilante, apenas Sátiro Dias apresentou, em 2000, um percentual de participação mais alto do que o exibido em 1980. Os demais municípios (Aramari, Conde, Inhambupe e Sátiro Dias) tiveram perdas de participação no primeiro período e ganhos entre 1991-2000.

Finalmente, sete municípios tiveram participação continuamente crescente ao longo dos dois períodos: Araçás, Cardeal da Silva, Entre Rios, Esplanada, Jandaíra, Pojuca e Rio Real.

Evolução da população urbana: ritmo de crescimento e grau de urbanização

Inicialmente é importante destacar que a partir de 1996 os municípios de Alagoinhas, Catu, São Sebastião do Passé, Mata de São João, Entre Rios, Rio Real, Esplanada, Conde, Aramari, Sátiro Dias e Itanagra sofreram alterações em suas respectivas áreas urbanas e rurais. Mais precisamente, áreas que até então eram consideradas rurais pelas administrações municipais passam à condição de urbanas. Dessa maneira, ocorreu nesses municípios uma expansão da área e população urbanas, gerando, conseqüentemente, uma diminuição da área e população rurais.

Assim, as informações por situação de residência (urbano ou rural) contidas no Censo Demográfico de 2000 já incorporam tais alterações, tornando impossível estabelecer comparações diretas entre este Censo e os dois anteriores (1991 e 1980) nos municípios que sofreram alterações na base urbano-rural.

A população urbana do LN vem apresentando crescimento constante no decorrer dos anos em estudo (Ver Tabela 4). Essa tendência foi acompanhada pela quase totalidade dos municípios, excetuando-se Conde, que apresentou um ligeiro declínio entre 1980-1991, plenamente compensado no período seguinte, quando sua população urbana cresceu intensamente. Aliás, no decorrer do intervalo 1980-2000, oito municípios da região LN mais que duplicaram sua população.

Tabela 4

População Residente Urbana e Taxa Média Geométrica de Crescimento Anual, Por Ordem Decrescente em 2000 Bahia - Litoral Norte, 1980-2000					
Crescimento/ Municípios	População			Taxa Média Geométrica de Crescimento Anual (%)	
	1980 (1)	1991	2000	1980/1991	1991/2000
Sugestivo de Imigração Líquida					
Conde (4)	5.726	5.494	10.492	-0,38	7,45
Sátiro Dias (4)	1.499	2.290	3.426	3,93	4,58
Rio Real (4)	7.120	13.917	20.043	6,28	4,14
Araçás (2)	1.781	3.759	5.330	7,03	3,96
Entre Rios (4)	9.783	16.897	23.019	5,09	3,50
Itanagra (4)	1.304	1.382	1.859	0,53	3,35
Ouriçangas	1.026	1.932	2.584	5,92	3,28
Acajutiba	6.635	9.728	12.184	3,54	2,53
Inhambupe	5.040	10.057	12.581	6,48	2,52
Cardeal da Silva	1.209	2.274	2.832	5,91	2,47
Jandaíra	2.897	4.471	5.507	4,02	2,34
Sem Perdas ou Ganhos Migratórios Líquidos Significativos					
Pojuca	11.454	18.510	21.884	4,46	1,88
Esplanada (5)	10.512	15.198	17.538	3,41	1,60
São Sebastião do Passé (4)	19.426	25.806	29.549	2,62	1,52
Catu (4)	26.327	33.394	37.816	2,19	1,39
Alagoinhas (3) (4)	77.862	99.508	112.440	2,26	1,37
Aramari (4)	3.337	3.829	4.291	1,26	1,27
Aporá	2.626	5.941	6.546	7,70	1,08
Sugestivo de Emigração Líquida					
Mata de São João (4)	23.755	24.143	24.969	0,15	0,37
Pedrão	1.029	1.411	1.457	2,91	0,36
Total	220.348	299.941	356.347	2,84	1,93

Fonte: IBGE. Censos Demográficos de 1980, 1991 e 2000.

(1) A população dos municípios criados após 1980 e dos que perderam área para estes novos municípios foi ajustada para os limites municipais de 1991, usando-se a tabela de comparatividade dos setores censitários, do próprio IBGE.

(2) Município criado após o Censo Demográfico de 1980.

(3) Município que deu origem a outro após o Censo Demográfico de 1980.

(4) Município que a área urbana ultrapassou o perímetro de 1991, penetrando no quadro rural.

(5) Teve distrito instalado após 1991.

Considerando-se os indicadores de população dos municípios, no ano 2000, observa-se uma grande disparidade. Alagoinhas, por exemplo, reunia mais de 100.000 habitantes, enquanto Pedrão não chegava à casa dos 2.000.

Quanto à taxa de crescimento médio anual da referida região, observa-se um arrefecimento. Passou-se de uma situação de imigração líquida no período 1980-1991 para outra na qual fica sugerida a ausência de perdas ou ganhos migratórios significativos.

As análises das taxas de crescimento urbano foram restritas aos municípios de Acajutiba, Araçás, Aporá, Cardeal da Silva, Inhambupe, Jandaíra, Ouriçangas, Pedrão e Pojuca, em virtude das alterações na base urbano-rural nos demais municípios da região, como foi visto anteriormente.

De acordo com a Tabela 4, todos os nove municípios citados acima alcançaram taxas de crescimento por imigração líquida no período 1980-1991, apresentando arrefecimento no período seguinte quando, portanto, alguns passaram a ocupar outras faixas de crescimento. Eis, pois, o que se evidencia: na faixa sugestiva de crescimento por imigração permaneceram os municípios de Acajutiba, Araçás, Cardeal da Silva, Inhambupe, Jandaíra e Ouriçangas; sem perdas nem ganhos migratórios líquidos expressivos estavam os municípios de Aporá e Pojuca e, finalmente, por emigração líquida, apenas o município de Pedrão.

No que se refere à urbanização, como se pode constatar na Tabela 5, o Litoral Norte já possuía, em 1980, 55,98% de sua população residindo em áreas urbanas. Esse índice passou, em 1991, para 64,68% e atingiu, no ano 2000, um grau de urbanização de 67,12%, considerando-se as observações já feitas quanto ao crescimento dessa população.

Nesta mesma tabela observa-se que todos os nove municípios aqui analisados aumentaram seus respectivos graus de urbanização entre 1980 e 1991, assim como entre 1991 e 2000. Neste ano, apenas Acajutiba e Pojuca tinham grau de urbanização superior a 80%; Jandaíra, acima de 50%; Araçás e Inhambupe, superior a 40%; Cardeal da Silva e Ouriçangas estavam na casa dos 30% e, por fim, Pedrão, com pouco mais de 20% de sua população residindo em áreas urbanas. Destacou-se Ouriçangas, cuja população urbana duplicou entre 1980 e 2000.

Tabela 5

Grau de Urbanização dos Municípios, Por Ordem Decrescente em 2000 Bahia - Litoral Norte, 1980-2000			
Municípios	Grau de Urbanização (%)		
	1980 (1)	1991	2000
Alagoinhas (3) (4)	80,82	85,13	86,43
Acajutiba	57,50	75,45	85,07
Pojuca	71,05	82,32	83,52
Catu (4)	70,34	76,89	80,92
Mata de São João (4)	72,75	79,07	76,67
São Sebastião do Passé (4)	60,11	70,08	73,95
Esplanada (5)	55,28	65,49	64,41
Entre Rios (4)	43,40	60,96	61,36
Rio Real (4)	37,33	50,09	60,26
Jandaíra	44,06	54,36	54,92
Conde (4)	37,62	34,02	51,37
Araçás (2)	30,54	42,05	48,44
Aramari (4)	42,93	50,14	46,35
Inhambupe	22,06	39,02	42,52
Aporá	19,96	37,74	39,04
Cardeal da Silva	29,49	35,53	35,25
Ouriçangas	16,23	27,43	34,34
Itanagra (4)	28,79	24,89	29,18
Pedrão	13,50	20,71	21,54
Sátiro Dias (4)	11,90	16,74	19,86
Total	55,98	64,68	67,12

Fonte: IBGE. Censos Demográficos de 1980, 1991 e 2000.

(1) A população dos municípios criados após 1980 e dos que perderam área para estes novos municípios foi ajustada para os limites municipais de 1991, usando-se a tabela de comparatividade dos setores censitários, do próprio IBGE.

(2) Município criado após o Censo Demográfico de 1980.

(3) Município que deu origem a outro após o Censo Demográfico de 1980.

(4) Município que a área urbana ultrapassou o perímetro de 1991, penetrando no quadro rural.

(5) Teve distrito instalado após 1991.

Tendências do crescimento regional rural

A população rural da Região Litoral Norte teve taxa de crescimento de -0,51% no período 1980-1991 e 0,71% no período 1991-2000 (Tabela 6). Isto significou um arrefecimento das perdas de população nos dois períodos em análise, o que caracteriza perda absoluta no primeiro período e líquida no segundo. Tal fato chama a atenção porque, como visto anteriormente, durante o intervalo 1991-2000 alguns municípios tiveram parte de suas áreas até então consideradas rurais, passadas à condição de urbanas. Em consequência, verificou-se acentuação das perdas populacionais em muitos municípios e mesmo regiões, o que, entretanto, não ocorreu na Região Litoral Norte como um todo.

Assim como ocorreu na zona urbana, a análise do crescimento da população rural só foi efetuada nos municípios que não sofreram alterações em sua base espacial urbano-rural no período 1991-2000.

Este grupo foi dividido em quatro classes de crescimento demográfico, tomando como base o período 1991-2000. Na primeira classe, estão apenas os dois municípios que cresceram por imigração líquida nesse período.

Tabela 6

População Residente Rural e Taxa Média Geométrica de Crescimento Anual, Por Ordem Decrescente em 2000 Bahia - Litoral Norte, 1980-2000					
Crescimento/ Municípios	População			Taxa Média Geométrica de Crescimento Anual (%)	
	1980 (1)	1991	2000	1980/1991	1991/2000
Sugestivo de Imigração Líquida					
Entre Rios (4)	12.758	10.821	14.494	- 1,49	3,30
Aramari (4)	4.437	3.807	4.967	- 1,38	3,00
Cardeal da Silva	2.891	4.126	5.202	3,29	2,61
Sátiro Dias (4)	11.095	11.389	13.825	0,24	2,18
Esplanada (5)	8.504	8.007	9.692	- 0,55	2,14
Jandaíra	3.678	3.754	4.520	0,19	2,08
Sem Perdas ou Ganhos Migratórios Líquidos Significativos					
Mata de São João (4)	8.898	6.392	7.599	- 2,96	1,94
Araçás (2)	4.051	5.181	5.673	2,26	1,01
Sugestivo de Emigração Líquida					
Pojuca	4.668	3.975	4.319	- 1,45	0,93
Inhambupe	17.811	15.720	17.008	- 1,13	0,88
Itanagra (4)	3.226	4.171	4.511	2,36	0,87
Aporá	10.533	9.801	10.223	- 0,65	0,47
Alagoinhas (3) (4)	18.480	17.386	17.655	- 0,55	0,17
Emigração Líquida com Perdas Absolutas de População					
Pedrão	6.594	5.402	5.307	- 1,80	- 0,20
Ouriçangas	5.294	5.111	4.941	- 0,32	- 0,38
Rio Real (4)	11.952	13.866	13.217	1,36	- 0,53
São Sebastião do Passé (4)	12.891	11.019	10.411	- 1,42	- 0,63
Conde (4)	9.493	10.655	9.934	1,06	- 0,78
Catu (4)	11.101	10.036	8.915	- 0,91	- 1,31
Acajutiba	4.904	3.166	2.138	- 3,90	- 4,27
Total	173.259	163.785	174.551	- 0,51	0,71

Fonte: IBGE. Censos Demográficos de 1980, 1991 e 2000.

(1) A população dos municípios criados após 1980 e dos que perderam área para estes novos municípios foi ajustada para os limites municipais de 1991, usando-se a tabela de comparatividade dos setores censitários, do próprio IBGE.

(2) Município criado após o Censo Demográfico de 1980.

(3) Município que deu origem a outro após o Censo Demográfico de 1980.

(4) Município que a área urbana ultrapassou o perímetro de 1991, penetrando no quadro rural.

(5) Teve distrito instalado após 1991.

A análise deste grupo mostra que, no período 1980-1991, Cardeal da Silva já crescia por imigração líquida, e Jandaíra, por emigração líquida. A segunda classe é representada exclusivamente pelo município de Araçás, que cresceu, no período 1991-2000, sem perdas nem ganhos migratórios significativos e já estava nesta mesma faixa de crescimento no período anterior.

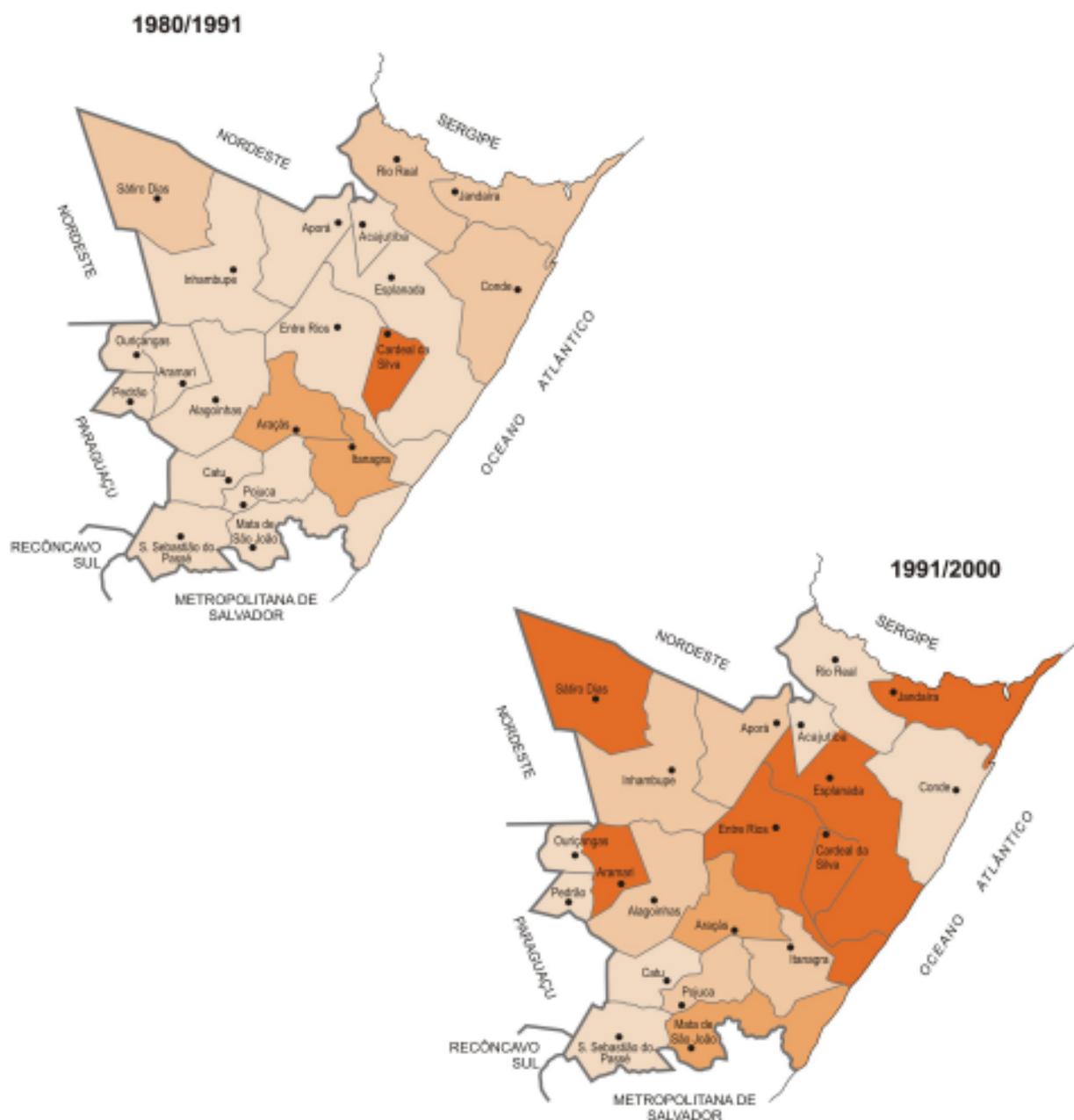
A terceira classe é composta pelos municípios de Pojuca, Inhambupe e Aporá, que apresentaram crescimento por imigração líquida no período 1991-2000 e no período anterior tiveram perda absoluta de população. Por fim, a quarta classe de crescimento demográfico, composta pelos municípios de Pedrão, Ouriçangas e Acajutiba, que, no período 1991-2000, tiveram perda absoluta de população, o que já ocorria no período anterior.

É significativo observar, ainda de acordo com a Tabela 6, que, dentre os 12 municípios que tiveram o seu território rural diminuído, quatro cresceram por imigração líquida no período 1991-2000, um cresceu sem perdas ou

ganhos migratórios líquidos, dois cresceram por imigração líquida e apenas quatro tiveram perda absoluta de população. Isto se constitui num fato singular para este período no estado da Bahia, caracterizado, *grosso modo*, por perdas demográficas generalizadas no meio rural. Dessa maneira, mesmo com a diminuição do território considerado como rural, essa população cresceu, o que indica que na zona rural de alguns municípios da Região Litoral Norte, existem processos favorecendo a permanência da população no campo.

Cartograma 04

Crescimento Demográfico da População Rural por Municípios
Região Econômica Litoral Norte - BA, 1980 - 2000



FAIXAS DE CRESCIMENTO

-  Perdas absolutas
-  Emigração líquida
-  Sem perdas ou ganhos líquidos
-  Imigração líquida

Fonte: Censos Demográficos, IBGE: 1980, 1991 e 2000.

LOCALIZAÇÃO, LIMITES, MUNICÍPIOS INTEGRANTES

A Região Recôncavo Sul (RE-03) localiza-se numa faixa de terra que contorna a Baía de Todos os Santos, incluindo também os municípios que constituem o Vale do Jiquiriçá. Ao norte, limita-se com a Região Paraguaçu; ao sul, com a Região Litoral Sul; a oeste, com a RE Sudoeste e parte da Paraguaçu. Como principais bacias localizadas na sua área limítrofe, encontram-se as do Rio Jaguaripe e do Rio da Dona, enquanto as demais compreendem partes do curso médio e inferior da Bacia do Rio Jiquiriçá, do curso inferior do Rio Paraguaçu, além da Bacia do Rio Subaé. Apresenta também variada gama de geossistemas, que se estendem da faixa litorânea – com manguezais e restingas – até as áreas de contato com o semi-árido – floresta estacional, apresentando também fortes variações climáticas.

Na divisão político-administrativa atualmente em vigor, a região compõe-se de 33 municípios: Amargosa, Aratuípe, Brejões, Cabaceiras do Paraguaçu, Cachoeira, Cruz das Almas, Castro Alves, Conceição do Almeida, Dom Macedo Costa, Elísio Medrado, Governador Mangabeira, Itatim, Jaguaripe, Jiquiriçá, Laje, Maragogipe, Milagres, Muniz Ferreira, Muritiba, Mutuípe, Nazaré, Nova Itarana, Salinas da Margarida, Santa Terezinha, Santo Amaro, Santo Antônio de Jesus, São Felipe, São Félix, São Miguel das Matas, Sapeaçu, Saubara, Ubaíra e Varzedo.

Na data de realização do Censo de 1980, esta região agrupava 29 municípios, ou seja, após 1980 foram criados outros quatro: Cabaceiras do Paraguaçu (desmembrado de Muritiba), Itatim (desmembrado de Santa Terezinha), Saubara (desmembrado de Santo Amaro) e Varzedo (desmembrado de Santo Antônio de Jesus e Castro Alves).

Cartograma 01
Divisão Político - Administrativa
Região Econômica Recôncavo Sul - BA



Região de ocupação iniciada a partir de meados do século XVI, com o regime das sesmarias, teve na monocultura canavieira a principal responsável por seu processo de formação econômico-social. Dessa forma, a organização territorial e a distribuição espacial dos habitantes na região tiveram como base uma atividade eminentemente rural, sendo o engenho de açúcar o aglutinador de pessoas em seu entorno. Atividade de cunho agrário-exportadora, a cana-de-açúcar situou-se, inicialmente, na área mais próxima do litoral, dada a necessidade de escoar a produção pelo porto de Salvador, a fim de poder se expandir, em seguida, para o interior.

Seu cultivo, solução encontrada pelos colonizadores para efetivar a ocupação permanente da colônia e sua formação econômico-social, baseava-se no sistema de grande lavoura, com alta concentração de terras, mão-de-obra e rendas. Estruturou-se a base de um regime senhorial tendo o engenho de açúcar como unidade socioeconômica e cultural. Sobre essa importância do engenho, observa Zorzo (1999:37): “Acochado ao comércio e à exploração do principal produto cultivado na região, a cana-de-açúcar, o engenho firmou-se como o principal móvel da ocupação, articulador dos braços da sociedade e ordenador do território”. As tarefas próprias da fabricação do açúcar, exigiam, segundo descrições da época e depoimento de historiadores, um grande número de pessoas, sem contar com as profissões correlatas ou subsidiárias e o grande número de moradores ocupados no campo. Houve também, com a fabricação do açúcar, a renovação do parque industrial e a introdução de avanços tecnológicos com a vinda de imigrantes das Ilhas dos Açores, especializados neste tipo de produção.

Em torno do sistema canavieiro-açucareiro, desenvolveram-se na região, o fumageiro, o de subsistência e o pecuário. Outros cultivos menos importantes apareciam nas áreas restantes, como o dendê, o coco, a piaçava e os cítrus. Esses sistemas eram integrados, reflexos e complementares, com pouca autonomia, sendo que o açucareiro e o fumageiro ligavam-se ao setor exportador da economia brasileira, enquanto o de subsistência e o pecuário eram tributários dos primeiros e serviam aos rarefeitos e incipientes núcleos urbanos.

A expansão da lavoura fumageira acompanhou a interiorização do Recôncavo Sul, incorporando muitas áreas, e deslocando-se, em seguida, para o sertão. O beneficiamento e, posteriormente, a industrialização do fumo favoreceram o aparecimento e desenvolvimento de numerosos núcleos urbanos.

Outros fatores responsáveis pela formação, expansão e consolidação dos núcleos urbanos da região podem ser indicados como os seguintes: os meios de transportes utilizados no início da colonização (os carros de boi, o lombo dos animais, as costas dos homens e o transporte flúvio-marítimo), as feiras livres e o transporte ferroviário. A existência destes últimos fatores, a partir

do final do século passado, imprimiu uma nova dinâmica ao processo de povoamento regional, resultando na atual configuração de seu espaço regional. (CAR, 2002).

Assim, ainda de acordo com a CAR (2002), observa-se que a atividade agropecuária regional é marcada por explorações que, durante muitos anos, desempenharam um importante papel na economia baiana, com um expressivo peso no produto interno do Estado, além de ter sido responsável pela absorção de um grande contingente de mão-de-obra. Porém, a redução de áreas e a da produção, bem como a perda da produtividade, têm acarretado, para o setor agrário, uma diminuição da importância outrora exercida na economia estadual, pela falta de inovações tecnológicas e pelo esgotamento dos recursos naturais.

Sobre as causas do estado de estagnação em que se encontra o Recôncavo Sul, eis o que se lê em estudo desenvolvido pela CAR (2000:16):

[...] a gênese do estado de estagnação a que está submetida a região decorre de uma pluralidade de fatores, entre os quais uma estrutura agrária concentrada e o uso inadequado do fator terra e dos demais fatores de produção, sobretudo no que se refere ao uso da tecnologia moderna e, em consequência, das possibilidades de competitividade expressas nos custos de produção e na qualidade dos produtos. Trata-se da situação específica da cana-de-açúcar e da fumicultura, atividades que já tiveram um papel importante no desenvolvimento da região, mas que, atualmente, encontram-se em pleno processo de decadência, com perspectivas imprevisíveis de reversão. A inexistência de políticas de médio e longo prazos, indutoras de investimentos no setor primário, bem como o seu caráter marcadamente descontínuo, estão associados ao comportamento das elites regionais, pouco afeitas aos processos modernos de gestão empresarial.

A pecuária, apesar de vir substituindo as áreas das lavouras, ocupando expressivas extensões do espaço regional, não supera a importância econômica da produção vegetal, que foi responsável "por mais de 74% do valor bruto da produção, caracterizando o Recôncavo Sul como uma área essencialmente agrícola, em que as culturas contribuem com um significativo volume no valor total" (CAR, 2002:45-46). No ano de 1995, as maiores contribuições foram da mandioca, laranja, cana-da-açúcar, café, fumo, banana e cacau.

No que se refere à indústria, a região apresenta como atividade mais importante a produção de papel e papelão em Santo Amaro, que, em anos recentes, atravessou períodos de dificuldades. Na verdade, não existe na região uma base industrial significativa, cujas razões reportam-se à falta de uma base econômica forte, decorrente de sucessivas crises enfrentadas por seus dois principais produtos – a cana-de-açúcar e o fumo.

Ressalte-se a implantação da indústria calçadista nos municípios de Castro Alves, Cruz das Almas, Santo Amaro, Amargosa e Santo Antônio de Jesus, onde serão instaladas três fábricas deste gênero, a fim de diversificar e interiorizar a matriz industrial da região (CAR, 2002).

A região assume também, dada sua situação geográfica, a função de espaço de comunicação e transação comerciais na Bahia e fora dela. No Estado,

relaciona-se com a Região Metropolitana de Salvador e a Região Paraguaçu (onde se situa Feira de Santana), além de possuir fácil acesso rodoviário para o Sudoeste e Sul do País. Fora das fronteiras estaduais, localiza-se no eixo rodoviário de interligação das economias do Sudeste com as do Nordeste brasileiro, que acaba por proporcionar uma situação vantajosa para muitos de seus municípios.

DINÂMICA DEMOGRÁFICA REGIONAL

A região no Estado

A Região Recôncavo Sul abrigava um contingente de 684.550 habitantes em 2000, detendo cerca de 5,24% da população estadual (13.070.250). De acordo com esses indicadores, era a sexta maior região da Bahia. Sublinhe-se, porém, que, mesmo revelando sucessivo aumento de contingente total, essa região exibiu diminuição contínua de seus níveis de participação no conjunto da população estadual, com taxas de 5,99%, 5,30% e 5,24%, respectivamente, em 1980, 1991 e 2000.

Durante os períodos de 1980-1991 e 1991-2000 observou-se, que da mesma forma que o Estado e 12 de suas regiões econômicas desaceleraram seu crescimento anual, o Recôncavo Sul diminuiu suas taxas de crescimento médio anual de 0,96% a.a. e 0,95% a.a. Além disso, pode-se constatar que, entre os dois períodos, apesar de a Bahia ter apresentado maior desaceleração do ritmo de crescimento populacional do que o Recôncavo Sul, o Estado exibiu sempre um ritmo de crescimento maior do que a região.

Em 2000, o contingente demográfico da região distribuía-se em 10.662 km², apenas 1,88% do território estadual (564.258 km²). Quanto à densidade demográfica, apresentava-se como a segunda maior do Estado, 64,20 hab./km², situando-se acima da média baiana (23,16 hab./km²).

No que tange ao grau de urbanização, a região apresentava-se, no ano de 2000, com 57,97% de sua população residindo em áreas urbanas, percentual inferior ao do Estado (67,12%). Observou-se que houve, entre os anos 1980 e 1991, ampliação dos níveis de urbanização da região, passando de 45,51% para 51,93%, patamares inferiores ao do Estado nos referidos anos (49,29% para 59,12%, respectivamente).

Ao se tratar do ritmo de crescimento urbano, observou-se, que diferentemente das demais regiões da Bahia, a Recôncavo Sul manteve seu patamar de ganhos demográficos entre 1980-1991 e 1991-2000, passando de 2,18% a.a. para 2,19% a.a. Porém, confirmou a tendência de perdas demográficas rurais experimentadas pelo Estado e na maioria de suas regiões. Desde 1980-1991 já registrava taxa de crescimento médio anual rural negativa (-0,18% a.a.), que foi acentuada no período seguinte (-0,56% a.a.). Deve-se notar que, entre os dois últimos censos, ocorreram reajustes de limites de áreas

urbanas da Bahia – avançando sobre as rurais –, bem como houve a criação de novos distritos, o que interferiu nos ritmos de crescimento urbano e rural¹.

Os municípios na região

Distribuição da população, área e densidade demográfica

O contingente da região, em 2000, encontrava-se distribuído de maneira bastante heterogênea entre os 33 municípios que a compõem. Os de maior porte demográfico eram Santo Antônio de Jesus (77.368 hab.), Santo Amaro (58.414 hab.) e Cruz das Almas (53.049 hab.) que, juntos, representavam 27,58% da população regional. Além desses, havia mais um município com mais de 40 mil habitantes, Maragogipe, e três com mais de 30 mil e menos de 40 mil habitantes – Cachoeira, Muritiba e Amargosa. Um grupo de sete municípios possuía menos de 10 mil habitantes, sendo Dom Macedo Costa o menor da região, com apenas 3.748 habitantes (Tabela 1).

Quanto à área, verificou-se que não havia diferenças muito expressivas entre os municípios, excetuando um grupo de quatro – Jaguaripe, Castro Alves, Ubaíra e Santa Terezinha – que possuíam as maiores porções territoriais da região (acima de 700 km²), representando mais ou menos 30% da área regional total; os demais oscilaram entre 0,85% e 5,38%.

Já as densidades mostraram-se bastante diversificadas. Dentre os municípios, Santo Antônio de Jesus (307,02 hab./km²) e Cruz das Almas (306,64 hab./km²) destacavam-se com as maiores densidades do Recôncavo Sul em 2000. Muritiba possuía a terceira maior densidade (276,07 hab./km²), seguida de um grupo de sete – Governador Mangabeira, Sapeaçu, São Félix, Santo Amaro, Saubara, Nazaré e São Felipe – cujas densidades situavam-se entre 100,0 e 200,0 hab./km². A menor densidade demográfica pertencia a Santa Terezinha (12,25 hab./km²), que possuía a quarta maior área da região (710 km²) e 8.696 habitantes.

¹ A esse respeito, ver nota metodológica na introdução deste trabalho.

Tabela 1

População Total e Área por Ordem Decrescente da Densidade Demográfica Bahia - Recôncavo Sul, 2000				
Municípios	População	Área		Densidade (hab/km ²)
		(Km ²)	%	
Santo Antônio de Jesus	77.368	252	2,36	307,02
Cruz das Almas	53.049	173	1,62	306,64
Muritiba	30.644	111	1,04	276,07
Governador Mangabeira	17.165	94	0,88	182,61
Sapeaçu	16.450	102	0,96	161,27
São Félix	13.699	96	0,90	142,70
Santo Amaro	58.414	486	4,56	120,19
Saubara	10.193	91	0,85	112,01
Nazaré	26.365	256	2,40	102,99
São Felipe	20.228	198	1,86	102,16
Maragogipe	40.314	436	4,09	92,46
Salinas da Margarida	10.377	118	1,11	87,94
Cachoeira	30.416	398	3,73	76,42
Mutuípe	20.462	273	2,56	74,95
Cabaceiras do Paraguaçu	15.547	214	2,01	72,65
Amargosa	31.108	436	4,09	71,35
Conceição do Almeida	18.912	290	2,72	65,21
Muniz Ferreira	6.941	115	1,08	60,36
Jiquiriçá	13.638	236	2,21	57,79
Varzedo	8.673	168	1,58	51,63
São Miguel das Matas	10.020	207	1,94	48,41
Aratuípe	8.381	177	1,66	47,35
Dom Macedo Costa	3.748	91	0,85	41,19
Laje	19.601	498	4,67	39,36
Elísio Medrado	7.860	200	1,88	39,30
Milagres	12.067	308	2,89	39,18
Castro Alves	25.561	764	7,17	33,46
Brejões	15.344	481	4,51	31,90
Ubaíra	20.595	762	7,15	27,03
Itatim	12.700	574	5,38	22,13
Jaguaripe	13.422	891	8,36	15,06
Nova Itarana	6.592	456	4,28	14,46
Santa Terezinha	8.696	710	6,66	12,25
Total	684.550	10.662	100,00	64,20

Fonte: IBGE. Censo Demográfico e Site Cidade@.

Evolução das populações municipais: volume, ritmo de crescimento e participação relativa

Em relação ao volume demográfico dos municípios da Região Recôncavo Sul, entre os anos 1980, 1991 e 2000, verificou-se que 21 deles apresentavam evolução constante; 10 apresentavam oscilação, sendo que, dentre esses, seis cresciam no primeiro período e decresciam no segundo, enquanto quatro apresentavam comportamento inverso. Os dois municípios restantes exibiram redução de seu número de habitantes.

Um grupo formado por 12 municípios apresentava número de habitantes acima de 20 mil no ano 2000. Em 7 municípios, as populações situavam-se

abaixo de 10 mil habitantes, sendo que apenas um (Dom Macedo) exibia população inferior a 5 mil habitantes. Destacava-se Santo Amaro pelo fato de ser o único com mais de 50 mil habitantes nos três anos censitários.

Um grupo formado por 12 municípios apresentava número de habitantes acima de 20 mil no ano 2000. Em 7 municípios, as populações situavam-se abaixo de 10 mil habitantes, sendo que apenas um (Dom Macedo) exibia população inferior a 5 mil habitantes. Destacava-se Santo Amaro pelo fato de ser o único com mais de 50 mil habitantes nos três anos censitários.

Constatou-se que, apesar de ter havido aumento populacional em grande parte dos municípios durante o período em foco, houve um leve arrefecimento no ritmo de crescimento regional entre 1980-1991 e 1991-2000, refletindo a diminuição do ritmo de crescimento demográfico identificado em 15 de suas unidades municipais.

Milagres (2,94% a.a.), Saubara (2,71% a.a.), Itatim (2,65% a.a.), Muritiba (2,50% a.a.) e Santo Antônio de Jesus (2,07% a.a.) revelaram imigração líquida em 1991-2000. Desses, apenas o município de Santo Antônio de Jesus, apesar de arrefecer seu crescimento, possuía ganhos migratórios líquidos também no período 1980-1991. Os demais ampliaram seus níveis de crescimento demográfico: Muritiba apresentava-se sem ganhos ou perdas significativos em 1980-91; Milagres e Saubara exibiam emigração líquida sem perdas absolutas; e Itatim registrava taxa negativa.

Com crescimento sem ganhos ou perdas significativos, no segundo período, estavam Brejões, Salinas da Margarida, Jiquiriçá, Cruz das Almas, São Félix, Amargosa e Muniz Ferreira. Dentre esses, Brejões, Jiquiriçá e Cruz das Almas já se encontravam sem ganhos ou perdas demográficos no primeiro período. Quatro municípios ampliaram seus ritmos de crescimento. Salinas da Margarida, Amargosa e Muniz Ferreira exibiam emigração líquida sem perdas absolutas; e São Félix registrava taxa indicativa de perdas absolutas (-2,02% a.a.).

Em 1991-2000, 13 municípios da região apresentaram emigração líquida sem perda absoluta de população. Note-se que ocorreu uma redução desse número em relação a 1980-1991, quando havia 17 municípios nessa situação. Desse grupo, Varzedo foi o que revelou maior declínio no crescimento, pois, no primeiro período, experimentou imigração líquida. Cabaceiras do Paraguaçu, nesse período, crescia sem ganhos ou perdas demográficos mais expressivos. Os demais, como se verifica na Tabela 2, já possuíam taxas compatíveis com perdas líquidas, sendo que São Miguel das Matas e Maragogipe, de 1980 a 1991, demonstraram redução absoluta de moradores.

Tabela 2

População Residente Total e Taxa Média Geométrica de Crescimento Anual, Por Ordem Decrescente em 2000 Bahia - Recôncavo Sul, 1980-2000					
Crescimento/ Municípios	População			Taxa Média Geométrica de Crescimento Anual (%)	
	1980 (1)	1991	2000	1980/1991	1991/2000
Sugestivo de Imigração Líquida					
Milagres	9.018	9.298	12.067	0,28	2,94
Saubara (2)	7.437	8.016	10.193	0,68	2,71
Itatim (2)	10.300	10.039	12.700	- 0,23	2,65
Muritiba (3)	19.232	24.534	30.644	2,24	2,50
Santo Antônio de Jesus (3)	46.784	64.331	77.368	2,94	2,07
Sem Perdas ou Ganhos Migratórios Líquidos Significativos					
Brejões	10.634	13.041	15.344	1,87	1,82
Salinas da Margarida	7.766	8.891	10.377	1,24	1,73
Jiquiriçá	9.358	11.763	13.638	2,10	1,66
Cruz das Almas	38.358	45.858	53.049	1,64	1,63
São Félix	15.243	12.182	13.699	- 2,02	1,31
Amargosa	25.211	28.026	31.108	0,97	1,17
Muniz Ferreira	6.049	6.280	6.941	0,34	1,12
Sugestivo de Emigração Líquida					
Aratuípe	7.475	7.811	8.381	0,40	0,79
Cabaceiras do Paraguaçu (2)	11.890	14.523	15.547	1,84	0,76
Cachoeira	27.953	28.290	30.416	0,11	0,81
Conceição do Almeida	18.407	18.542	18.912	0,07	0,22
Elísio Medrado	7.713	7.839	7.860	0,15	0,03
Laje	15.732	18.319	19.601	1,39	0,75
Maragogipe	41.260	38.811	40.314	- 0,55	0,42
Nazaré	23.599	25.954	26.365	0,87	0,17
Santo Amaro (3)	50.494	54.160	58.414	0,64	0,84
São Felipe	17.667	20.107	20.228	1,18	0,07
São Miguel das Matas	9.777	9.311	10.020	- 0,44	0,82
Sapeaçu	12.939	15.192	16.450	1,47	0,89
Varzedo (2)	6.378	8.662	8.673	2,82	0,01
Emigração Líquida com Perdas Absolutas de População					
Mutuípe	17.327	20.491	20.462	1,54	- 0,02
Nova Itarana	6.992	6.636	6.592	- 0,47	- 0,07
Ubaíra	18.208	20.809	20.595	1,22	- 0,11
Santa Terezinha (3)	6.982	8.860	8.696	2,19	- 0,21
Jaguaripe	10.874	13.840	13.422	2,22	- 0,34
Governador Mangabeira	17.004	17.859	17.165	0,45	- 0,44
Dom Macedo Costa	5.472	3.904	3.748	- 3,02	- 0,45
Castro Alves (3)	26.582	26.773	25.561	0,07	- 0,51
Total	566.115	628.952	684.550	0,96	0,95

Fonte: IBGE. Censos Demográficos de 1980, 1991 e 2000.

(1) A população dos municípios criados após 1980 e dos que perderam área para estes novos municípios foi ajustada para os limites municipais de 1991, usando-se a tabela de comparatividade dos setores censitários, do próprio IBGE.

(2) Município criado após o Censo Demográfico de 1980.

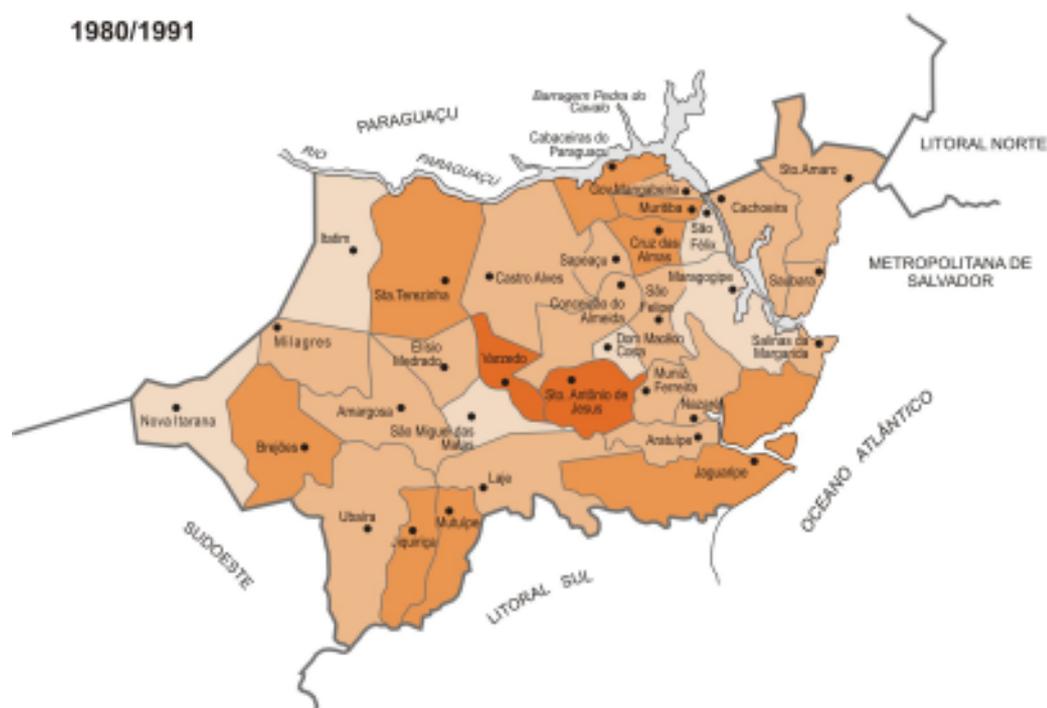
(3) Município que deu origem a outro após o Censo Demográfico de 1980.

Comparando-se as taxas de crescimento médio anual dos municípios com a da região, observou-se que, no segundo período, 21 municípios exibiam taxas inferiores à média regional, enquanto que, no primeiro, eram 17.

Cartograma 02

Crescimento Demográfico da População Total por Município
Região Econômica Recôncavo Sul - BA, 1980 - 2000

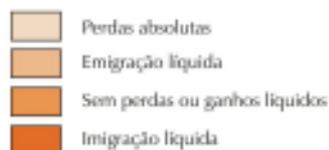
1980/1991



1991/2000



FAIXAS DE CRESCIMENTO



Fonte: Censos Demográficos, IBGE: 1980, 1991 e 2000.

Dos oito municípios com emigração líquida com perdas absolutas de população, em 1991-2000, três apresentavam-se, no período anterior, sem perdas ou ganhos migratórios líquidos – Mutuípe, Santa Terezinha e Jaguaripe; e três registravam taxas indicativas de emigração líquida sem perdas absolutas – Ubaíra, Governador Mangabeira e Castro Alves. Dom Macedo Costa e Nova Itarana foram os únicos municípios que exibiram perdas demográficas absolutas em ambos os períodos analisados.

Tabela 3

Participação Relativa da População Total dos Municípios no Total da Região, Por Ordem Decrescente em 2000
Bahia - Recôncavo Sul, 1980-2000

Municípios	Participação na Região (%)		
	1980 (1)	1991	2000
Santo Antônio de Jesus (3)	8,26	10,23	11,30
Santo Amaro (3)	8,92	8,61	8,53
Cruz das Almas	6,78	7,29	7,75
Maragogipe	7,29	6,17	5,89
Amargosa	4,45	4,46	4,54
Muritiba (3)	3,40	3,90	4,48
Cachoeira	4,94	4,50	4,44
Nazaré	4,17	4,13	3,85
Castro Alves (3)	4,70	4,26	3,73
Ubaíra	3,22	3,31	3,01
Mutuípe	3,06	3,26	2,99
São Felipe	3,12	3,20	2,95
Laje	2,78	2,91	2,86
Conceição do Almeida	3,25	2,95	2,76
Governador Mangabeira	3,00	2,84	2,51
Sapeaçu	2,29	2,42	2,40
Cabaceiras do Paraguaçu (2)	2,10	2,31	2,27
Brejões	1,88	2,07	2,24
São Félix	2,69	1,94	2,00
Jiquiriçá	1,65	1,87	1,99
Jaguaripe	1,92	2,20	1,96
Itatim (2)	1,82	1,60	1,86
Milagres	1,59	1,48	1,76
Salinas da Margarida	1,37	1,41	1,52
Saubara (2)	1,31	1,27	1,49
São Miguel das Matas	1,73	1,48	1,46
Santa Terezinha (3)	1,23	1,41	1,27
Varzedo (2)	1,13	1,38	1,27
Aratuípe	1,32	1,24	1,22
Elísio Medrado	1,36	1,25	1,15
Muniz Ferreira	1,07	1,00	1,01
Nova Itarana	1,24	1,06	0,96
Dom Macedo Costa	0,97	0,62	0,55
Total	100,00	100,00	100,00

Fonte: IBGE. Censos Demográficos de 1980, 1991 e 2000.

(1) A população dos municípios criados após 1980 e dos que perderam área para estes novos municípios foi ajustada para os limites municipais de 1991, usando-se a tabela de comparatividade dos setores censitários, do próprio IBGE.

(2) Município criado após o Censo Demográfico de 1980.

(3) Município que deu origem a outro após o Censo Demográfico de 1980.

Quanto à participação do contingente de cada município no Recôncavo Sul, evidenciou-se que, juntos, os três mais populosos (Santo Antônio de Jesus, Santo Amaro e Cruz das Almas) representaram, nos anos censitários

em foco, sempre mais que 20% do conjunto da região. Em 2000, somavam 27,58%, sendo que o maior (Santo Antônio de Jesus) detinha 11,30% da população regional. Havia, ainda, sete municípios com populações entre 3% e 6%, ou 30% do total; 21 com percentual de moradores entre 1% e 3%, abrangendo 40,95% do total, e dois municípios com menos de 1% de participação, abarcando apenas 1,51% do conjunto da população regional. Resalte-se que houve uma variação pouco expressiva nos pesos relativos dos municípios, sem alterações significativas de um censo a outro.

Evolução da população rural – tendências do crescimento regional rural

Vinte e um dos 33 municípios do Recôncavo Sul sofreram alterações que aumentaram sua área urbana – e, portanto, a população – e diminuíram a rural entre 1991 e 2000. Dentre esses, para São Miguel das Matas, Conceição do Almeida, Santo Antônio de Jesus, Cabaceiras do Paraguaçu, Santa Terezinha, São Felipe, Cruz das Almas, Aratuípe, Varzedo, Mutuípe, Amargosa, Governador Mangabeira, Dom Macedo Costa, Castro Alves e Saubara, que registraram taxas negativas, no último período, não há como dimensionar o quanto de tais perdas demográficas se deveram à emigração. Inviabilizando, portanto, a análise comparativa das tendências de crescimento urbano e rural desses municípios entre os dois períodos.

Note-se que Muritiba, mesmo perdendo áreas rurais, observou taxas compatíveis com imigração líquida, permanecendo com a mesma tendência de 1980-1991, embora em ritmo menor.

Dos 12 municípios restantes, ou seja, que não experimentaram alteração entre as áreas urbanas e rurais, Milagres foi o único com imigração líquida, em 1991-2000, situação que se inverteu em relação a 1980-1991, quando o município exibia perdas absolutas (-3,14% a.a.).

Conforme a Tabela 4, no segundo período, Salinas da Margarida e Brejões registravam taxas indicativas de ausência de perdas ou ganhos significativos. O primeiro elevou seu ritmo de crescimento, uma vez que, de 1980 a 1991, apresentou perdas líquidas. Brejões permaneceu com a mesma tendência nos dois períodos.

Tabela 4

População Residente Rural e Taxa Média Geométrica de Crescimento Anual, Por Ordem Decrescente em 2000 Bahia - Recôncavo Sul, 1980-2000					
Crescimento/ Municípios	População			Taxa Média Geométrica de Crescimento Anual (%)	
	1980 (1)	1991	2000	1980/1991	1991/2000
Sugestivo de Imigração Líquida					
Muritiba (3) (4)	6.687	9.825	12.739	3,56	2,93
Milagres	3.074	2.098	2.708	- 3,41	2,88
Sem Perdas ou Ganhos Migratórios Líquidos Significativos					
Salinas da Margarida	4.379	4.989	5.766	1,19	1,62
Brejões	8.219	9.689	10.776	1,51	1,19
Sugestivo de Emigração Líquida					
Iquiritá (4)	7.348	8.377	9.050	1,20	0,86
Itatim (2)	10.300	3.785	4.000	- 8,70	0,62
Maragogipe	20.403	18.339	19.271	- 0,96	0,55
Santo Amaro (3) (4)	14.366	13.266	13.909	- 0,72	0,53
São Félix	8.094	4.762	4.951	- 4,71	0,43
Cachoeira (4)	14.173	14.097	14.585	- 0,05	0,38
Sapeaçu (4)	8.421	8.845	8.926	0,45	0,10
Laje (4)	12.741	14.470	14.483	1,16	0,01
Emigração Líquida com Perdas Absolutas de População					
São Miguel das Matas (4)	8.252	7.271	7.248	- 1,14	- 0,04
Conceição do Almeida (4)	12.039	10.883	10.594	- 0,91	- 0,30
Santo Antônio de Jesus (3) (4)	13.043	11.476	11.123	- 1,16	- 0,35
Muniz Ferreira	4.267	3.756	3.640	- 1,15	- 0,35
Cabaceiras do Paraguaçu (2) (4)	10.742	12.677	12.242	1,52	- 0,39
Ubaíra	13.157	13.724	12.585	0,38	- 0,96
Elísio Medrado	6.675	5.842	5.346	- 1,20	- 0,98
Santa Terezinha (3) (4)	5.919	7.482	6.837	2,15	- 1,00
São Felipe (4)	12.669	13.201	11.978	0,37	- 1,07
Cruz das Almas (4)	13.803	14.950	13.445	0,73	- 1,17
Jaguaripe	8.049	9.897	8.790	1,90	- 1,31
Aratuípe (4)	4.167	4.073	3.594	- 0,21	- 1,38
Nova Itarana	5.816	4.676	4.095	- 1,96	- 1,46
Varzedo (2) (4)	5.397	6.958	6.046	2,34	- 1,55
Mutuípe (4)	12.925	13.548	11.478	0,43	- 1,83
Amargosa (4)	13.296	12.195	10.224	- 0,78	- 1,94
Governador Mangabeira (4)	11.984	12.521	10.481	0,40	- 1,96
Dom Macedo Costa	4.892	3.051	2.451	- 4,20	- 2,40
Castro Alves (3) (4)	15.009	13.586	10.914	- 0,90	- 2,40
Nazaré	5.552	5.463	3.354	- 0,15	- 5,28
Saubara (2) (4) (5)	2.618	2.547	117	- 0,25	- 28,98
Total	308.476	302.319	287.746	- 0,18	- 0,55

Fonte: IBGE. Censos Demográficos de 1980, 1991 e 2000.

(1) A população dos municípios criados após 1980 e dos que perderam área para estes novos municípios foi ajustada para os limites municipais de 1991, usando-se a tabela de comparatividade dos setores censitários, do próprio IBGE.

(2) Município criado após o Censo Demográfico de 1980.

(3) Município que deu origem a outro após o Censo Demográfico de 1980.

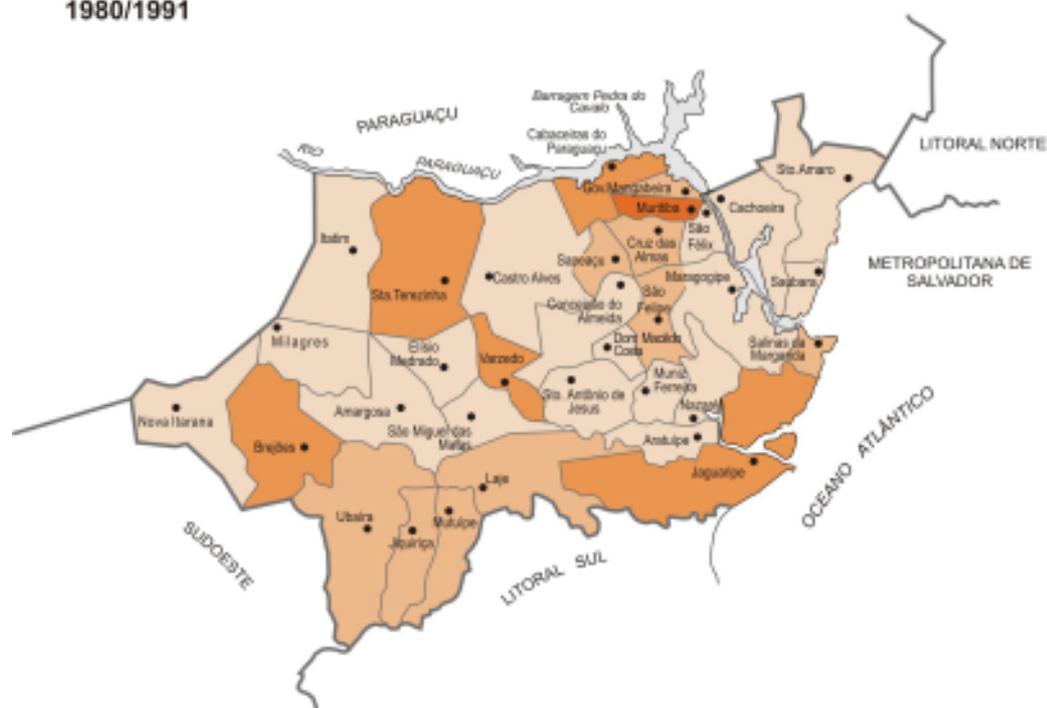
(4) Município que a área urbana ultrapassou o perímetro de 1991, penetrando no quadro rural.

(5) Teve distrito instalado após 1991.

Cartograma 03

Crescimento Demográfico da População Rural por Município Região Econômica Recôncavo Sul - BA, 1980 - 2000

1980/1991



1991/2000



FAIXAS DE CRESCIMENTO

- Perdas absolutas
- Emigração líquida
- Sem perdas ou ganhos líquidos
- Imigração líquida

Fonte: Censos Demográficos, IBGE: 1980, 1991 e 2000.

Três municípios – Itatim, Maragogipe e São Félix – observaram emigração líquida sem perda absoluta, em 1991-2000. É importante mencionar que todos eles exibiam, em 1980-1991, taxas negativas. Em outros termos, ampliaram seus ritmos de crescimento demográfico.

Dentre os municípios com perda absoluta de moradores rurais, em 1991-2000, estavam Muniz Ferreira, Ubaíra, Elísio Medrado, Jaguaripe, Nova Itarana e Nazaré. No período anterior, Jaguaripe se apresentava sem perdas ou ganhos migratórios líquidos; Ubaíra exibia taxa indicativa de emigração líquida sem perdas absolutas. Muniz Ferreira, Elísio Medrado e Nova Itarana já apresentavam perdas demográficas absolutas com índices mais elevados do que os de 1991-2000. Nazaré também já registrava perda populacional, mas acentuou consideravelmente seu ritmo de perdas (de -0,15% a.a. para -5,28% a.a.).

Dos 12 municípios em análise, sete possuíam, no segundo período, taxas de crescimento superiores à da região; no entanto, em 1980-1991, ocorreu o inverso, posto que sete municípios exibiam taxas inferiores à taxa regional.

Em termos absolutos, observou-se que não havia nenhum município com número de habitantes superior ou igual a 20 mil, em 2000; considere-se, porém, que um grupo formado por 16 municípios apresentava populações com mais de 10 mil moradores. Vale notar que em 17 municípios com populações inferiores a 10 mil habitantes, nove detinham menos de 5 mil residentes (Tabela 4).

No que se refere à participação relativa, a Tabela 5 tem valor informativo sobre os pesos relativos, não servindo para análises comparativas entre os períodos em função das alterações já citadas nas áreas urbanas e rurais.

Torna-se importante citar Maragogipe, município que possui o maior contingente rural da região, com populações de 20.403, 18.339 e 19.271 habitantes, nos três anos em análise (1980, 1991 e 2000, correspondentemente).

Tabela 5

Participação Relativa da População Rural dos Municípios no Rural da Região, Por Ordem Decrescente em 2000 Bahia - Recôncavo Sul, 1980-2000			
Municípios	População (%)		
	1980 (1)	1991	2000
Maragogipe	6,61	6,07	6,70
Cachoeira (4)	4,59	4,66	5,07
Laje (4)	4,13	4,79	,03
Santo Amaro (3) (4)	4,66	4,39	4,83
Cruz das Almas (4)	4,47	4,95	4,67
Muritiba (3) (4)	2,17	3,25	4,43
Ubaíra	4,27	4,54	4,37
Cabaceiras do Paraguaçu (2) (4)	3,48	4,19	4,25
São Felipe (4)	4,11	4,37	4,16
Mutuípe (4)	4,19	4,48	3,99
Santo Antônio de Jesus (3) (4)	4,23	3,80	3,87
Castro Alves (3) (4)	4,87	4,49	3,79
Brejões	2,66	3,20	3,74
Conceição do Almeida (4)	3,90	3,60	3,68
Governador Mangabeira (4)	3,88	4,14	3,64
Amargosa (4)	4,31	4,03	3,55
Jiquiriçá (4)	2,38	2,77	3,15
Sapeaçu (4)	2,73	2,93	3,10
Jaguaripe	2,61	3,27	3,05
São Miguel das Matas (4)	2,68	2,41	2,52
Santa Terezinha (3) (4)	1,92	2,47	2,38
Varzedo (2) (4)	1,75	2,30	2,10
Salinas da Margarida	1,42	1,65	2,00
Elísio Medrado	2,16	1,93	1,86
São Félix	2,62	1,58	1,72
Nova Itarana	1,89	1,55	1,42
Itatim (2)	3,34	1,25	1,39
Muniz Ferreira	1,38	1,24	1,27
Aratuípe (4)	1,35	1,35	1,25
Nazaré	1,80	1,81	1,17
Milagres	1,00	0,69	0,94
Dom Macedo Costa	1,59	1,01	0,85
Saubara (2) (4) (5)	0,85	0,84	0,04
Total	100,00	100,00	100,00

Fonte: IBGE. Censos Demográficos de 1980, 1991 e 2000.

(1) A população dos municípios criados após 1980 e dos que perderam área para estes novos municípios foi ajustada para os limites municipais de 1991, usando-se a tabela de comparatividade dos setores censitários, do próprio IBGE.

(2) Município criado após o Censo Demográfico de 1980.

(3) Município que deu origem a outro após o Censo Demográfico de 1980.

(4) Município que a área urbana ultrapassou o perímetro de 1991, penetrando no quadro rural.

(5) Teve distrito instalado após 1991.

Evolução da população urbana: urbanização e tendências do crescimento urbano

Em termos absolutos, observou-se aumento contínuo da população urbana da Região Recôncavo Sul, entre 1980, 1991 e 2000 (257.639 hab., 326.633 hab. e 396.804 hab., respectivamente). Conforme a Tabela 6, verifica-se que, entre esses mesmos anos, a grande maioria dos municípios (31) ampliou seu contingente urbano, ao passo que apenas um (Maragogipe) apresentava trajetória oscilante – exibia perdas no primeiro período e ganhos no segundo.

O município de Itatim não apresentou população urbana em 1980, por ter sido criado em 1989, tornando-se impossível também o cálculo de sua taxa de crescimento entre 1980-1991.

Tabela 6

População Residente Urbana e Taxa Média Geométrica de Crescimento Anual, Por Ordem Decrescente em 2000 Bahia - Recôncavo Sul, 1980-2000					
Crescimento/ Municípios	População			Taxa Média Geométrica de Crescimento Anual (%)	
	1980 (1)	1991	2000	1980/1991	1991/2000
Sugestivo de Imigração Líquida					
Saubara (2) (4) (5)	4.819	5.469	10.076	1,16	7,03
Cabaceiras do Paraguaçu (2) (4)	1.148	1.846	3.305	4,41	6,69
Varzedo (2) (4)	981	1.704	2.627	5,15	4,93
Dom Macedo Costa	580	853	1.297	3,57	4,77
Itatim (2)	0	6.254	8.700	-	3,74
Brejões	2.415	3.352	4.568	3,03	3,50
São Miguel das Matas (4)	1.525	2.040	2.772	2,68	3,47
Jiquiriçá (4)	2.010	3.386	4.588	4,86	3,43
Santa Terezinha (3) (4)	1.063	1.378	1.859	2,39	3,38
Laje (4)	2.991	3.849	5.118	2,32	3,22
Amargosa (4)	11.915	15.831	20.884	2,62	3,13
Muniz Ferreira	1.782	2.524	3.301	3,22	3,03
Milagres	5.944	7.200	9.359	1,76	2,96
Mutuípe (4)	4.402	6.943	8.984	4,23	2,90
Cruz das Almas (4)	24.555	30.908	39.604	2,11	2,79
Aratuípe (4)	3.308	3.738	4.787	1,12	2,79
Nova Itarana	1.176	1.960	2.497	4,75	2,73
Elísio Medrado	1.038	1.997	2.514	6,13	2,59
Santo Antônio de Jesus (3) (4)	33.741	52.855	66.245	4,16	2,54
Governador Mangabeira (4)	5.020	5.338	6.684	0,56	2,53
Muritiba (3) (4)	12.545	14.709	17.905	1,46	2,21
São Felipe (4)	4.998	6.906	8.250	2,98	2,00
Sem Perdas ou Ganhos Migratórios Líquidos Significativos					
Sapeaçu (4)	4.518	6.347	7.524	3,14	1,91
Salinas da Margarida	3.387	3.902	4.611	1,30	1,87
São Félix	7.149	7.420	8.748	0,34	1,85
Jaguaripe	2.825	3.943	4.632	3,08	1,81
Ubaíra	5.051	7.085	8.010	3,12	1,37
Mutuípe (4)	18.047	20.491	23.011	1,16	1,30
Cachoeira (4)	13.780	14.193	15.831	0,27	1,22
Castro Alves (3) (4)	11.573	13.187	14.647	1,19	1,17
Sugestivo de Emigração Líquida					
Santo Amaro (3) (4)	36.128	40.894	44.505	1,13	0,94
Conceição do Almeida (4)	6.368	7.659	8.318	1,69	0,92
Maragogipe	20.857	20.472	21.043	- 0,17	0,31
Total	257.639	326.633	396.804	2,18	2,19

Fonte: IBGE. Censos Demográficos de 1980, 1991 e 2000.

(1) A população dos municípios criados após 1980 e dos que perderam área para estes novos municípios foi ajustada para os limites municipais de 1991, usando-se a tabela de comparatividade dos setores censitários, do próprio IBGE.

(2) Município criado após o Censo Demográfico de 1980.

(3) Município que deu origem a outro após o Censo Demográfico de 1980.

(4) Município que a área urbana ultrapassou o perímetro de 1991, penetrando no quadro rural.

(5) Teve distrito instalado após 1991.

Com relação às alterações ocorridas nos limites das áreas urbanas de 21 dos 33 municípios da região, pode-se dizer que influenciaram no aumento do crescimento urbano regional, uma vez que das 21 unidades que registraram taxas de crescimento compatíveis com ganhos migratórios urbanos, apenas seis não passaram pelo processo de redefinição dos limites urbano e rural após o censo de 1991, a saber: Itatim, Brejões, Muniz Ferreira, Milagres, Nova Itarana e Elísio Medrado. Na Tabela 6 observa-se que, desse grupo, apenas Milagres não exibiu imigração líquida em 1980-1991, pois crescia sem perdas ou ganhos migratórios significativos.

Salinas da Margarida, São Félix, Jaguaripe, Ubaíra e Nazaré registraram, em 1991-2000, crescimento positivo, mas que não sugere ganhos ou perdas migratórios líquidos. No período anterior, Jaguaripe e Ubaíra, que possuíam ganhos demográficos líquidos, arrefeceram seu índice de crescimento. Salinas da Margarida, São Félix e Nazaré, ao contrário, deixaram de apresentar perdas líquidas.

No segundo período, com emigração líquida sem perda absoluta, estavam Ubaíra (1,37% a.a.), Nazaré (1,30% a.a.) e Maragogipe (0,31% a.a.). Entretanto, no primeiro período, Ubaíra apresentava taxa indicativa de imigração líquida (3,12% a.a.); Nazaré, a mesma tendência de 1991-2000, (1,16% a.a.); e Maragogipe perdia população em termos absolutos (0,17% a.a.).

Desses municípios, nos dois períodos analisados, 1980-1991 e 1991-2000, seis apresentavam taxas de crescimento superiores à da região.

No ano de 2000, em 23 municípios a população situava-se abaixo de 10 mil habitantes, sendo que 13 tinham menos de 5 mil moradores (Tabela 6). Somente seis municípios (Santo Antônio de Jesus, Santo Amaro, Cruz das Almas, Nazaré, Maragogipe e Amargosa) apresentavam população acima de 20 mil habitantes. É importante ressaltar que, dos municípios constituintes desse grupo, apenas Nazaré e Maragogipe não sofreram reajustes em suas áreas urbanas, conforme mencionado anteriormente.

As maiores populações urbanas da região eram a de Santo Antônio de Jesus, a de Santo Amaro e a de Cruz das Almas, com, respectivamente, 66.245, 44.505 e 39.604 habitantes em 2000, vindo a seguir a de Nazaré (23.011 hab.), a de Maragogipe (21.043 hab.) e a de Amargosa (20.884 hab.). Já com menos de três mil habitantes, encontravam-se os municípios de menores populações no último ano censitário: São Miguel das Matas (2.772 hab.), Varzedo (2.627 hab.), Elísio Medrado (2.514 hab.), Nova Itarana (2.497 hab.), Santa Terezinha (1.859 hab.) e Dom Macedo Costa (1.297 hab.).

No que se refere ao grau de urbanização, constatou-se que a Recôncavo Sul, a partir de 1991, tornou-se urbanizado, com 51,93% de sua população residindo em áreas urbanas. Concordando com a tendência mais geral da região, de ampliação da participação do contingente urbano no total, as unidades do Recôncavo Sul elevaram seus níveis de urbanização. Contudo, a análise do processo de urbanização, no período 1991-2000, ficou prejudicada pelas alterações urbano-rurais em 21 de seus 33 municípios.

Tabela 7

**Grau de Urbanização dos Municípios, Por Ordem Decrescente em 2000
Bahia - Recôncavo Sul, 1980-2000**

Municípios	Grau de Urbanização (%)		
	1980 (1)	1991	2000
Saubara (2) (4) (5)	64,80	68,23	98,85
Nazaré	76,47	78,95	87,28
Santo Antônio de Jesus (3) (4)	72,12	82,16	85,62
Milagres	65,91	77,44	77,56
Santo Amaro (3) (4)	71,55	75,51	76,19
Cruz das Almas (4)	64,02	67,40	74,66
Itatim (2)	0,00	62,30	68,50
Amargosa (4)	47,26	56,49	67,13
São Félix	46,90	60,91	63,86
Muritiba (3) (4)	65,23	59,95	58,43
Castro Alves (3) (4)	43,54	49,25	57,30
Aratuípe (4)	44,25	47,86	57,12
Maragogipe	50,55	52,75	52,20
Cachoeira (4)	49,30	50,17	52,05
Muniz Ferreira	29,46	40,19	47,56
Sapeaçu (4)	34,92	41,78	45,74
Salinas da Margarida	43,61	43,89	44,43
Conceição do Almeida (4)	34,60	41,31	43,98
Mutuípe (4)	25,41	33,88	43,91
São Felipe (4)	28,29	34,35	40,79
Governador Mangabeira (4)	29,52	29,89	38,94
Ubaíra	27,74	34,05	38,89
Nova Itarana	16,82	29,54	37,88
Dom Macedo Costa	10,60	21,85	34,61
Jaguarípe	25,98	28,49	34,51
Jiquiriçá (4)	21,48	28,79	33,64
Elísio Medrado	13,46	25,48	31,98
Varzedo (2) (4)	15,38	19,67	30,29
Brejões	22,71	25,70	29,77
São Miguel das Matas (4)	15,60	21,91	27,66
Laje (4)	19,01	21,01	26,11
Santa Terezinha (3) (4)	15,22	15,55	21,38
Cabaceiras do Paraguaçu (2) (4)	9,66	12,71	21,26
Total	45,51	51,93	57,97

Fonte: IBGE. Censos Demográficos de 1980, 1991 e 2000.

(1) A população dos municípios criados após 1980 e dos que perderam área para estes novos municípios foi ajustada para os limites municipais de 1991, usando-se a tabela de comparatividade dos setores censitários, do próprio IBGE.

(2) Município criado após o Censo Demográfico de 1980.

(3) Município que deu origem a outro após o Censo Demográfico de 1980.

(4) Município que a área urbana ultrapassou o perímetro de 1991, penetrando no quadro rural.

(5) Teve distrito instalado após 1991.

LOCALIZAÇÃO, LIMITES, MUNICÍPIOS INTEGRANTES

A Região Litoral Sul (RE-04) localiza-se na área compreendida entre a foz do Rio Jiquiriçá e a do Rio Jequitinhonha. Ao norte, sua divisão é com o Recôncavo Sul e ao leste bordeja o Oceano Atlântico. A oeste, limita-se com uma expressiva área, a RE Sudoeste, e ao sul com a RE Extremo Sul.

Na divisão político-administrativa atualmente em vigor, a região compõe-se de 53 municípios: Aiquara, Almadina, Apuarema, Arataca, Aurelino Leal, Barra do Rocha, Barro Preto, Buerarema, Cairu, Camacã, Camamu, Canavieiras, Coaraci, Dário Meira, Floresta Azul, Gandu, Gongogi, Ibicaraí, Ibirapitanga, Ibirataia, Igrapiúna, Ilhéus, Ipiaú, Itabuna, Itacaré, Itagi, Itagibá, Itaju do Colônia, Itajuípe, Itamari, Itapé, Itapitanga, Ituberá, Jitaúna, Jussari, Maraú, Mascote, Nilo Peçanha, Nova Ibiá, Pau Brasil, Piraí do Norte, Presidente Tancredo Neves, Santa Cruz da Vitória, Santa Luzia, São José da Vitória, Taperoá, Teolândia, Ubaitaba, Ubatã, Una, Uruçuca, Valença e Wenceslau Guimarães. Ressalte-se que é a maior região do Estado da Bahia em número de municípios.

Na data de realização do Censo de 1980, esta região compunha-se de 44 unidades municipais, ou seja, após 1980 foram criados nove municípios: Apuarema (desmembrado de Jaguaquara e Wenceslau Guimarães), Arataca (desmembrado de Una), Igrapiúna (desmembrado de Camamu), Jussari (desmembrado de Itabuna), Nova Ibiá (desmembrado de Gandu), Piraí do Norte (desmembrado de Ituberá), Presidente Tancredo Neves (desmembrado de Valença), Santa Luzia (desmembrado de Canavieiras) e São José da Vitória (desmembrado de Buerarema).

VISÃO SINTÉTICA DO PROCESSO HISTÓRICO DE OCUPAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO RECENTE

Região de ocupação iniciada à época do descobrimento do Brasil, com a chegada dos primeiros colonizadores às costas brasileiras, apresentou a cacauicultura como principal elemento responsável por sua estruturação econômica e demográfica.

Cartograma 01
Divisão Político - Administrativa
Região Econômica Litoral Sul - BA



Juntamente com todo o sul da Bahia, a ocupação de seu território ocorreu com movimentos de avanços e recuos devido, entre outros fatores, à ausência de definição econômica da parte dos colonizadores. Ademais, a presença de índios hostis, a rivalidade entre os colonos, a insalubridade, as dificuldades de comunicação e de penetração nas terras além do litoral desestimularam consideravelmente a imigração e a permanência nessa área.

De todo modo, os primeiros esforços de ocupação da região objetivaram extrair suas riquezas naturais e enviá-las à metrópole portuguesa, caracterizando assim, desde o princípio, uma relação de exploração com vistas à exportação. Mais tarde, tentou-se coordenar a extração e comercialização de produtos naturais, especialmente o pau-brasil, e proteger os colonos portugueses dos ataques de índios e europeus, com o estabelecimento de entrepostos comerciais, os quais foram logo em seguida abandonados e substituídos pelo sistema de Capitânicas Hereditárias (1534). Esse sistema foi responsável, na região, pela formação dos primeiros núcleos de povoações dispersos pelo litoral.

Muitas foram as culturas introduzidas na região: arroz, café, algodão, entre outras, mas, de acordo com Milton Santos (1955), foi o cacau que deu um novo aspecto ao sul da Bahia, para onde deslocou grande massa de colonos deste e de outros Estados. O notável desenvolvimento da cacauicultura na área foi propiciado, principalmente, pelas condições naturais adequadas e também pela crescente aceitação no mercado externo, organizando-se, assim, como monocultura produzida em grandes propriedades.

Entre o século XIX e as primeiras décadas do século XX, a cacauicultura se expandiu, atraindo significativo número de pessoas para a região. Nesse momento, a economia regional se transformou com a substituição de uma policultura de semi-subsistência pela monocultura do cacau, que passou a dominar o cenário econômico da Bahia (SEI, 1997).

Mais tarde, ocorreu a interiorização das plantações devido à necessidade de ampliação da área de cultivo. Com isso, o município de Ilhéus articulou-se com outras partes da região, estabelecendo a ligação com Itabuna, através de estrada de ferro; surgiu o pólo Ilhéus-Itabuna, importante pelo desenvolvimento demográfico e articulação político-administrativa da região. A função portuária de Ilhéus e a penetração da ferrovia até Itabuna contribuíram para a rápida ascensão desses núcleos urbanos, que, em face da proximidade e da complementaridade de suas funções, formaram um bipólo líder do subsistema urbano mais bem estruturado do Estado na primeira metade do século XX.

A Região Litoral Sul é referenciada, atualmente, por duas “sub-regiões” econômicas principais. A primeira delas, baseada na cacauicultura, tem em Itabuna e Ilhéus os articuladores de um conjunto de municípios ligados a essa cultura. Ilhéus constituía-se no centro de comercialização, exportação e industrialização do cacau, além de, na condição de município litorâneo,

ter recebido o impacto de investimentos turísticos nos anos 1990. Itabuna, centro de comércio varejista e de serviços, absorveu os fluxos comerciais de todo esse espaço e aqueles que se deram entre regiões circunvizinhas, dentro e fora da Bahia.

A segunda “sub-região” pode ser tipificada pelas culturas do dendê, cravada-índia, seringueira, pimenta-do-reino, piaçava, guaraná, pela presença de algumas poucas indústrias (borracha) e pela atividade do turismo em áreas conhecidas, hoje, como Costa do Dendê¹ e Costa do Cacau².

Suporte da economia baiana por longo período, a agroindústria do cacau vem sofrendo grave crise, com drásticos efeitos sobre a dinâmica demográfica regional. Frente a essa crise, a região vem passando por um processo de reestruturação apoiado em outras atividades produtivas, dentre as quais destacaram-se o Pólo de Informática de Ilhéus, o complexo calçados/têxtil/confeccões, o fomento ao turismo e o plantio de café do tipo *conillon*.

No que concerne ao Pólo de Informática de Ilhéus, este decorreu de um programa de incentivos fiscais, a partir de 1995, que, com o objetivo de alavancar o desenvolvimento do segmento eletroeletrônico no sul baiano, viabilizou a implantação de algumas empresas desse segmento naquele município.

O turismo na região vem sendo estimulado mediante a implantação de obras de infra-estrutura que têm propiciado a atração de novos investimentos, como a construção do acesso rodoviário entre Ilhéus e Itacaré, assim como a construção do aeroporto de Valença.

Nas últimas décadas, o cultivo do café despontou como uma das principais alternativas introduzidas pelos produtores de cacau para fazer face à crise já citada. O café do tipo *conillon* vem sendo cultivado em Camacã, Arataca, e as plantações já se estendem no eixo Itabuna-Ilhéus, começando a se desenvolver em Canavieiras. A região dispõe de potencial para abrigar esse cultivo, uma vez que o regime de chuvas bem distribuído na zona cacaeira dispensa a irrigação, o que resulta em significativa redução dos custos de produção. Quanto aos possíveis efeitos, para o meio ambiente, da substituição do cacau pelo café, alertam os especialistas: enquanto o cacau se desenvolve na sombra, e com isso preserva trechos da Mata Atlântica, o desenvolvimento do café necessita de sol e áreas desimpedidas. Em outras palavras, a expansão do café na região pode implicar a derrubada de remanescentes da Mata Atlântica.

¹ Região turística que integra a Região Litoral Sul, segundo classificação da Empresa de Turismo da Bahia (Bahiatursa), formada pelos municípios de Valença, Cairu, Ituberá, Igrapiúna, Camamu, Maraú, Nilo Peçanha e Taperoá.

² Idem nota anterior, formada pelos municípios de Ilhéus, Itacaré, Una, Canavieiras, Itabuna, Uruçuca e Belmonte (único município que não faz parte da região em foco).

A região no Estado

A Região Litoral Sul abrigava um contingente de 1.360.539 habitantes em 2000, cerca de 10,41% da população estadual (13.070.250 hab.). Desta forma, posicionava-se como a segunda maior região da Bahia, perdendo apenas para a RMS. Contudo, a região diminuiu a participação relativa de sua população em relação ao Estado, com 11,91%, 11,64% e 10,41%, nos anos de 1980, 1991 e 2000, respectivamente.

Durante os períodos 1980-1991 e 1991-2000, observou-se que, assim como o Estado, a região desacelerou seu crescimento anual – Bahia: 2,09% a.a. e 1,08% a.a.; Litoral Sul: 1,88% a.a. e -0,17% a.a. As taxas da região estiveram sempre em patamares inferiores ao estadual, com perdas demográficas absolutas no último período.

Em 2000, seu contingente de moradores se distribuía em uma área de 25.218 km², apenas 4,5% do território estadual (564.258 km²). Era a terceira maior densidade dentre as regiões do Estado (53,95 hab./km²), situando-se bastante acima da média estadual (23,16 hab./km²).

A RE Litoral Sul era, no ano 2000, a terceira região com maior grau de urbanização da Bahia, com 68,01%. Um pouco superior, portanto, aos 67,12% encontrados para o Estado. Até 1980, a região contava com 49,35% de moradores urbanos, passando a 56,61% no Censo de 1991. Vale destacar que assim como a região, o Estado só passou a ter mais de 50% de sua população residindo em áreas urbanas nesse Censo.

Verificou-se no Litoral Sul, como na maioria das regiões baianas, o arrefecimento do crescimento demográfico urbano, entre os períodos de 1980-91 e 1991-00, passando de 3,16% a.a. para 1,88% a.a., respectivamente. No âmbito rural a região teve crescimento que sugere emigração líquida de população, no período 1980-1991, com crescimento de 0,46% a.a., intensificando o ritmo de perdas no período seguinte, quando cresceu à taxa de -3,5% a.a. Deve-se observar que os ritmos de crescimento urbano e rural de 1991-2000 devem ser analisados com cautela devido aos reajustes de limites das áreas urbanas da Bahia que avançaram sobre as rurais, bem como pela criação de novos distritos, entre 1991 e 2000.

Os municípios na região

Distribuição da população, área e densidade demográfica

O contingente da região, em 2000, encontrava-se distribuído de maneira bastante heterogênea entre os 53 municípios que a compõem. Ilhéus, com 222.127 hab. e Itabuna, com 196.675 hab., eram os maiores municípios, pois representavam, juntos, 30,8% da população regional, sendo ainda, res-

pectivamente, o 4º e 5º maiores municípios do Estado. À exceção desses, apenas o município de Valença contava com mais de 50 mil habitantes.

Ipiaú possuía mais de 40 mil habitantes; e com população superior a 30 mil habitantes estavam Canavieiras, Camacã, Una e Camamu. Um grupo de 11 municípios possuía menos de 10 mil habitantes, sendo Aiquara o menor da região, com apenas 5.315 habitantes.

Quanto à extensão territorial (Tabela 1), verificou-se que cinco municípios – Ilhéus, Canavieiras, Itaju do Colônia, Valença e Una – detinham os maiores territórios (acima de 1.000 km² cada um). Este último, com apenas 8.580 habitantes, possuía a menor densidade dessa região em 2000.

Tabela 1

População Total e Área por Ordem Decrescente da Densidade Demográfica Bahia - Litoral Sul, 2000				
Municípios	População	Área		Densidade (hab/km ²)
		(Km ²)	%	
Itabuna	196.675	443	1,76	443,96
Ipiaú	43.621	287	1,14	151,99
Ibicaraí	28.861	218	0,86	132,39
Ilhéus	222.127	1.841	7,30	120,66
Gandu	27.160	229	0,91	118,60
São José da Vitória	6.210	53	0,21	117,17
Ibirataia	24.741	226	0,90	109,47
Ubaitaba	23.854	222	0,88	107,45
Coaraci	27.852	297	1,18	93,78
Buerarema	19.118	210	0,83	91,04
Itajuípe	22.511	296	1,17	76,05
Barro Preto	8.602	121	0,48	71,09
Ubatã	21.803	333	1,32	65,47
Valença	77.509	1.191	4,72	65,08
Itamarí	8.347	131	0,52	63,72
Jitaúna	21.056	333	1,32	63,23
Uruçuca	20.323	338	1,34	60,13
Ituberá	24.133	423	1,68	57,05
Gongogi	10.522	198	0,79	53,14
Apuarema	7.443	151	0,60	49,29
Camacã	31.055	633	2,51	49,06
Itagi	14.629	303	1,20	48,28
Ibirapitanga	22.177	470	1,86	47,19
Presidente Tancredo Neves	19.404	414	1,64	46,87
Piraí do Norte	10.425	228	0,90	45,72
Teolândia	12.572	288	1,14	43,65
Barra do Rocha	8.074	193	0,77	41,83
Nova Ibiá	7.166	181	0,72	39,59
Taperoá	15.933	409	1,62	38,96
Aurelino Leal	17.149	446	1,77	38,45
Dário Meira	15.222	400	1,59	38,06
Camamu	33.661	885	3,51	38,04
Wenceslau Guimarães	23.926	662	2,63	36,14
Itapé	14.639	443	1,76	33,05
Floresta Azul	11.614	352	1,40	32,99
Almadina	7.862	247	0,98	31,83
Igrapiúna	14.960	508	2,01	29,45

Tabela 1 (Continuação)

População Total e Área por Ordem Decrescente da Densidade Demográfica Bahia - Litoral Sul, 2000				
Municípios	População	Área		Densidade (hab/km ²)
		(Km ²)	%	
Nilo Peçanha	11.213	385	1,53	29,12
Arataca	11.218	396	1,57	28,33
Santa Cruz da Vitória	7.025	250	0,99	28,10
Aiquara	5.315	195	0,77	27,26
Una	31.261	1.159	4,60	26,97
Canavieiras	35.322	1.376	5,46	25,67
Itapitanga	10.382	410	1,63	25,32
Cairu	11.410	451	1,79	25,30
Itacaré	18.120	730	2,89	24,82
Maraú	18.366	774	3,07	23,73
Mascote	16.093	709	2,81	22,70
Pau Brasil	13.048	610	2,42	21,39
Itagibá	17.191	810	3,21	21,22
Jussari	7.556	357	1,42	21,17
Santa Luzia	15.503	785	3,11	19,75
Itaju do Colônia	8.580	1.218	4,83	7,04
Total	1.360.539	25.218	100,00	53,95

Fonte: IBGE. Censo Demográfico e Site Cidade@.

Evolução das populações municipais: volume, ritmo de crescimento e participação relativa

Quanto ao significado dos ritmos de crescimento para o conjunto da população, apenas dois municípios experimentaram imigração líquida de 1991 a 2000: Wenceslau Guimarães e Una. Ambos elevaram suas taxas, sendo que o primeiro obteve crescimento sem perdas ou ganhos migratórios, enquanto Una apresentou perdas líquidas em 1980-91.

Em seis municípios as taxas variaram entre 1% a.a. e 2% a.a., no período 1991-2000, indicando que o crescimento demográfico ocorreu sem perdas nem ganhos migratórios significativos. Desses, Igrapiúna e Ubaitaba apresentaram imigração líquida entre 1980-91, diminuindo a velocidade de crescimento, enquanto Ituberá, Gongogi e Dário Meira deixaram de ter emigração líquida. Valença se manteve na mesma faixa de crescimento em ambos os períodos (Tabela 2).

Tabela 2

População Residente Total e Taxa Média Geométrica de Crescimento Anual, Por Ordem Decrescente em 2000 Bahia - Litoral Sul, 1980-2000					
Crescimento/ Municípios	População			Taxa Média Geométrica de Crescimento Anual (%)	
	1980 (1)	1991	2000	1980/1991	1991/2000
Sugestivo de Imigração Líquida					
Wenceslau Guimarães	13.674	17.254	23.926	2,14	3,70
Una (3)	22.076	23.757	31.261	0,67	3,10
Sem Perdas ou Ganhos Migratórios Líquidos Significativos					
Igrapiúna (2)	6.559	12.695	14.960	6,19	1,84
Gongogi	8.355	8.951	10.522	0,63	1,81
Ituberá	20.100	20.553	24.133	0,20	1,80
Valença (3)	51.968	66.931	77.509	2,33	1,64
Ubaitaba	16.019	21.062	23.854	2,52	1,39
Dário Meira	12.933	13.507	15.222	0,40	1,34

Tabela 2 (Continuação)

População Residente Total e Taxa Média Geométrica de Crescimento Anual, Por Ordem Decrescente em 2000 Bahia - Litoral Sul, 1980-2000					
Crescimento/ Municípios	População			Taxa Média Geométrica de Crescimento Anual (%)	
	1980 (1)	1991	2000	1980/1991	1991/2000
Sugestivo de Emigração Líquida					
Ibirataia	19.973	22.694	24.741	1,17	0,96
Aurelino Leal	16.363	15.737	17.149	- 0,35	0,96
Canavieiras (3)	26.377	33.019	35.322	2,06	0,75
Itabuna (3)	144.283	185.277	196.675	2,30	0,67
Santa Cruz da Vitória	6.970	6.653	7.025	- 0,42	0,61
Marau	14.301		18.366	1,85	0,54
Presidente Tancredo Neves (2)	14.315	18.535	19.404	2,38	0,51
Gandu (3)	22.603	26.461	27.160	1,44	0,29
Camamu (3)	29.597	32.850	33.661	0,95	0,27
Teolândia	9.243	12.433	12.572	2,73	0,12
Jitaúna	16.766	20.831	21.056	1,99	0,12
Itagi	13.428	14.554	14.629	0,73	0,06
Emigração Líquida com Perdas Absolutas de População					
Ilhéus	135.642	223.750	222.127	4,66	- 0,08
Itapitanga	10.393	10.474	10.382	0,07	- 0,10
Itacaré	13.211	18.431	18.120	3,07	- 0,19
Apuarema (2)	6.379	7.647	7.443	1,66	- 0,30
Ipiaú	39.079	45.245	43.621	1,34	- 0,41
Santa Luzia (2)	15.741	16.319	15.503	0,33	- 0,57
Itamarí	8.094	8.831	8.347	0,80	- 0,62
Ibicaraí	30.985	30.560	28.861	- 0,13	- 0,63
Itapé	11.396	15.644	14.639	2,92	- 0,74
Taperoá	12.134	17.046	15.933	3,14	- 0,75
Buerarema (3)	19.676	20.839	19.118	0,52	- 0,95
Nilo Peçanha	7.596	12.290	11.213	4,47	- 1,01
Itajuípe	19.861	24.931	22.511	2,09	- 1,13
Coaraci	27.988	31.064	27.852	0,95	- 1,21
Jussari (2)	9.059	8.470	7.556	- 0,61	- 1,26
Itaju do Colônia	10.832	9.773	8.580	- 0,93	- 1,44
Itagibá	19.012	19.916	17.191	0,42	- 1,62
Ubatã	23.244	25.900	21.803	0,99	- 1,90
Camacã	40.498	37.023	31.055	- 0,81	- 1,93
Barra do Rocha	9.593	9.690	8.074	0,09	- 2,01
Floresta Azul	18.434	13.940	11.614	- 2,51	- 2,01
Ibirapitanga	20.312	26.784	22.177	2,55	- 2,08
Arataca (2)	15.534	13.594	11.218	- 1,21	- 2,11
Barro Preto	8.579	10.601	8.602	1,94	- 2,29
Pau Brasil	18.792	16.179	13.048	- 1,35	- 2,36
Aiquara	7.289	6.612	5.315	- 0,88	- 2,40
Mascote	19.212	20.178	16.093	0,45	- 2,48
Almadina	9.144	10.004	7.862	0,82	- 2,64
Piraí do Norte (2)	7.499	13.759	10.425	5,67	- 3,04
Cairu	11.042	15.217	11.410	2,96	- 3,15
São José da Vitória (2)	5.192	8.768	6.210	4,88	- 3,76
Nova Ibiá (2)	6.658	10.502	7.166	4,23	- 4,16
Uruçuca	21.939	30.763	20.323	3,12	- 4,50
Total	1.125.942	1.381.994	1.360.539	1,88	- 0,17

Fonte: IBGE. Censos Demográficos de 1980, 1991 e 2000

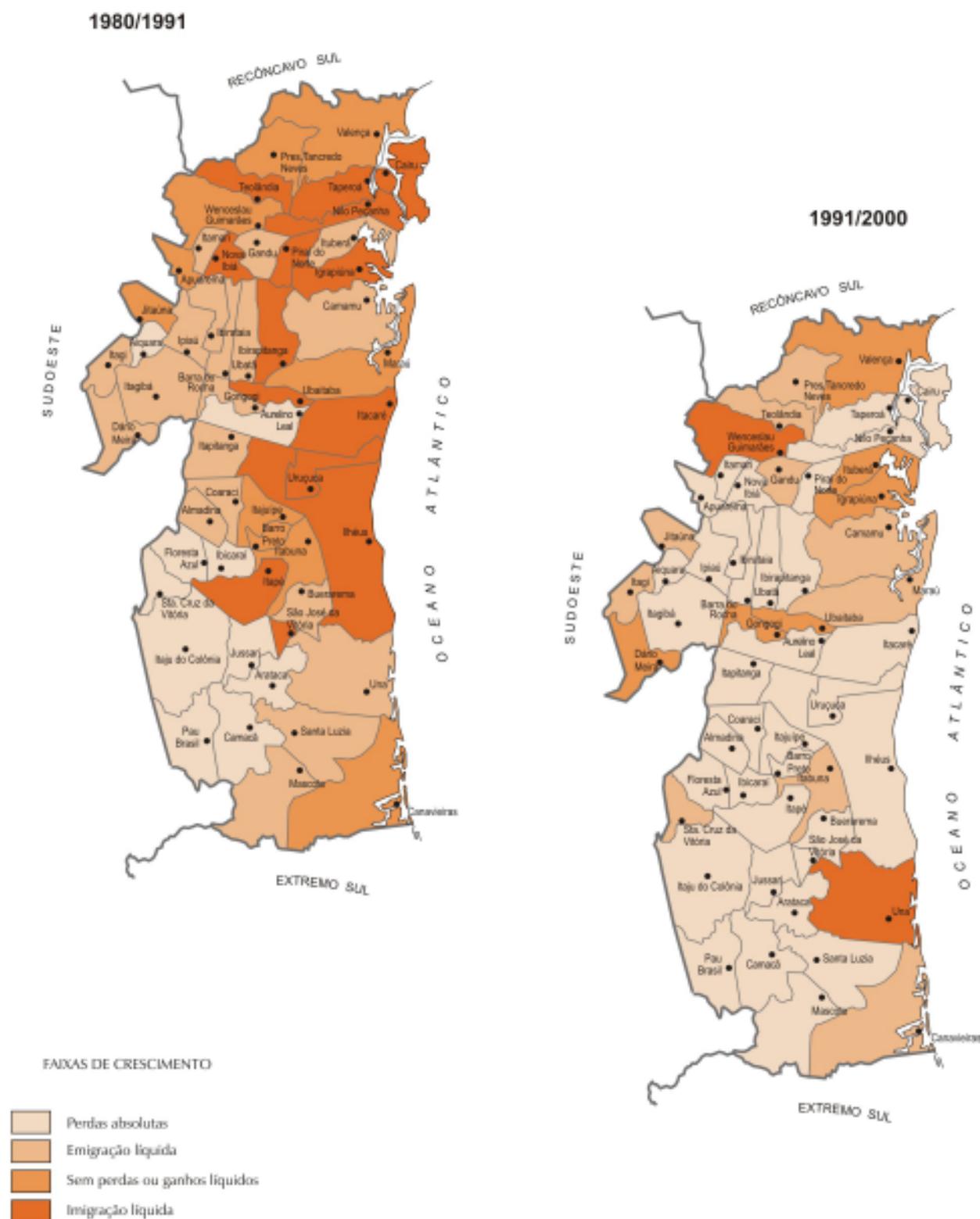
(1) A população dos municípios criados após 1980 e dos que perderam área para estes novos municípios foi ajustada para os limites municipais de 1991, usando-se a tabela de comparatividade dos setores censitários, do próprio IBGE

(2) Município criado após o Censo Demográfico de 1980

(3) Município que deu origem a outro após o Censo Demográfico de 1980

Cartograma 02

Crescimento Demográfico da População Total por Município
Região Econômica Litoral Sul - BA, 1980 - 2000



Fonte: Censos Demográficos, IBGE: 1980, 1991 e 2000.

Em 12 municípios, as taxas indicaram emigração líquida entre 1991-2000. Dentre esses, Teolândia, no qual se observou acentuado declínio dos ritmos de crescimento, uma vez que, entre 1980 e 1991, cresceu por imigração. Canavieiras, Itabuna, Maraú e Presidente Tancredo Neves apresentaram crescimento demográfico sem perdas nem ganhos migratórios expressivos no primeiro período e também declinaram seus ritmos de crescimento, crescendo por emigração líquida no período 1991-2000. Ibirataia, Gandu, Camamu e Itagi cresceram por emigração líquida também em 1980-91. Aurelino Leal e Santa Cruz da Vitória deixaram de perder população em termos absolutos como o faziam entre 1980-91.

Um conjunto de 33 municípios (62% do total) apresentaram perdas absolutas de população entre 1991-2000 (Tabela 2 e Cartograma 2). Nesse conjunto, deve-se mencionar a fortíssima queda no ritmo de crescimento dos municípios a seguir, que cresciam por imigração no período 1980-91: Ilhéus, Itacaré, Taperoá, Itapé, Nilo Peçanha, Ibirapitanga, Piraí do Norte, Cairu, São José da Vitória, Nova Ibiá e Uruçuca. Já os municípios de Apuarema, Ipiaú, Itajuípe, e Barro Preto, entre 1980-1991, registraram crescimento sem perdas nem ganhos migratórios significativos. Todos os demais registraram crescimento sugestivo de emigração líquida – Itapitanga, Santa Luzia, Itamarí, Buerarema, Coaraci, Itagibá, Ubatã, Barra do Rocha, Mascote e Almadina –, ou com perda absoluta de população entre 1980-1991: Ibicaraí, Jussari, Itaju do Colônia, Camacã, Floresta Azul, Arataca, Pau Brasil e Aiquara.

Quanto à participação dos municípios no conjunto da população regional, Ilhéus e Itabuna apresentaram, nos censos em estudo, os maiores percentuais (respectivamente, 16,31% e 14,44%, em 2000), conforme a Tabela 3. Apesar de diminuírem seus ritmos de crescimento, ambos ampliaram a tendência de concentração dos moradores da região.

Tabela 3

Participação Relativa da População Total dos Municípios no Total da Região, Por Ordem Decrescente em 2000			
Bahia - Litoral Sul, 1980-2000			
Municípios	Participação na Região (%)		
	1980 (1)	1991	2000
Ilhéus	12,05	16,19	16,33
Itabuna (3)	12,81	13,41	14,46
Valença (3)	4,62	4,84	5,70
Ipiaú	3,47	3,27	3,21
Canavieiras (3)	2,34	2,39	2,60
Camamu (3)	2,63	2,38	2,47
Una (3)	1,96	1,72	2,30
Camacã	,60	2,68	2,28
Ibicaraí	2,75	2,21	2,12
Coaraci	2,49	2,25	2,05
Gandu (3)	2,01	1,91	2,00
Ibirataia	1,77	1,64	1,82
Ituberá	1,79	1,49	1,77
Wenceslau Guimarães (3)	1,21	1,25	1,76
Ubaitaba	1,42	1,52	1,75

Tabela 3 (Continuação)

Participação Relativa da População Total dos Municípios no Total da Região, Por Ordem Decrescente em 2000 Bahia - Litoral Sul, 1980-2000			
Municípios	Participação na Região (%)		
	1980 (1)	1991	2000
Itajuípe	1,76	1,80	1,65
Ibirapitanga	1,80	1,94	1,63
Ubatã	2,06	1,87	1,60
Jitaúna	1,49	1,51	1,55
Uruçuca	1,95	2,23	1,49
Presidente Tancredo Neves (2)	1,27	1,34	1,43
Buerarema (3)	1,75	1,51	1,41
Maraú	1,27	1,27	1,35
Itacaré	1,17	1,33	1,33
Itagibá	1,69	1,44	1,26
Aurelino Leal	1,45	1,14	1,26
Mascote	1,71	1,46	1,18
Taperoá	1,08	1,23	1,17
Santa Luzia (2)	1,40	1,18	1,14
Dário Meira	1,15	0,98	1,12
Igrapiúna (2)	0,58	0,92	1,10
Itapé	1,01	1,13	1,08
Itagi	1,19	1,05	1,08
Pau Brasil	1,67	1,17	0,96
Teolândia	0,82	0,90	0,92
Floresta Azul	1,64	1,01	0,85
Cairu	0,98	1,10	0,84
Arataca (2)	1,38	0,98	0,82
Nilo Peçanha	0,67	0,89	0,82
Gongogi	0,74	0,65	0,77
Piraí do Norte (2)	0,67	1,00	0,77
Itapitanga	0,92	0,76	0,76
Barro Preto	0,76	0,77	0,63
Itaju do Colônia	0,96	0,71	0,63
Itamarí	0,72	0,64	0,61
Barra do Rocha	0,85	0,70	0,59
Almadina	0,81	0,72	0,58
Jussari (2)	0,80	0,61	0,56
Apuarema (2)	0,57	0,55	0,55
Nova Ibiá (2)	0,59	0,76	0,53
Santa Cruz da Vitória	0,62	0,48	0,52
São José da Vitória (2)	0,46	0,63	0,46
Aiquara	0,65	0,48	0,39
Total	100,00	100,00	100,00

Fonte: IBGE. Censos Demográficos de 1980, 1991 e 2000.

(1) A população dos municípios criados após 1980 e dos que perderam área para estes novos municípios foi ajustada para os limites municipais de 1991, usando-se a tabela de comparatividade dos setores censitários, do próprio IBGE.

(2) Município criado após o Censo Demográfico de 1980.

(3) Município que deu origem a outro após o Censo Demográfico de 1980.

Além desses, destacavam-se Valença e Ipiaú, sendo que o primeiro apresentava-se como o único município com participação acima de 4,6% em 1980, 1991 e 2000. O segundo, por sua vez, se apresentou como o único município com percentuais acima de 3,20% em todo o período. Todos os demais municípios representaram isoladamente menos de 3% da população regional em todo o período analisado e, em 2000, vinte deles nem chegavam a

1,0%. A Tabela 3 permite ainda verificar que os pesos relativos dos municípios têm amplitude de variação pouco expressiva e não sofreram alterações significativas de um censo a outro.

Evolução da população urbana: urbanização e tendências do crescimento urbano

A maior parte dos municípios (44) do Litoral Sul elevou sua população urbana sucessivamente. Entretanto, 42 dos 53 municípios dessa RE passaram, entre 1991 e 2000, por alterações em sua base espacial, na medida em que áreas anteriormente consideradas rurais passam à condição de urbanas, aumentando, conseqüentemente, a área e a população urbana. Para esses municípios, não há como dimensionar o avanço da urbanização, o que inviabiliza qualquer análise comparativa, entre os períodos 1980-1991 e 1991-2000, que envolva as populações urbanas e rurais, tanto para os 42 municípios que sofreram alterações como para a região como um todo.

Sendo assim, foram analisados apenas os 11 municípios que não sofreram as alterações descritas acima e que, segundo a Tabela 2, dividem-se em quatro grupos de acordo com o crescimento demográfico observado no período 1991-2000. No primeiro grupo estavam quatro municípios que cresceram por imigração líquida entre 1991-2000: Piraí do Norte, Cairu, Ibirataia e Itagibá. Dentre eles, apenas Cairu não esteve nesta mesma faixa de crescimento no período 1980-1991, quando registrou perdas absolutas.

No segundo grupo situaram-se os municípios que cresceram sem perdas nem ganhos migratórios significativos no período 1991-2000. Aqui ocorreu maior variedade de situações. Os municípios de Itapé e Barro Preto cresceram por imigração líquida no período anterior. Santa Cruz da Vitória teve emigração líquida e Gongogi se manteve na mesma faixa de crescimento nos dois períodos.

No terceiro grupo estavam os municípios de Taperoá e Buerarema, que cresceram por emigração líquida no período 1991-2000 e tiveram imigração líquida no período anterior, evidenciando um acentuado arrefecimento em seus ritmos de crescimento. Por fim, o quarto grupo, representado apenas pelo município de Floresta Azul, que, no período 1991-2000, teve perda absoluta de população e, no período anterior, crescia por emigração líquida – o que evidenciou um processo de acentuação de suas perdas demográficas entre os dois intervalos.

Tabela 4

População Residente Urbana e Taxa Média Geométrica de Crescimento Anual, por Ordem Decrescente em 2000 Bahia - Litoral Sul, 1980-2000					
Crescimento/ Municípios	População			Taxa Média Geométrica de Crescimento Anual (%)	
	1980 (1)	1991	2000	1980/1991	1991/2000
Sugestivo de Imigração Líquida					
Mascote (5)	1.287	1.573	11.853	1,84	25,16
Presidente Tancredo Neves (2) (4)	0	2.136	6.221	–	12,61
Una (3) (4) (5)	3.086	5.347	15.274	5,12	12,37

Tabela 4 (Continuação)

População Residente Urbana e Taxa Média Geométrica de Crescimento Anual, Por Ordem Decrescente em 2000 Bahia - Litoral Sul, 1980-2000					
Crescimento/ Municípios	População			Taxa Média Geométrica de Crescimento Anual (%)	
	1980 (1)	1991	2000	1980/1991	1991/2000
Sugestivo de Imigração Líquida					
Igrapiúna (2) (4)	852	966	2.377	1,15	10,52
Itaju do Colônia (5)	2.820	2.885	6.441	0,21	9,33
Teolândia (4)	1.215	1.759	3.606	3,42	8,30
Itacaré (4)	3.027	4.275	7.951	3,19	7,14
Wenceslau Guimarães (3) (4)	2.398	4.033	6.790	4,84	5,96
Uruçuca (4) (5)	9.571	9.040	14.158	- 0,52	5,11
Piraí do Norte (2)	1.201	1.848	2.787	4,00	4,67
Aurelino Leal (4)	8.471	9.268	13.940	0,82	4,64
Camamu (3) (4)	5.979	8.125	12.107	2,83	4,53
Ubaitaba (4) (5)	9.391	12.508	18.582	2,64	4,50
Camacã (4) (5)	14.960	16.364	24.282	0,82	4,48
Jitaúna (4)	5.567	6.993	9.568	2,09	3,54
Ituberá (4)	8.358	11.806	15.910	3,19	3,37
Valença (3) (4) (5)	31.813	43.699	55.884	2,93	2,77
Canavieiras (3) (4)	14.642	20.658	26.343	3,18	2,74
Niilo Peçanha (4)	1.200	1.980	2.495	4,66	2,60
Cairu	5.651	5.597	6.981	- 0,09	2,49
Arataca (2) (4)	4.181	4.456	5.483	0,58	2,33
Ibirataia	10.026	15.369	18.726	3,96	2,22
Itagibá	4.635	7.284	8.767	4,20	2,08
Dário Meira (4)	3.261	4.102	4.931	2,11	2,07
Sem Perdas ou Ganhos Migratórios Líquidos Significativos					
Apuarema (2) (4)	966	3.681	4.382	12,93	1,96
Itamari (4)	3.344	4.649	5.488	3,04	1,86
Itagi (4)	5.848	8.536	9.986	3,50	1,76
Itapitanga (4)	5.076	6.095	7.095	1,68	1,70
Itapé	4.982	7.565	8.666	3,87	1,52
Gandu (3) (4)	12.030	19.597	22.060	4,54	1,32
Barro Preto	3.394	4.589	5.159	2,78	1,31
Ilhéus (4)	80.802	144.232	162.125	5,41	1,31
Santa Luzia (2) (4)	63	7.410	8.329	54,25	1,31
Barra do Rocha (4)	2.719	3.065	3.425	1,09	1,24
Jussari (2) (4)	4.118	4.609	5.124	1,03	1,18
Aiquara (4)	1.644	2.455	2.726	3,71	1,17
Santa Cruz da Vitória	4.386	4.527	4.988	0,29	1,08
Gongogi	4.434	5.676	6.250	2,27	1,08
Sugestivo de Emigração Líquida					
Itabuna (3) (4)	133.545	177.561	191.184	2,62	0,82
Maraú (4)	2.107	2.651	2.849	2,11	0,80
Nova Ibiá (2) (4)	1.309	2.358	2.534	5,50	0,80
Coaraci (4) (5)	16.338	21.659	23.269	2,60	0,80
Ipiaú (4)	27.346	36.408	37.924	2,64	0,45
Taperoá	4.548	7.308	7.523	4,41	0,32
Buerarema (3)	10.148	15.959	16.249	4,20	0,20
Itajuípe (4)	12.837	15.972	16.123	2,01	0,10
Ibicaraí (4)	18.174	19.332	19.333	0,56	0,00
Emigração Líquida com Perdas Absolutas de População					
São José da Vitória (2) (4)	0	5.217	5.154	-	- 0,13
Floresta Azul	6.729	7.766	7.548	1,31	- 0,32
Ibirapitanga (4)	4.622	6.697	6.363	3,43	- 0,57
Pau Brasil (4)	8.771	9.279	8.740	0,51	- 0,66
Ubatã (4)	16.964	19.430	17.847	1,24	- 0,94
Almadina (4)	4.869	6.028	5.416	1,96	- 1,18
Total	555.705	782.382	925.316	3,16	1,88

Fonte: IBGE. Censos Demográficos de 1980, 1991 e 2000.

(1) A população dos municípios criados após 1980 e dos que perderam área para estes novos municípios foi ajustada para os limites municipais de 1991, usando-se a tabela de comparatividade dos setores censitários, do próprio IBGE.

(2) Município criado após o Censo Demográfico de 1980.

(3) Município que deu origem a outro após o Censo Demográfico de 1980.

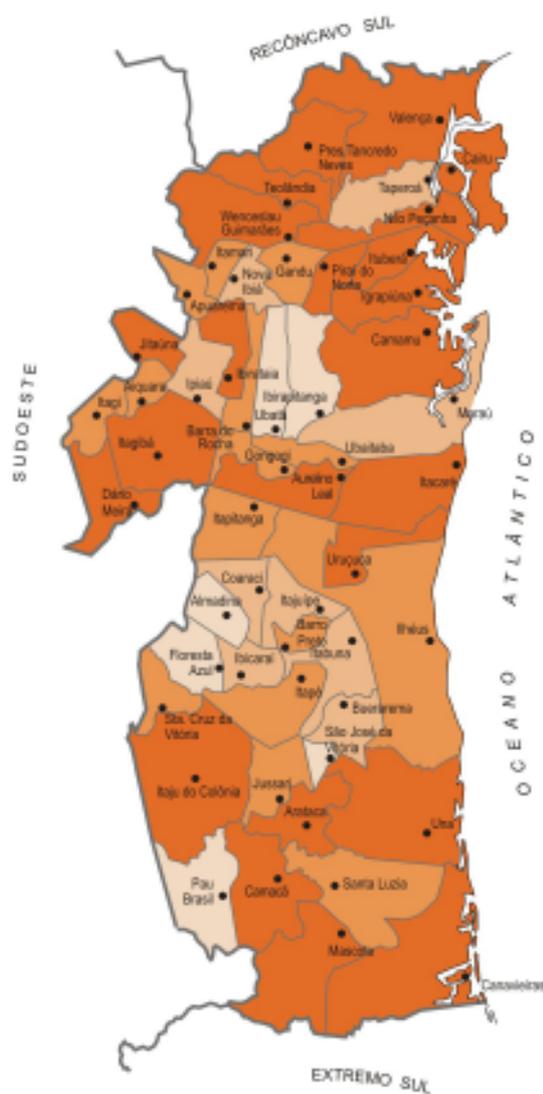
(4) Município que a área urbana ultrapassou o perímetro de 1991, penetrando no quadro rural.

(5) Teve distrito instalado após 1991.

Cartograma 03

Crescimento Demográfico da População Urbana por Município
Região Econômica Litoral Sul - BA, 1980 - 2000

1980/1991



FAIXAS DE CRESCIMENTO

- Perdas absolutas
- Emigração líquida
- Sem perdas ou ganhos líquidos
- Imigração líquida
- Não consta população urbana em 1980

Fonte: Censos Demográficos, IBGE: 1980, 1991 e 2000.



As maiores populações urbanas da região, em 2000, estavam em Itabuna e Ilhéus, com mais de 150 mil habitantes cada uma, vindo a seguir Valença, com 55.884 moradores. Em oito – Camacã, Canavieiras, Coaraci, Gandu, Ilhéus, Ipiaú, Itabuna e Valença – a população superava os 20 mil residentes, sendo que os municípios constituintes desse grupo sofreram reajustes em suas áreas urbanas, conforme mencionado anteriormente. Havia menos de 10 mil habitantes em 33 municípios, entre os quais 11 detinham contingente inferior a 5 mil pessoas, seis possuíam menos de 3 mil habitantes (Igrapiúna, Nilo Peçanha, Nova Ibiá, Aiquara, Piraí do Norte e Maraú). Dentre esses, apenas Piraí do Norte não havia sofrido alteração no seu limite urbano.

A região registrou, em 2000, um grau de urbanização de 68,01%. De seus 53 municípios, 36 tinham mais de 50% de sua população vivendo em zonas urbanas, como se vê na Tabela 5. Nesse grupo se destacou Itabuna, com mais de 97% de sua população vivendo em zonas consideradas urbanas, sendo um dos poucos municípios baianos com mais de 100 mil hab. urbanos. Em seguida surgem Ipiaú, Buerarema, Coaraci, São José da Vitória, Ubatã, Aurelino Leal e Gandu, todos com grau de urbanização superior à 80%. Dentre os 17 municípios com menos de 50% de residentes urbanos, destacaram-se Maraú (15,51%) e Igrapiúna (15,89%), com os menores graus de urbanização.

Tabela 5

Grau de Urbanização dos Municípios Por Ordem Decrescente em 2000			
Bahia - Litoral Sul, 1980-2000			
Municípios	Grau de Urbanização (%)		
	1980 (1)	1991	2000
Itabuna (3) (4)	92,56	95,84	97,21
Ipiaú (4)	69,98	80,47	86,94
Buerarema (3)	51,58	76,58	84,99
Coaraci (4) (5)	58,38	69,72	83,55
São José da Vitória (2) (4)	0,00	59,50	83,00
Ubatã (4)	72,98	75,02	81,86
Aurelino Leal (4)	51,77	58,89	81,29
Gandu (3) (4)	53,22	74,06	81,22
Camacã (4) (5)	36,94	44,20	78,19
Ubaitaba (4) (5)	58,62	59,39	77,90
Ibirataia	50,20	67,72	75,69
Itaju do Colônia (5)	26,03	29,52	75,07
Canavieiras (3) (4)	55,51	62,56	74,58
Mascote (5)	6,70	7,80	73,65
Ilhéus (4)	59,57	64,46	72,99
Valença (3) (4) (5)	61,22	65,29	72,10
Itajuípe (4)	64,63	64,06	71,62
Santa Cruz da Vitória	62,93	68,04	71,00
Uruçuca (4) (5)	43,63	29,39	69,66
Almadina (4)	53,25	60,26	68,89
Itapitanga (4)	48,84	58,19	68,34
Itagi (4)	43,55	58,65	68,26
Jussari (2) (4)	45,46	54,42	67,81
Ibicaraí (4)	58,65	63,26	66,99
Pau Brasil (4)	46,67	57,35	66,98

Tabela 5 (Continuação)

Grau de Urbanização dos Municípios Por Ordem Decrescente em 2000 Bahia - Litoral Sul, 1980-2000			
Municípios	Grau de Urbanização (%)		
	1980 (1)	1991	2000
Ituberá (4)	41,58	57,44	65,93
Itamarí (4)	41,31	52,64	65,75
Floresta Azul	36,50	55,71	64,99
Cairu	51,18	36,78	61,18
Barro Preto	39,56	43,29	59,97
Gongogi	53,07	63,41	59,40
Itapé	43,72	48,36	59,20
Apuarema (2) (4)	15,14	48,14	58,87
Santa Luzia (2) (4)	0,40	45,41	53,73
Aiquara (4)	22,55	37,13	51,29
Itagibá	24,38	36,57	51,00
Arataca (2) (4)	26,92	32,78	48,88
Una (3) (4) (5)	13,98	22,51	48,86
Taperoá	37,48	42,87	47,22
Jitaúna (4)	33,20	33,57	45,44
Itacaré (4)	22,91	23,19	43,88
Barra do Rocha (4)	28,34	31,63	42,42
Camamu (3) (4)	20,20	24,73	35,97
Nova Ibiá (2) (4)	19,66	22,45	35,36
Dário Meira (4)	25,21	30,37	32,39
Presidente Tancredo Neves (2) (4)	0,00	11,52	32,06
Ibirapitanga (4)	22,76	25,00	28,69
Teolândia (4)	13,15	14,15	28,68
Wenceslau Guimarães (3) (4)	17,54	23,37	28,38
Piraí do Norte (2)	16,02	13,43	26,73
Nilo Peçanha (4)	15,80	16,11	22,25
Igrapiúna (2) (4)	12,99	7,61	15,89
Maraú (4)	14,73	15,15	15,51
Total	49,35	56,61	68,01

Fonte: IBGE. Censos Demográficos de 1980, 1991 e 2000.

(1) A população dos municípios criados após 1980 e dos que perderam área para estes novos municípios foi ajustada para os limites municipais de 1991, usando-se a tabela de comparatividade dos setores censitários, do próprio IBGE.

(2) Município criado após o Censo Demográfico de 1980.

(3) Município que deu origem a outro após o Censo Demográfico de 1980.

(4) Município que a área urbana ultrapassou o perímetro de 1991, penetrando no quadro rural.

(5) Teve distrito instalado após 1991.

Evolução da população rural – tendências do crescimento regional rural

Dos municípios que não experimentaram os efeitos das alterações de limites entre as zonas urbana e rural, Gongogi foi o único com ganhos demográficos em 1991-2000, invertendo a tendência de perdas migratórias observadas no primeiro período. Assinale-se que outro município, Wenceslau Guimarães, mesmo com diminuição de seu espaço rural, apresentou ganho demográfico no último período.

Todos os demais registraram emigração líquida com perdas absolutas: Santa Cruz da Vitória, Taperoá, Ibirataia, Itapé, Itagibá, Piraí do Norte, Buerarema, Barro Preto e Cairu (Tabela 6).

Tabela 6

População Residente Rural e Taxa Média Geométrica de Crescimento Anual, Por Ordem Decrescente em 2000 Bahia - Litoral Sul, 1980-2000					
Crescimento/ Municípios	População			Taxa Média Geométrica de Crescimento Anual (%)	
	1980 (1)	1991	2000	1980/1991	1991/2000
Sugestivo de Imigração Líquida					
Gongogi	3.921	3.275	4.272	- 1,62	3,00
Wenceslau Guimarães (3) (4)	11.276	13.221	17.136	1,46	2,92
Sem Perdas ou Ganhos Migratórios Líquidos Significativos					
Dário Meira (4)	9.672	9.405	10.291	- 0,25	1,01
Sugestivo de Emigração Líquida					
Igrapiúna (2) (4)	5.707	11.729	12.583	6,77	0,78
Maraú (4)	12.194	14.845	15.517	1,80	0,49
Emigração Líquida com Perdas Absolutas de População					
Santa Cruz da Vitória	2.584	2.126	2.037	- 1,76	- 0,47
Ituberá (4)	11.742	8.747	8.223	- 2,64	- 0,68
Valença (3) (4) (5)	20.155	23.232	21.625	1,30	- 0,79
Camamu (3) (4)	23.618	24.725	21.554	0,42	- 1,51
Una (3) (4) (5)	18.990	18.410	15.987	- 0,28	- 1,56
Taperoá	7.586	9.738	8.410	2,30	- 1,62
Ibicaraí (4)	12.811	11.228	9.528	- 1,19	- 1,81
Nilo Peçanha (4)	6.396	10.310	8.718	4,44	- 1,85
Teolândia (4)	8.028	10.674	8.966	2,62	- 1,92
Jitaúna (4)	11.199	13.838	11.488	1,94	- 2,05
Ibirataia	9.947	7.325	6.015	- 2,74	- 2,17
Santa Luzia (2) (4)	15.678	8.909	7.174	- 5,01	- 2,38
Presidente Tancredo Neves (2) (4)	14.315	16.399	13.183	1,24	- 2,40
Ibirapitanga (4)	15.690	20.087	15.814	2,27	- 2,62
Apuarema (2) (4)	5.413	3.966	3.061	- 2,79	- 2,84
Itagi (4)	7.580	6.018	4.643	- 2,08	- 2,84
Ilhéus (4)	54.840	79.518	60.002	3,44	- 3,08
Itapitanga (4)	5.317	4.379	3.287	- 1,75	- 3,14
Gandu (3) (4)	10.573	6.864	5.100	- 3,85	- 3,25
Itapé	6.414	8.079	5.973	2,12	- 3,30
Canavieiras (3) (4)	11.735	12.361	8.979	0,47	- 3,49
Itacaré (4)	10.184	14.156	10.169	3,04	- 3,61
Itajuípe (4)	7.024	8.959	6.388	2,24	- 3,69
Itabuna (3) (4)	10.738	7.716	5.491	- 2,96	- 3,71
Barra do Rocha (4)	6.874	6.625	4.649	- 0,33	- 3,86
Itamari (4)	4.750	4.182	2.859	- 1,15	- 4,14
Itagibá	14.377	12.632	8.424	-1,17	- 4,40
Floresta Azul	11.705	6.174	4.066	- 5,65	- 4,53
Ipiaú (4)	11.733	8.837	5.697	- 2,54	- 4,76
Piraí do Norte (2)	6.298	11.911	7.638	5,96	- 4,82
Jussari (2) (4)	4.941	3.861	2.432	- 2,22	- 5,01
Arataca (2) (4)	11.353	9.138	5.735	- 1,95	- 5,04
Pau Brasil (4)	10.021	6.900	4.308	- 3,34	- 5,10
Aiquara (4)	5.645	4.157	2.589	- 2,74	- 5,13
Ubaitaba (4) (5)	6.628	8.554	5.272	2,35	- 5,24
Almadina (4)	4.275	3.976	2.446	- 0,66	- 5,25
Ubatã (4)	6.280	6.470	3.956	0,27	- 5,32
Buerarema (3)	9.528	4.880	2.869	- 5,90	- 5,73
Barro Preto	5.185	6.012	3.443	1,35	- 6,01
Nova Ibiá (2) (4)	5.349	8.144	4.632	3,90	- 6,08

Tabela 6 (Continuação)

População Residente Rural e Taxa Média Geométrica de Crescimento Anual, Por Ordem Decrescente em 2000 Bahia - Litoral Sul, 1980-2000					
Crescimento/ Municípios	População			Taxa Média Geométrica de Crescimento Anual (%)	
	1980 (1)	1991	2000	1980/1991	1991/2000
Emigração Líquida com Perdas Absolutas de População					
Aurelino Leal (4)	7.892	6.469	3.209	- 1,79	- 7,49
Coaraci (4) (5)	11.650	9.405	4.583	- 1,93	- 7,68
Cairu	5.391	9.620	4.429	5,41	- 8,26
Camacã (4) (5)	25.538	20.659	6.773	- 1,91	- 11,65
Itaju do Colônia (5)	8.012	6.888	2.139	- 1,36	- 12,19
São José da Vitória (2) (4)	5.192	3.551	1.056	- 3,39	- 12,61
Uruçuca (4) (5)	12.368	21.723	6.165	5,25	- 13,06
Mascote (5)	17.925	18.605	4.240	0,34	- 15,15
Total	570.237	599.612	435.223	0,46	- 3,50

Fonte: IBGE. Censos Demográficos de 1980, 1991 e 2000.

(1) A população dos municípios criados após 1980 e dos que perderam área para estes novos municípios foi ajustada para os limites municipais de 1991, usando-se a tabela de comparatividade dos setores censitários, do próprio IBGE.

(2) Município criado após o Censo Demográfico de 1980.

(3) Município que deu origem a outro após o Censo Demográfico de 1980.

(4) Município que a área urbana ultrapassou o perímetro de 1991, penetrando no quadro rural.

(5) Teve distrito instalado após 1991.

Dentre esses, em 1980-1991, Cairu e Piraí do Norte observaram imigração líquida, enquanto Taperoá e Itapé se apresentavam sem perdas ou ganhos migratórios significativos.

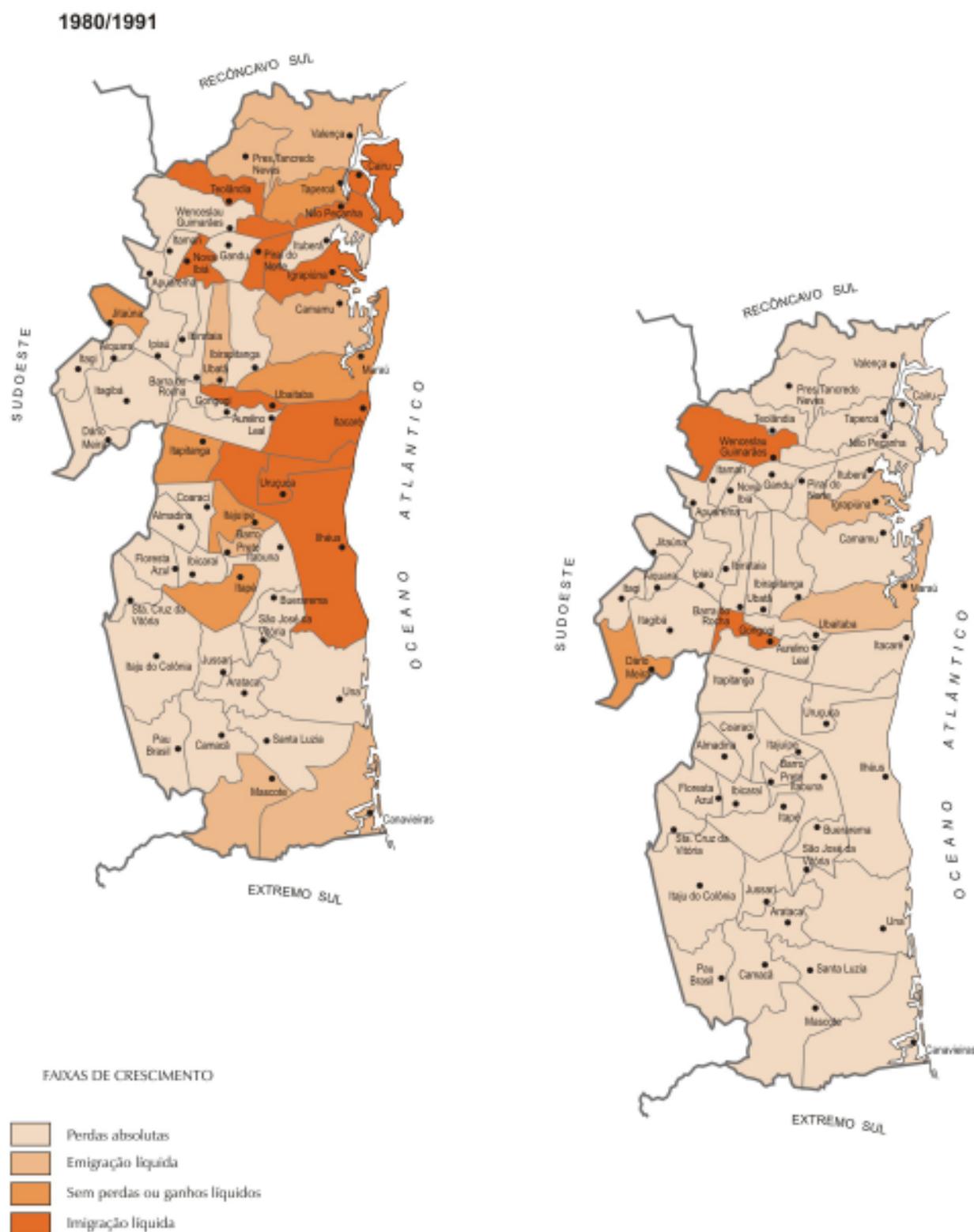
Do grupo que permaneceu com emigração líquida nos dois períodos, Barro Preto, Floresta Azul e Itagibá acentuaram a velocidade das perdas demográficas. Santa Cruz da Vitória e Buerarema, já com taxas negativas em 1980-1991, entretanto, diminuíram o ritmo das perdas.

Desses 11 municípios, seis exibiam taxas de crescimento inferiores à regional, em ambos os períodos, e cinco apresentavam taxas superiores à apresentada pelo conjunto rural da região no último período censitário.

Em 2000, grande parte dos municípios da região (41 ao todo) detinha população rural abaixo de 10 mil habitantes, sendo que 22 desses possuíam menos de 5 mil moradores. Apenas os municípios de Ilhéus, Valença e Camamu apresentavam número de habitantes rurais acima de 20 mil. Destacou-se o município de Ilhéus, por apresentar a maior população rural do Estado em 2000 e contingentes de população superiores a 50 mil habitantes nos três anos referidos na Tabela 6.

Cartograma 04

Crescimento Demográfico da População Rural por Município
Região Econômica Litoral Sul - BA, 1980 - 2000



Fonte: Censos Demográficos, IBGE: 1980, 1991 e 2000.

LOCALIZAÇÃO, LIMITES E MUNICÍPIOS INTEGRANTES

A Região Extremo Sul localiza-se, como indica a denominação, ao sul do território baiano, em sua área mais afunilada, que faz fronteira, ao sul, com o Estado do Espírito Santo, a oeste com o Estado de Minas Gerais e ao norte com as Regiões Econômicas baianas Sudoeste e Litoral Sul, sendo a parte leste margeada pelo Oceano Atlântico, como demonstra o Cartograma 1.

Atualmente, a região é composta de 21 municípios: Alcobaça, Belmonte, Caravelas, Eunápolis, Guaratinga, Ibirapoã, Itabela, Itagimirim, Itamaraju, Itanhém, Itapebi, Jucuruçu, Lajedão, Medeiros Neto, Mucuri, Nova Viçosa, Porto Seguro, Prado, Santa Cruz Cabrália, Teixeira de Freitas e Vereda. Cinco desses municípios foram criados em períodos mais recentes, posteriores à realização do Censo Demográfico de 1980: Eunápolis (desmembrado de Porto Seguro e Santa Cruz Cabrália), Itabela (desmembrado de Porto Seguro), Jucuruçu (desmembrado de Itamaraju), Teixeira de Freitas (desmembrado de Alcobaça e Caravelas) e Vereda (desmembrado de Prado). Neste estudo foram consideradas tais alterações na divisão político-administrativa, que afetaram a base espacial de referência para os levantamentos censitários posteriores a 1980. Foi também necessário ajustar os dados do Censo Demográfico de 1980, para adequá-los a essa nova divisão político-administrativa, tornando-os comparáveis aos dos Censos Demográficos de 1991 e 2000. Tal ajustamento foi realizado com base nos dados brutos do Censo Demográfico de 1980, fornecidos pelo IBGE e nos critérios recomendados por essa instituição.

BREVE HISTÓRICO DO PROCESSO DE OCUPAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO RECENTE

O Extremo Sul é uma das mais antigas áreas de ocupação e povoamento da Bahia e do Brasil; no entanto, o desenvolvimento socioeconômico e a expansão demográfica em seu espaço só assumiram características e patamares bem expressivos já no século XX, distintamente do que ocorreu no Recôncavo baiano, que teve seu florescimento socioeconômico e cultural, além de significativa expansão demográfica, ainda no século XVIII, durante o período chamado de ciclo da cana-de-açúcar.

Cartograma 01
Divisão Político - Administrativa
Região Econômica Extremo Sul - BA



No atual Extremo Sul da Bahia, tais processos envolveram dificuldades e contradições bem maiores do que as encontradas em outras partes do território brasileiro e baiano e, por isso mesmo, realizaram-se historicamente em movimentos de avanços e recuos, seguidos por períodos de estagnação. Entre outras dificuldades encontradas, destacam-se as referentes à atração e retenção dos próprios povoadores, assim como os freqüentes e/ou graves conflitos, que persistiram por vários séculos, com alguns povos indígenas que aí viviam. Esses ataques indígenas resultavam em aumento da mortalidade, pelas perdas em combate e pela escassez de alimentos, e exigiam uma constante reconstrução de povoados e plantações. Tais fatos deterioravam, ainda mais, as precárias possibilidades de reter os imigrantes portugueses, mobilizados para as tarefas de povoamento e de estruturação das atividades econômicas.

Em conjunto, a bibliografia consultada sobre a região possibilita perceber que os diferentes agentes promotores da ocupação, do povoamento e da estruturação da economia desta parte do território baiano, desde a sua conquista, realizaram sucessivas tentativas – verdadeiramente hercúleas – de implementar, de modo combinado, políticas demográficas, socioculturais e econômicas coerentes entre si e compatíveis com os interesses mercantis e projetos da Coroa portuguesa, enquanto componentes de um processo de colonização e civilizatório (à luz do conceito utilizado por Ribeiro, 1975).

O processo de ocupação e povoamento pelos portugueses dessa parte do território baiano se iniciou a partir do litoral e mediante o esforço de criar povoados, vilas e cidades com fins de defesa, comércio e administração colonial. Os primeiros núcleos de ocupação, ainda de caráter provisório, surgiram em Porto Seguro e Caravelas (IBGE: 1958), quando o governo lusitano não havia ainda definido uma política de colonização efetiva para as novas terras encontradas e se limitava a realizar expedições para extrair os produtos mais valiosos, sobretudo o pau-brasil. Nessas localidades foram construídos postos para o armazenamento da madeira e para proteção dos portugueses contra os ataques de outros povos europeus e dos índios. Esses núcleos, assim como os demais implantados em outros pontos da costa brasileira, tiveram duração efêmera, não implementando qualquer povoamento estável.

As constantes invasões de outros povos europeus, a exemplo dos franceses e holandeses, fizeram com que a Coroa portuguesa reavaliasse sua política nas novas terras e adotasse, por volta de 1534, o sistema das Capitânicas Hereditárias para viabilizar a colonização. Reis Filho (1968: 66) comenta que a solução encontrada pretendia realizar a ocupação efetiva através da criação de núcleos urbanos: “Pode-se afirmar que o estabelecimento do Regime de Capitânicas, estimulando a fixação de europeus nas novas terras, visava a alcançar não apenas a sua ocupação mas também a urbanização, como solução mais eficaz de colonização e domínio.” Segundo esse estudioso, a política de ocupação implementada supera as expectativas portuguesas, com a formação de 37 núcleos de povoados (entre vilas e cidades)

em todo o território brasileiro, no primeiro século de colonização. No território correspondente ao atual Extremo Sul da Bahia foram instaladas, nesse período, as vilas de Porto Seguro (1535) e Santa Cruz (1536) (hoje Santa Cruz Cabrália), ambas localizadas no litoral e à margem de rios, padrão de ocupação que permaneceu por vários séculos. A implantação desses núcleos urbanos obedeceu às normas portuguesas, conforme salienta Nelson Omegna (1972: 38):

A cidade devia ser posta em situação de fácil defesa contra os indígenas ou contra os inimigos vindos do mar. Aliás uma das poucas regras urbanísticas dadas pelo português às nossas vilas era a de defesa através das alturas. Quase todas eram postas no cimo de um morro.

Era conveniente que o sítio da cidade não fosse deserto. Vivessem junto às tribos indígenas para o comércio com a selva e para o provimento de braços à lavoura e outros trabalhos.

Nesses núcleos o donatário Pero de Campos Tourinho mandou construir fortes, capelas, armazéns e engenhos de açúcar. Segundo estudo da CPE (1992), os relatos de Gândavo indicam que, em 1570, a capitania de Porto Seguro chegou a contar com cinco engenhos. Para se ter uma idéia do que isso poderia representar, em termos do desempenho econômico da colônia, nessa ocasião a capitania da Bahia já possuía 18 empreendimentos açucareiros. Contudo, os historiadores registram um processo de decadência dessa atividade agroindustrial na capitania de Porto Seguro e trinta anos depois, enquanto a Bahia duplica a quantidade de engenhos em Porto Seguro, apenas uma unidade continuou em funcionamento. No século XVII, a concorrência das ilhas do Caribe abalou ainda mais a competitividade das agroindústrias regionais, que se encontravam mais distantes do mercado europeu e enfrentavam problemas locais, como os ataques indígenas e as doenças tropicais.

Nessa primeira fase da colonização, a capitania de Porto Seguro, assim como a vizinha de Ilhéus, permaneceu como fronteira de recursos inexplorados, exportando madeira e cultivando alguns produtos para o mercado interno. De acordo com estudo da CPE (1992), o povoamento do eixo sul do Estado (hoje Regiões Econômicas Extremo Sul e Litoral Sul) estava restrito a alguns núcleos dispersos pelo litoral, situados no estuário dos rios e canais, possuindo três centros básicos: um ao norte, em torno de Cairu, Boipeba e Camamu; outro ao centro, em torno de Ilhéus; e um ao sul, na área aqui enfocada, englobando as vilas de Porto Seguro e Santa Cruz (atual Santa Cruz Cabrália) e os povoados de Santo André e Santo Amaro (localizados nos atuais municípios de Santa Cruz Cabrália e Porto Seguro, respectivamente).

A incapacidade da região de integrar-se ao modelo agroexportador, cujo centro dinâmico localizava-se no Recôncavo baiano, motivou a venda das capitanias de Porto Seguro e de Ilhéus, que foram incorporadas à da Bahia por volta de 1761. Depois disso, a região passou a desempenhar meramente a função de fornecedora de alimentos ao Recôncavo e a outras regiões. Além da extração de madeira, tornou-se também produtora de alimentos como a

farinha de mandioca, arroz, milho e feijão, com destaque para pesca da garoupa e do mero em Porto Seguro e Santa Cruz. Ao afirmar-se essa função, expandiu-se o povoamento, com a criação de diversas vilas, todas situadas no litoral. Delineou-se assim o padrão de ocupação nucleada e concentrada na costa, que perdurou por muito tempo.

A partir do século XVII e no curso do século XVIII foram criadas as seguintes vilas: Caravelas (1700), Alcobaça (1742 ou 1755), Prado (1755 ou 1765), Trancoso (1759) no atual município de Porto Seguro, Vila Verde (1759 ou 1762) no atual distrito Vale Verde (município de Porto Seguro), Belmonte (1764 ou 1765), Viçosa (1768) no atual município Nova Viçosa e São José de Porto Alegre (1755 ou 1769) no atual município Mucuri (CPE: 1992).

A criação dessas vilas se orientou pela política de urbanização e povoamento da Coroa portuguesa. Segundo Flexor (1989: 6) foram enviadas, no decorrer do século XVIII, para todas as regiões do Brasil, “Cartas Régias e Instruções para que as autoridades representativas do governo luso promovessem a criação e construção de povoações e erigissem estas e as aldeias indígenas em vilas.” Assim, a Carta Régia de 3 de março de 1765 mandava fundar povoações e vilas nas aldeias de Porto Seguro, ordem reforçada pela Carta Régia de 10 de outubro de 1769 (idem).

Sabe-se que os núcleos de povoamento implantados na região no decorrer desses três séculos de colonização eram de dimensões bastante reduzidas. Flexor afirma que nessa área, até o século XVIII, “as vilas ou núcleos de freguesia reduziam-se a pequenos grupos bastantes frouxos, pouco coerentes, compostos de construções esparsas. Os homens se dispunham em sítios isolados junto a elas” (1989: 6). Aires do Casal (1947: 71), ao referir a Porto Seguro nas primeiras décadas do século XIX, observa que “de todas as províncias he esta a que se acha mais atrasada; sendo toda ella quase um bosque”.

As dificuldades encontradas para adensar o povoamento e consolidar os núcleos urbanos na área correspondente ao sul da Bahia (Extremo Sul e Litoral Sul) são enfatizadas por todos os estudiosos consultados. Flexor (1989: 15) ressalta que periodicamente a capitania de Porto Seguro apresentava redução no tamanho absoluto da população, o que provocava descontinuidade e regressão na estruturação definitiva dos núcleos urbanos. Entre os fatores que contribuía para esse fenômeno, a autora relaciona: 1) a insuficiente imigração portuguesa para a área, 2) os ciclos de aumento da mortalidade, provocado por epidemias e pelos confrontos entre índios e não índios, 3) a emigração a partir da criação dos núcleos de povoamento, que se dava tanto em função da transferência de militares e religiosos para outros locais, quanto pela atração exercida pela descoberta de ouro e pedras preciosas em outras áreas, pelo recrutamento que acabava provocando a fuga de diversas pessoas ou mesmo pelos recenseamentos que eram interpretados pelas pessoas do lugar como recrutas.

Diversas foram as tentativas realizadas pela Coroa portuguesa para rever essa situação e promover a ocupação mais permanente da área em foco. As fontes documentais analisadas por Flexor (1989) relatam as estratégias e as dificuldades encontradas no século XVIII pelos colonizadores para povoar o que hoje é o sul da Bahia – tarefa considerada das mais árduas pelos representantes do governo português na época. O povoamento de Porto Seguro dependia basicamente da “civilização” dos índios e do envio de degredados. Estes, ainda segundo Flexor (Ibidem, p. 14), eram

os vadios, possuidores de sítios volantes e criminosos, compreendendo não apenas aqueles que eram expatriados da Metrópole e outras colônias para o Brasil, mas também aqueles que, devido a seus crimes, eram expulsos de suas povoações e vilas “para nunca mais voltar”.

O povoamento do espaço que constitui hoje os municípios de Mucuri e Nova Viçosa diferenciou-se um pouco da tendência geral acima referida. Nas primeiras décadas do século XVIII, conforme a Enciclopédia Brasileira dos Municípios (IBGE, 1958), para aí se deslocaram levas de suíços e alemães que “[...] fundaram fazendas destinadas ao cultivo do café, o que faziam segundo os métodos mais modernos da época (1720 ou 1730)”, sendo que em tal cultivo usou-se mão-de-obra de escravos africanos.

Os estudos realizados por Reis Filho (1968) e Flexor (1989), entre outros, indicam, claramente, que a política de povoamento e urbanização implementada pela Coroa portuguesa no decorrer do século XVIII foi extremamente violenta. Tentava-se a todo custo controlar a vida das pessoas impondo normas de organização social e buscando impedir a emigração. O controle era mais efetivo com os povos indígenas, aos quais impunha-se a necessidade de “civilizar-se”, especialmente nessa área inóspita para onde era difícil atrair e manter a população “branca”. Esses grupos representavam mais da metade da população e a presença do negro era quase insignificante (CPE: 1992).

Apesar das diversas ações realizadas, a política urbanizadora empreendida, nesse período, não foi capaz de provocar nenhuma transformação efetiva no processo de formação da rede de núcleos urbanos. Garcez (1977) salienta que as dificuldades de povoamento da área em foco persistiram até o século XIX. Segundo essa historiadora, as tentativas de colonização orientada não conseguiram fixar nem mesmo os pequenos grupos trazidos para a região, que em sua maioria abandonavam o local alegando “dificuldades de alimentação, insalubridade, grandes distâncias e dificuldades de comunicação ou temor dos nativos” (38). A mensagem do conselheiro Luís Viana, então governador do Estado, evidencia que a situação permaneceu praticamente inalterada até o final desse século:

As migrações subvencionadas pelo governo com o objetivo de colonizar as comarcas do sul, constituíram-se em sucessivos fracassos e prejuízos.

[tal experiência] custou centenas de contos de réis ao Estado e mal o imigrante conseguia o dinheiro para comprar passagem para o Rio ou Santos abandonava o Estado. De uma leva de 400 que aqui aportaram teve o governo conhecimento de

que mais de duzentos fizeram seguir logo sua bagagem para o Rio e Santos. Esse fato e outros fizeram suspender a migração subvencionada. (Mensagem, 1900, apud Garcez: p. 39).

Assim, a porção sul do Estado da Bahia permaneceu fragilmente integrada ao conjunto da economia nacional. A situação começa a se modificar a partir da segunda metade do século XIX, e mesmo assim de modo parcial, sem atingir, porém, a região como um todo. Nesse período, ocorre a expansão das culturas de café e cacau, provocando modificações em determinadas áreas. O café alcançou maior êxito na colônia de Leopoldina, atual município de Nova Viçosa, que chegou a contribuir com 90% das exportações realizadas pelo porto de Salvador em 1853; mas, no final do século, o cultivo entrou em decadência (CAR, 1994). O cacau, por sua vez, se expandiu rapidamente ao norte do Rio Jequitinhonha, na área definida pela SEPLANTEC como Região Econômica Litoral Sul, que se consolidou como a maior produtora desse cultivo. Em face da primazia alcançada pelo produto na pauta de exportações nacionais, essa porção do Estado se integra definitivamente ao conjunto da economia estadual e nacional e se intensifica o processo de povoamento com a interiorização da ocupação (Leão: 1992).

Todavia, a situação da atual Região do Extremo Sul permaneceu praticamente inalterada. A cultura cacauzeira alcançou essa parte da região no começo do século XX, sem, no entanto, se consolidar de imediato ou provocar transformações significativas, como as que ocorreram na zona vizinha, o Litoral Sul. A região permaneceu escassamente povoada e com precária integração ao conjunto do Estado até a metade do século XX, quando esse isolamento parcial foi rompido, deslançando-se um processo de modificações profundas na estrutura produtiva e social.

A partir dos anos 1950, com a maior expansão do cultivo do cacau, da pecuária e da exploração da madeira, desencadeou-se um processo de interiorização da ocupação que dinamizou, gradativamente, a vida econômica e estimulou o povoamento de áreas até então pouco habitadas ou sem aproveitamento econômico.

Em sua expansão, a cacauicultura, que havia trazido grande prosperidade à região vizinha – o Litoral Sul –, desde o início do século XX, acabou por penetrar em áreas mais ao sul do Estado, seguindo os cursos dos rios. Implantou-se, inicialmente, em terras integrantes do município de Belmonte¹, difundindo-se posteriormente em outras áreas. Em meados da década de 1950, os principais centros produtores no Extremo Sul localizavam-se em Belmonte, Mucuri, Porto Seguro, Prado e Alcobaça. Ao longo dos anos 1950-80, esta configuração de centros produtores foi sendo alterada e esta cultura, que se retraiu nas faixas litorâneas, passou a ser desenvolvida em áreas interioranas, inclusive em municípios na parte oeste da região.

¹ Alguns autores ou instituições de produção de estatísticas demográficas, como o IBGE, incluem Belmonte na Região Litoral Sul ou Região Cacauzeira.

Contudo, no Extremo Sul, o cacau jamais alcançou o destaque que havia conquistado no Litoral Sul, especialmente no eixo Ilhéus-Itabuna, nem provocou modificações equiparáveis nas estruturas social, produtiva e demográfica da região em estudo.

O desenvolvimento da pecuária bovina no decênio de 1950 contou com a participação de produtores oriundos de outras regiões, principalmente do Planalto de Conquista, de Itapetinga e do Nordeste de Minas Gerais. Esta frente de expansão, no que concerne às estratégias de ocupação territorial, seguiu uma direção inversa à da produção do cacau; ou seja, partiu do interior para a costa, dando origem, nos anos 1950, aos municípios de Itanhém e Medeiros Neto (CAR, 1994).

A extração de madeira, iniciada nos primórdios da colonização portuguesa, intensifica-se e amplia suas possibilidades de comercialização, ainda no começo do século XX, com a construção da estrada de ferro Bahia-Minas, que ligava o município de Caravelas ao de Teófilo Otoni. A madeira passou a ser retirada sobretudo das matas de Mucuri, Alcobaça e Prado, sendo transportada pelo porto de Caravelas. Na década de 1950, a produção madeireira, que se constituía numa atividade econômica destacada, contribuiu para a ação dos pecuaristas, os quais, muitas vezes, já encontravam as terras “limpas” – isto é, desmatadas – para a formação de pastagens.

Além dessas atividades, alguns investimentos públicos em infra-estrutura foram cruciais para o desenvolvimento e o povoamento do Extremo Sul, particularmente a construção de rodovias estratégicas.

Antes de 1950, a precariedade dos sistemas de comunicação e transporte entre as diversas localidades da área e entre esta e as regiões mais prósperas do Estado e do País, alimentava o isolamento e a apatia socioeconômica dessa parte da Bahia. A ligação entre as cidades e vilas da área se realizava basicamente por via marítima, sendo que a comunicação por via terrestre utilizava-se de pequenas e precárias estradas vicinais. Na década de 1950, a rede rodoviária foi ampliada com a abertura da estrada BR-5, interligando Bahia e Espírito Santo, que teve um impacto bem significativo no crescimento da circulação de bens (ou mercadorias) e de pessoas (empreendedores e trabalhadores), quer dentro da região, quer entre esta e outras regiões.

Esta estrada, que posteriormente foi ampliada e melhorada, vindo a se constituir na BR-101 (inaugurada no início da década de 1970), articulava-se com todas as cidades litorâneas entre Valença e Porto Seguro e com a BR-4, atual BR-116 (CPE, 1992). Ao longo deste trecho, esta rodovia possibilitou o surgimento e o rápido crescimento de diversas localidades fora da faixa litorânea, como os povoados de Eunápolis e Teixeira de Freitas, que se tornaram, a partir dos anos 1970, os maiores centros urbanos de toda a região, rivalizando em importância econômica e porte demográfico com cidades destacadas de regiões vizinhas, assim como propiciaram o adensamento de pequenos núcleos interioranos já existentes, a exemplo de Itamaraju.

As mudanças no perfil econômico e demográfico do Extremo Sul, ao longo da década de 1950, exigiram decisões quanto ao estabelecimento de uma nova divisão político-administrativa. Foram então realizados desmembramentos de territórios de antigos municípios para a criação de novos. No pequeno intervalo de quatro anos, de 1958 a 1962, foram criados nove municípios (Itanhém, Itapebi, Medeiros Neto, Guaratinga, Itamaraju, Ibirapoã, Itagimirim, Lajedão e Nova Viçosa), aumentando de sete para 16 o número de municípios existentes. Com exceção de Nova Viçosa² e Itamaraju, os demais localizam-se na área oeste, próxima à fronteira com o Estado de Minas Gerais.

Na década de 1970, as tendências de interiorização da ocupação se acentuaram, configurando um novo padrão de distribuição espacial da população, que vai prevalecer, com pequenas alterações, até os dias atuais. A implantação da BR-101, no trecho que ligava Vitória a Salvador, foi um dos fatores mais decisivos para a formação de um novo desenho espacial da área, envolvendo uma completa redefinição na hierarquia da rede de cidades. A estrada impulsionou uma série de transformações na estrutura socioeconômica regional, que conduziram a uma inserção definitiva da região no conjunto da economia nacional.

As facilidades de transportes rodoviários e a existência de terras de baixo valor, associadas a fatores como os incentivos dos governos estaduais e as altas potencialidades naturais da região, atraíram diversos agentes econômicos, tais como: madeireiros, pecuaristas, agricultores e industriais do setor de celulose e papel (CAR, 1994). Delineou-se um novo quadro de atividades produtivas com a presença desses grupos e de capital externo, o que redefiniu as formas de relações e organizações sociais preexistentes.

Surgiu outro ciclo madeireiro, caracterizado pela utilização de tecnologias mais modernas, em meados dos anos 1960 e início da década de 1970, contando com a participação de grandes e pequenos empresários provenientes, em sua grande maioria, do Estado do Espírito Santo. Tais grupos intensificaram, de maneira drástica, o processo de destruição da Mata Atlântica, que, apesar de vir sendo explorada, desde os primórdios da colonização, ainda se encontrava relativamente preservada, no decênio de 1960, em função do próprio povoamento rarefeito e das técnicas rudimentares utilizadas pelos antigos madeireiros.

Os desmatamentos realizados estimularam a expansão da pecuária bovina, tanto nos municípios tradicionalmente voltados para a criação quanto nos municípios costeiros e na faixa de terras localizadas ao longo da BR-101, na área central da região. Mas, alguns impactos ambientais do desmatamento indiscriminado, econômica e socialmente nefastos, podem ter influenciado na formação de fluxos de emigração direcionados seja para fora da região, seja para outras áreas da própria região.

² Viçosa foi uma vila criada no século XVIII e incorporada ao município de Mucuri que somente foi elevada à categoria de cidade no momento da criação do município de Nova Viçosa, em 1962.

A formação de grandes áreas de florestas devastadas e o baixo valor das terras, por sua vez, tornaram a região propícia ao reflorestamento, conforme as políticas federais e estaduais que se voltaram para incentivar esta atividade, a partir de meados da década de 1970. A instalação de maciços florestais no Extremo Sul orientou-se, inicialmente, para o atendimento a diversos fins. Porém, de meados dos anos 1980 para cá, centrou-se na criação de florestas de pinos e, sobretudo de eucaliptos, para suprir as necessidades presentes e futuras das indústrias de papel e celulose que vieram a se implantar mais recentemente na região (a Bahia Sul, que se instalou em Mucuri) ou em regiões vizinhas (a Aracruz e a CAF Florestal, instaladas no Espírito Santo), ou que ainda estão em fase de implantação na Região (a Veracruz Florestal LTDA., em Eunápolis). O acoplamento da atividade de reflorestamento à produção industrial de papel e celulose, bem como a insumos deste ramo, resultou em novos impactos sociodemográficos, como se verá adiante

Além dessas atividades, o turismo na região também foi incrementado, a partir da década de 1970, especialmente nos municípios de Porto Seguro e Santa Cruz Cabrália. As melhorias do sistema viário reforçaram as potencialidades turísticas das cidades litorâneas que, além da beleza de seus recursos naturais, dispõem de amplo acervo histórico-cultural para o desenvolvimento dessa atividade. Inicialmente restrito às sedes desses municípios, o turismo acabou se expandindo para as vilas e povoados, particularmente Arraial D'Ajuda, Trancoso e Caraíva, atingindo também o município vizinho de Belmonte, onde a atividade é ainda incipiente.

DINÂMICA DEMOGRÁFICA REGIONAL

A região no Estado

Segundo o mais recente levantamento censitário realizado pelo IBGE, o Censo Demográfico de 2000, a Região Extremo Sul, com um contingente populacional de 664.850 habitantes, é a sétima região do Estado da Bahia em porte demográfico. Entre 1980-2000, a região ampliou sua participação no conjunto do Estado – ainda que tenha registrado um pequeno declínio entre 1980-1991 – chegando ao ano de 2000 com uma população correspondente a 5,09% da população estadual (equivalente a 13.070.250 habitantes). Tal ampliação decorreu do maior ritmo de crescimento demográfico registrado na região em comparação ao conjunto do Estado e demais regiões econômicas.

Contrariamente ao que vem ocorrendo no conjunto do Estado e na grande maioria das Regiões Econômicas, o Extremo Sul registrou uma aceleração no ritmo de crescimento demográfico entre 1980-1991 e 1991-2000³. No primeiro período, a taxa de crescimento demográfico correspondeu a 1,42%

³ Além do Extremo Sul, apenas as regiões Baixo Médio São Francisco e Litoral Norte apresentaram aceleração do crescimento demográfico, entre 1991-2000. Entretanto, o patamar de intensificação da taxa de crescimento registrada por essas duas regiões, nos períodos de 1980-1991 e 1991-2000, foram significativamente inferiores às do Extremo Sul.

ao ano, enquanto no segundo período o patamar registrado foi 2,48% ao ano – ritmo de crescimento bastante superior ao do Estado (1,08% ao ano) e correspondente ao mais elevado entre as Regiões Econômicas. É interessante destacar que esta foi a primeira vez em que o crescimento demográfico de uma das Regiões Econômicas do Estado foi superior ao da RMS e ao de Salvador (cf. SEI, 1998: 48).

Essa aceleração do ritmo de crescimento se deve à ampliação dos saldos migratórios, que, desde o primeiro período aqui analisado, 1980-1991, vêm apresentando taxas compatíveis com saldos positivos, ou seja, resultante da imigração líquida. Tal hipótese sobre componentes que estariam influenciando de maneira mais significativa no crescimento regional, baseia-se no ritmo do crescimento vegetativo estimado para o Estado e se confirma, no caso do Extremo Sul, na evolução da composição etária da população regional nesse período. Conforme estudo realizado pela SEI (1998), o Extremo Sul apresentou uma redução sistemática das proporções de crianças de 0-4 e 5-9 anos, de 1980 para 1991 e 1996, o que aponta para a diminuição progressiva da taxa de fecundidade. À luz dessa observação, conclui o estudo referido (p. 48-9) que

[...] a aceleração do crescimento demográfico do Extremo Sul, no período 1980-1991 para 1991-1996, foi motivada principalmente por: 1ª) uma forte intensificação dos fluxos de imigração para esta região, a ponto de tornar positivo o saldo migratório ou de aumentá-lo significativamente, e 2ª) uma pequena, mas regular, redução dos níveis de mortalidade. Para o período de 2000, as evidências empíricas apontam a continuidade dessas tendências.

A grande maioria dos habitantes (73,27%) reside nas áreas urbanas dos municípios, o que torna o Extremo Sul a segunda região do Estado em termos de urbanização. A população urbana da região registrou as maiores taxas de crescimento entre as populações urbanas das regiões econômicas, nos dois períodos em estudo: entre 1980-1991, seu ritmo de crescimento foi de 9,23% ao ano, e entre 1991-2000, de 4,49% ao ano. O elevado ritmo de crescimento urbano registrado, sobretudo no primeiro período, decorre em grande medida de alterações nas divisões político-administrativas dos municípios, ocorridas em função da emancipação de alguns povoados, a exemplo de Eunápolis e Teixeira de Freitas, para a criação de novos municípios.

O mesmo raciocínio se aplica ao pequeno crescimento demográfico das áreas rurais, que resultou inclusive numa redução absoluta de população nos períodos analisados. Entre 1980-1991, a população rural passou de 332.164 habitantes para 205.092, o que significou a menor taxa de crescimento demográfico entre as regiões econômicas do Estado: -4,29% ao ano. Entre 1991-2000, houve um arrefecimento das perdas demográficas rurais e a região apresentou taxa de crescimento demográfico de -1,58% ao ano, alcançando uma população de 177.739 habitantes. Não se pode precisar a contribuição das modificações político-administrativas dos municípios no crescimento das populações urbanas e rurais, mas é razoável supor que, no primeiro período, tais mudanças tenham sido muito importantes em função da criação de municípios com

a emancipação de povoados (portanto, pertencentes às áreas rurais) com populações bastante significativas. No segundo período, apesar de não ter sido criado nenhum município, alguns dos já existentes apresentaram redefinições nos perímetros urbanos, como se verá mais adiante, que devem ter contribuído para um maior ritmo de crescimento demográfico nas áreas urbanas e uma conseqüente redução do crescimento nas áreas rurais. No entanto, é importante lembrar que tal tendência é compatível com o que vem ocorrendo no conjunto do Estado, nas demais regiões econômicas e, mesmo, no conjunto do País, onde se observa um esvaziamento do campo em função de transformações socioeconômicas e culturais, com particular destaque para a falta de uma política voltada para as áreas rurais dos municípios ou a ineficiência das políticas existentes e do maior dinamismo de algumas áreas urbanas.

Os municípios na região

Distribuição da população, área e densidade demográfica

Conforme exposto anteriormente, a população regional se distribui de maneira muito irregular pelos 21 municípios da região, existindo municípios com densidades bastante superiores às médias regional e estadual e outros escassamente povoados. A discrepância em relação à área dos municípios também é grande, o que ajuda a compreender as disparidades apresentadas nas densidades demográficas municipais (Tabela 1).

Tabela 1

População Total e Área Por Ordem Decrescente da Densidade Demográfica Bahia - Extremo Sul, 2000

Municípios	População	Área		Densidade (hab/km ²)
		(Km ²)	%	
Teixeira de Freitas	107.486	1.154	3,77	93,14
Eunápolis	84.120	1.193	3,89	70,51
Porto Seguro	95.721	2.408	7,86	39,75
Itabela	25.746	855	2,79	30,11
Itamaraju	64.144	2.370	7,73	27,06
Nova Viçosa	32.076	1.326	4,33	24,19
Medeiros Neto	21.235	1.246	4,07	17,04
Prado	26.498	1.665	5,43	15,91
Mucuri	28.062	1.774	5,79	15,82
Santa Cruz Cabrália	23.888	1.551	5,06	15,40
Itanhém	21.334	1.445	4,71	14,76
Alcobaça	20.900	1.475	4,81	14,17
Itapebi	11.126	972	3,17	11,45
Guaratinga	24.319	2.327	7,59	10,45
Belmonte	20.032	2.010	6,56	9,97
Itagimirim	7.728	817	2,67	9,46
Ibirapoã	7.096	786	2,56	9,03
Vereda	7.450	829	2,70	8,99
Jucuruçu	12.377	1.438	4,69	8,61
Caravelas	20.103	2.393	7,81	8,40
Lajedão	3.409	614	2,00	5,55
Total	664.850	30.648	100,00	21,69

Fonte: IBGE. Censo Demográfico e Site Cidade@.

Apenas quatro municípios possuem um porte demográfico mais expressivo, ou seja, acima de 50.000 habitantes: Teixeira de Freitas, Porto Seguro, Eunápolis e Itamaraju. Com exceção de Porto Seguro, situado no litoral, os demais municípios se localizam na zona central da região, próximos à BR-101. Esses quatro municípios mais populosos concentram, em 2000, uma população de 351.471 habitantes, o que corresponde a 52,9% da população total da região.

Cerca de metade dos municípios do Extremo Sul (11 deles) possui população entre 50.000 e menos de 20.000 habitantes. São eles (em ordem decrescente): Nova Viçosa, Mucuri, Prado, Itabela, Guaratinga, Santa Cruz Cabrália, Itanhém, Medeiros Neto, Alcobaça, Caravelas e Belmonte. Seis municípios possuem população inferior a 20.000 habitantes. Entre esses municípios, dois (Jucuruçu e Itapebi) possuem população superior a 10.000, enquanto os quatro demais não atingem tal porte demográfico (Itagimirim, Vereda, Ibirapoã e Lajedão).

Em relação à extensão territorial, os municípios podem ser classificados em quatro grandes classes. Os mais extensos, que abarcam uma área entre 2.500 e 2.000 km², são, em ordem decrescente de tamanho: Porto Seguro, Caravelas, Itamaraju, Guaratinga e Belmonte. Em segundo lugar, com áreas entre 2.000 e 1.500 km², vêm Mucuri, Prado e Santa Cruz Cabrália. Numa terceira classe, com área entre 1.500 e 1.000 km², estão: Alcobaça, Itanhém, Jucuruçu, Nova Viçosa, Medeiros Neto, Eunápolis e Teixeira de Freitas. E, finalmente, os menores municípios em extensão territorial, com área entre 1.000 e 500 km², são: Itapebi, Itabela, Vereda, Itagimirim, Ibirapoã e Lajedão. Como se percebe, a maioria dos municípios do Extremo Sul tem densidade demográfica muito baixa, isto é, igual ou inferior à média regional (21,69 hab./km²). Em apenas seis municípios as densidades alcançam um patamar acima dessa média: Teixeira de Freitas (93,14 hab./km²), Eunápolis (70,51 hab./km²), Porto Seguro (39,75 hab./km²), Itabela (30,11 hab./km²), Itamaraju (27,06 hab./km²) e Nova Viçosa (24,19 hab./km²). Observa-se que é grande a discrepância entre as densidades dos primeiros e dos demais municípios e que as maiores densidades são apresentadas pelos municípios mais populosos: Teixeira de Freitas, Eunápolis e Porto Seguro.

Evolução das populações municipais: volume, ritmo de crescimento e participação relativa

Conforme se pode perceber na Tabela 2, oito municípios apresentaram taxas de crescimento médio anual positivas nos dois períodos considerados (1980-1991 e 1991-2000), ou seja, aumentaram sistematicamente a população nesses 21 anos. Entre esses municípios, encontram-se: Porto Seguro, Mucuri, Alcobaça, Teixeira de Freitas, Nova Viçosa, Eunápolis, Prado e Itapebi. Alguns deles situam-se entre os mais populosos da região, como Teixeira de Freitas, Eunápolis e Porto Seguro. Nesses municípios com maior população – mesmo quando apresentam taxas de crescimento pequenas – o acréscimo absoluto de população tem um significado mais expressivo que as reduções

constatadas em municípios muito pequenos. Por isso, no conjunto desses oito municípios houve um acréscimo de 221.366 habitantes, entre 1980 e 2000 – aumento superior ao da população total da região, que correspondeu a 208.387 habitantes.

Tabela 2

População Residente Total e Taxa Média Geométrica de Crescimento Anual, Por Ordem Decrescente em 2000 Bahia - Extremo Sul, 1980-2000					
Crescimento/ Municípios	População			Taxa Média Geométrica de Crescimento Anual (%)	
	1980 (1)	1991	2000	1980/1991	1991/2000
Sugestivo de Imigração Líquida					
Santa Cruz Cabrália (3)	7.557	6.535	23.888	- 1,31	15,49
Porto Seguro (3)	14.419	34.661	95.721	8,30	11,95
Mucuri	15.143	17.606	28.062	1,38	5,32
Alcobaça (3)	11.672	15.410	20.900	2,56	3,44
Teixeira de Freitas (2)	49.269	85.547	107.486	5,14	2,57
Nova Viçosa	18.587	25.570	32.076	2,94	2,55
Itabela (2)	24.959	20.848	25.746	- 1,62	2,37
Sem Perdas ou Ganhos Migratórios Líquidos Significativos					
Eunápolis (2)	48.748	70.545	84.120	3,42	1,97
Prado (3)	15.722	22.632	26.498	3,37	1,77
Sugestivo de Emigração Líquida					
Caravelas (3)	20.443	19.763	20.103	- 0,31	0,19
Itapebi	11.063	11.078	11.126	0,01	0,05
Emigração Líquida com Perdas Absolutas de População					
Itamaraju (3)	60.937	64.308	64.144	0,49	- 0,03
Itagimirim	7.870	7.887	7.728	0,02	- 0,23
Guaratinga	30.442	25.441	24.319	- 1,62	- 0,50
Medeiros Neto	27.452	23.059	21.235	- 1,57	- 0,91
Itanhém	27.679	23.225	21.334	- 1,58	- 0,94
Belmonte	22.549	22.070	20.032	- 0,20	- 1,07
Lajedão	4.682	3.818	3.409	- 1,84	- 1,25
Ibirapoã	9.804	8.290	7.096	- 1,51	- 1,71
Vereda (2)	10.721	8.914	7.450	- 1,66	- 1,97
Jucuruçu (2)	16.745	16.012	12.377	- 0,41	- 2,82
Total	456.463	533.219	664.850	1,42	2,48

Fonte: IBGE. Censos Demográficos de 1980, 1991 e 2000.

(1) A população dos municípios criados após 1980 e dos que perderam área para estes novos municípios foi ajustada para os limites municipais de 1991, usando-se a tabela de comparatividade dos setores censitários, do próprio IBGE.

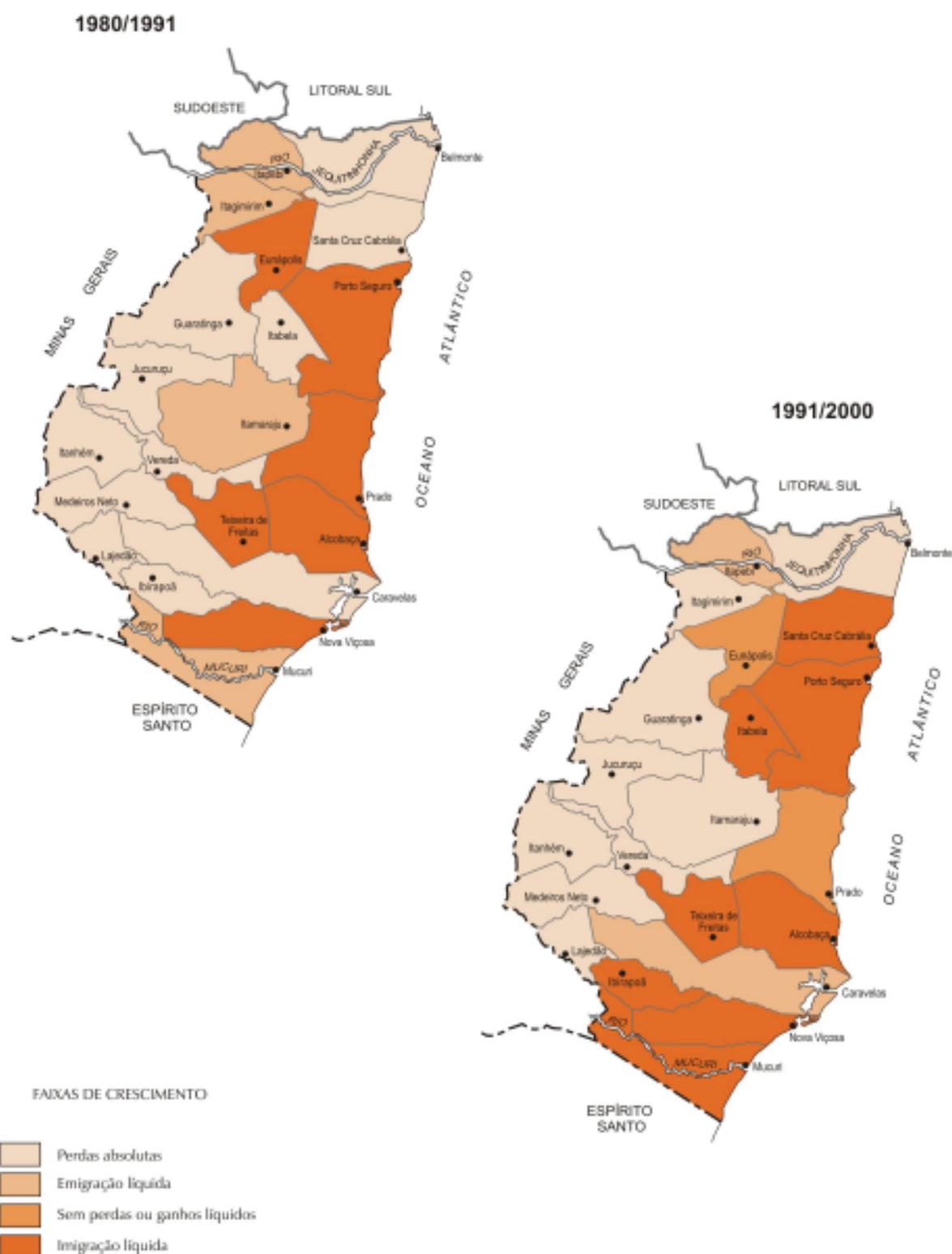
(2) Município criado após o Censo Demográfico de 1980.

(3) Município que deu origem a outro após o Censo Demográfico de 1980.

Os municípios que apresentaram taxa de crescimento médio anual positiva em um período e taxa negativa em outro foram os seguintes: Caravelas, Itabela, Itagimirim, Itamaraju e Santa Cruz Cabrália. Entre esses municípios, apenas Itamaraju tem um porte demográfico mais expressivo (superior a 60.000 habitantes); os demais reúnem menos de 30.000 habitantes, ou mesmo menos de 20.000 habitantes em 2000, como Itagimirim (que figura entre os cinco menores da região em porte demográfico). Assim, nos 21 anos do período, houve um acréscimo demográfico de 19.843 habitantes no conjunto desses cinco municípios.

Cartograma 02

Crescimento Demográfico da População Total por Município
Região Econômica Extremo Sul - BA, 1980 - 2000



Fonte: Censos Demográficos, IBGE: 1980, 1991 e 2000.

Cerca da metade dos municípios da região (11 deles) apresentou taxas de crescimento médio anual negativas, representativas de redução absoluta de população, entre 1980-1991, decorrentes de fortes perdas migratórias líquidas. Entre esses municípios, oito mantiveram a tendência de redução de população, entre 1991-2000, ou seja, perderam população nos dois períodos analisados; foram eles: Belmonte, Guaratinga, Ibirapoã, Itanhém, Jucuruçu, Lajedão, Medeiros Neto e Vereda. Como todos esses municípios têm uma população pequena, com menos de 30.000 habitantes até 2000, apresentaram em conjunto um decréscimo demográfico de 32.822 habitantes, não tão expressivo quanto os acréscimos ocorridos nos municípios do primeiro grupo.

Outra possibilidade de se agrupar os municípios se refere aos componentes migratórios. Mesmo sem estimativas precisas dos diversos componentes do crescimento demográfico (fecundidade, mortalidade, imigração e emigração) no Extremo Sul, pode-se identificar, numa primeira aproximação, os municípios que experimentaram os maiores ganhos ou as maiores perdas migratórias, entre 1991-2000, e classificá-los em ordem decrescente, tomando por base as hipóteses de crescimento explicitadas em capítulo anterior⁴.

Os municípios de Santa Cruz Cabralia, Porto Seguro, Mucuri, Alcobaça, Teixeira de Freitas, Nova Viçosa e Itabela registraram, entre 1991-2000, taxas de crescimento médio anual iguais ou superiores a 2,0% ao ano, indicando a presença de saldos migratórios positivos, ou imigrações líquidas, tanto mais significativas quanto maior for o patamar da taxa.

Os municípios de Eunápolis e Prado apresentaram, entre 1991-2000, taxas de crescimento demográfico compatíveis com o crescimento vegetativo (resultante do jogo conjugado da fecundidade e da mortalidade) estimado para a Bahia e seus municípios (entre 2,00% e 1,00% ao ano), sugerindo que os movimentos migratórios não tiveram impacto significativo no crescimento demográfico, ou seja, os movimentos de emigração (saída de pessoas) devem ter sido compensados pelos de imigração (chegada de pessoas).

Os demais municípios – Caravelas, Itapebi, Itamaraju, Itagimirim, Guaratinga, Medeiros Neto, Itanhém, Belmonte Lajedão, Ibirapoã, Vereda e Jucuruçu – apresentaram, nesse mesmo período, taxas de crescimento demográfico inferiores a 1,00% ao ano, sugerindo a existência de saldos migratórios negativos ou emigração líquida. Nesses municípios, com exceção de Caravelas e Itapebi, a emigração líquida foi tão intensa que resultou na redução do tamanho absoluto das populações, anulando inclusive os efeitos do crescimento vegetativo.

Comparando os dois períodos em análise, percebe-se que a maioria dos municípios manteve a mesma tendência no que se refere às perdas e ganhos migratórios. Apenas os municípios de Santa Cruz Cabralia, Itabela, Mucuri, Eunápolis e Prado apresentaram modificações no sentido dos movimentos migratórios. Os dois primeiros municípios, Santa Cruz Cabralia e Itabela, passaram de uma situ-

⁴ Ver Muricy (2003) na primeira parte desta publicação.

ação de perdas migratórias – que provocaram inclusive reduções no tamanho absoluto das populações – para uma situação de ganhos demográficos por imigração⁵. Mucuri registrou no primeiro período, entre 1980-1991, taxa de crescimento demográfico dentro do limite esperado do crescimento vegetativo – indicando que os movimentos migratórios não tiveram impacto significativo no conjunto do crescimento municipal; já no segundo período, entre 1991-2000, a taxa de crescimento demográfico sugere a presença de significativa imigração líquida. Eunápolis⁶ e Prado, por sua vez, apresentaram uma situação inversa: tendo registrado no primeiro período taxas de crescimento demográfico indicativas de imigração líquida, passaram no segundo período a exibir taxas compatíveis com o crescimento vegetativo, sugerindo que os movimentos migratórios não tiveram impactos significativos sobre o crescimento, ou seja, os movimentos de emigração devem ter sido compensados pelos de imigração.

Como conseqüência das discrepâncias entre os portes demográficos dos municípios, observa-se uma grande variação no peso relativo de cada unidade municipal. Os três municípios mais populosos do Extremo Sul, Teixeira de Freitas, Eunápolis e Porto Seguro, reuniam 287.327 habitantes em 2000, o que corresponde a cerca de 43,21% do conjunto da população regional. Nenhum outro município, além desses três, retém mais de 10% da população regional. Itamaraju é o que mais se aproxima desse patamar, com 9,65% da população regional concentrada em seu território. O menor município do Extremo Sul em porte demográfico, em 2000, Lajedão, com 3.409 habitantes, responde por 0,51% da população regional. Os outros três menores municípios, com populações inferiores a 10.000 habitantes, detêm individualmente um pouco mais de 1% da população regional, como se pode perceber na Tabela 3.

Tais discrepâncias refletem as transformações sociais e econômicas em curso no Extremo Sul nessas décadas, que culminaram, entre outros fatores, com a redefinição das articulações e fluxos intra e inter-regionais, adensando, num primeiro momento (décadas de 1970 e 80) os núcleos centrais da região – Teixeira de Freitas, Eunápolis e Itamaraju – que passaram a concentrar atividades econômicas e desempenhar o papel de pólos regionais (em particular, os dois primeiros municípios citados). Mais recentemente, na década de 1990, um nova dinâmica se impõe na região, com a expansão e consolidação do núcleo turístico de Porto Seguro, que agrega também o município de Santa Cruz Cabrália, e das atividades ligadas ao reflorestamento.

Como foi visto, Porto Seguro e Santa Cruz Cabrália registram as maiores taxas de crescimento demográfico entre os municípios regionais (acima de 10% ao ano),

⁵ É importante lembrar que as populações desses municípios em 1980 foram reajustadas para torná-las compatíveis com a divisão política-administrativa em vigor em 1991. Assim, a população de Santa Cruz Cabrália em 1980 refere-se à população residente no conjunto da extensão territorial correspondente aos limites políticos administrativos do município em 1991, ou seja, excluindo a população residente no povoado de Eunápolis (na ocasião pertencente em sua maior parte ao município de Santa Cruz Cabrália). Já a população de Itabela em 1980 corresponde àquela residente no então povoado de Itabela (pertencente na ocasião ao município de Porto Seguro).

⁶ A população de Eunápolis em 1980 corresponde à residente no então povoado de Eunápolis, pertencente aos municípios de Porto Seguro e Santa Cruz Cabrália.

no período 1991-2000, seguidos por Mucuri – com patamar de crescimento bastante inferior aos dois primeiros (um pouco superior a 5% ao ano). Como o porte demográfico de Santa Cruz Cabrália e Mucuri não é tão expressivo (inferior a 30.000 habitantes), o intenso crescimento demográfico se traduz num contingente demográfico pouco significativo (respectivamente, 16.331 e 12.919 pessoas em cada um dos municípios). Já Porto Seguro possui um porte demográfico mais significativo; portanto, o acréscimo populacional ocorrido, nesse período, foi de 81.302 habitantes. Os sistemáticos acréscimos populacionais redefiniram a posição de Porto Seguro no conjunto da população regional. As transformações no município foram mais intensas no que nos outros dois anteriormente comentados.

Tabela 3

**População Total e Participação Relativa dos Municípios no Total da Região, Por Ordem Decrescente em 2000
Bahia – Extremo Sul, 1980-2000**

Municípios	População			Participação na Região (%)		
	1980	1991	2000	1980	1991	2000
Teixeira de Freitas (2)	49.269	85.547	107.486	10,79	16,04	16,17
Porto Seguro (3)	14.419	34.661	95.721	3,16	6,50	14,40
Eunápolis (2)	48.748	70.545	84.120	10,68	13,23	12,65
Itamaraju (3)	60.937	64.308	64.144	13,35	12,06	9,65
Nova Viçosa	18.587	25.570	32.076	4,07	4,80	4,82
Mucuri	15.143	17.606	28.062	3,32	3,30	4,22
Prado (3)	15.722	22.632	26.498	3,44	4,24	3,99
Itabela (2)	24.959	20.848	25.746	5,47	3,91	3,87
Guaratinga	30.442	25.441	24.319	6,67	4,77	3,66
Santa Cruz Cabrália (3)	7.557	6.535	23.888	1,66	1,23	3,59
Itanhém	27.679	23.225	21.334	6,06	4,36	3,21
Medeiros Neto	27.452	23.059	21.235	6,01	4,32	3,19
Alcobaça (3)	11.672	15.410	20.900	2,56	2,89	3,14
Caravelas (3)	20.443	19.763	20.103	4,48	3,71	3,02
Belmonte	22.549	22.070	20.032	4,94	4,14	3,01
Jucuruçu (2)	16.745	16.012	12.377	3,67	3,00	1,86
Itapebi	11.063	11.078	11.126	2,42	2,08	1,67
Itagimirim	7.870	7.887	7.728	1,72	1,48	1,16
Vereda (2)	10.721	8.914	7.450	2,35	1,67	1,12
Ibirapoã	9.804	8.290	7.096	2,15	1,55	1,07
Lajedão	4.682	3.818	3.409	1,03	0,72	0,51
Total	456.463	533.219	664.850	100,00	100,00	100,00

Fonte: IBGE. Censos Demográficos de 1980, 1991 e 2000.

(1) A população dos municípios criados após 1980 e dos que perderam área para estes novos municípios foi ajustada para os limites municipais de 1991, usando-se a tabela de comparatividade dos setores censitários, do próprio IBGE.

(2) Município criado após o Censo Demográfico de 1980.

(3) Município que deu origem a outro após o Censo Demográfico de 1980.

Porto Seguro vivenciou, ao longo do período analisado, uma série de transformações em sua estrutura socioeconômica, que vem redefinindo, entre outros fatores, o papel regional do município, aproximando-o dos pólos regionais surgidos e consolidados nas décadas anteriores (Eunápolis e Teixeira de Freitas). Em determinados setores, como o comercial e o de serviços, Porto Seguro já ultrapassa Eunápolis em termos de oferta.

Ainda em relação à participação dos municípios no conjunto da população regional, observa-se que oito deles ampliaram o peso relativo de sua população, entre 1980-2000: Alcobaça, Eunápolis, Mucuri, Nova Viçosa, Porto Seguro, Prado, Santa Cruz Cabrália e Teixeira de Freitas. Entre esses municípios,

apenas Alcobaça, Nova Viçosa, Porto Seguro e Teixeira de Freitas registraram uma ampliação sistemática do peso relativo de suas populações ao longo do período, ou seja, aumentaram sua participação entre 1980-1991 e 1991-2000. Os demais, embora registrassem aumento da participação no conjunto do período analisado, apresentaram oscilação de um período ao outro, ou seja, reduziram a participação regional em um período e ampliaram em outro.

Treze municípios – Belmonte, Caravelas, Guaratinga, Ibirapoã, Itabela, Itagimirim, Itamaraju, Itanhém, Itapebi, Jucuruçu, Lajedão, Medeiros Neto e Vereda – registraram uma sistemática redução na participação relativa no conjunto da população regional.

Evolução da população urbana: ritmo de crescimento e urbanização

Como se viu anteriormente, o Extremo Sul, a segunda região mais urbanizada do Estado, perdendo apenas para a RMS, foi a que apresentou o maior ritmo de crescimento demográfico urbano entre as Regiões Econômicas da Bahia nos dois períodos analisados. Em 1980, a população concentrada nas áreas urbanas regionais era de 124.299 habitantes; em 2000, essa população passou para 487.111 habitantes, o que corresponde a um incremento relativo de 291,9% ao longo desses 21 anos.

As redefinições político-administrativas quanto aos limites das áreas urbanas e rurais dos municípios dificultam a análise do fenômeno da urbanização na região. Cerca de metade dos municípios (11 deles) ampliou, entre 1991-2000, as áreas urbanas mediante a incorporação de áreas até então definidas como rurais. Tais redefinições ajudam a compreender o elevado ritmo de crescimento das áreas urbanas no Extremo Sul; mas não permitem dimensionar nem qualificar o processo de urbanização regional, já que não são conhecidas as contribuições (no que se refere ao adensamento demográfico) nem tampouco as motivações dessas mudanças político-administrativas para o crescimento da população urbana.

No período anterior, 1980-1991, o impacto das redefinições político-administrativas também foi significativo, em função da criação de cinco novos municípios: Eunápolis, Teixeira de Freitas, Itabela, Vereda e Jucuruçu. A criação dos dois primeiros municípios elevou de maneira significativa o contingente urbano da região por se tratar de localidades com portes demográficos bastante expressivos (os maiores da região). No caso, a criação dos municípios de Teixeira de Freitas e Eunápolis representou o reconhecimento legal de uma função urbana já desempenhada pelas localidades, que, à época, eram definidas como áreas rurais dos municípios de Santa Cruz Cabrália, Porto Seguro, Caravelas e Alcobaça (Cf. SEI: 1998). Mas, muitas vezes, tais atos administrativos transformam em urbanas localidades que a rigor não se encaixam nesta categoria, dada a pouca diversificação da economia, concentrada basicamente no setor primário, e a precária articulação com os demais centros. Este é, provavelmente, o caso de diversas cidades da região com portes demográficos bastante reduzidos.

No entanto, tais distorções provocadas pelos critérios censitários de urbano e rural não são uma exclusividade do Extremo Sul – mas, antes, uma constante do conjunto da Bahia e do Brasil, conforme exposto em capítulo anterior. Diante da impossibilidade de levantar informações de melhor qualidade, que permitam perceber a função desempenhada pelas localidades, e da própria ambigüidade dos conceitos de urbano e rural, buscou-se organizar e analisar os dados censitários disponíveis seguindo certas hipóteses e problemáticas já trabalhadas pela SEI em estudos anteriores e explicitadas por Muricy (2003) na primeira parte desta publicação.

A Tabela 4 apresenta a distribuição dos municípios do Extremo Sul segundo a população urbana e as taxas de crescimento médio anual registradas entre 1980-1991 e 1991-2000. Os municípios encontram-se agrupados segundo a situação apresentada no último período, de acordo com as hipóteses de crescimento demográfico levantadas pela SEI em trabalhos anteriores.

Tabela 4

População Residente Urbana e Taxa Média Geométrica de Crescimento Anual, Por Ordem Decrescente em 2000 Bahia - Extremo Sul, 1980-2000					
Crescimento/ Municípios	População			Taxa Média Geométrica de Crescimento Anual (%)	
	1980 (1)	1991	2000	1980/1991	1991/2000
Sugestivo de Imigração Líquida					
Santa Cruz Cabrália (3) (4)	1.138	3.197	13.527	9,85	17,38
Mucuri (4) (5)	2.842	4.810	18.685	4,90	16,27
Porto Seguro (3) (4) (5)	5.742	23.315	79.619	13,59	14,62
Nova Viçosa (4) (5)	6.091	9.374	24.636	4,00	11,33
Prado (3) (4)	6.156	9.655	14.169	4,18	4,35
Jucuruçu (2) (4)	1.104	1.299	1.850	1,49	4,01
Itabela (2) (4)	0	13.577	18.837	-	3,71
Alcobaça (3) (4)	3.533	5.464	7.446	4,04	3,50
Itapebi (4)	4.610	6.396	8.542	3,02	3,27
Teixeira de Freitas (2) (4)	1.023	74.221	98.688	47,62	3,22
Vereda (2) (4)	757	961	1.276	2,19	3,20
Eunápolis (2) (4)	407	63.540	79.161	58,27	2,47
Sem Perdas ou Ganhos Migratórios Líquidos Significativos					
Caravelas (3) (4)	7.089	8.932	10.332	2,12	1,63
Itagimirim (4)	3.799	5.078	5.941	2,67	1,76
Lajedão (4)	1.970	1.663	1.852	- 1,53	1,20
Sugestivo de Emigração Líquida					
Guaratinga (4)	7.170	9.159	10.017	2,25	1,00
Itamaraju (3) (4)	31.947	44.449	48.037	3,05	0,87
Itanhém (4)	10.857	13.060	14.090	1,69	0,85
Ibirapoã (4)	3.420	3.413	3.573	- 0,02	0,51
Medeiros Neto (4)	14.691	15.704	16.027	0,61	0,23
Emigração Líquida com Perdas Absolutas de População					
Belmonte	9.953	10.860	10.806	0,80	- 0,06
Total	124.299	328.127	487.111	9,23	4,49

Fonte: IBGE. Censos Demográficos de 1980, 1991 e 2000.

(1) A população dos municípios criados após 1980 e dos que perderam área para estes novos municípios foi ajustada para os limites municipais de 1991, usando-se a tabela de comparatividade dos setores censitários, do próprio IBGE.

(2) Município criado após o Censo Demográfico de 1980.

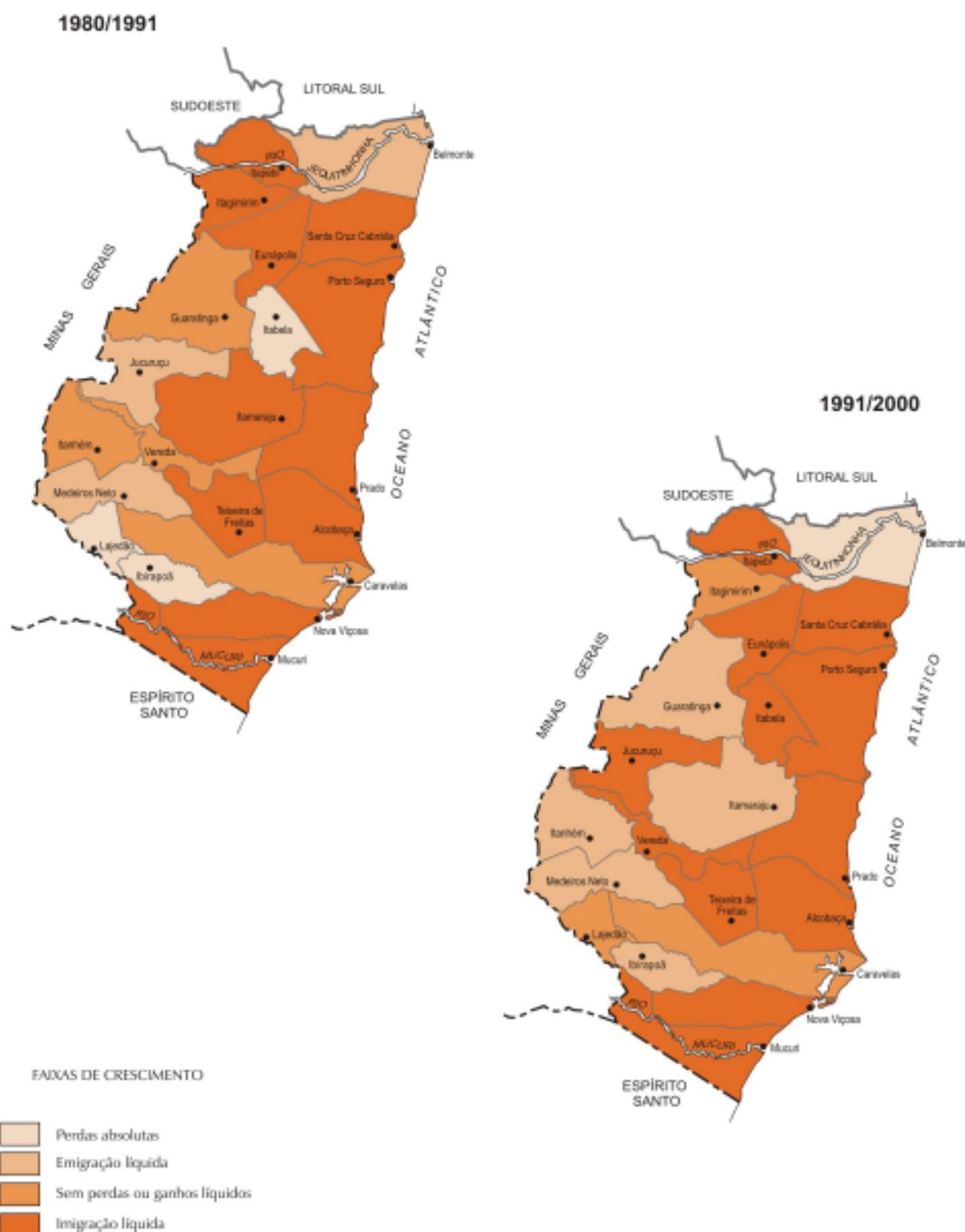
(3) Município que deu origem a outro após o Censo Demográfico de 1980.

(4) Município que a área urbana ultrapassou o perímetro de 1991, penetrando no quadro rural.

(5) Teve distrito instalado após 1991.

Cartograma 03

Crescimento Demográfico da População Urbana por Município
Região Econômica Extremo Sul - BA, 1980 - 2000



Fonte: Censos Demográficos, IBGE: 1980, 1991 e 2000.

Observa-se que todos os municípios ampliaram a população urbana ao longo do período analisado, embora dois deles (Lajedão e Ibirapoã) tenham registrado redução populacional entre 1980-1991. Conseqüentemente, observa-se uma expansão da população urbana regional, que passou de 124.299 em 1980 para 487.111 em 2000. No entanto, o ritmo de crescimento dessa população apresentou uma significativa redução entre 1980-1991 e 1991-2000, decorrente em grande medida das transformações político-administrativas (com a criação de novos municípios) referidas anteriormente.

Entre 1991-2000, um pouco mais da metade das populações urbanas dos municípios (12 deles) apresentou taxas de crescimento médio anual superiores a 2,00% ao ano, indicando a presença de saldos migratórios positivos ou imigração líquida. Entre esses municípios, quatro apresentaram taxas superiores a 10% ao ano, o que caracteriza um ritmo de crescimento bastante elevado. No entanto, três deles sofreram redefinições nos seus limites urbanos, o que inviabiliza a análise do fenômeno, pois não se sabe o quanto desse crescimento decorreu de um simples ato administrativo (a ampliação da área urbana). É importante chamar atenção para o fato de que muitos dos municípios da região têm um contingente populacional bastante reduzido, portanto, as taxas elevadas representam acréscimos demográficos não muito expressivos.

Os municípios de Itagimirim, Caravelas e Lajedão registraram taxas de crescimento médio anual da população urbana na faixa estimada do crescimento vegetativo, indicando que os movimentos migratórios não tiveram impacto significativo no crescimento dos municípios. Entre esses municípios, Caravelas sofreu ampliação da área urbana, o que não permite a análise do processo de urbanização em curso no município.

Os municípios de Guaratinga, Itamaraju, Itanhém, Ibirapoã, Medeiros Neto e Belmonte apresentaram taxas compatíveis com saldos migratórios negativos ou emigração líquida. Entre esses municípios, Guaratinga, Itamaraju e Medeiros Neto tiveram sua área urbana ampliada, ou seja, mesmo com a expansão da área urbana apresentaram perdas migratórias líquidas.

Em relação ao grau de urbanização (ou seja, percentual da população municipal residindo em áreas urbanas), observa-se que os municípios mais populosos em 2000 – Teixeira de Freitas, Eunápolis e Porto Seguro – são os mais urbanizados da região. Os dois primeiros municípios, ressalte-se, com taxas superiores a 90%.

Oito municípios possuem grau de urbanização superior à média regional e apenas quatro – Guaratinga, Alcobaça, Vereda e Jucuruçu – possuem mais da metade da população residindo em áreas rurais. Vereda e Jucuruçu, os que apresentam mais baixo grau de urbanização, possuem menos de 20% da população residindo em áreas urbanas.

Tabela 5

**Grau de Urbanização dos Municípios, Por Ordem Decrescente em 2000
Bahia – Extremo Sul, 1980-2000**

Municípios	Grau de Urbanização (%)		
	1980 (1)	1991	2000
Eunápolis (2) (4)	0,83	90,07	94,10
Teixeira de Freitas (2) (4)	2,08	86,76	91,81
Porto Seguro (3) (4) (5)	39,82	67,27	83,18
Itagimirim (4)	48,27	64,38	76,88
Nova Viçosa (4) (5)	32,77	36,66	76,81
Itapebi (4)	41,67	57,74	76,78
Medeiros Neto (4)	53,52	68,10	75,47
Itamaraju (3) (4)	52,43	69,12	74,89
Itabela (2) (4)	0,00	65,12	73,16
Mucuri (4) (5)	18,77	27,32	66,58
Itanhém (4)	39,22	56,23	66,04
Santa Cruz Cabrália (3) (4)	15,06	48,92	56,63
Lajedão (4)	42,08	43,56	54,33
Belmonte (4)	44,14	49,21	53,94
Prado (3) (4)	39,16	42,66	53,47
Caravelas (3) (4)	34,68	45,20	51,40
Ibirapôa (4)	34,88	41,17	50,35
Guaratinga (4)	23,55	36,00	41,19
Alcobaça (3) (4)	30,27	35,46	35,63
Vereda (2) (4)	7,06	10,78	17,13
Jucuruçu (2) (4)	6,59	8,11	14,95
Total	27,23	61,54	73,27

Fonte: IBGE. Censos Demográficos de 1980, 1991 e 2000.

(1) A população dos municípios criados após 1980 e dos que perderam área para estes novos municípios foi ajustada para os limites municipais de 1991, usando-se a tabela de comparatividade dos setores censitários, do próprio IBGE.

(2) Município criado após o Censo Demográfico de 1980.

(3) Município que deu origem a outro após o Censo Demográfico de 1980.

(4) Município que a área urbana ultrapassou o perímetro de 1991, penetrando no quadro rural.

(5) Teve distrito instalado após 1991.

Evolução da população rural

Apenas Santa Cruz Cabrália, Porto Seguro e Alcobaça apresentaram taxas de crescimento médio anual da população rural positiva e superior a 2,00% ao ano, apontando para a existência de saldos migratórios positivos ou imigração líquida. Porto Seguro e Alcobaça já apresentavam, entre 1980-1991, taxas de crescimento positivas – no primeiro município a taxa indica a presença de imigração líquida, no segundo sugere um equilíbrio nos movimentos de emigração e imigração – e ampliaram o ritmo de crescimento da população rural no período seguinte. É interessante observar que Porto Seguro registrou um crescimento positivo da população rural mesmo com a incorporação de áreas rurais ao tecido urbano do município, o que indica que a imigração líquida para as áreas rurais deve ter se ampliado de forma bastante significativa. Santa Cruz Cabrália, ao contrário dos municípios anteriores, havia apresentado, entre 1980-1991, taxa de crescimento médio anual indicativa de emigração líquida.

Em Porto Seguro e Santa Cruz Cabrália o crescimento demográfico na área rural encontra-se associado a expansão do turismo, que tem avançado sobre as áreas rurais do município; em Alcobaça o fenômeno também pode estar associado ao turismo.

Os demais municípios registraram taxas negativas, expressivas da redução no tamanho absoluto das populações, indicando saldos migratórios negativos ou emigração líquida. Muitos deles, como já foi comentado anteriormente, sofreram alterações nos limites das áreas urbanas e rurais, o que impede uma análise dos componentes demográficos que seriam mais significativos para o crescimento das populações rurais. No entanto, é possível observar que boa parte dos municípios (10 deles) já apresentava, entre 1980-1991, taxas de crescimento médio anual das populações rurais compatíveis com perdas migratórias ou emigração líquida, indicando, portanto, a continuidade da tendência de esvaziamento demográfico do campo; foram eles: Caravelas, Guaratinga, Belmonte, Itamaraju, Lajedão, Ibirapoã, Itanhém, Medeiros Neto, Itagimirim e Itapebi.

Tabela 6

População Residente Rural e Taxa Média Geométrica de Crescimento Anual, Por Ordem Decrescente em 2000 Bahia – Extremo Sul, 1980-2000					
Crescimento/ Municípios	População			Taxa Média Geométrica de Crescimento Anual (%)	
	1980 (1)	1991	2000	1980/1991	1991/2000
Sugestivo de Imigração Líquida					
Santa Cruz Cabrália (3) (4)	6.419	3.338	10.361	- 5,77	13,41
Porto Seguro (3) (4) (5)	8.677	11.346	16.102	2,47	3,97
Alcobaça (3) (4)	8.139	9.946	13.454	1,84	3,41
Emigração Líquida com Perdas Absolutas de População					
Itabela (2) (4)	24.959	7.271	6.909	- 10,61	- 0,57
Prado (3) (4)	9.566	12.977	12.329	2,81	- 0,57
Caravelas (3) (4)	13.354	10.831	9.771	- 1,89	- 1,14
Guaratinga (4)	23.272	16.282	14.302	- 3,20	- 1,43
Belmonte (4)	12.596	11.210	9.226	- 1,05	- 2,14
Itamaraju (3) (4)	28.990	19.859	16.107	- 3,38	- 2,30
Teixeira de Freitas (2) (4)	48.246	11.326	8.798	- 12,34	- 2,77
Vereda (2) (4)	9.964	7.953	6.174	- 2,03	- 2,77
Mucuri (4) (5)	12.301	12.796	9.377	0,36	- 3,40
Lajedão (4)	2.712	2.155	1.557	- 2,07	- 3,55
Ibirapoã (4)	6.384	4.877	3.523	- 2,42	- 3,55
Jucuruçu (2) (4)	15.641	14.713	10.527	- 0,55	- 3,65
Itanhém (4)	16.822	10.165	7.244	- 4,48	- 3,69
Medeiros Neto (4)	12.761	7.355	5.208	- 4,89	- 3,76
Eunápolis (2) (4)	48.341	7.005	4.959	- 16,11	- 3,77
Itagimirim (4)	4.071	2.809	1.787	- 3,32	- 4,90
Itapebi (4)	6.453	4.682	2.584	- 2,87	- 6,39
Nova Viçosa (4) (5)	12.496	16.196	7.440	2,39	- 8,28
Total	332.164	205.092	177.739	- 4,29	- 1,58

Fonte: IBGE. Censos Demográficos de 1980, 1991 e 2000.

(1) A população dos municípios criados após 1980 e dos que perderam área para estes novos municípios foi ajustada para os limites municipais de 1991, usando-se a tabela de comparatividade dos setores censitários, do próprio IBGE.

(2) Município criado após o Censo Demográfico de 1980.

(3) Município que deu origem a outro após o Censo Demográfico de 1980.

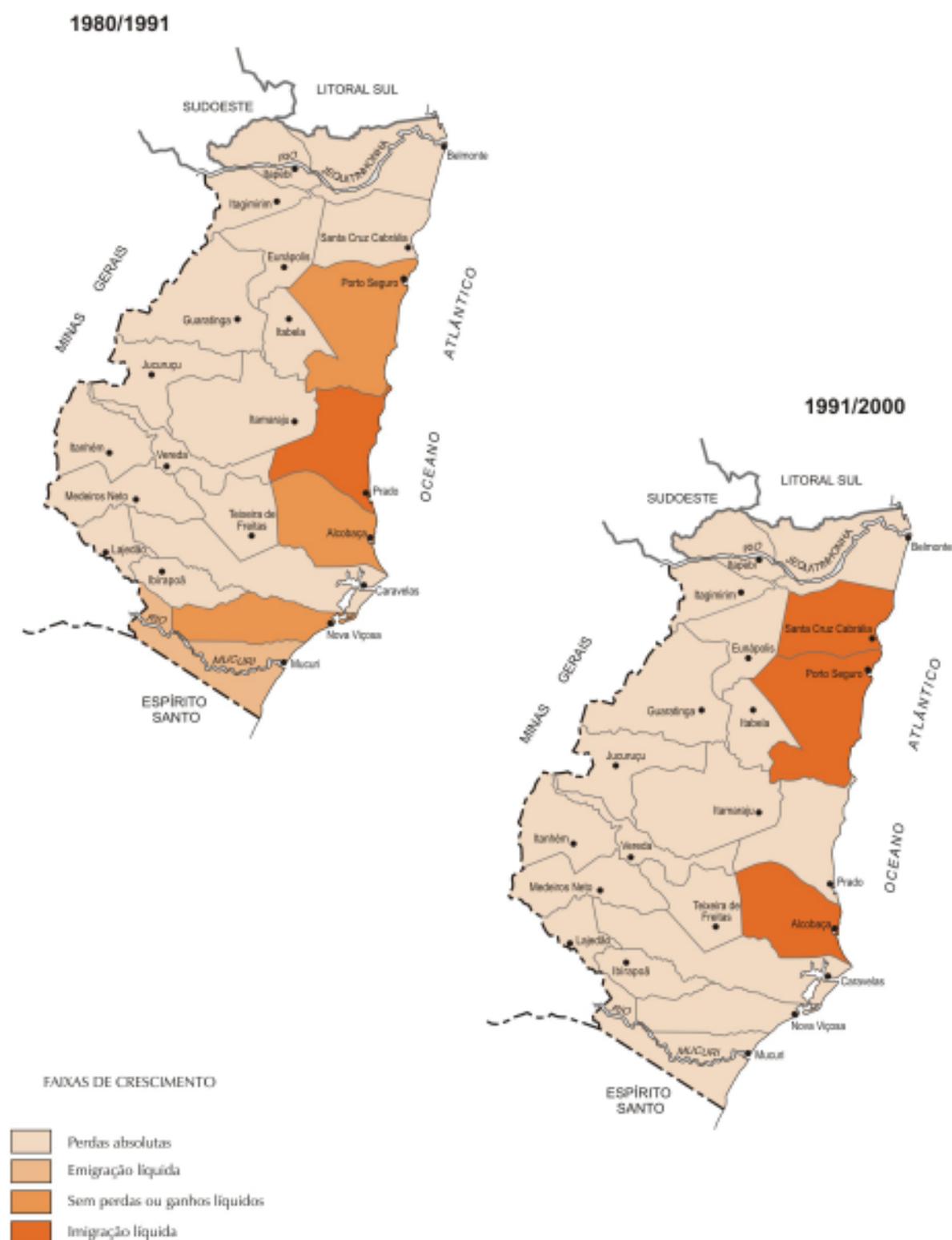
(4) Município que a área urbana ultrapassou o perímetro de 1991, penetrando no quadro rural.

(5) Teve distrito instalado após 1991.

Cumprir notar que as perdas populacionais rurais para o conjunto da região diminuíram entre 1980-1991 e 1991-2000, conforme expressam as taxas de crescimento médio anual, mesmo no contexto de redefinições dos limites político-administrativos dos municípios que implicaram a incorporação de áreas rurais ao tecido urbano.

Cartograma 04

Crescimento Demográfico da População Rural por Município
Região Econômica Extremo Sul - BA, 1980 - 2000



LOCALIZAÇÃO, LIMITES, MUNICÍPIOS INTEGRANTES

Ocupando 9,88% do território estadual – 56.022km² de 567.273,0 km² – e apresentando conformação irregular, a Região Econômica Nordeste (RNe)¹, como o nome indica, localiza-se no nordeste da Bahia, sendo limitada por quatro regiões baianas e três Estados. Integrante do Semi-árido, ao norte, faz fronteira com Pernambuco, sendo o Rio São Francisco o grande marco divisorio entre os dois Estados. Ao sul é limitada pelas regiões Litoral Norte e Paraguaçu. A leste limita-se com Alagoas e Sergipe, sendo o São Francisco ainda o divisor entre o nordeste baiano e Alagoas. A oeste limita-se com as regiões Baixo Médio São Francisco e Piemonte da Diamantina.

Por ocasião do Censo de 1980, realizado pelo IBGE, essa região compunha-se de 37 municípios: Abaré, Água Fria, Antas, Araci, Biritinga, Cansanção, Chorrochó, Cícero Dantas, Cipó, Conceição do Coité, Coronel João Sá, Crisópolis, Euclides da Cunha, Glória, Jeremoabo, Itapicuru, Lamarão, Macururé, Monte Santo, Nova Soure, Olindina, Paripiranga, Paulo Afonso, Pedro Alexandre, Queimadas, Quijingue, Retirolândia, Ribeira do Amparo, Ribeira do Pombal, Rodelas, Santa Brígida, Santaluz, Serrinha, Teofilândia, Tucano, Uauá e Valente. Entre 1985 e 1989, foram criados nove municípios: Adestina, Banzaê, Canudos, Fátima, Heliópolis, Nordestina, Novo Triunfo, São Domingos e Sítio do Quinto.

O município de Barrocas, desmembrado de Serrinha em março de 2000 – constituindo, portanto, a 47^a municipalidade regional –, não será tratado individualmente neste trabalho, por não existirem ainda informações desagregadas que permitam o ajustamento das populações da forma citada.

¹ Com a finalidade de evitar dúvidas e repetições, a sigla RNe, ao longo deste trabalho, será referência à Região Econômica Nordeste da Bahia. Referências à Região Nordeste do Brasil serão feitas sempre por extenso.

Cartograma 01
Divisão Político - Administrativa
Região Econômica Nordeste - BA



Mencione-se, ainda, que nessa região se estende o Raso da Catarina – extensa área com grande vocação para a desertificação, por causa do tipo de solo, da inexistência de cursos d’água perenes e da baixíssima incidência de chuvas. A vegetação ali dominante é típica de caatinga arbustiva, como aquelas características das savanas, com grande variedade de xiquexiques, bromélias e cactáceas. Por seus atributos biofísicos, parte dela (99.772ha. do total de cerca de 200.000ha., que inclui atualmente parte dos municípios de Canudos, Glória, Macururé, Jeremoabo e Paulo Afonso) foi transformada em Reserva Ecológica pelo Decreto nº 89.268, de 03.01.1984, com base na Lei Estadual 25.469 de 03.11.76.

CONDIÇÕES HISTÓRICAS DO POVOAMENTO

O povoamento da Região Nordeste da Bahia derivou, fundamentalmente, da ação da Igreja Católica no seu trabalho de catequese dos índios e da necessidade de expansão dos espaços destinados à criação de bovinos. A importância de tais processos emergiu da própria história de criação de seus municípios, iniciada ainda em séculos passados, que, embora com um tronco comum, revela particularidades interessantes. Desse modo, não se pode tratar do povoamento da região sem mencionar personagens como Garcia d’Ávila, Antônio Conselheiro e Lampião. O primeiro foi essencial para o desbravamento do interior da Bahia porque, ao expandir as fronteiras de suas propriedades, contribuiu para fixar os colonizadores em diferentes Estados do Nordeste. Garcia d’Ávila, sistematicamente, aumentou o tamanho de suas propriedades, de tal modo que, considerando-se as terras tomadas dos índios e as dos homens sob seu comando, seus domínios estendiam-se até o São Francisco, atravessando-o, ao norte e a oeste, incluindo parte do território onde hoje se localizam os Estados – além da Bahia – de Pernambuco, Paraíba, Ceará, Maranhão e Rio Grande do Norte. Nos anos seguintes, seus herdeiros, seja por concessão ou posse, detinham o comando de “quase a metade do São Francisco” ou “uma centena de quilômetros quadrados”, conforme Capistrano de Abreu (1928) e Taunay (1936), respectivamente (in PIERSON, 1972). Em outras palavras, ao implantar seus currais, ampliando as áreas dedicadas às pastagens, o semi-árido foi sendo tomado pelo colonizador.

Quanto a Antônio Conselheiro, talvez o mais conhecido habitante da região, notabilizou-se por, através de pregações, aglutinar pessoas ao seu redor, chegando a formar uma comunidade de grandes proporções no final do século passado. Em junho de 1893, Conselheiro escolheu assentar seus seguidores em um povoado decadente, oriundo de uma fazenda de gado, denominada Canudos, nas margens do Rio Vaza-Barris e rodeado por imponentes morros. Rebatizou o lugar como Belo Monte e iniciou a construção de uma comunidade que Euclides da Cunha (*Os sertões*, p. 389) descreveu como “[...] uma tapera miserável, fora dos nossos mapas, perdida no deserto, aparecendo, indecifavelmente, como uma página truncada e sem número das nossas tradições”.

No entanto, para os moradores da caatinga, essas terras se pareciam mais com o paraíso. Em que pesem os resultados dos estudos mais recentes apon-

tarem para a existência de desigualdades sociais na organização da vida dessa comunidade (Ferraz, 2000), corriam pelos sertões relatos sobre as abundantes chuvas, a fartura de alimentos, o uso coletivo do que se produzia. Belo Monte tornava-se lenda, atraindo levas de novos moradores. A afluência ao local era tamanha que alguns povoados ficaram praticamente desabitados, fazendas perdiam seus trabalhadores, num movimento tão intenso que chegou a afetar a economia da região.

Essa comunidade terminou com o trágico episódio conhecido como a Guerra de Canudos, quando, após intensas batalhas e a morte de Antônio Conselheiro, Canudos foi totalmente destruída e incendiada, em 5 de outubro de 1897, deixando um saldo de 7.000 mortos e a figura de Conselheiro consolidada como mito. Tal fato figura como um dos episódios mais controversos da história do país.

Em 1969, o antigo arraial foi submerso, pelas águas do açude Cocorobó. Atualmente, na área do conflito, que abrange 1.321 hectares, está sendo implantado o Parque Estadual de Canudos, com sítios históricos e arqueológicos, que visam resgatar e preservar essa história.

A passagem de Lampião pela região também foi responsável pelo movimento dos habitantes locais, que ou fugindo do bando desse temido cangaceiro, em busca de lugares mais seguros, ou, em conseqüência de planos elaborados pelas autoridades policiais para capturá-lo, alguns povoados ficaram praticamente desertos, enquanto algumas cidades foram “inchadas”, levando ao agravamento de problemas relacionados à falta de moradia e à disseminação de epidemias.

Houve também a instalação da Usina Hidroelétrica de Paulo Afonso, nos anos 1950 e, mais recentemente, nos anos 1980, da Barragem de Itaparica. Ambas implicaram deslocamento de aldeias indígenas e de povoados rurais em processo conflituoso e, ainda, parcialmente inconcluso. Por outro lado, tais construções contribuíram fortemente para o adensamento demográfico das cidades de Paulo Afonso e Rodelas, tanto pelo próprio processo construtivo, como por criarem infra-estrutura urbana (especialmente na primeira) diferenciada do padrão do nordeste baiano.

Panorama econômico recente da Região Nordeste da Bahia

A história econômica da Região Nordeste, como já assinalado, está relacionada à expansão da pecuária, cada vez mais interiorizada – em função da necessidade de ampliação da cultura canavieira –, resultando na conquista de novos espaços, consolidados com a implantação de currais ou fazendas. Sem se constituir exceção no semi-árido, na RNe esse processo resultou numa estrutura fundiária bastante concentrada, marcada pela imprecisão nos limites das propriedades e “... transformada em instrumento de poder das oligarquias, que tinham e têm a região como palco de disputas internas e referência para ocupação de cargos públicos” (CAR, 2000). Contudo, a demarca-

ção oficial das propriedades, só veio ocorrer nos anos 50, quando o nordeste do Estado, mesmo considerando-se as adversidades edafoclimáticas, destacava-se produzindo um terço do milho e do feijão baianos. Além disso, o sisal, produto que apresenta grande adaptabilidade ao semi-árido, já era cultivado com vistas à exportação, colocando-se como elemento essencial da economia da porção mais ao sul da região.

Mencione-se que os estabelecimentos caracterizados como minifúndios eram (e ainda o são) normalmente cultivados por agricultores detentores de pouco ou nenhum recurso financeiro e sem acesso a financiamentos. Tais condições sempre aumentaram a dependência de seus proprietários em relação às condições climáticas, conduzindo, no semi-árido, à exploração excessiva da terra, por vezes, de forma inadequada, com pouco uso de tecnologia, resultando em baixos índices de produtividade.

Entre os anos 80 e 90 o panorama econômico da região continuou fundado na agropecuária, traduzindo-se numa elevadíssima parcela dos seus habitantes sobrevivendo dela. Priorizavam-se as lavouras de caráter temporário, com maior destaque – alguns, inclusive, no que se refere ao montante da produção agrícola em termos estaduais – para os seguintes cultivos: feijão, milho, mandioca, cebola, amendoim, batatinha, manga, maracujá e castanha de caju, além do sisal e da criação de gado de corte. A pecuária permaneceu como atividade predominantemente desenvolvida pelos líderes regionais, que passaram a ser também grandes comerciantes.

Boa parte de sua produção foi sempre comercializada diretamente com Pernambuco e Sergipe, devido à proximidade física e maior facilidade de acesso em relação aos grandes centros da Bahia. No que se refere à vida urbana, assentavam-se no comércio e no serviço público as principais fontes de renda para os moradores das cidades, principalmente as de pequeno porte.

DINÂMICA DEMOGRÁFICA REGIONAL

A região no Estado

A RNe se colocou em 1980, 1991 e 2000 como a quarta região de maior peso proporcional na composição da população baiana. Em termos absolutos, seu contingente demográfico aumentou no período, mas seu peso proporcional no Estado vem caindo gradativamente (de 9,32% em 1980, para 9,00% em 2000). Esse movimento está relacionado, entre outros motivos, ao declínio das taxas de crescimento da região, conforme se observou entre 1980-1991 e entre 1991-2000 (respectivamente, de 2,03% ao ano para 0,76% ao ano).

A desaceleração do ritmo de crescimento demográfico verificada na RNe, do primeiro para o segundo período, está compatível com a tendência observada na Bahia, cuja taxa de crescimento global declinou de 2,09% ao ano, entre 1980-1991, para 1,08% ao ano, entre 1991-2000. Tal diminuição

decorreu, dentre outros fatores, de um acentuado e sistemático declínio dos níveis médios de fecundidade, observados em todas as camadas sociais e locais de residência, especialmente a partir dos anos 70. (Ver texto de Muricy nesta edição).

Note-se, ainda, que nos dois períodos considerados a região obteve taxas de crescimento inferiores às do Estado, sendo que a taxa de 1991-2000 a inscreveu entre as perdedoras líquidas de migrantes.

No mesmo período a taxa de crescimento urbano (3,14% a.a.) foi maior que a da Bahia (2,51% a.a.). Esse dado é interessante porque, para a realização do Censo 2000, o IBGE reajustou limites de áreas urbanas da Bahia – avançando sobre as rurais –, bem como criou novos distritos. Tais alterações afetaram cerca de 62% dos municípios baianos, impossibilitando, no momento, uma análise comparativa entre os dois períodos censitários em foco. Contudo, entre 1980-1991 as áreas urbanas cresceram por imigração: Bahia, 3,79% a.a. e RNe, 4,29% a.a. Dessa forma, já que as taxas do período 1980-1991 foram maiores que as do subsequente, o crescimento demográfico urbano das duas unidades territoriais vem diminuindo seu ímpeto, sendo que, na Bahia, essa diminuição deve ser ainda mais significativa.

Esses dados conduzem ao grau regional de urbanização. Em 1980, o enorme percentual de habitantes residindo no meio rural (73,60%) colocava a região, no que se refere a esse aspecto, à frente, apenas, da Chapada Diamantina (26,40% contra 19,84% desta última). Esse percentual equivalia a pouco mais que a metade da urbanização do Estado no mesmo ano: 49,29%. Entre 1980 e 1991, o peso proporcional do contingente demográfico urbano do nordeste baiano aumentou, passando para 33,60% no final desse período. No entanto, em 1991, ainda não se aproximava da média estadual, que chegou a 59,12%. Note-se que parte do aumento da urbanização da RNe, no período 1980-1991, deve ser atribuída à criação dos nove municípios anteriormente citados, determinando, por decreto, o surgimento de novas áreas urbanas que constituíram as sedes municipais. O Censo 2000 registrou a presença de 41,48% de residentes regionais urbanos, mostrando que, nesse aspecto, o nordeste baiano, mesmo com o reajuste de área citado, ainda se mantém distante da Bahia (com 67,12%) – que, como já visto, se urbanizou tardiamente, em comparação com outros Estados, sendo ainda dos menos urbanizados.

As taxas de crescimento médio anual do contingente rural da RNe decresceram, comparando-se os períodos 1980-91 e 1991-2000. No primeiro, apesar de a taxa de 1,08% a.a. ser sugestiva de emigração líquida, foi superior à registrada pela Bahia (0,11% a.a.). No segundo período registraram-se, pela primeira vez, perdas absolutas (-0,65% a.a.), porém, dadas as alterações efetuadas entre áreas urbanas e rurais, não se pode determinar quão profundas foram efetivamente.

Note-se, ainda, que do mesmo modo que a Bahia detém o maior contingente de habitantes rurais do país, a RNe, dentre as 15 regiões econômicas do

Estado, se apresentou nos três anos censitários (1980, 1991 e 2000) como a segunda de maior população rural. Em 1980, os residentes rurais da RNe (648.308 hab.) equivaliam a 13,52% do contingente rural baiano (4.794.042 hab.). Em 1991, aumentou o número de habitantes rurais da Bahia (4.851.221) e da RNe (729.647), assim como a proporção dos residentes rurais da região sobre os da Bahia: 15,04%. Em 2000, os dois contingentes observados registraram queda em seus números absolutos (4.297.902 hab./Bahia e 688.261 hab./RNe). Contudo, mesmo com as citadas alterações entre áreas urbanas e rurais, a participação da RNe rural sobre a Bahia rural subiu para 16,01%.

Distribuição da população, área e densidade demográfica

No período em análise neste estudo, 1980 a 2000, a população da RNe teve um aumento absoluto de 295.368 indivíduos, o que fez elevar a densidade demográfica regional de 15,66 hab./km² para 21,00 hab./km² (Tabela 1) – próxima da média baiana (23,04 hab./km²). Pode-se dizer, com isso, que tanto a Bahia quanto a RNe, por força de suas dimensões territoriais, são bastante rarefeitas em termos demográficos.

Nenhum dos 46 municípios da RNe alcançava, em 2000, a marca dos 100.000 residentes ou abarcava 10% do total regional de habitantes. As baixas densidades demográficas registradas pela região caracterizam também os municípios. Apenas Serrinha apresentou mais de 100 habitantes por km², mesmo sendo o segundo mais populoso, pois sua área (805 km²) representa menos de 1,5% da região. Onze municípios tiveram densidades inferiores a 100 habitantes por km², mas superiores a 50 hab./km². Entre eles destaca-se Paulo Afonso, o mais populoso, que detém mais de 3% da área regional (Tabela 1).

Dezessete unidades tinham densidade inferior à média regional, entre as quais estavam nove das 10 das que detinham áreas superiores a 2.000 km². Outras 17 tiveram densidades acima de 21 e abaixo de 50 hab./km². Nesse grupo encontra-se Euclides da Cunha, com mais de 50 mil habitantes e detendo 4,24% da área regional.

Note-se, também, que 15 são os municípios com áreas inferiores a 1,00% da região, representando em conjunto 8,37% do total. Suas densidades, sempre acima da média regional, variaram de 25,05 hab./km² (Nordestina) a 97,83 hab./km² (Novo Triunfo).

Tabela 1

Municípios	População	Área		Densidade (hab/km ²)
		(Km ²)	%	
Serrinha (1)	83.206	805	1,44	103,36
Novo Triunfo	13.599	139	0,25	97,83
Cipó	14.285	165	0,29	86,58
Teofilândia	20.432	266	0,47	76,81
Fátima	18.298	296	0,53	61,82
Paripiranga	26.591	435	0,78	61,13
Paulo Afonso	96.499	1.693	3,02	57,00
Ribeira do Pombal	46.270	813	1,45	56,91
Retirolândia	10.891	204	0,36	53,39
Banzaê	11.156	212	0,38	52,62
Conceição do Coité	56.317	1.086	1,94	51,86
Valente	19.145	371	0,66	51,60
Antas	14.059	288	0,51	48,82
Olindina	23.909	538	0,96	44,44
Cícero Dantas	30.934	724	1,29	42,73
Heliópolis	13.108	312	0,56	42,01
Crisópolis	19.037	463	0,83	41,12
Nova Soure	24.405	669	1,19	36,48
São Domingos	8.526	251	0,45	33,97
Lamarão	9.523	282	0,50	33,77
Araci	47.584	1.570	2,80	30,31
Sítio do Quinto	17.031	669	1,19	25,46
Nordestina	11.800	471	0,84	25,05
Biritinga	14.641	592	1,06	24,73
Cansanção	31.947	1.320	2,36	24,20
Coronel João Sá	19.665	847	1,51	23,22
Euclides da Cunha	53.885	2.374	4,24	22,70
Ajustina	14.302	633	1,13	22,59
Ribeira do Amparo	13.903	656	1,17	21,19
Água Fria	14.718	707	1,26	20,82
Quijingue	26.376	1.271	2,27	20,75
Santa Brígida	16.903	849	1,52	19,91
Santaluz	30.955	1.597	2,85	19,38
Itapicuru	27.315	1.546	2,76	17,67
Monte Santo	54.552	3.285	5,86	16,61
Tucano	50.948	3.202	5,72	15,91
Pedro Alexandre	16.953	1.142	2,04	14,85
Queimadas	24.613	2.098	3,74	11,73
Glória	14.559	1.277	2,28	11,40
Uauá	25.993	2.951	5,27	8,81
Abaré	13.648	1.694	3,02	8,06
Jeremoabo	34.916	4.769	8,51	7,32
Canudos	13.761	2.988	5,33	4,61
Chorrochó	10.171	2.648	4,73	3,84
Macururé	8.612	2.279	4,07	3,78
Rodelas	6.260	2.575	4,60	2,43
Total	1.176.201	56.022	100,00	21,00

Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2000 e Site Cidade@.
 (1) Inclui Barrocas.

Principais tendências do crescimento demográfico na Região Nordeste da Bahia

Tendo ordenado os municípios da RNe segundo seu crescimento médio anual registrado no período 1991-2000, o passo seguinte foi desagregá-los, com base nas hipóteses explicitadas, no texto de Muricy, já citado. Desse modo, foram encontrados, nesse período, seis municípios na condição de recebedores líquidos de imigrantes; 13 registraram crescimento sem ganhos ou perdas migratórios líquidos expressivos; 18 municípios, embora com taxas positivas, são, provavelmente, de emigração líquida e nove registraram taxas negativas de crescimento, caracterizando-se, portanto, como de emigração líquida com perdas absolutas de população.

Dos seis municípios que registraram crescimento com ganhos imigratórios (acima de 2,00% ao ano e, portanto, diferindo muito da média regional), entre 1991-2000, todos são bastante pequenos (com menos de 20 mil habitantes cada, incluindo Rodelas e Macururé que tinham menos de 10 mil). Desses, quatro aumentaram o ritmo de crescimento se comparado com o registrado no período 1980-1991: Rodelas, Macururé, Sítio do Quinto e Nordestina. Os dois primeiros inverteram o ritmo de crescimento, pois haviam apresentado perdas demográficas brutas no período anterior. Sítio do Quinto, Santa Brígida e Novo Triunfo, que haviam crescido por ganhos imigratórios, apenas alteraram seus ritmos: Sítio do Quinto cresceu com maior velocidade e os outros dois com menor.

Treze municípios, entre os quais os dois maiores, Paulo Afonso e Serrinha, registraram crescimento que sugere não ter havido ganhos ou perdas demográficas importantes (entre 1,00% e 1,99% a.a.). Desses municípios, 10 registraram taxas inferiores às do período 1980-1991. Dos que aumentaram o ritmo de crescimento, Heliópolis merece citação por ter registrado crescimento negativo no período anterior. Os outros dois, embora tivessem aumentado levemente seus ritmos de crescimento, apenas permaneceram na condição de crescimento sem ganhos ou perdas líquidos de migrantes. Serrinha foi um dos quatro municípios que estavam na condição de recebedores líquidos de migrantes, no período anterior, e que diminuíram substancialmente seu ritmo de crescimento.

Dezoito municípios – e entre eles quatro dos maiores: Tucano, Conceição do Coité, Monte Santo e Euclides da Cunha – apresentaram taxas de crescimento sugestivas de perdas migratórias líquidas (entre 0,00% e 0,99% a.a.). Note-se que, dos 18 municípios, 17 apresentaram taxas menores, nesse período, que entre 1980-1991. Apenas Chorrochó, que vinha de uma situação de perdas brutas, diminuiu o ritmo de perdas no segundo período. Por outro lado, Araci, Santaluz, Biritinga e Canudos, que haviam crescido por imigração, entre 1980-1991, inverteram o ritmo de crescimento.

Dos 9 municípios com perdas absolutas de população, entre 1991-2000, é significativo mencionar Teofilândia, Jeremoabo e São Domingos que haviam

registrado crescimento por ganhos imigratórios no período anterior. Já Banzê arrefeceu o ritmo das perdas.

A análise a respeito dos diferentes ritmos de crescimento dos municípios pôs em evidência que, embora alguns tenham experimentado intensificação desses ritmos, predominou uma tendência de declínio convergindo na queda da taxa total da região.

Para os mais populosos – Conceição do Coité, Euclides da Cunha, Monte Santo, Paulo Afonso, Serrinha e Tucano – o movimento foi de desaquecimento dos ritmos de crescimento.

Pelos dados anteriores, evidencia-se também que, apesar de a maioria dos municípios ter obtido taxas positivas nos dois períodos, isso se fez, em boa medida, a taxas decrescentes.

Em suma, apesar de 23 municípios apresentarem taxas superiores às do conjunto regional, o movimento das taxas de crescimento dos municípios vem apontando para uma tendência à saída de moradores da região.

Os diferentes ritmos de crescimento municipal contribuíram para a manutenção ou alteração do porte demográfico e, dessa forma, para a maior ou menor representatividade do município no todo regional.

Tabela 2

População Residente Total e Taxa Média Geométrica de Crescimento Anual, Por Ordem Decrescente em 2000 Bahia – Região Nordeste, 1980-2000					
Crescimento/ Municípios	População			Taxa Média Geométrica de Crescimento Anual (%)	
	1980 (1)	1991	2000	1980/1991	1991/2000
Sugestivo de Imigração Líquida					
Rodelas	4.486	4.298	6.260	- 0,39	4,27
Sítio do Quinto (2)	8.856	12.050	17.031	2,84	3,92
Macururé	8.295	6.770	8.612	- 1,83	2,71
Santa Brígida	9.269	13.290	16.903	3,33	2,71
Nordestina (2)	7.506	9.315	11.800	1,98	2,66
Novo Triunfo (2)	6.268	11.080	13.599	5,32	2,30
Sem Perdas ou Ganhos Migratórios Líquidos Significativos					
Abaré	9.511	11.449	13.648	1,70	1,97
Cipó	9.036	12.273	14.285	2,82	1,70
Heliópolis (2)	11.955	11.376	13.108	- 0,45	1,59
Coronel João Sá	12.765	17.133	19.665	2,71	1,54
Pedro Alexandre	10.098	14.801	16.953	3,54	1,52
Cícero Dantas (3)	24.078	27.201	30.934	1,11	1,44
Glória	9.871	12.815	14.559	2,40	1,43
Crisópolis	14.113	16.778	19.037	1,58	1,41
Paulo Afonso	71.131	86.619	96.499	1,81	1,21
Olindina	16.571	21.462	23.909	2,38	1,21
Quijingue	19.619	23.958	26.376	1,83	1,07
Itapicuru	19.693	24.851	27.315	2,14	1,06
Serrinha (4)	57.477	76.013	83.206	2,57	1,01
Sugestivo de Emigração Líquida					
Tucano	36.488	46.618	50.948	2,25	0,99
Ribeira do Pombal (3)	33.180	42.509	46.270	2,28	0,95
Conceição do Coité	41.427	52.338	56.317	2,15	0,82
Valente (3)	14.237	17.830	19.145	2,07	0,79
Uauá	20.314	24.343	25.993	1,66	0,73
Monte Santo	42.182	51.280	54.552	1,79	0,69
Queimadas (3)	19.743	23.162	24.613	1,46	0,68
Chorrochó	10.256	9.603	10.171	- 0,60	0,64
Araci	32.225	45.341	47.584	3,15	0,54
Adestina (2)	12.622	13.714	14.302	0,76	0,47
Água Fria	13.118	14.145	14.718	0,69	0,44
Euclides da Cunha (3)	40.480	51.812	53.885	2,27	0,44
Fátima (2)	13.527	17.683	18.298	2,47	0,38
Cansanção	24.423	30.903	31.947	2,16	0,37
Paripiranga (3)	22.815	26.027	26.591	1,20	0,24
Santaluz	23.120	30.634	30.955	2,59	0,12
Biringa	10.471	14.620	14.641	3,08	0,02
Canudos (2)	9.929	13.762	13.761	3,01	0,00
Emigração Líquida com Perdas Absolutas de População					
Ribeira do Amparo (3)	12.143	13.942	13.903	1,26	- 0,03
Nova Soure	22.841	24.674	24.405	0,70	- 0,12
Banzaê (2)	12.504	11.489	11.156	- 0,77	- 0,33
Retirolândia	10.402	11.300	10.891	0,76	- 0,41
Teofilândia	15.092	21.570	20.432	3,30	- 0,60
Lamarão	9.355	10.275	9.523	0,86	- 0,84
Jeremoabo (3)	24.580	38.449	34.916	4,15	- 1,07
São Domingos (2)	7.553	10.276	8.526	2,84	- 2,05
Antas (3)	15.208	17.104	14.059	1,07	- 2,15
Total	880.833	1.098.935	1.176.201	2,03	0,76

Fonte: IBGE. Censos Demográficos de 1980, 1991 e 2000.

(1) A população dos municípios criados após 1980 e dos que perderam área para estes novos municípios foi ajustada para os limites municipais de 1991, usando-se a tabela de comparatividade dos setores censitários, do próprio IBGE.

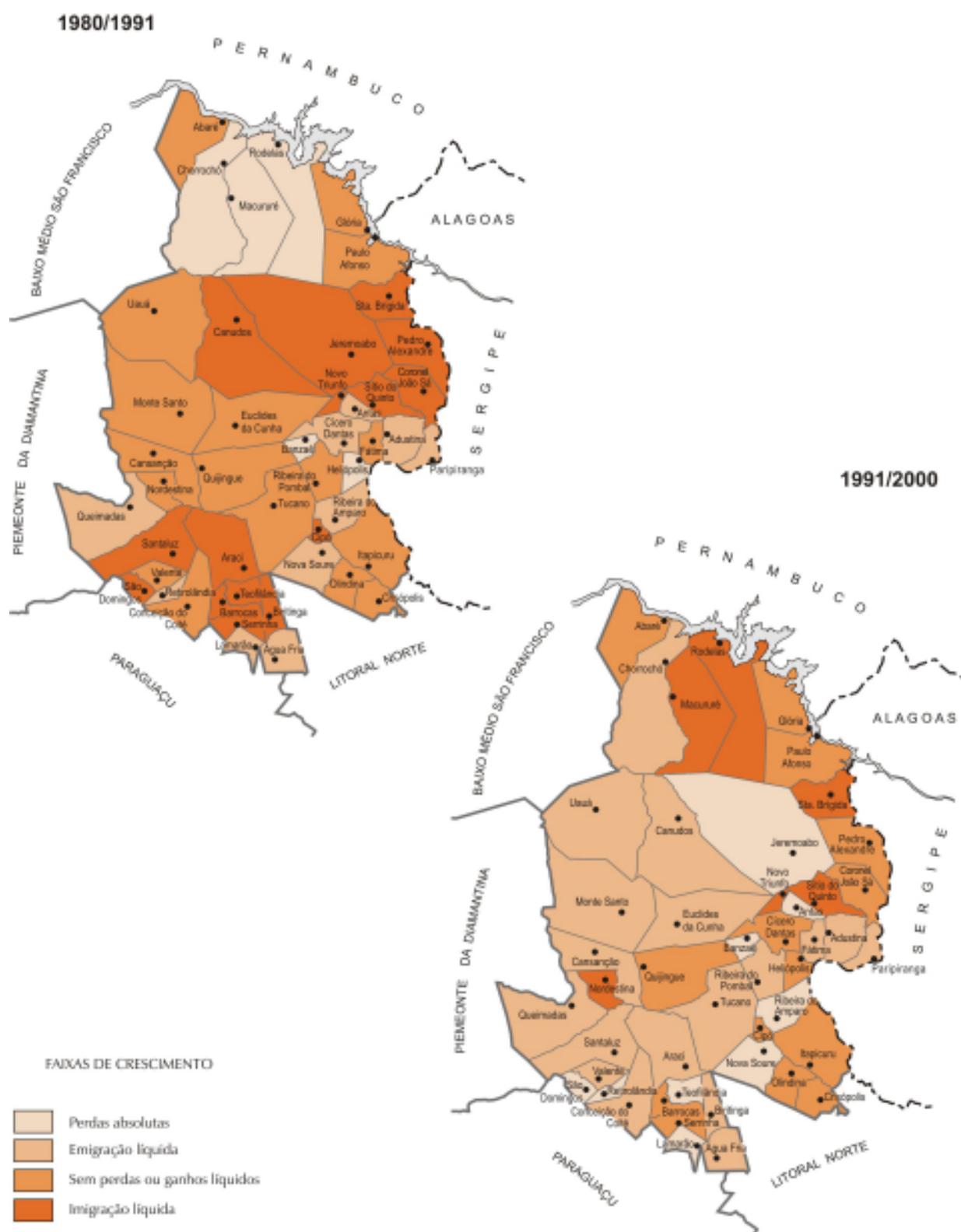
(2) Município criado após o Censo Demográfico de 1980.

(3) Município que deu origem a outro após o Censo Demográfico de 1980.

(4) Inclui Barrocas.

Cartograma 02

Crescimento Demográfico da População Total por Município
Região Econômica Nordeste - BA, 1980 - 2000



A Tabela 3 mostra a evolução do peso relativo de cada município, evidenciando que, mesmo o mais populoso, Paulo Afonso (com 96.499 moradores), representou sempre menos de 10% do conjunto regional. Com população menor, porém acima de 50.000 habitantes, em ordem decrescente, estavam: Serinha, Conceição do Coité, Monte Santo, Euclides da Cunha e Tucano que, somados a Paulo Afonso, representavam 33,61% dos moradores da região. Havia ainda 14 municípios com mais de 20 mil e menos de 50 mil habitantes, representando 35,90% do total; 22 com mais de 10 mil e menos de 20 mil habitantes, que representavam 27,69% do total, e quatro municípios possuindo menos de 10.000 moradores cada um, importando em 2,80% do total.

A mesma tabela permite verificar que os pesos relativos dos municípios têm amplitude de variação pouco significativa e não sofreram alterações importantes de um censo a outro. Por exemplo, em 2000, foram encontradas 27 municipalidades com peso demográfico inferior a 2% da região e nenhuma delas registrou peso igual ou superior nos censos anteriores.

Dentre outros motivos, esta situação pode ser creditada ao fracionamento da população em grande número de municípios. Assim, a RNe se caracteriza pela presença de numerosas unidades municipais, nenhuma das quais, entretanto, constitui grande centro urbano, catalisador de correntes migratórias e centralizador de serviços. Difere, por exemplo, de regiões como o Baixo Médio São Francisco, onde Juazeiro é o grande prestador de serviços urbanos. Paulo Afonso cumpre, eventualmente, parte desse papel de fornecedor de serviços, que é efetivamente exercido por Aracaju, devido à relativa proximidade e facilidade de acesso.

Tabela 3

**Participação Relativa da População Total dos Municípios no Total da Região, Por Ordem Decrescente em 2000
Bahia – Região Nordeste, 1980-2000**

Municípios	Participação na Região (%)		
	1980	1991	2000
Pedro Alexandre	8,08	7,88	8,20
Sítio do Quinto	6,53	6,92	7,07
Coronel João Sá	4,70	4,76	4,79
Nordestina	4,79	4,67	4,64
Fátima	4,60	4,71	4,58
Uauá	4,14	4,24	4,33
Banzaê	3,66	4,13	4,05
Rodelas	3,77	3,87	3,93
Lamarão	2,79	3,50	2,97
Canudos	2,77	2,81	2,72
São Domingos	2,62	2,79	2,63
Cipó	2,73	2,48	2,63
Jeremoabo	2,24	2,26	2,32
Paulo Afonso	2,59	2,37	2,26
Retirolândia	2,23	2,18	2,24
Valente	2,31	2,22	2,21
Quijingue	2,24	2,11	2,09
Novo Triunfo	2,59	2,25	2,07
Paripiranga	1,88	1,95	2,03

Tabela 3 (Continuação)

Participação Relativa da População Total dos Municípios no Total da Região, Por Ordem Decrescente em 2000 Bahia – Região Nordeste, 1980-2000			
Municípios	Participação na Região (%)		
	1980	1991	2000
Tucano	1,71	1,96	1,74
Crisópolis	1,45	1,56	1,67
Abaré	1,62	1,62	1,63
Euclides da Cunha	1,60	1,53	1,62
Glória	1,54	1,61	1,56
Teofilândia	1,01	1,10	1,45
Queimadas	1,15	1,35	1,44
Santaluz	1,05	1,21	1,44
Antas	1,49	1,29	1,25
Cansanção	1,19	1,33	1,24
Heliópolis	1,12	1,17	1,24
Água Fria	1,43	1,25	1,22
Conceição do Coité	1,03	1,12	1,21
Araci	1,73	1,56	1,20
Ribeira do Pombal	1,38	1,27	1,18
Chorrochó	1,13	1,25	1,17
Adustina	1,08	1,04	1,16
Olindina	0,71	1,01	1,16
Itapicuru	1,36	1,04	1,11
Nova Soure	0,85	0,85	1,00
Biritinga	1,42	1,05	0,95
Ribeira do Amparo	1,18	1,03	0,93
Cícero Dantas	1,16	0,87	0,86
Macururé	1,06	0,93	0,81
Monte Santo	0,94	0,62	0,73
Serrinha (1)	0,86	0,94	0,72
Santa Brígida	0,51	0,39	0,53
Total	100,00	100,00	100,00

Fonte: IBGE. Censos Demográficos de 1980, 1991 e 2000.

(1) Inclui Barrocas.

Tendências do crescimento regional rural

Apesar de o número de habitantes das áreas rurais vir se reduzindo, em 2000, ainda representava 58,52% dos moradores totais da RNe, que se ocupavam, predominantemente, com as lavouras do sisal, feijão, milho, mandioca, amendoim e castanha de caju, utilizando técnicas tradicionais de cultivo, resultando pouco excedente para comercialização.

Das 46 municipalidades, 30 registraram proporção de moradores rurais superior à da região, entre as quais duas das mais populosas (Monte Santo e Tucano), mencionando-se ainda Araci, com seus mais de 30 mil habitantes rurais (Tabela 4).

Tabela 4

**Participação Relativa da População Rural dos Municípios,
Por Ordem Decrescente em 2000
Bahia – Região Nordeste, 1980-2000**

Municípios	População (%)		
	1980	1991	2000
Ribeira do Amparo (3) (4)	95,31	94,59	89,51
Banzaê (2) (4)	95,39	91,83	69,40
Monte Santo (4)	92,24	90,53	86,75
Pedro Alexandre	89,21	90,36	87,43
Biritinga	90,11	87,82	83,97
Glória	89,00	87,43	83,76
Itapicuru (4)	85,55	86,34	81,38
Quijingue (4)	95,45	85,85	81,45
Nordestina (2)	91,09	85,29	75,64
Lamarão (4)	85,37	85,20	79,75
Chorrochó	91,18	84,09	78,81
Adustina (2)	88,77	83,38	68,65
Coronel João Sá (4)	86,20	82,65	71,84
Teofilândia	90,86	82,48	71,33
Sítio do Quinto (2) (4)	91,31	82,18	78,50
Macururé	83,45	80,01	72,65
Heliópolis (2) (4)	88,05	79,19	67,71
Paripiranga (3) (4) (5)	83,46	79,04	70,74
Santa Brígida	78,21	78,63	73,92
Novo Triunfo (2) (4)	100,00	78,36	61,42
Tucano (4)	81,68	78,27	63,50
Água Fria (4)	85,46	77,93	70,62
Cansanção	86,43	77,59	71,14
Antas (3) (4)	74,75	76,46	64,34
Crisópolis (4) (5)	87,75	75,82	63,99
Fátima (2)	82,53	75,43	65,34
Araci	81,65	74,45	65,98
Abaré (4)	83,84	74,22	59,50
Uauá (4)	77,65	70,21	63,04
São Domingos (2) (4)	100,00	66,50	56,47
Euclides da Cunha (3)	75,18	65,69	54,48
Retirolândia (4)	80,25	65,65	49,74
Jeremoabo (3)	82,87	64,52	57,72
Valente (3) (4)	65,11	63,89	50,32
Queimadas (3) (4)	71,40	63,60	60,25
Canudos (2) (4)	100,00	61,98	49,04
Conceição do Coité (4) (5)	71,51	61,78	50,24
Nova Soure	75,17	58,75	55,46
Santaluz (4) (5)	67,18	58,53	41,96
Olindina	63,38	57,59	53,36
Cícero Dantas (3) (4)	67,71	55,43	48,93
Ribeira do Pombal (3)	61,92	51,18	45,14
Serrinha (6)	55,72	50,20	44,78
Cipó (4)	46,35	36,69	33,31
Rodelas	61,68	28,97	23,55
Paulo Afonso	12,87	14,16	14,42
Total	73,60	66,40	58,52

Fonte: IBGE. Censos Demográficos de 1980, 1991 e 2000.

(1) A população dos municípios criados após 1980 e dos que perderam área para estes novos municípios foi ajustada para os limites municipais de 1991, usando-se a tabela de comparatividade dos setores censitários, do próprio IBGE.

(2) Município criado após o Censo Demográfico de 1980.

(3) Município que deu origem a outro após o Censo Demográfico de 1980.

(4) Município que a área urbana ultrapassou o perímetro de 1991, penetrando no quadro rural.

(5) Teve distrito instalado após 1991.

(6) Inclui Barrocas.

Outros sete municípios também demonstraram maior proporção de residentes rurais, em 2000, porém menor que a média regional (Tabela 4). Entre esses se destacam Euclides da Cunha e Conceição do Coité, ambos com mais de 50 mil habitantes cada.

Ampliação das perdas demográficas no meio rural entre 1991-2000

A acentuação das perdas demográficas rurais da RNe, de 1980-1991 a 1991-2000, resultou, em parte, do fato de 31 municípios (67,39% dos 46 da região) registrarem diminuição absoluta do número de habitantes de fazendas, roças, aglomerados de casas ao longo de estradas, povoados e aldeamentos, estabelecidos como ambiente rural para utilização nos censos (Tabela 5).

Contudo, 19 desses 31 municípios sofreram alterações que aumentaram sua área urbana – e, portanto, a população – diminuindo a rural². Para esses, porém, se perdas demográficas rurais ocorreram, não há, nesse momento, como dimensioná-las, o que inviabiliza qualquer análise comparativa com o período anterior.

Dos 12 restantes, Chorrochó e Nova Soure também registraram, entre 1980-1991, crescimento negativo. Ribeira do Pombal, Cansanção, Euclides da Cunha e Ajustina registraram taxas compatíveis com perdas demográficas líquidas. Com crescimento sem ganhos ou perdas significativos estavam Serrinha, Araci, Fátima, Teofilândia e Jeremoabo. Biritinga, que crescia por imigração, inverteu completamente seu processo de crescimento. Note-se que entre os 12 aparecem vários dos que contavam com mais de 20 mil habitantes rurais: Serrinha, Ribeira do Pombal, Cansanção, Araci, Euclides da Cunha e Jeremoabo.

Oito municípios apresentaram, no período 1991-2000, crescimento bem pequeno (entre 0,95% a.a. e 0,04% a.a.). Porém, seis deles também sofreram alteração do perímetro urbano, afetando a área rural³. Dos restantes, Glória crescia, entre 1980-1991, sem ganhos ou perdas demográficos significativos. Olindina, provavelmente, perdia população em termos líquidos.

Rodelas e Macururé, dois dos cinco municípios que cresceram sem ganhos ou perdas rurais significativos, no período 1991-2000, conseguiram, na verdade, interromper o fluxo de saída de migrantes registrado no período anterior. Os outros três diminuíram o ritmo de crescimento demográfico rural, especialmente Paulo Afonso e Pedro Alexandre que, anteriormente, cresciam por imigração.

² Municípios que registraram crescimento negativo, que porém sofreram alteração na malha urbana: Abaré, Água Fria, Antas, Banzaê, Canudos, Conceição do Coité, Coronel João Sá, Crisópolis, Heliópolis, Lamarão, Novo Triunfo, Paripiranga, Retirolândia, Ribeira do Amparo, Santaluz, São Domingos, Tucano, Uauá e Valente.

³ São eles: Cícero Dantas, Cipó, Itapicuru, Monte Santo, Queimadas e Quijingue

Tabela 5

**População Residente Rural e Taxa Média Geométrica de Crescimento Anual, Por Ordem Decrescente em 2000
Bahia – Região Nordeste, 1980-2000**

Crescimento/ Municípios	População			Taxa Média Geométrica de Crescimento Anual (%)	
	1980 (1)	1991	2000	1980/1991	1991/2000
Sugestivo de Imigração Líquida					
Sítio do Quinto (4)	8.086	9.903	13.369	1,86	3,39
Santa Brígida	7.249	10.450	12.495	3,38	2,01
Sem Perdas ou Ganhos Migratórios Líquidos Significativos					
Rodelas	2.767	1.245	1.474	- 7,00	1,89
Macururé	6.922	5.417	6.257	- 2,20	1,61
Paulo Afonso	9.153	12.264	13.915	2,70	1,41
Nordestina (2)	6.837	7.945	8.925	1,37	1,30
Pedro Alexandre	9.008	13.374	14.822	3,66	1,15
Sugestivo de Emigração Líquida					
Glória	8.785	11.204	12.194	2,24	0,95
Cipó (4)	4.188	4.503	4.758	0,66	0,61
Quijingue (4)	18.727	20.569	21.484	0,86	0,48
Itapicuru (4)	16.847	21.456	22.230	2,22	0,39
Olindina	10.503	12.360	12.757	1,49	0,35
Monte Santo (4)	38.907	46.425	47.326	1,62	0,21
Queimadas (3) (4)	14.097	14.731	14.830	0,40	0,07
Cícero Dantas (3) (4)	16.303	15.077	15.137	- 0,71	0,04
Emigração Líquida com Perdas Absolutas de População					
Coronel João Sá (4)	11.004	14.161	14.127	2,32	- 0,03
Chorrochó	9.351	8.075	8.016	- 1,32	- 0,08
Heliópolis (2) (4)	10.526	9.009	8.876	- 1,40	- 0,17
Serrinha (6)	32.026	38.159	37.263	1,61	- 0,26
Novo Triunfo (2) (4)	6.268	8.682	8.352	3,01	- 0,43
Ribeira do Pombal (3)	20.545	21.757	20.887	0,52	- 0,45
Uauá (4)	15.773	17.092	16.385	0,73	- 0,47
Crisópolis (4) (5)	12.384	12.721	12.182	0,24	- 0,48
Biritinga	9.435	12.839	12.294	2,84	- 0,48
Abaré (4)	7.974	8.497	8.120	0,58	- 0,50
Cansanção	21.110	23.977	22.726	1,16	- 0,59
Ribeira do Amparo (3) (4)	11.573	13.188	12.444	1,19	- 0,64
Água Fria (4)	11.211	11.023	10.394	- 0,15	- 0,65
Nova Soure	17.170	14.497	13.536	- 1,53	- 0,76
Araci	26.312	33.757	31.395	2,29	- 0,80
Paripiranga (3) (4) (5)	19.042	20.573	18.810	0,71	- 0,99
Fátima (2)	11.164	13.339	11.955	1,63	- 1,21
Tucano (4)	29.805	36.487	32.351	1,86	- 1,33
Conceição do Coité (4) (5)	29.624	32.336	28.291	0,80	- 1,47
Lamarão (4)	7.986	8.754	7.595	0,84	- 1,57
Euclides da Cunha (3)	30.431	34.034	29.354	1,02	- 1,63
Adustina (2)	11.204	11.435	9.818	0,19	- 1,68
Valente (3) (4)	9.270	11.392	9.634	1,89	- 1,85
Teofilândia	13.713	17.791	14.574	2,40	- 2,19
Jeremoabo (3)	20.369	24.809	20.152	1,81	- 2,28
Canudos (2) (4)	9.929	8.530	6.749	- 1,37	- 2,57
Banzaê (2) (4)	11.928	10.550	7.742	- 1,11	- 3,38
Retirolândia (4)	8.348	7.418	5.417	- 1,07	- 3,43
Santaluz (4) (5)	15.533	17.930	12.989	1,31	- 3,52
São Domingos (2) (4)	7.553	6.834	4.815	- 0,91	- 3,82
Antas (3) (4)	11.368	13.078	9.045	1,28	- 4,01
Total	648.308	729.647	688.261	1,08	- 0,65

Fonte: IBGE. Censos Demográficos de 1980, 1991 e 2000.

(1) A população dos municípios criados após 1980 e dos que perderam área para estes novos municípios foi ajustada para os limites municipais de 1991, usando-se a tabela de comparatividade dos setores censitários, do próprio IBGE.

(2) Município criado após o Censo Demográfico de 1980.

(3) Município que deu origem a outro após o Censo Demográfico de 1980.

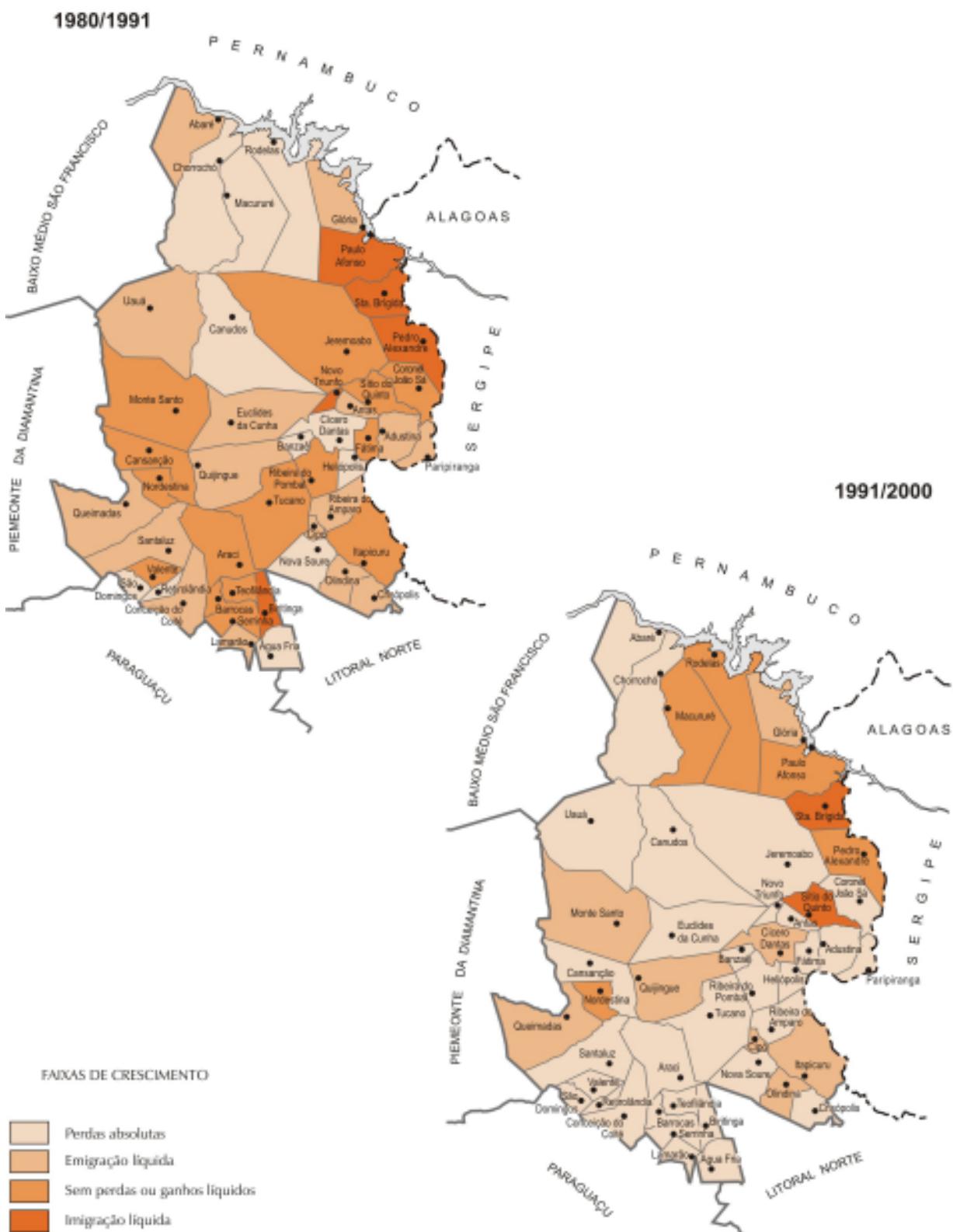
(4) Município cuja área urbana ultrapassou o perímetro de 1991, penetrando no quadro rural.

(5) Teve distrito instalado após 1991.

(6) Inclui Barrocas.

Cartograma 03

Crescimento Demográfico da População Rural por Município
Região Econômica Nordeste - BA, 1980 - 2000



Fonte: Censos Demográficos, IBGE: 1980, 1991 e 2000.

Desse conjunto, Nordeste é o único dos municípios produtores de sisal na RNe⁴, atividade economicamente significativa para a região, que não registrou perdas demográficas rurais líquidas ou absolutas entre 1991 e 2000. O cultivo do sisal é praticado predominantemente em médias e grandes propriedades. Além disso, por ser lavoura de caráter permanente e de longo ciclo vegetativo, não costuma ser trabalhado em terra de terceiros e dificilmente pode ser mantido pelo pequeno produtor, que necessita de retorno mais rápido de seu investimento. Normalmente, portanto, o elevado contingente de mão-de-obra empregado no trato dessa lavoura é assalariado.

Nos anos 1980, a cultura do sisal se encontrava em declínio e passou a ser substituída pela pecuária, atividade que, sabidamente, utiliza reduzido número de trabalhadores (MELO, 1980). Desse modo, é possível que esse cultivo ainda retenha algum significado para a economia regional, mesmo considerando-se a redução da mão-de-obra empregada. Em que pese tal fato, essa atividade pode ter contribuído para atenuar a emigração de residentes rurais de Nordeste, por exemplo, onde tem significativo peso econômico.

Sítio do Quinto e Santa Brígida, que contavam com mais de 70% de sua população residindo em área rural (78,50% o primeiro e 73,92% o segundo), cresceram por imigração entre 1991 e 2000. Santa Brígida que, entre 1980-1991, também crescia por imigração, na verdade diminuiu o ritmo de crescimento rural. Sítio do Quinto fez o movimento contrário e, surpreendentemente, ainda ampliou seu ritmo de crescimento, saindo da condição de crescer sem ganhos ou perdas migratórias líquidas, embora também tenha sofrido alteração de sua área urbana, em detrimento da rural.

Em síntese, o crescimento demográfico rural da RNe, provavelmente, ainda se caracterize por perdas líquidas ou absolutas de residentes, como resposta às pressões pela sobrevivência, em ambiente historicamente paupérrimo, quase sem possibilidades de obtenção de ocupação e renda, agravado – embora este não seja, de per si, fator fundamental – por secas intermitentes.

Grau de urbanização e tendências do crescimento urbano

Em 1980, a RNe tinha apenas 26,40% de residentes urbanos e dois municípios com maior população urbana que rural: Paulo Afonso e Cipó. Em 1991, Rodelas também entrou no rol dos municípios urbanizados. Serrinha chegou perto, com 49,80%. Outros 16 não alcançaram 20% de pessoas residindo em áreas urbanas, dos quais quatro – Banzaê, Monte Santo, Pedro Alexandre e Ribeira do Amparo – continuaram com grau de urbanização inferior a 10%. Em 2000, a RNe – mesmo com o já mencionado aumento dos limites urbanos, que avançaram sobre as áreas rurais, e com a criação de outros tantos distritos – ainda não podia ser considerada uma região urbanizada, visto que só possuía 41,48% de residentes urbanos.

⁴ Os municípios maiores produtores de sisal eram Água Fria, Araci, Biritinga, Cansanção, Conceição do Coité, Lamarão, Monte Santo, Nordeste, Queimadas, Retirolândia, Santaluz, São Domingos, Serrinha, Teofilândia e Valente.

Portanto, como se observa na Tabela 6, os municípios com maior proporção de residentes urbanos eram nove, em 2000, quatro dos quais tiveram as áreas urbanas reajustadas. Outros sete municípios – 3 dos quais tiveram reajuste de área –, mesmo contando com menos de 50% de moradores urbanos, registraram grau de urbanização superior ao da região (41,48%).

Tabela 6

Municípios	Grau de Urbanização (%)		
	1980 (1)	1991	2000
Paulo Afonso	87,13	85,84	85,58
Rodelas	38,32	71,03	76,45
Cipó (4)	53,65	63,31	66,69
Santaluz (4) (5)	32,82	41,47	58,04
Serrinha (6)	44,28	49,80	55,22
Ribeira do Pombal (3)	38,08	48,82	54,86
Cícero Dantas (3) (4)	32,29	44,57	51,07
Canudos (2) (4)	0,00	38,02	50,96
Retirolândia (4)	19,75	34,35	50,26
Conceição do Coité (4) (5)	28,49	38,22	49,76
Valente (3) (4)	34,89	36,11	49,68
Olindina	36,62	42,41	46,64
Euclides da Cunha (3)	24,82	34,31	45,52
Nova Soure	24,83	41,25	44,54
São Domingos (2) (4)	0,00	33,50	43,53
Jeremoabo (3)	17,13	35,48	42,28
Abaré (4)	16,16	25,78	40,50
Queimadas (3) (4)	28,60	36,40	39,75
Novo Triunfo (2) (4)	0,00	21,64	38,58
Uauá (4)	22,35	29,79	36,96
Tucano (4)	18,32	21,73	36,50
Crisópolis (4) (5)	12,25	24,18	36,01
Antas (3) (4)	25,25	23,54	35,66
Fátima (2)	17,47	24,57	34,66
Araci	18,35	25,55	34,02
Heliópolis (2) (4)	11,95	20,81	32,29
A dustina (2)	11,23	16,62	31,35
Banzaê (2) (4)	4,61	8,17	30,60
Água Fria (4)	14,54	22,07	29,38
Paripiranga (3) (4) (5)	16,54	20,96	29,26
Cansanção	13,57	22,41	28,86
Teofilândia	9,14	17,52	28,67
Coronel João Sá (4)	13,80	17,35	28,16
Macururé	16,55	19,99	27,35
Santa Brígida	21,79	21,37	26,08
Nordestina (2)	8,91	14,71	24,36
Sítio do Quinto (2) (4)	8,69	17,82	21,50
Chorrochó	8,82	15,91	21,19
Lamarão (4)	14,63	14,80	20,25

Tabela 6 (Continuação)

Grau de Urbanização dos Municípios, Por Ordem Decrescente em 2000 Bahia – Região Nordeste, 1980-2000			
Municípios	Grau de Urbanização (%)		
	1980 (1)	1991	2000
Itapicuru (4)	14,45	13,66	18,62
Quijingue (4)	4,55	14,15	18,55
Glória	11,00	12,57	16,24
Biritinga	9,89	12,18	16,03
Monte Santo (4)	7,76	9,47	13,25
Pedro Alexandre	10,79	9,64	12,57
Ribeira do Amparo (3) (4)	4,69	5,41	10,49
TOTAL	26,40	33,60	41,48

Fonte: IBGE. Censos Demográficos de 1980, 1991 e 2000.

(1) A população dos municípios criados após 1980 e dos que perderam área para estes novos municípios foi ajustada para os limites municipais de 1991, usando-se a tabela de comparatividade dos setores censitários, do próprio IBGE.

(2) Município criado após o Censo Demográfico de 1980.

(3) Município que deu origem a outro após o Censo Demográfico de 1980.

(4) Município que a área urbana ultrapassou o perímetro de 1991, penetrando no quadro rural.

(5) Teve distrito instalado após 1991.

Paulo Afonso diminuiu o grau de urbanização em 1991 e 2000, decorrente de ritmos de crescimento médio anual mais altos na zona rural, que na urbana, desde o período 1980-1991.

Portanto, ainda que as taxas de crescimento da população urbana tenham sido elevadas – como se verá a seguir –, refletindo aumento significativo da proporção de residentes do meio urbano desses municípios, elas não foram suficientes para que a maior parte deles deixasse de se caracterizar como preponderantemente rural.

Tabela 7

População Residente Urbana e Taxa Média Geométrica de Crescimento Anual, Por Ordem Decrescente em 2000 Bahia – Região Nordeste, 1980-2000					
Crescimento/ Municípios	População			Taxa Média Geométrica de Crescimento Anual (%)	
	1980 (1)	1991	2000	1980/1991	1991/2000
Sugestivo de Imigração Líquida					
Banzaê (2) (4)	576	939	3.414	4,54	15,42
Novo Triunfo (2) (4)	0	2.398	5.247		9,09
Nordestina (2)	669	1.370	2.875	6,73	8,58
Adustina (2)	1.418	2.279	4.484	4,41	7,81
Ribeira do Amparo (3) (4)	570	754	1.459	2,58	7,61
Abaré (4)	1.537	2.952	5.528	6,11	7,22
Coronel João Sá (4)	1.761	2.972	5.538	4,87	7,16
Tucano (4)	6.683	10.131	18.597	3,85	6,98
Heliópolis (2) (4)	1.429	2.367	4.232	4,69	6,67
Macururé	1.373	1.353	2.355	-0,13	6,35
Sítio do Quinto (2) (4)	770	2.147	3.662	9,77	6,11
Crisópolis (4) (5)	1.729	4.057	6.855	8,06	6,00
Rodelas	1.719	3.053	4.786	5,36	5,12
Santa Brígida	2.020	2.840	4.408	3,15	5,01
Teofilândia	1.379	3.779	5.858	9,60	4,99
Itapicuru (4)	2.846	3.395	5.085	1,62	4,59

Tabela 7 (Continuação)

População Residente Urbana e Taxa Média Geométrica de Crescimento Anual, Por Ordem Decrescente em 2000 Bahia – Região Nordeste, 1980-2000					
Crescimento/ Municípios	População			Taxa Média Geométrica de Crescimento Anual (%)	
	1980 (1)	1991	2000	1980/1991	1991/2000
Sugestivo de Imigração Líquida					
Pedro Alexandre	1.090	1.427	2.131	2,48	4,56
Monte Santo (4)	3.275	4.855	7.226	3,64	4,52
Valente (3) (4)	4.967	6.438	9.511	2,39	4,43
Glória	1.086	1.611	2.365	3,65	4,36
Fátima (2)	2.363	4.344	6.343	5,69	4,30
Quijingue (4)	892	3.389	4.892	12,90	4,16
Paripiranga (3) (4) (5)	3.773	5.454	7.781	3,41	4,03
Santaluz (4) (5)	7.587	12.704	17.966	4,80	3,93
Chorrochó	905	1.528	2.155	4,88	3,89
Retrolândia (4)	2.054	3.882	5.474	5,96	3,89
Conceição do Coité (4) (5)	11.803	20.002	28.026	4,91	3,82
Araci	5.913	11.584	16.189	6,30	3,79
Água Fria (4)	1.907	3.122	4.324	4,58	3,69
Euclides da Cunha (3)	10.049	17.778	24.531	5,32	3,64
Canudos (2) (4)	0	5.232	7.012		3,31
Cansanção	3.313	6.926	9.221	6,93	3,23
Uauá (4)	4.541	7.251	9.608	4,35	3,18
Birtinga	1.036	1.781	2.347	5,05	3,11
Cícero Dantas (3) (4)	7.775	12.124	15.797	4,12	2,98
Lamarão (4)	1.369	1.521	1.928	0,96	2,67
Antas (3) (4)	3.840	4.026	5.014	0,43	2,47
Cipó (4)	4.848	7.770	9.527	4,38	2,29
Olindina	6.068	9.102	11.152	3,75	2,28
Ribeira do Pombal (3)	12.635	20.752	25.383	4,61	2,26
Serrinha (6)	25.451	37.854	45.943	3,67	2,18
Sem Perdas ou Ganhos Migratórios Líquidos Significativos					
Queimadas (3) (4)	5.646	8.431	9.783	3,71	1,67
Paulo Afonso	61.978	74.355	82.584	1,67	1,17
Sugestivo de Emigração Líquida					
Jeremoabo (3)	4.211	13.640	14.764	11,28	0,88
São Domingos (2) (4)	0	3.442	3.711		0,84
Nova Soure	5.671	10.177	10.869	5,46	0,73
Total	232.525	369.288	487.940	4,29	3,14

Fonte: IBGE. Censos Demográficos de 1980, 1991 e 2000.

(1) A população dos municípios criados após 1980 e dos que perderam área para estes novos municípios foi ajustada para os limites municipais de 1991, usando-se a tabela de comparatividade dos setores censitários, do próprio IBGE.

(2) Município criado após o Censo Demográfico de 1980.

(3) Município que deu origem a outro após o Censo Demográfico de 1980.

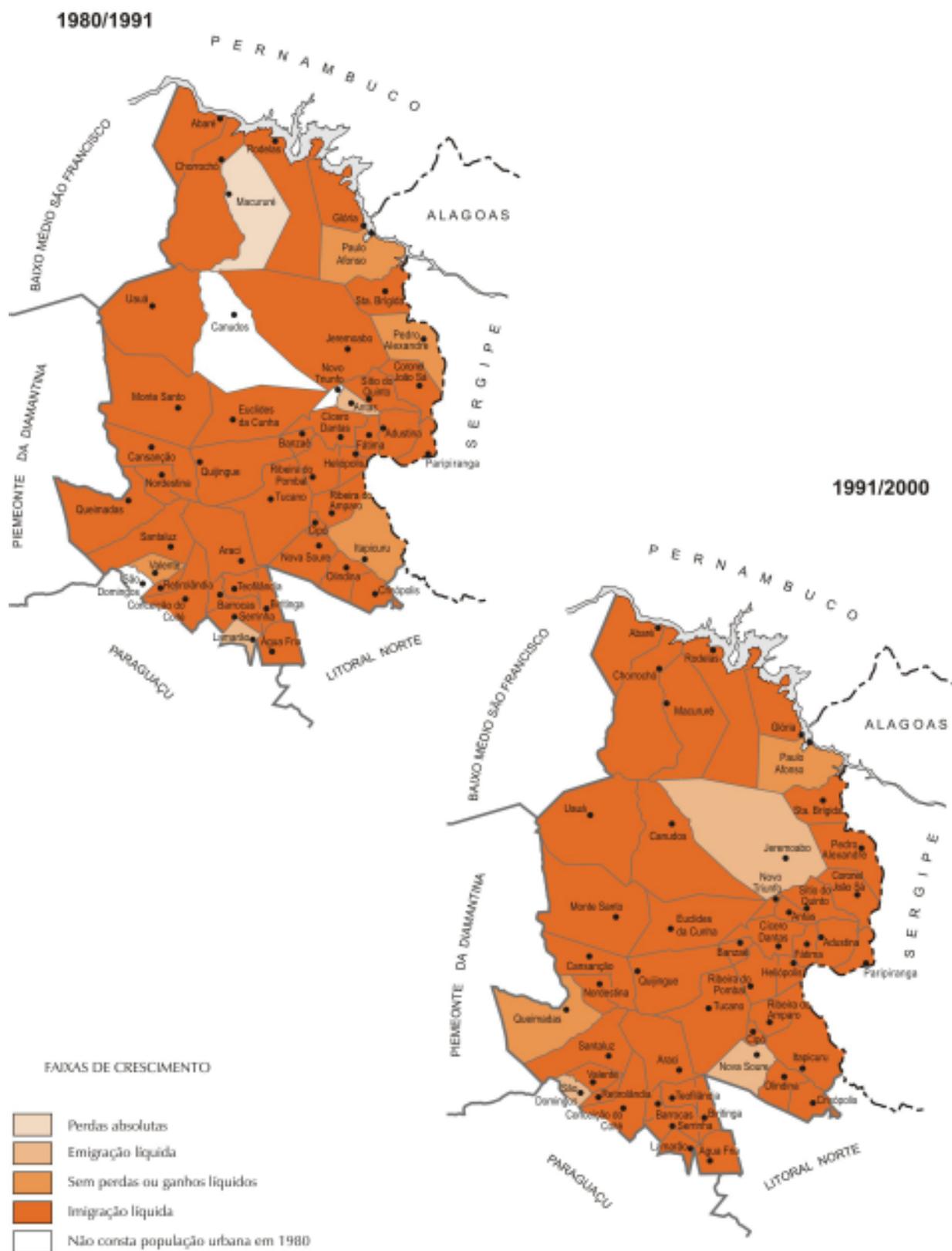
(4) Município que a área urbana ultrapassou o perímetro de 1991, penetrando no quadro rural.

(5) Teve distrito instalado após 1991.

(6) Inclui Barrocas.

Cartograma 4

Crescimento Demográfico da População Urbana por Município
Região Econômica Nordeste - BA, 1980 - 2000



A observação da taxa de crescimento médio anual urbano da RNe no período 1991-2000 (3,14% a.a.) significaria ganhos imigratórios, não fossem os reajustes de área ocorridos em seus municípios. Ainda assim, a taxa encontrada foi menor que do período anterior (4,29% a.a.), o que evidencia significativo arrefecimento do ritmo de crescimento urbano.

Quarenta e um municípios registraram taxas de crescimento demográfico urbano superiores a 2,00%, – a maior delas foi obtida por Banzaê (15,42% a.a.), que, apesar disso, permaneceu como uma das menores populações urbanas da região, inferior a 5.000 habitantes – porém 25 deles, incluindo o citado Banzaê, tiveram reajuste das áreas urbanas. Assim, apenas com relação aos 16 restantes se pode afirmar que houve ingresso significativo de migrantes. Desses 16 municípios, seis aumentaram o ritmo de crescimento, se comparado ao período anterior. O mais surpreendente deles foi Macururé, que vinha perdendo habitantes urbanos em termos absolutos. (-0,13% a.a.). Os dez outros diminuiram os ritmos de crescimento.

Queimadas e Paulo Afonso registraram crescimento positivo, porém sem ganhos ou perdas migratórios importantes. Queimadas havia crescido por imigração em 1980-1991 e teve sua área urbana ampliada em 1991-2000.

Dessa forma, embora ainda não se possa precisar o quanto o redimensionamento das áreas urbanas municipais pesou no contexto do crescimento encontrado, fica patente que houve importante diminuição de aporte de migrantes para essas áreas, dado que a taxa de 1991-2000 é menor que a anterior.

CARACTERÍSTICAS GEOGRÁFICAS, LOCALIZAÇÃO, LIMITES, MUNICÍPIOS INTEGRANTES

A Região Econômica Paraguaçu – RE 07 – localizada no sopé da Chapada Diamantina, mantém fronteiras a leste com as Regiões Litoral Norte e parte da Nordeste; ao norte, com parte da Região Econômica Nordeste e Piemonte da Diamantina; ao sul, com a Região Recôncavo Sul e Sudoeste e a oeste, com a Chapada Diamantina. (Ver Cartograma 1)

Segundo a atual divisão político-administrativa, a Região Paraguaçu é composta de 42 municípios que, em sua maior parte, se localizam no semi-árido baiano, excetuando-se apenas Amélia Rodrigues, Conceição da Feira, Conceição do Jacuípe, Coração de Maria, Irará, São Gonçalo dos Campos, Teodoro Sampaio e Terra Nova.

CARACTERÍSTICAS HISTÓRICAS E SOCIOECONÔMICAS GERAIS – A OCUPAÇÃO E ESTRUTURAÇÃO DA ECONOMIA E DA SOCIEDADE LOCAL

A necessidade de expandir os currais de gado em direção à nascente do Rio São Francisco, foi a causa do início da ocupação da Região Paraguaçu. Surgiram assim inúmeras estradas, entre elas aquela que chegava a Santana dos Olhos d'Água (atual Feira de Santana), onde se bifurcava. Um dos braços dessa bifurcação dava acesso a Santana de Camisão (Ipirá) e o outro chegava a Irará, estando esses municípios entre os mais antigos da Região Paraguaçu. Os municípios que integram essa região, apresentam entre si forte heterogeneidade, resultante de sua evolução histórica e desenvolvimento bastante diferenciado, os quais se originaram de três regiões tradicionais do estado: Recôncavo Fumageiro (atividade desenvolvida nos arredores dos canaviais), Chapada Diamantina (área próxima que serviu de caminho para a Chapada Diamantina) e Feira de Santana (área que passou a exercer a atividade comercial com a criação de uma feira, devido a sua boa localização).

Trata-se, pois, de uma região muito antiga e de grande importância para o Estado, trazendo no rol de seus municípios sete que foram criados na década de 1980, a saber: Capela do Alto Alegre, Gavião, Nova Fátima, Pé de Serra, Pintadas, Rafael Jambeiro e Várzea da Roça. Nela também se encontra o município de Feira de Santana, um dos mais importantes da Bahia.

Feira de Santana

O surgimento de Feira de Santana se confunde com o desenvolvimento do comércio. Localizado em um entroncamento, favorecendo a comunicação com vários locais, aí era realizada a troca entre a capital e o Recôncavo; além de gado, vendiam-se produtos como o café, fumo, mandioca, milho, sisal.

A partir da década de 1920, observou-se um crescimento econômico propiciado pelo investimento na infra-estrutura do comércio; foram criadas escolas normais, implantadas indústrias, como a de beneficiamento de algodão, construídas vias de acesso à cidade que, entre outros fatores, imprimiram maior dinamismo ao município, que passou a atrair pessoas de cidades vizinhas. Com isso, o perfil de cidade agrária começou a ceder espaço para uma cidade industrial.

A transformação fica mais evidente a partir de 1940, com a construção da rodovia Salvador – Feira de Santana além da inauguração da Rádio Sociedade de Feira de Santana, edificação da Biblioteca Municipal, instalação do Matadouro Municipal e pavimentação de vias arteriais da cidade.

Mas foi no final dos anos 1960 e início dos 70, com a implantação do Centro das Indústrias de Feira de Santana e Centro Industrial Subaé, a partir de incentivos da SUDENE, que de fato veio ocorrer uma grande transformação nesse município. Logo em seguida edificou-se a “Cidade Nova”, fundou-se a Universidade Estadual de Feira de Santana e construiu-se o Centro de Abastecimento (que substituiu a feira semanal), tornando-o um pólo de atração de comércio e de migrantes.

DINÂMICA DEMOGRÁFICA REGIONAL

A Região no Estado

Nos vinte anos em estudo, observa-se que a Região Paraguaçu tem experimentado crescente evolução em seu volume populacional, alcançando, no ano 2000, um total de 1.250.163 habitantes, o que lhe confere o terceiro lugar entre as 15 Regiões componentes do Estado. Contudo, sua participação na população baiana vem apresentando constante decréscimo: em 1980 era de 10,43%, em 2000 chegou a 9,56%.

Esse quadro é conseqüência da significativa redução no ritmo de seu crescimento médio anual experimentado pela região nos dois períodos em estudo, 1980/1991 e 1991/2000 (1,75% a.a. e 0,52% a.a., respectivamente). Vale

destacar que a Região tem apresentado taxas de crescimento sempre abaixo daquelas encontradas para o Estado, que também vem experimentando redução: 2,09%a.a. e 1.08%a.a., respectivamente.

Pode-se ainda observar que, em termos de ritmo de crescimento anual, a Região Paraguaçu, no período 1980-1991, apresentava a sétima menor taxa entre as 15 Regiões Econômicas. No período seguinte passou a ocupar o quarto lugar, contribuindo, com mais 11 regiões (cujas taxas vêm declinando), para a queda do ritmo de crescimento estadual.

Em termos de área, a Região Paraguaçu, com 34.129 km², ocupa 6,05% do território estadual. Por causa de sua densidade demográfica em 2000, de 36,63 hab./km², é uma das cinco regiões mais densamente povoadas da Bahia. Seu município mais populoso, Feira de Santana, é o segundo colocado no *ranking* estadual de volume de população, com 480.949 habitantes em 2000.

A Região Paraguaçu ocupou, em 2000, o décimo lugar em grau de urbanização¹ entre as Regiões Econômicas da Bahia, com 814.615 pessoas, ou seja, 65,16% de sua população residindo em localidades consideradas urbanas, proporção bem próxima à do Estado (67,12%), porém menor.

Observa-se é que o ritmo de crescimento da população urbana regional sofreu desaceleração entre os dois períodos, com taxas que declinam de 3,81% a.a. entre 1980-1991 para 2,44% a.a. entre 1991-2000, processo que, vale ressaltar, ocorreu na quase totalidade das regiões do Estado. Note-se, porém, que essa taxa poderia ser ainda menor, pois 29 dos 42 municípios sofreram alterações nas áreas urbanas com avanços sobre as rurais, envolvendo, desse modo, uma quantidade de áreas e moradores ainda não divulgada. Em relação à população rural, a região, que apresentou, nos anos 1980, taxa de crescimento negativo (-0,23% a.a.), teve seu ritmo de crescimento ainda mais baixo no período 1991-2000: -2,30% a.a. Vale aqui a observação acima, de que áreas e residentes rurais foram incorporados às áreas urbanas; em consequência, a taxa de crescimento negativa reflete, de algum modo, essas alterações.

Os municípios na região

Distribuição da população regional e da área entre os municípios

O estudo da Região Paraguaçu remete quase inteiramente ao estudo do município de Feira de Santana, tamanha é sua representatividade na Região. Em verdade, historicamente, é o segundo maior do Estado nos aspectos econômico e demográfico, sendo superado apenas pela capital do Estado. Seu contingente populacional, apesar de estar bem aquém do de Salvador, representa 38,47% do total da região (Tabela 1), ocupando o segundo lugar (3,68%) no Estado no ano 2000. A análise de outros aspectos demográficos

¹ Esse dado é pontual, não permitindo comparações com anos anteriores. Ver maiores explicações nas análises, adiante apresentadas, do crescimento por situação de domicílio.

revela a enorme disparidade apresentada pelos municípios componentes dessa região, a exemplo da desigualdade em termos de área. Feira de Santana ocupa 1.338,1 km², o que representa 3,91% da área do Paraguaçu. Ipirá, sozinho, ocupa área de 8,86% da região, e a soma da área dos 10 maiores municípios ultrapassa 50% do espaço regional.

Tabela 1

População Total e Área Por Ordem Decrescente da Densidade Demográfica Bahia – Paraguaçu, 2000				
Municípios	População	Área		Densidade (hab/km ²)
		(Km ²)	%	
Amélia Rodrigues	24.134	153	0,45	157,74
Anguera	8.834	170	0,50	51,96
Antônio Cardoso	11.620	294	0,86	39,52
Baixa Grande	20.441	983	2,88	20,79
Boa Vista do Tupim	18.408	2.630	7,71	7,00
Candeal	10.121	454	1,33	22,29
Capela do Alto Alegre	11.898	656	1,92	18,14
Conceição da Feira	17.514	160	0,47	109,46
Conceição do Jacuípe	26.194	145	0,42	180,65
Coração de Maria	23.818	357	1,05	66,72
Feira de Santana	480.949	1.333	3,91	360,80
Gavião	4.792	335	0,98	14,30
Iaçú	28.501	2.443	7,16	11,67
Ibiquera	4.495	1.011	2,96	4,45
Ichu	5.593	128	0,38	43,70
Ipecaetá	18.383	394	1,15	46,66
Ipirá	61.746	3.024	8,86	20,42
Irará	25.163	271	0,79	92,85
Itaberaba	58.943	2.357	6,91	25,01
Itaetê	14.006	1.194	3,50	11,73
Lajedinho	4.352	807	2,36	5,39
Macajuba	11.474	707	2,07	16,23
Mairi	20.085	906	2,65	22,17
Marcionílio Souza	10.775	1.162	3,40	9,27
Mundo Novo	21.273	1.496	4,38	14,22
Nova Fátima	7.536	372	1,09	20,26
Pé de Serra	13.531	558	1,63	24,25
Pintadas	10.927	529	1,55	20,66
Piritiba	19.037	991	2,90	19,21
Rafael Jambeiro	22.600	1.234	3,62	18,31
Riachão do Jacuípe	31.633	1.199	3,51	26,38
Ruy Barbosa	29.026	2.129	6,24	13,63
Santa Bárbara	17.933	325	0,95	55,18
Santanópolis	8.644	211	0,62	40,97
Santo Estêvão	41.145	365	1,07	112,73
São Gonçalo dos Campos	27.000	294	0,86	91,84
Serra Preta	17.726	539	1,58	32,89
Tanquinho	7.460	215	0,63	34,70
Tapiramutá	17.061	664	1,95	25,69
Teodoro Sampaio	8.884	229	0,67	38,79
Terra Nova	12.875	156	0,46	82,53
Várzea da Roça	13.633	549	1,61	24,83
Total	1.250.163	34.129	100,00	36,63

Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2000 e Site Cidade@.

A densidade demográfica também revelou considerável desigualdade entre as unidades municipais, visto que, no ano 2000, Feira de Santana tinha 360,80 hab./km² e Ibiquera, 4,45 hab./km².

Evolução das populações municipais: volume, ritmo de crescimento e participação relativa

A Região Paraguaçu, nos vinte anos em estudo, demonstrou o seguinte quadro: 17 municípios apresentaram aumento constante do quantitativo de residentes; em outros 17 houve oscilação (crescente no primeiro período e decrescente no segundo ou vice-versa) e, finalmente, oito municípios com redução no número de habitantes (Tabela 2 e Cartograma 2).

Ainda em termos do número de residentes, observa-se que apenas três municípios dessa Região (Feira de Santana, Ipirá e Itaberaba) apresentaram número de habitantes acima de 50.000 no ano 2000, com destaque para Feira de Santana, que ultrapassa bastante essa margem. Grande parte dos municípios (26) registrou população abaixo de 20.000 pessoas, sendo que, entre esses, nove tinham menos de 10.000 habitantes.

A redução das taxas de crescimento da região é reflexo evidente da queda no ritmo de crescimento apresentada por 27 dos 42 municípios. Essa forte tendência é confirmada quando se observa o número de municípios com taxas negativas: no primeiro período, 13 municípios; no segundo, esse número chegou a 20. As maiores quedas ocorreram em Gavião (de 7,25% para -4,30%), Ichu (de 4,57% para -4,66%), Mundo Novo (de 4,21% para -4,05%) e Nova Fátima (de 4,05% para -3,56%).

Comparando-se as taxas de crescimento médio anual apresentadas nos dois períodos, pelos municípios que não sofreram alteração de limites entre suas áreas urbanas e rurais, observa-se que, entre 1991-2000, apenas Tapiramutá (2,48% a.a.) cresceu por imigração, mantendo as características de crescimento do período 1980-91, embora com evidente redução de ritmo.

No período 1991-2000, nove municípios registraram taxa de crescimento entre 1 e 2% a.a., ou seja, sem ganhos ou perdas demográficos significativos, sendo que, entre 1980-1991, Conceição do Jacuípe, Santo Estevão e Itaberaba, cresciam com essas mesmas características; Feira de Santana crescia por imigração; Anguera, São Gonçalo dos Campos, Macajuba e Iaçú cresciam com perdas líquidas e Ipecaetá perdia população em termos brutos.

Com taxa de crescimento entre 0,00 e 0,99% a.a., no segundo período, encontravam-se 12 municípios, seis dos quais mantiveram o ritmo de crescimento do período anterior (1980-1991); Várzea da Roça crescia por imigração e, portanto, começou a perder residentes; Amélia Rodrigues crescia sem perdas ou ganhos migratórios importantes e Terra Nova, Pintadas, Antônio Cardoso e Serra Preta, que registraram perdas brutas de população no período anterior, conseguiram conter parte do ritmo de perdas.

Tabela 2

População Residente Total e Taxa Média Geométrica de Crescimento Anual, Por Ordem Decrescente em 2000 Bahia – Paraguaçu, 1980-2000					
Crescimento/ Municípios	População			Taxa Média Geométrica de Crescimento Anual (%)	
	1980 (1)	1991	2000	1980/1991	1991/2000
Sugestivo de Imigração Líquida					
Tapiramutá	7.907	13.691	17.061	5,12	2,48
Sem Perdas ou Ganhos Migratórios Líquidos Significativos					
Feira de Santana	291.504	406.447	480.949	3,07	1,89
Conceição do Jacuípe	18.735	22.905	26.194	1,84	1,50
Anguera	7.744	7.859	8.834	0,13	1,31
Ipecaetá	17.051	16.376	18.383	- 0,37	1,29
Santo Estêvão	30.869	37.007	41.145	1,66	1,18
São Gonçalo dos Campos	21.711	24.288	27.000	1,02	1,18
Itaberaba	45.243	53.742	58.943	1,58	1,03
Macajuba	9.398	10.479	11.474	0,99	1,01
laçu	25.174	26.065	28.501	0,32	1,00
Sugestivo de Emigração Líquida					
Conceição da Feira	14.416	16.067	17.514	0,99	0,96
Coração de Maria	20.943	21.937	23.818	0,42	0,92
Boa Vista do Tupim	16.801	17.160	18.408	0,19	0,78
Santa Bárbara	15.143	16.768	17.933	0,93	0,75
Amélia Rodrigues	18.194	22.779	24.134	2,06	0,64
Irará	20.459	23.869	25.163	1,41	0,59
Terra Nova	12.339	12.238	12.875	- 0,07	0,57
Pintadas (2)	11.090	10.405	10.927	- 0,58	0,55
Antônio Cardoso	11.503	11.328	11.620	- 0,14	0,28
Várzea da Roça (2)	9.953	13.448	13.633	2,77	0,15
Serra Preta	19.566	17.656	17.726	- 0,93	0,04
Rafael Jambeiro (2)	22.304	22.572	22.600	0,11	0,01
Emigração Líquida com Perdas Absolutas de População					
Ipirá (3)	58.672	62.672	61.746	0,60	- 0,17
Itaetê	15.444	14.296	14.006	- 0,70	- 0,23
Mairi (3)	24.527	20.769	20.085	- 1,50	- 0,37
Ruy Barbosa	31.450	30.052	29.026	- 0,41	- 0,39
Baixa Grande	19.581	21.634	20.441	0,91	- 0,63
Candeal	10.761	10.728	10.121	- 0,03	- 0,65
Santanópolis	9.853	9.330	8.644	- 0,49	- 0,84
Teodoro Sampaio	9.746	9.601	8.884	- 0,14	- 0,86
Riachão do Jacuípe (3)	24.417	37.610	31.633	4,01	- 1,90
Pé de Serra (2)	12.746	17.048	13.531	2,68	- 2,53
Marcionílio Souza	10.107	13.661	10.775	2,78	- 2,60
Piritiba	16.308	24.176	19.037	3,64	- 2,62
Ibiquera	6.725	5.838	4.495	- 1,28	- 2,86
Tanquinho	9.821	10.280	7.460	0,42	- 3,50
Nova Fátima (2)	6.752	10.445	7.536	4,05	- 3,56
Lajedinho	6.897	6.225	4.352	- 0,93	- 3,90
Capela do Alto Alegre (2)	15.676	17.142	11.898	0,82	- 3,98
Mundo Novo	19.593	30.854	21.273	4,21	- 4,05
Gavião (2)	3.296	7.118	4.792	7,25	- 4,30
Ichu	5.258	8.596	5.593	4,57	- 4,66
Total	985.677	1.193.161	1.250.163	1,75	0,52

Fonte: IBGE. Censos Demográficos de 1980, 1991 e 2000.

(1) A população dos municípios criados após 1980 e dos que perderam área para estes novos municípios foi ajustada para os limites municipais de 1991, usando-se a tabela de comparatividade dos setores censitários, do próprio IBGE.

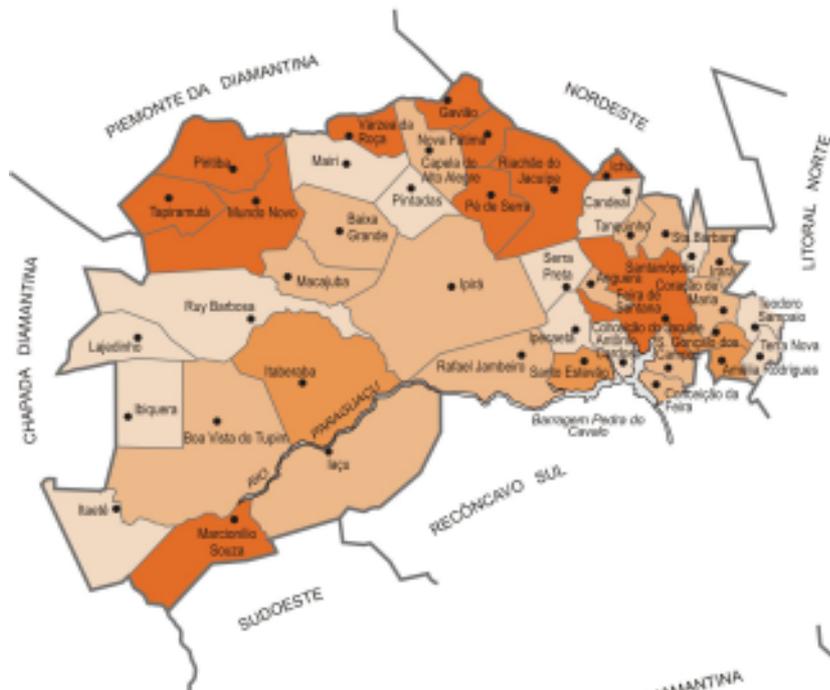
(2) Município criado após o Censo Demográfico de 1980.

(3) Município que deu origem a outro após o Censo Demográfico de 1980.

Cartograma 02

Crescimento Demográfico da População Total por Município
Região Econômica Paraguaçu - BA, 1980 - 2000

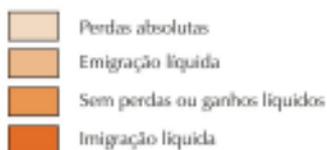
1980/1991



1991/2000



FAIXAS DE CRESCIMENTO



Fonte: Censos Demográficos, IBGE: 1980, 1991 e 2000.

Vinte municípios registraram perdas brutas de população no período 1991-2000. Desses, entre 1980-1991, nove cresciam por imigração e com isso inverteram completamente seu ritmo de crescimento. Dos onze restantes, oito já perdiam residentes em termos absolutos e três em termos líquidos.

Quanto à participação relativa, verificou-se que uma parcela maior de municípios apresentou, nesses últimos anos, forte tendência à redução de sua importância. Apenas nove elevaram seu peso no Paraguaçu, aqui relacionados em ordem decrescente: Feira de Santana, Tapiramutá, Conceição do Jacuípe, Santo Estevão, Itaberaba, Amélia Rodrigues, Várzea da Roça, Riachão do Jacuípe e Gavião. Excetuando-se Feira de Santana, os demais apresentaram aumento quase insignificante na participação (Ver Tabela 3).

Evolução da população rural

Uma consulta ao total de residentes apresentado dos espaços urbano e rural sugere uma visão distorcida da representatividade desse último na Região Paraguaçu, dado o volume da população urbana, a qual é bastante influenciada pela presença de Feira de Santana. Com efeito, observa-se que, no ano 2000, dos 42 municípios componentes da região, 26 apresentavam população rural superior à urbana. A região possui dois municípios que estão entre os 20 maiores do Estado em população rural: Feira de Santana (2º lugar: 49.219 hab.) e Ipirá (6º lugar: 38.426 hab.).

As taxas de crescimento do espaço rural da região foram negativas nos dois períodos, sendo que, entre 1991-2000, foi mais acentuada que entre 1980-1991, expressando o que vem ocorrendo na maior parte de seus municípios. Anguera foi o único que cresceu mais de 1,00% a.a., no último período – sem ganhos ou perdas demográficos significativos –, o que de qualquer forma representou um avanço, visto que, no período 1980-1991, registrara perdas brutas de população.

Dois municípios tiveram crescimento entre 0,00% a.a. e 0,99% a.a., sugestivo de perdas migratórias líquidas. Ipecaetá, que registrara perdas absolutas no período anterior, conseguiu sustar, parcialmente, o ritmo de perdas. Ipirá, entre 1980-1991, já perdia população em termos líquidos. São Gonçalo dos Campos e Conceição do Jacuípe, que perdiam residentes em termos absolutos entre 1980-1991, também refrearam o ritmo de perdas de residentes rurais, e talvez de modo mais significativo, pois perderam área e população rural para a área urbana.

Dos 37 municípios restante nos quais houve perdas absolutas de moradores, 27 sofreram ajustes que implicaram aumento de área urbana em detrimento da rural. Como, no momento, não se sabe qual o número de residentes incorporado à área urbana, pode-se apenas dizer que para esses 27 municípios as perdas talvez fossem menores. (Ver Tabela 4 e Cartograma 3).

Tabela 3

Participação Relativa da População Total dos Municípios no Total da Região, Por Ordem Decrescente em 2000 Bahia – Paraguaçu, 1980-2000			
Municípios	Participação na Região (%)		
	1980 (1)	1991	2000
Feira de Santana	29,57	34,06	38,47
Ipirá (3)	5,95	5,25	4,94
Itaberaba	4,59	4,50	4,71
Santo Estêvão	3,13	3,10	3,29
Riachão do Jacuípe (3)	2,48	3,15	2,53
Ruy Barbosa	3,19	2,52	2,32
laçu	2,55	2,18	2,28
São Gonçalo dos Campos	2,20	2,04	2,16
Conceição do Jacuípe	1,90	1,92	2,10
Irá	2,08	2,00	2,01
Amélia Rodrigues	1,85	1,91	1,93
Coração de Maria	2,12	1,84	1,91
Rafael Jambeiro (2)	2,26	1,89	1,81
Mundo Novo	1,99	2,59	1,70
Baixa Grande	1,99	1,81	1,64
Mairi	2,49	1,74	1,61
Piritiba	1,65	2,03	1,52
Boa Vista do Tupim	1,70	1,44	1,47
Ipecaetá	1,73	1,37	1,47
Santa Bárbara	1,54	1,41	1,43
Serra Preta	1,99	1,48	1,42
Conceição da Feira	1,46	1,35	1,40
Tapiramutá	0,80	1,15	1,36
Itaetê	1,57	1,20	1,12
Várzea da Roça (2)	1,01	1,13	1,09
Pé de Serra (2)	1,29	1,43	1,08
Terra Nova	1,25	1,03	1,03
Capela do Alto Alegre (2)	1,59	1,44	0,95
Antônio Cardoso	1,17	0,95	0,93
Macajuba	0,95	0,88	0,92
Pintadas (2)	1,13	0,87	0,87
Marcionílio Souza	1,03	1,14	0,86
Candeal	1,09	0,90	0,81
Teodoro Sampaio	0,99	0,80	0,71
Anguera	0,79	0,66	0,71
Santanópolis	1,00	0,78	0,69
Nova Fátima (2)	0,69	0,88	0,60
Tanquinho	1,00	0,86	0,60
Ichu	0,53	0,72	0,45
Gavião (2)	0,33	0,60	0,38
Ibiquera	0,68	0,49	0,36
Lajedinho	0,70	0,52	0,35
Total	100,00	100,00	100,00

Fonte: IBGE. Censos Demográficos de 1980, 1991 e 2000.

(1) A população dos municípios criados após 1980 e dos que perderam área para estes novos municípios foi ajustada para os limites municipais de 1991, usando-se a tabela de comparatividade dos setores censitários, do próprio IBGE.

(2) Município criado após o Censo Demográfico de 1980.

(3) Município que deu origem a outro após o Censo Demográfico de 1980.

Tabela 4

População Residente Rural e Taxa Média Geométrica de Crescimento Anual, Por Ordem Decrescente em 2000 Bahia – Paraguaçu, 1980-2000					
Crescimento/ Municípios	População			Taxa Média Geométrica de Crescimento Anual (%)	
	1980 (1)	1991	2000	1980/1991	1991/2000
Sem Perdas ou Ganhos Migratórios Líquidos Significativos					
Anguera	5.338	4.876	5.378	- 0,82	1,09
Sugestivo de Emigração Líquida					
Ipecaetá	15.859	14.965	16.318	- 0,53	0,97
São Gonçalo dos Campos (4)	14.262	12.916	13.448	- 0,90	0,45
Irará	15.709	16.501	16.506	0,45	0,00
Conceição do Jacuípe (4)	7.690	6.731	6.728	- 1,20	0,00
Emigração Líquida com Perdas Absolutas da População					
Coração de Maria (4) (5)	16.525	16.367	16.290	- 0,09	- 0,05
Boa Vista do Tupim (4)	14.274	12.864	12.568	- 0,94	- 0,26
Macajuba	7.339	7.244	7.069	- 0,12	- 0,27
Tapiramutá	4.621	4.896	4.636	0,53	- 0,60
Iaçu (4)	12.351	7.259	6.865	- 4,72	- 0,62
Santa Bárbara (4)	12.426	12.002	10.766	- 0,32	- 1,20
Itaeté (4)	12.028	9.620	8.552	- 2,01	- 1,30
Antônio Cardoso (4) (5)	10.813	10.520	9.304	- 0,25	- 1,36
Rafael Jambeiro (2) (4) (5)	20.628	20.023	17.698	- 0,27	- 1,36
Santo Estêvão (4)	23.465	24.353	21.452	0,34	- 1,40
Santanópolis	9.126	8.545	7.394	- 0,60	- 1,59
Feira de Santana (4)	57.887	56.890	49.219	- 0,16	- 1,60
Ipirá (3) (4) (5)	47.575	44.584	38.426	- 0,59	- 1,64
Itaberaba (4)	17.682	16.808	14.426	- 0,46	- 1,68
Baixa Grande	15.861	15.563	13.315	- 0,17	- 1,72
Pintadas (2) (4)	9.631	8.102	6.851	- 1,56	- 1,85
Várzea da Roça (2) (4)	9.953	9.485	7.786	- 0,44	- 2,17
Candeal	8.936	8.187	6.704	- 0,79	- 2,20
Amélia Rodrigues (4)	6.513	6.335	5.112	- 0,25	- 2,36
Conceição da Feira (4)	7.910	8.032	6.277	0,14	- 2,70
Terra Nova (4)	4.034	2.235	1.744	- 5,23	- 2,72
Mairi (3) (4) (5)	19.321	13.789	10.490	- 3,02	- 2,99
Teodoro Sampaio (4)	3.983	3.111	2.257	- 2,22	- 3,50
Pé de Serra (2) (4)	12.746	13.310	9.420	0,39	- 3,77
Serra Preta (4)	19.092	17.168	12.034	- 0,96	- 3,87
Riachão do Jacuípe (3) (4)	15.271	23.053	16.064	3,81	- 3,93
Ruy Barbosa (4)	16.404	12.938	8.763	- 2,13	- 4,24
Lajedinho	6.175	5.333	3.198	- 1,32	- 5,52
Marcionílio Souza	8.162	9.727	5.678	1,61	- 5,81
Gavião (2)	2.276	4.632	2.589	6,67	- 6,26
Mundo Novo	12.217	18.871	10.144	4,03	- 6,66
Capela do Alto Alegre (2) (4)	15.676	13.717	7.365	- 1,21	- 6,68
Ichu (4)	4.205	5.472	2.930	2,42	- 6,71
Tanquinho	5.240	4.460	2.378	- 1,45	- 6,75
Ibiquera (4)	5.181	3.778	2.002	- 2,83	- 6,81
Nova Fátima (2) (4)	6.752	6.983	3.095	0,31	- 8,64
Piritiba (4) (5)	9.790	15.189	6.309	4,07	- 9,30
Total	550.927	537.434	435.548	- 0,23	- 2,31

Fonte: IBGE. Censos Demográficos de 1980, 1991 e 2000.

(1) A população dos municípios criados após 1980 e dos que perderam área para estes novos municípios foi ajustada para os limites municipais de 1991, usando-se a tabela de comparatividade dos setores censitários, do próprio IBGE.

(2) Município criado após o Censo Demográfico de 1980.

(3) Município que deu origem a outro após o Censo Demográfico de 1980.

(4) Município que a área urbana ultrapassou o perímetro de 1991, penetrando no quadro rural.

(5) Teve distrito instalado após 1991.

Cartograma 03

Crescimento Demográfico da População Rural por Município
Região Econômica Paraguaçu - BA, 1980 - 2000

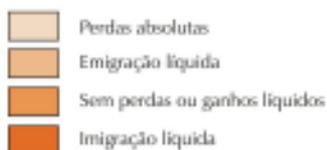
1980/1991



1991/2000



FAIXAS DE CRESCIMENTO



Fonte: Censos Demográficos, IBGE: 1980, 1991 e 2000.

A população urbana da Região Paraguaçu, em números absolutos, quase duplicou, quando se observa todo o período, passando de 434.750 habitantes em 1980 para 814.615 habitantes em 2000, o que lhe conferiu o 3º lugar na Bahia, no último censo (Ver Tabela 5 e Cartograma 4).

De acordo com a Tabela 5, 26 municípios registraram taxas que indicariam crescimento por imigração, porém 19 deles estão entre os que perderam população e áreas rurais para as áreas urbanas. Com isso, pode-se apenas analisar os sete municípios restantes, dos quais Tapiramutá, Marcionílio Souza, Macajuba e Candeal também cresciam por imigração entre 1980-1991. Todavia, apenas Candeal aumentou o ritmo de crescimento, enquanto os outros o reduziram. Ipecaetá e Lajedinho cresciam sem ganhos ou perdas demográficas importantes, significando, com isso, aumento do ritmo de crescimento urbano, bastante considerável no caso de Ipecaetá. Crescimento significativo teve Santanópolis, que passou de 0,70% a.a., no primeiro período, para 4,32% a.a. entre 1991-2000.

Dez municípios cresceram, entre 1991-2000, sem ganhos ou perdas migratórios significativos – porém, como sete deles tiveram áreas rurais urbanizadas, apenas três serão analisados aqui. Irará e Baixa Grande cresciam por imigração e com isso, refrearam seus ritmos de crescimento urbano. Anguera, que já crescia entre 1980-1991, sem maiores ganhos ou perdas demográficas, manteve-se na mesma faixa, embora com ligeira redução do ritmo.

Riachão do Jacuípe e Teodoro Sampaio registraram taxas que indicam perdas líquidas de residentes urbanos. Entretanto, ambos tiveram ganhos urbanos em detrimento das áreas rurais.

Quatro municípios registraram redução de população em termos absolutos no espaço urbano: Mundo Novo, Gavião, Tanquinho e Ichu, sendo que este último, surpreendentemente, também teve suas áreas urbanas ajustadas em detrimento das áreas rurais.

A Tabela 6, que trata do grau de urbanização, apenas pode ser vista como isso foi registrado em cada censo. Em outras palavras, não se pode analisá-la em termos de evolução do grau de urbanização, pois esse registro incorpora e reflete as alterações urbanas – que significaram perdas de áreas e populações rurais – tantas vezes mencionada.

Tabela 5

População Residente Urbana e Taxa Média Geométrica de Crescimento Anual, Por Ordem Decrescente em 2000 Bahia – Paraguaçu, 1980-2000

Crescimento/ Municípios	População			Taxa Média Geométrica de Crescimento Anual (%)	
	1980 (1)	1991	2000	1980/1991	1991/2000
Sugestivo de Imigração Líquida					
Serra Preta (4)	474	488	5.692	0,26	31,38
Antônio Cardoso (4) (5)	690	808	2.316	1,45	12,41
Rafael Jambeiro (2) (4) (5)	1.676	2.549	4.902	3,89	7,54
Pintadas (2) (4)	1.459	2.303	4.076	4,24	6,55
Santanópolis	727	785	1.250	0,70	5,30
Santo Estêvão (4)	7.404	12.654	19.693	4,99	5,04
Santa Bárbara (4)	2.717	4.766	7.167	5,24	4,64
Várzea da Roça (2) (4)	0	3.963	5.847	–	4,42
Ipecaetá	1.192	1.411	2.065	1,55	4,32
Piritiba (4) (5)	6.518	8.987	12.728	2,96	3,94
Tapiramutá	3.286	8.795	12.425	9,36	3,91
Conceição da Feira (4)	6.506	8.035	11.237	1,94	3,80
Mairi (3) (4) (5)	5.206	6.980	9.595	2,70	3,60
Macajuba	2.059	3.235	4.405	4,19	3,49
Boa Vista do Tupim (4)	2.527	4.296	5.840	4,94	3,47
Coração de Maria (4) (5)	4.418	5.570	7.528	2,13	3,40
Candeal	1.825	2.541	3.417	3,05	3,35
Capela do Alto Alegre (2) (4)	0	3.425	4.533	–	3,16
Marcionílio Souza	1.945	3.934	5.097	6,61	2,92
Lajedinho	722	892	1.154	1,94	2,90
Ipirá (3) (4) (5)	11.097	18.088	23.320	4,54	2,86
Nova Fátima (2) (4)	0	3.462	4.441	–	2,81
Feira de Santana (4)	233.617	349.557	431.730	3,73	2,37
Ibiquera (4)	1.544	2.060	2.493	2,66	2,14
Itaberaba (4)	27.561	36.934	44.517	2,70	2,10
Conceição do Jacuípe (4)	11.045	16.174	19.466	3,53	2,08
Sem Perdas ou Ganhos Migratórios Líquidos Significativos					
Amélia Rodrigues (4)	11.681	16.444	19.022	3,16	1,63
Anguera	2.406	2.983	3.456	1,97	1,65
Baixa Grande	3.720	6.071	7.126	4,55	1,80
Iaçu (4)	12.823	18.806	21.636	3,54	1,57
Irará	4.750	7.368	8.657	4,07	1,81
Itaetê (4)	3.416	4.676	5.454	2,90	1,72
Pé de Serra (2) (4)	0	3.738	4.111	–	1,06
Ruy Barbosa (4)	15.046	17.114	20.263	1,18	1,89
São Gonçalo dos Campos (4)	7.449	11.372	13.552	3,92	1,97
Terra Nova (4)	8.305	10.003	11.131	1,71	1,19
Sugestivo de Perdas Demográficas Líquidas					
Riachão do Jacuípe (3) (4)	9.146	14.557	15.569	4,32	0,75
Teodoro Sampaio (4)	5.763	6.490	6.627	1,09	0,23
Emigração Líquida com Perdas Absolutas de População					
Gavião (2)	1.020	2.486	2.203	8,44	- 1,33
Ichu (4)	1.053	3.124	2.663	10,39	- 1,76
Mundo Novo	7.376	11.983	11.129	4,51	- 0,82
Tanquinho	4.581	5.820	5.082	2,20	- 1,50
Total	434.750	655.727	814.615	3,81	2,44

Fonte: IBGE. Censos Demográficos de 1980, 1991 e 2000.

(1) A população dos municípios criados após 1980 e dos que perderam área para estes novos municípios foi ajustada para os limites municipais de 1991, usando-se a tabela de comparatividade dos setores censitários, do próprio IBGE.

(2) Município criado após o Censo Demográfico de 1980.

(3) Município que deu origem a outro após o Censo Demográfico de 1980.

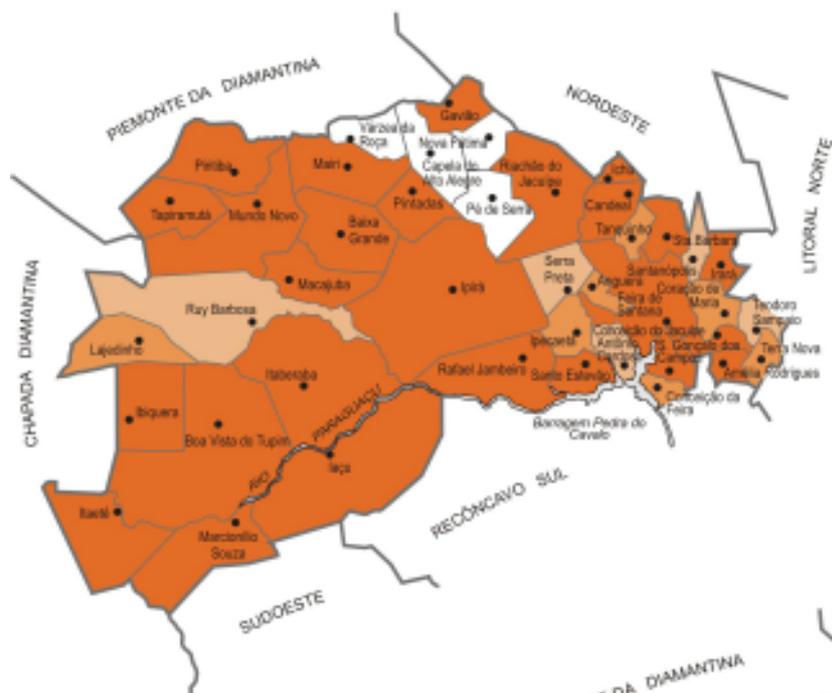
(4) Município que a área urbana ultrapassou o perímetro de 1991, penetrando no quadro rural.

(5) Teve distrito instalado após 1991.

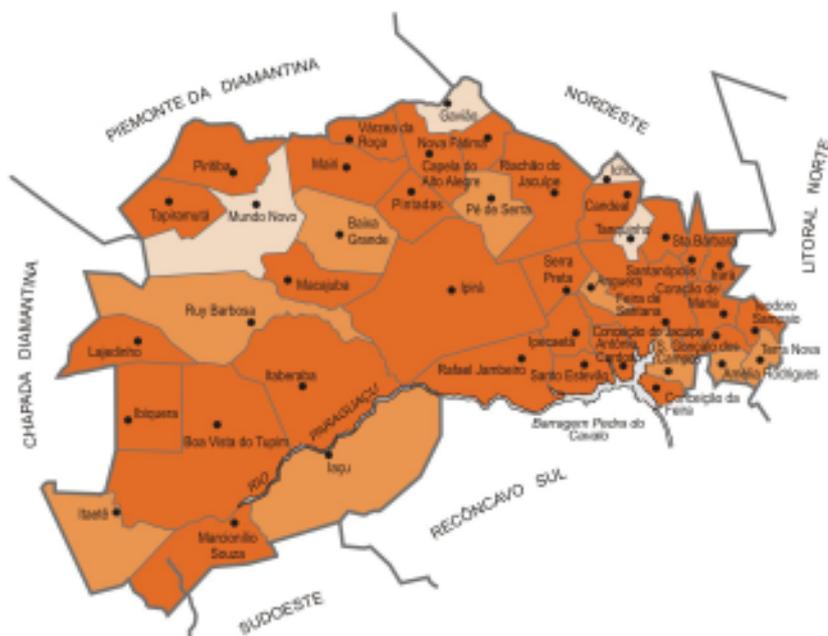
Cartograma 4

Crescimento Demográfico da População Urbana por Município
Região Econômica Paraguaçu - BA, 1980 - 2000

1980/1991



1991/2000



FAIXAS DE CRESCIMENTO

- Perdas absolutas
- Emigração líquida
- Sem perdas ou ganhos líquidos
- Imigração líquida
- Não consta população urbana em 1980

Fonte: Censos Demográficos, IBGE: 1980, 1991 e 2000.

Tabela 6

**Grau de Urbanização dos Municípios, Por Ordem Decrescente em 2000
Bahia – Paraguaçu, 1980-2000**

Municípios	Grau de Urbanização (%)		
	1980 (1)	1991	2000
Feira de Santana (4)	80,14	86,00	89,77
Terra Nova (4)	67,31	81,74	86,45
Amélia Rodrigues (4)	64,20	72,19	78,82
Iaçu (4)	50,94	72,15	75,91
Itaberaba (4)	60,92	68,72	75,53
Teodoro Sampaio (4)	59,13	67,60	74,59
Conceição do Jacuípe (4)	58,95	70,61	74,31
Tapiramutá	41,56	64,24	72,83
Ruy Barbosa (4)	47,84	56,95	69,81
Tanquinho	46,64	56,61	68,12
Piritiba (4) (5)	39,97	37,17	66,86
Conceição da Feira (4)	45,13	50,01	64,16
Nova Fátima (2) (4)	0,00	33,15	58,93
Ibiquera (4)	22,96	35,29	55,46
Mundo Novo	37,65	38,84	52,32
São Gonçalo dos Campos (4)	34,31	46,82	50,19
Riachão do Jacuípe (3) (4)	37,46	38,71	49,22
Santo Estêvão (4)	23,99	34,19	47,86
Mairi (3) (4) (5)	21,23	33,61	47,77
Ichu (4)	20,03	36,34	47,61
Marcionílio Souza	19,24	28,80	47,30
Gavião (2)	30,95	34,93	45,97
Várzea da Roça (2) (4)	0,00	29,47	42,89
Santa Bárbara (4)	17,94	28,42	39,97
Anguera	31,07	37,96	39,12
Itaetê (4)	22,12	32,71	38,94
Macajuba	21,91	30,87	38,39
Capela do Alto Alegre (2) (4)	0,00	19,98	38,10
Ipirá (3) (4) (5)	18,91	28,86	37,77
Pintadas (2) (4)	13,16	22,13	37,30
Baixa Grande	19,00	28,06	34,86
Irará	23,22	30,87	34,40
Candeal	16,96	23,69	33,76
Serra Preta (4)	2,42	2,76	32,11
Boa Vista do Tupim (4)	15,04	25,03	31,73
Coração de Maria (4) (5)	21,10	25,39	31,61
Pé de Serra (2) (4)	0,00	21,93	30,38
Lajedinho	10,47	14,33	26,52
Rafael Jambeiro (2) (4) (5)	7,51	11,29	21,69
Antônio Cardoso (4) (5)	6,00	7,13	19,93
Santanópolis	7,38	8,41	14,46
Ipecaetá	6,99	8,62	11,23
Total	44,11	54,96	65,16

Fonte: IBGE. Censos Demográficos de 1980, 1991 e 2000.

(1) A população dos municípios criados após 1980 e dos que perderam área para estes novos municípios foi ajustada para os limites municipais de 1991, usando-se a tabela de comparatividade dos setores censitários, do próprio IBGE.

(2) Município criado após o Censo Demográfico de 1980.

(3) Município que deu origem a outro após o Censo Demográfico de 1980.

(4) Município que a área urbana ultrapassou o perímetro de 1991, penetrando no quadro rural.

(5) Teve distrito instalado após 1991.

LOCALIZAÇÃO, LIMITES E MUNICÍPIOS INTEGRANTES

A Região Sudoeste pertence à Grande Área do Semi-Árido baiano e, como o nome já indica, situa-se na porção sudoeste da Bahia. Limita-se com um Estado, Minas Gerais, ao sul, e com seis Regiões Econômicas baianas: Extremo Sul, a sudeste; Litoral Sul, a leste; Paraguaçu e Recôncavo Sul, ao norte; e, a oeste, faz fronteira com municípios da Serra Geral e da Chapada Diamantina.

De acordo com a divisão político-administrativa vigente em 1980, a RE Sudoeste era composta de 34 municípios: Anagé, Barra do Choça, Belo Campo, Boa Nova, Caatiba, Cândido Sales, Caraíbas, Cravolândia, Encruzilhada, Firmino Alves, Ibicuí, Iguai, Irajuba, Itambé, Itapetinga, Itaquara, Itarantim, Itiruçu, Itororó, Jaguaquara, Jequié, Lafayette Coutinho, Macarani, Maiquinique, Manoel Vitorino, Maracás, Nova Canaã, Planaltino, Planalto, Poções, Potiraguá, Santa Inês, Tremedal e Vitória da Conquista. Entre 1980 e 1991, foram emancipados e integrados a essa região mais cinco municípios: Bom Jesus da Serra, Caetanos, Lajedo do Tabocal, Mirante e Ribeirão do Largo. Desse modo, em 2000, a RE Sudoeste contava com 39 unidades municipais (Cartograma 1).

VISÃO SINTÉTICA DO PROCESSO HISTÓRICO DE OCUPAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO RECENTE

O desbravamento inicial do sudoeste baiano, entre o final do século XVII e início do XVIII, deveu-se, essencialmente, ao bandeirantismo. No atual território que compreende a RE Sudoeste, entre 1744 e 1819, o bandeirante João Gonçalves da Costa, com seu pelotão fortemente armado, enfrentou e dizimou índios de diferentes etnias, estabelecendo os primeiros núcleos de colonização no “Sertão da Ressaca” (atual Vitória da Conquista) e nos territórios hoje pertencentes a Poções e Jequié. Nesse processo de ocupação, abriu estradas – ou seja, vias de comunicação – que ligavam essas áreas ao Recôncavo e ao litoral, na altura da foz do Rio de Contas e Ilhéus (ZORZO, 2001, p.48 e 52).

O colonizador branco veio ocupar mais efetivamente da região, entretanto, com a implantação do sistema de sesmarias¹, especialmente, quando as terras então conhecidas como “Alto Sertão da Serra Geral da Bahia” foram doadas a Antônio Guedes de Brito, em fins do século XVII. Este, uma vez conquistando-as, em processo também marcado por constantes e violentos combates com índios, erigiu fazendas e espalhou sua boiada. A criação de animais, em suas terras e nas de seus arrendatários, mostrou-se fundamental para a tomada de posse do território. Em outros termos, na medida em que o gado avançava pelo sertão, ampliava-se a extensão da propriedade. Na verdade, esse foi o modelo de ocupação e de exploração que prevaleceu na região. Boa parte dessas fazendas servia, ainda, como local de pouso e de recuperação dos animais, que eram transportados do sertão para Salvador e para o Recôncavo baiano, e de abastecimento para os vaqueiros. Originaram-se, dessa forma, as primeiras povoações do sudoeste baiano.

Posteriormente, com a expansão da demanda de carne em Salvador, Feira de Santana e de outros mercados consumidores mais próximos das áreas litorâneas, a região tornou-se pecuarista de fato, ampliando as criações próprias de bovinos.

Conforme estudo da CAR (1999, p.111),

A fazenda de gado foi, ao mesmo tempo, unidade de produção e espaço de movimentação de capital mercantil, que, através de vários mecanismos (aluguel de pastos, venda de alimentos, estadia, etc.) se apropriou do excedente gerado na atividade pecuária, possibilitando uma acumulação incipiente de capital na região...

A feição regional historicamente constituída é a de uma organização econômica em base agrária, com uma estrutura fundiária altamente concentrada, a partir da qual se desenvolveu uma organização político-institucional, determinando formas da consciência social.

Tal modelo de apropriação do espaço fez com que, até o final do século XIX, só houvesse cinco municípios na região: Vitória da Conquista (criado em 1840 e que originou dez das unidades que compõem o Sudoeste), Maracás (de 1853, do qual se desmembrou, mais tarde, Jequié), Poções (criado em 1880), Boa Nova (1880) e Jequié (de 1897). Particularmente, Vitória da Conquista, até hoje um dos mais importantes municípios da Bahia, “surgiu em consequência do esforço da administração colonial para estabelecer comunicação entre o litoral e o sertão” (CAR, 2000, p.47). Ademais, no decorrer do século XIX, em Vitória da Conquista, além da importante atividade pecuária, registrava-se a cotonicultura.

Outras atividades contribuíram na atual configuração espacial da região, tais como a mineração, a exploração extrativa do látex, a cultura algodoeira,

¹ Sistema adotado por Portugal para ocupação das terras brasileiras, “onde porções do território foram desmembradas, seguidamente, para serem doadas a pessoas influentes da sociedade colonial” (CAR, 1999, p. 45).

a cafeicultura, a horticultura, a cacauicultura e o comércio. Entretanto, até o final do século XIX, a pecuária, a lavoura de subsistência e o transporte por muares mantiveram-se como as práticas mais disseminadas na economia do sudoeste baiano.

Na primeira metade do século XX, entre 1930 e 1940, a ampliação da rede ferroviária estadual, com a construção da estrada de ferro Nazaré-Jequié², estimulou o surgimento de novos municípios e consolidou a importância de Jequié e Vitória da Conquista como centros comerciais dessa parte da Bahia. Entre 1950 e 1960, a construção da estrada Rio-Bahia (BR-116) – que atravessa toda a região de norte a sul, passando pelas sedes de Cândido Sales, Vitória da Conquista, Planalto, Poções, Manuel Vitorino e Jequié, além de percorrer os municípios de Jaguaquara e Irajuba – e de outras estradas de importância secundária (sentido leste-oeste) possibilitaram a integração da região na economia nacional, contribuindo também para a formação² e ampliação de núcleos demográficos.

O intenso fluxo de veículos registrado na BR-116, transportando pessoas e cargas – e o movimento econômico dele decorrente – foi um dos fatores decisivos para a reestruturação do espaço, incidindo tanto na mudança do perfil das atividades econômicas como na distribuição espacial dos habitantes do Sudoeste.

Na segunda metade do século XX, especialmente na década de 1970, a retomada e a disseminação do cultivo do café (principalmente em Vitória da Conquista e Barra do Choça), juntamente com a implantação de dois distritos industriais – um em Jequié e outro em Vitória da Conquista – vieram a impulsionar e dinamizar a economia do Sudoeste. Contudo, nos anos 1990, graças às mudanças na política de crédito agrícola e estiagens prolongadas, houve uma redução do plantio de novos cafezais e, até mesmo, uma pequena erradicação de sua produção em algumas áreas (CAR, 2000, p.74-75). É importante mencionar, mencionar que a cacauicultura também alcançava, nesse mesmo período, alguma expressão no Sudoeste da Bahia.

O rebanho bovino do Sudoeste, que se espalhava por toda a região, se destacava como o maior dentre o de todas as REs do estado. Porém, a criação encontrava-se ainda bastante limitada em termos de uso de tecnologias, de organização da produção e de gestão de negócios. Observe-se que a importância da criação bovina e a forma como tal atividade vem sendo conduzida na região vem implicando o aumento das terras destinadas à pastagem, ou seja, uma progressiva “pecuarização” da terra. Conforme a CAR (op. cit., p. 65 e 66), com base no Censos Agropecuários de 1985 e 1995, o percentual de áreas destinadas a pastagens ampliou-se de 59,82% a 67,07%, respectivamente. Além disso, a maior parte das propriedades – tanto as que contavam com mais de 500ha, como nas que ocupavam menos de 100ha – estavam destinadas à pecuária.

² Nesta fase foram emancipados 22 municípios da região.

O tecido industrial constituía-se essencialmente de indústrias tradicionais, com concentração no ramo de produtos alimentares. Boa parte desses estabelecimentos industriais localizava-se no distrito de Imborés, em Vitória da Conquista, e no de Jequié, seguidos de outros municípios, como Itapetinga, Jaguaquara e Poções. Mais recentemente, ocorreu a implantação de indústrias de bens de consumo não-duráveis na região – calçados e vestuários. Particularmente, compondo o Pólo Calçadista baiano, em Itapetinga instalou-se a Azaléia e, em Jequié, a Ramarim.

Cabe observar que o crescimento contínuo do setor de comércio e serviços foi propiciado, principalmente, pelo dinamismo econômico de Vitória da Conquista, Jequié e Itapetinga. Esses três, os mais importantes centros urbanos da região e que figuram também entre os maiores do Estado, concentravam as maiores ofertas nos setores de saúde, educação e serviços técnicos, inclusive de profissionais liberais. Nos últimos dez anos, Vitória da Conquista, dentre outras razões, por se encontrar em um entroncamento rodoviário³ que é vital para a Bahia e todo o Sudoeste, vem se consolidando como o município com o setor terciário mais desenvolvido da região, de tal modo que exerce função polarizadora em relação aos municípios circunvizinhos.

DINÂMICA DEMOGRÁFICA REGIONAL

A Região no Estado

O ritmo de crescimento verificado no total da Região Sudoeste apresentou a mesma tendência da Bahia entre 1980-91 e 1991-00, ou seja, foi declinante. No período 1980-1991, a taxa de crescimento regional revelou crescimento sugestivo de emigração líquida (1,48% a.a.), enquanto no estado houve crescimento por imigração (2,9% a.a.). No período seguinte, ambos os espaços encontravam-se na faixa de crescimento sem ganhos ou perdas migratórias: o estado com 1,08% a.a. e a região com 1,31% a.a.

Quanto à população total, a do Sudoeste é uma das maiores do Estado: somou, a partir de 1991, mais de 1 milhão de habitantes, ocupando, nos três anos em estudo, sempre o quinto lugar. Contudo, essa população vem registrando oscilação em seu peso relativo (9,09%, 8,51% e 8,69%, respectivamente). Com 42.389 km² (quinta maior Região Econômica do Estado em área), o Sudoeste, no ano 2000, apresentou a sexta maior densidade (26,78% hab./km²), superior à da média estadual (23,16 hab./km²).

No que se refere ao espaço urbano, a região apresentou tendência de crescimento demográfico semelhante ao estado. As taxas apresentadas pelo Sudoeste (3,41% a.a. e 2,23% a.a.), e pelo Estado (3,79% a.a. e 2,51% a.a.), entre 1980/1991 e 1991/2000, revelaram crescimento por imigração líquida.

³ Encontram-se, neste município, as BR-116, BA-262, BA-263 e a BA-265.

Em todo o período em estudo, 1980-2000, a Região Sudoeste se manteve, em relação às demais Regiões Econômicas da Bahia, entre as quatro de maior população urbana; no que diz respeito ao seu peso relativo, ocupou o quarto lugar em todo o período, ainda que seu peso tenha-se reduzido um pouco, correspondendo, no ano 2000, a 8,45% da população urbana estadual.

O registro das altas taxas de crescimento demográfico urbano se refletiu no grau de urbanização do Sudoeste, que, em 2000, foi de 65,29%. Nesse mesmo ano a Região esteve entre as cinco mais urbanizadas do estado.

Quanto ao espaço rural, o Sudoeste experimentou, em todo o período, perdas absolutas de população, passando de -0,80 a.a., no primeiro período, para -0,22 a.a. no segundo, diminuindo ligeiramente o ritmo de suas perdas. Dessa forma, difere do Estado que, no primeiro período, teve emigração líquida (0,11% a.a.) e só passou a perder população, de forma absoluta, no último período, a uma taxa de -1,34 a.a.

Em 2000, a população rural da Região encontrava-se entre as quatro maiores no ranking estadual. Assim, concentrava 9,17% da população rural da Bahia, peso esse que vem sofrendo oscilações nos últimos vinte anos.

Os municípios da região

Distribuição da população, área e densidade demográfica

Os municípios da Região Sudoeste apresentam enorme disparidade, tanto no porte demográfico quanto no tamanho da área que ocupam. No que se refere à população, esta oscilava entre 262.494 habitantes (Vitória da Conquista) e 4.102 habitantes (Lafayette Coutinho), no ano 2000. O município de Vitória da Conquista ocupa a maior área na região (3.204 km²), e a menor pertence ao município de Firmino Alves (159 km²).

Quanto à densidade, esta variou de 81,93 hab./km² (Vitória da Conquista) a 6,96 hab./km (Manoel Vitorino). Dessa forma, entre os 39 municípios componentes da região, apenas 14 registraram densidade acima da média regional no ano 2000 (26,78 hab./km²).

Observa-se, portanto, que Vitória da Conquista, ocupa a maior parte do espaço físico regional, apresenta o maior porte demográfico e a mais elevada densidade demográfica. Alias, apenas mais dois municípios (Itororó e Barra do Choça) apresentaram densidade acima de 50 hab./km². Dezesete municípios tiveram densidade entre 20 hab./km² e 40 hab./km². Abaixo de 20 hab./km² e acima de 10 hab./km², encontram-se 16 municípios. Três apresentaram densidade abaixo de 10 hab./km². (Ver Tabela 1)

Tabela 1

População Total e Área Por Ordem Decrescente da Densidade Demográfica Bahia – Sudoeste, 2000

Municípios	População	Área		Densidade (hab/km ²)
		(Km ²)	%	
Vitória da Conquista	262.494	3.204	7,56	81,93
Ilororó	19.799	331	0,78	59,82
Barra do Choça	40.818	778	1,84	52,47
Jaguaquara	46.621	960	2,26	48,56
Jequié	147.202	3.035	7,16	48,50
Poções	44.213	963	2,27	45,91
Itiruçu	13.585	303	0,71	44,83
Itapetinga	57.931	1.610	3,80	35,98
Firmino Alves	5.170	159	0,38	32,52
Cravolândia	5.001	160	0,38	31,26
Santa Inês	11.027	356	0,84	30,97
Iguaí	25.134	833	1,97	30,17
Belo Campo	17.655	609	1,44	28,99
Nova Canaã	15.366	567	1,34	27,10
Itaquara	7.861	297	0,70	26,47
Bom Jesus da Serra	10.502	410	0,97	25,61
Boa Nova	20.544	857	2,02	23,97
Planalto	21.707	914	2,16	23,75
Caatiba	15.508	656	1,55	23,64
Cândido Sales	28.516	1.301	3,07	21,92
Lagedo do Tabocal	8.100	424	1,00	19,10
Itambé	30.850	1.626	3,84	18,97
Maiquinique	7.326	414	0,98	17,70
Anagé	31.060	1.853	4,37	16,76
Irajuba	6.362	383	0,90	16,61
Encruzilhada	32.924	2.041	4,81	16,13
Caetanos	13.076	857	2,02	15,26
Caraíbas	17.164	1.125	2,65	15,26
Potiraguá	14.579	989	2,33	14,74
Mirante	13.666	928	2,19	14,73
Maracás	31.683	2.435	5,74	13,01
Ibicuí	15.129	1.163	2,74	13,01
Ribeirão do Largo	15.303	1.222	2,88	12,52
Tremedal	21.200	1.779	4,20	11,92
Lafayette Coutinho	4.102	353	0,83	11,62
Macarani	14.594	1.372	3,24	10,64
Itarantim	16.923	1.784	4,21	9,49
Planaltino	7.963	938	2,21	8,49
Manoel Vitorino	16.704	2.400	5,66	6,96
Total	1.135.362	42.389	100,00	26,78

Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2000 e Site Cidade@.

Evolução das populações municipais: volume, ritmo de crescimento e participação relativa

A Região Sudoeste elevou o seu contingente demográfico em números absolutos entre 1980 e 2000. Igual situação pode ser observada em 18 de seus municípios, valendo destacar Encruzilhada – que dobra seu contingente populacional – e Barra do Choça, que esteve próximo disso. Apenas duas

unidades municipais apresentaram perda contínua de população. Assim, 19 municípios registraram oscilação no porte demográfico, apresentando no primeiro momento elevação positiva e, no segundo, negativa ou vice-versa.

A tendência acima referida pode ser entendida a partir das taxas de crescimento dos municípios nesse período. Dessa forma, entre 1991/2000, doze deles apresentaram crescimento por imigração líquida. Desses, apenas Encruzilhada manteve a mesma tendência de 1980-1991. Nesse mesmo período os municípios de Barra do Choça, Caetanos e Cândido Sales apresentaram equilíbrio entre imigração e emigração. Dos oito restantes, que registraram crescimento por emigração, cinco apresentaram redução absoluta de população (Tabela 2).

Em oito municípios registraram-se taxas que indicam equilíbrio dos fluxos migratórios entre 1991-2000. Jaguaquara, Poções, Maracás e Vitória da Conquista arrefeceram seu crescimento, pois cresciam por imigração no primeiro período. Santana Inês se manteve na mesma faixa de crescimento de 1980-1991. Os três restantes apresentaram taxas indicativas de emigração líquida, sendo que dois com perda absoluta de população.

Nove municípios apresentaram taxas de crescimento demográfico indicativas de emigração líquida no último período. Dentre esses, no período 1980-1991, Itiruçu registrou imigração líquida; Jequié e Caraíbas, que cresceram sem ganhos ou perdas demográficos, reduziram o ritmo de crescimento. Itapetinga, em 1980-1991, também cresceu por emigração líquida. Cravolândia, Macarani, Bom Jesus da Serra e Irajuba – todos registraram perdas absolutas de população no período 1980-1991.

Dez municípios apresentaram perdas absolutas de população no período 1991-2000. Entre eles, estavam Anagé – que registrou taxa de crescimento por imigração líquida no período 1980-1991, invertendo completamente seu ritmo de crescimento –, e Itororó e Firmino Alves, que apresentaram perda absoluta de população desde o primeiro período. Os demais municípios desse grupo (Itarantim Manoel Vitorino, Ibicuí, Maiquinique, Planalto, Lafayette Coutinho e Planaltino) registraram taxas de crescimento compatíveis com perdas líquidas no período 1980-1991.

Tabela 2

População Residente Total e Taxa Média Geométrica de Crescimento Anual, Por Ordem Decrescente em 2000 Bahia – Sudoeste, 1980-2000					
Crescimento/ Municípios	População			Taxa Média Geométrica de Crescimento Anual (%)	
	1980 (1)	1991	2000	1980/1991	1991/2000
Sugestivo de Imigração Líquida					
Mirante (2)	7.257	8.189	13.666	1,10	5,86
Barra do Choça	20.503	24.844	40.818	1,76	5,67
Caatiba	10.646	9.707	15.508	- 0,84	5,34
Encruzilhada (3)	15.049	21.362	32.924	3,24	4,92
Boa Nova (3)	17.639	13.505	20.544	- 2,40	4,77
Potiraguá	11.028	10.389	14.579	- 0,54	3,84
Ribeirão do Largo (2)	9.698	10.930	15.303	1,09	3,81
Itambé	25.539	23.901	30.850	- 0,60	2,88
Lagedo do Tabocal (2)	6.591	6.476	8.100	- 0,16	2,52
Belo Campo	12.688	14.301	17.655	1,09	2,37
Caetanos (2)	8.645	10.655	13.076	1,92	2,30
Cândido Sales	18.280	23.568	28.516	2,34	2,14
Sem Perdas ou Ganhos Migratórios Líquidos Significativos					
Jaguaquara (3)	29.019	39.372	46.621	2,81	1,90
Poções (3)	26.207	37.834	44.213	3,39	1,75
Maracás (3)	19.125	27.154	31.683	3,24	1,73
Vitória da Conquista	170.624	225.091	262.494	2,55	1,72
Nova Canaã	13.579	13.815	15.366	0,16	1,19
Tremedal (3)	8.449	10.048	11.027	1,59	1,04
Itaquara	7.754	7.180	7.861	- 0,70	1,01
Sugestivo de Emigração Líquida					
Iguaí	23.549	22.984	25.134	- 0,22	1,00
Itapetinga	47.417	53.476	57.931	1,10	0,89
Itororó	9.610	12.622	13.585	2,51	0,82
Cravolândia	4.803	4.720	5.001	- 0,16	0,64
Macarani	14.097	14.057	14.594	- 0,03	0,42
Bom Jesus da Serra (2)	10.657	10.226	10.502	- 0,37	0,30
Jequié	116.868	144.772	147.202	1,97	0,19
Tremedal (3)	19.899	20.867	21.200	0,43	0,18
Caraíbas (2)	14.240	17.088	17.164	1,67	0,05
Irajuba	7.857	6.354	6.362	- 1,91	0,01
Emigração Líquida com Perdas Absolutas de População					
Itarantim	17.120	17.216	16.923	0,05	- 0,19
Manoel Vitorino	16.637	17.025	16.704	0,21	- 0,21
Ibicuí	15.624	15.636	15.129	0,01	- 0,37
Itororó	21.855	20.510	19.799	- 0,58	- 0,39
Firmino Alves	6.035	5.523	5.170	- 0,80	- 0,73
Maiquinique	7.340	7.833	7.326	0,59	- 0,74
Planalto	22.359	23.526	21.707	0,46	- 0,89
Lafayette Coutinho	4.591	5.125	4.102	1,01	- 2,44
Planaltino	9.135	10.332	7.963	1,13	- 2,85
Anagé	31.175	41.544	31.060	2,64	- 3,18
Total	859.188	1.009.757	1.135.362	1,48	1,31

Fonte: IBGE. Censos Demográficos de 1980, 1991 e 2000.

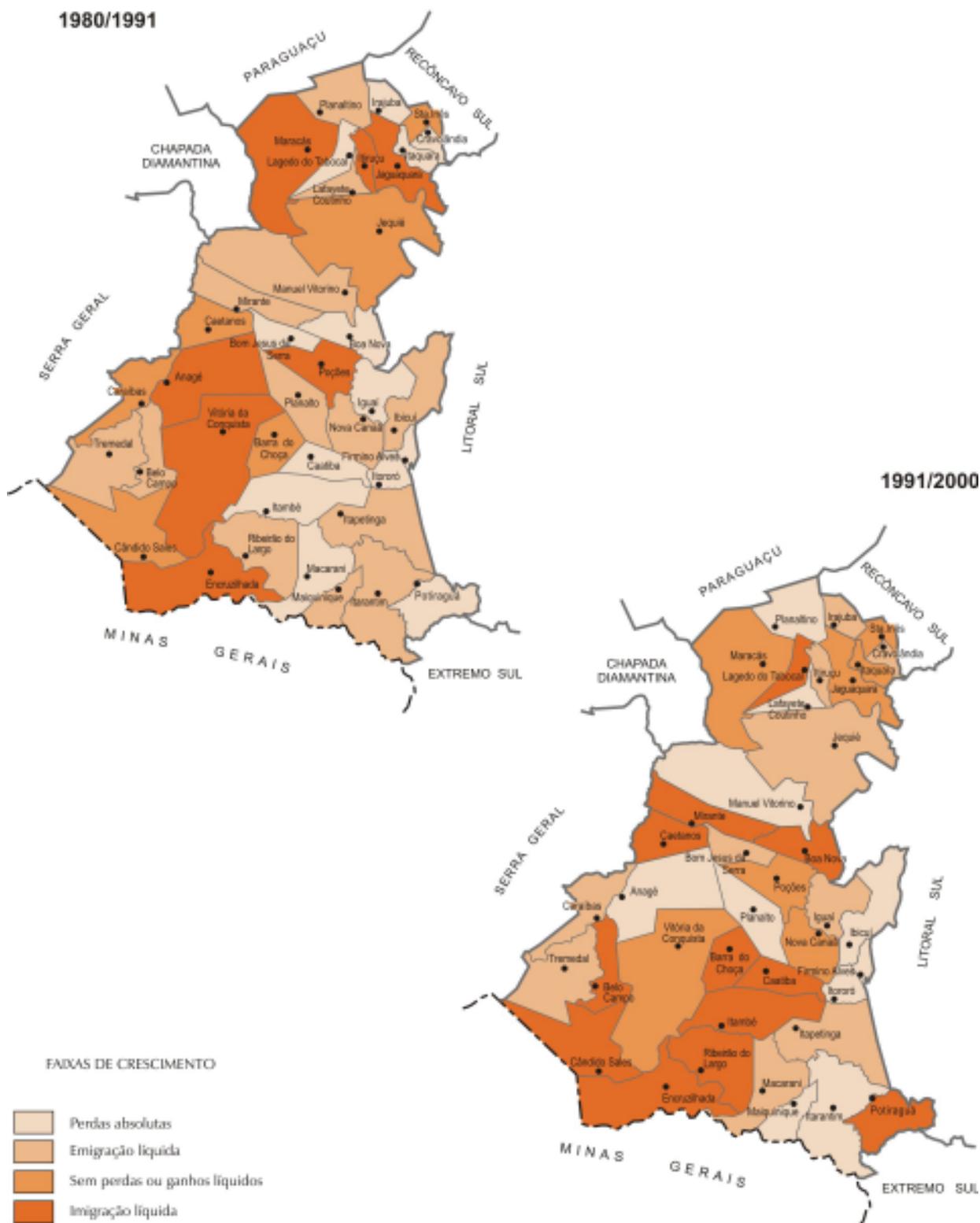
(1) A população dos municípios criados após 1980 e dos que perderam área para estes novos municípios foi ajustada para os limites municipais de 1991, usando-se a tabela de comparatividade dos setores censitários, do próprio IBGE.

(2) Município criado após o Censo Demográfico de 1980.

(3) Município que deu origem a outro após o Censo Demográfico de 1980.

Cartograma 02

Crescimento Demográfico da População Total por Município
Região Econômica Sudoeste - BA, 1980 - 2000



A análise do peso relativo da população municipal, em relação ao total regional, mostra que o município de maior porte (Vitória da Conquista), mesmo apresentando redução no ritmo de crescimento, ampliou o seu peso relativo na população total do Sudoeste (19,86%, 22,29% e 23,12%). Além desse, mais sete municípios apresentaram elevação do peso relativo: Jaguaquara, Poções, Barra do Choça, Encruzilhada, Maracás, Cândido Sales e Caetanos. Dezoito unidades municipais revelaram sucessiva queda na participação. Os demais (13) apresentaram oscilação, ora elevando ora reduzindo sua importância no conjunto da região (ver Tabela 3).

Tabela 3

**Participação Relativa da População Total dos Municípios no Total da Região, Por Ordem Decrescente em 2000
Bahia – Sudoeste, 1980-2000**

Municípios	Participação na Região (%)		
	1980	1991	2000
Vitória da Conquista	19,86	22,29	23,12
Jequié	13,60	14,34	12,97
Itapetinga	5,52	5,30	5,10
Jaguaquara (3)	3,38	3,90	4,11
Poções (3)	3,05	3,75	3,89
Barra do Choça	2,39	2,46	3,60
Encruzilhada (3)	1,75	2,12	2,90
Maracás (3)	2,23	2,69	2,79
Anagé	3,63	4,11	2,74
Itambé	2,97	2,37	2,72
Cândido Sales	2,13	2,33	2,51
Iguaí	2,74	2,28	2,21
Planalto	2,60	2,33	1,91
Tremedal (3)	2,32	2,07	1,87
Boa Nova (3)	2,05	1,34	1,81
Itororó	2,54	2,03	1,74
Belo Campo	1,48	1,42	1,56
Caraíbas (2)	1,66	1,69	1,51
Itarantim	1,99	1,70	1,49
Manoel Vitorino	1,94	1,69	1,47
Caatiba	1,24	0,96	1,37
Nova Canaã	1,58	1,37	1,35
Ribeirão do Largo (2)	1,13	1,08	1,35
Ibicuí	1,82	1,55	1,33
Macarani	1,64	1,39	1,29
Potiraguá	1,28	1,03	1,28
Mirante (2)	0,84	0,81	1,20
Itiruçu	1,12	1,25	1,20
Caetanos (2)	1,01	1,06	1,15
Santa Inês	0,98	1,00	0,97
Bom Jesus da Serra (2)	1,24	1,01	0,92
Lagedo do Tabocal (2)	0,77	0,64	0,71
Planaltino	1,06	1,02	0,70
Itaquara	0,90	0,71	0,69
Maiquinique	0,85	0,78	0,65
Irajuba	0,91	0,63	0,56
Firmino Alves	0,70	0,55	0,46
Cravolândia	0,56	0,47	0,44
Lafayette Coutinho	0,53	0,51	0,36
Total	100,00	100,00	100,00

Fonte: IBGE. Censos Demográficos de 1980, 1991 e 2000.

(1) A população dos municípios criados após 1980 e dos que perderam área para estes novos municípios foi ajustada para os limites municipais de 1991, usando-se a tabela de comparatividade dos setores censitários, do próprio IBGE.

(2) Município criado após o Censo Demográfico de 1980.

(3) Município que deu origem a outro após o Censo Demográfico de 1980.

Evolução da população urbana: urbanização e ritmo de crescimento

De acordo com o presente estudo, a análise do crescimento e do processo de urbanização do Sudoeste ficou limitada em função das mudanças ocorridas nos perímetros urbanos de 23 dos 39 municípios integrantes da região. Para essas 23 unidades, não se pode fazer a análise comparativa das taxas de crescimento das populações urbanas e rurais, entre os dois períodos censitários, por impossibilidade de dimensionar tais alterações.

Dessa forma, tendo em vista a fidelidade da análise, não foram considerados os municípios que tiveram alterações nos seus perímetros urbanos e rurais entre 1991-2000 (Anagé, Belo Campo, Boa Nova, Bom Jesus da Serra, Caetanópolis, Cândido Sales, Firmino Alves, Ibicuí, Irajuba, Itambé, Itapetinga, Itaquara, Itarantim Itiruçu, Jequié, Lafayette Coutinho, Macarani, Manoel Vitorino, Mirante, Planaltino, Poções, Santa Inês e Vitória da Conquista). Com isso, municípios que possuem populações urbanas expressivas na região, como Vitória da Conquista, Jequié, Itapetinga e Poções, ficaram excluídos da análise. No entanto, os dados de todos os municípios da região constam na Tabela 4 como referência adicional.

Entre 1980-1991 e 1991-2000, as taxas de crescimento demográfico da população urbana foram declinantes, seguindo a tendência da Bahia, e sempre em ritmos inferiores observados no Estado: 1980-1991, na Bahia, 3,79% a.a., e no Sudoeste, 3,41% a.a.; 1991-2000, na Bahia 2,55% a.a., e no Sudoeste 2,23% a.a.

A análise dos 16 municípios que não sofreram alteração no perímetro urbano no período 1991-2000, aponta para um continuado processo de urbanização, visto que 14 deles apresentaram taxas de crescimento com indicativo de imigração líquida nesse período. Destacavam-se, então, os municípios de Caraíbas, com 11,89% a.a., e Ribeirão do Largo, com 6,93% a.a., as duas maiores taxas de crescimento nesse grupo. Contudo, é preciso salientar que ambos, em termos absolutos, não possuíam populações urbanas expressivas.

Tabela 4

População Residente Urbana e Taxa Média Geométrica de Crescimento Anual, Por Ordem Decrescente em 2000 Bahia – Sudoeste, 1980-2000					
Crescimento/ Municípios	População			Taxa Média Geométrica de Crescimento Anual (%)	
	1980 (1)	1991	2000	1980/1991	1991/2000
Sugestivo de Imigração Líquida					
Caraíbas (2)	298	518	1.424	5,15	11,89
Caetanos (2) (4) (5)	29	891	2.312	36,53	11,18
Mirante (2) (4)	269	496	1.279	5,72	11,10
Ribeirão do Largo (2)	198	2.436	4.451	25,63	6,93
Bom Jesus da Serra (2) (4) (5)	860	1.127	1.953	2,49	6,30
Cândido Sales (5)	7.964	11.883	18.924	3,70	5,31
Boa Nova (3) (4)	2.071	2.988	4.589	3,39	4,88
Barra do Choça	6.414	11.644	17.721	5,57	4,78
Maracás (3)	6.224	12.195	18.516	6,31	4,75
Irajuba (4)	1.392	1.832	2.717	2,53	4,48
Caatiba	2.032	3.106	4.428	3,93	4,02
Belo Campo (4)	3.180	5.713	8.082	5,47	3,93
Lagedo do Tabocal (2)	1.546	3.291	4.608	7,11	3,81
Iguaí	7.200	9.062	12.557	2,11	3,69
Itaquara (4)	2.626	3.070	4.165	1,43	3,45
Encruzilhada (3)	2.448	3.692	4.983	3,81	3,39
Potiraguá	4.128	5.630	7.546	2,86	3,31
Manoel Vitorino (4)	2.532	5.186	6.783	6,73	3,03
Jaguaquara (3)	15.782	26.977	35.103	4,99	2,97
Maiquínique	3.056	4.056	5.208	2,61	2,82
Itirucu (4)	5.593	7.700	9.871	2,95	2,80
Itarantim (4)	7.225	10.127	12.960	3,12	2,78
Poções (3) (4)	15.997	24.873	31.801	4,09	2,77
Tremedal (3)	1.464	2.757	3.503	5,92	2,70
Planalto	5.999	9.957	12.537	4,71	2,59
Planaltino (4)	1.622	2.375	2.990	3,53	2,59
Cravolândia	1.897	2.475	3.000	2,45	2,16
Macarani (4)	6.479	8.881	10.719	2,91	2,11
Itambé (4)	14.541	18.516	22.175	2,22	2,02
Vitória da Conquista (4)	127.454	188.351	225.545	3,61	2,02
Sem Perdas ou Ganhos Migratórios Líquidos Significativos					
Santa Inês (4)	6.732	9.049	10.374	2,73	1,53
Ibicuí (4)	6.968	9.308	10.454	2,67	1,30
Itapetinga (4)	39.784	49.340	55.182	1,98	1,25
Jequié (4) (5)	86.938	116.885	130.296	2,73	1,21
Sugestivo de Emigração Líquida					
Lafayette Coutinho (4)	1.094	1.771	1.921	4,48	0,91
Nova Canaã	4.747	5.527	5.973	1,39	0,87
Itororó	9.507	15.924	16.627	4,80	0,48
Firmino Alves (4)	3.652	3.793	3.806	0,34	0,04
Emigração Líquida com Perdas Absolutas de População					
Anagé	2.177	4.341	4.208	6,48	- 0,35
Total	420.119	607.743	741.291	3,41	2,23

Fonte: IBGE. Censos Demográficos de 1980, 1991 e 2000.

(1) A população dos municípios criados após 1980 e dos que perderam área para estes novos municípios foi ajustada para os limites municipais de 1991, usando-se a tabela de comparatividade dos setores censitários, do próprio IBGE.

(2) Município criado após o Censo Demográfico de 1980.

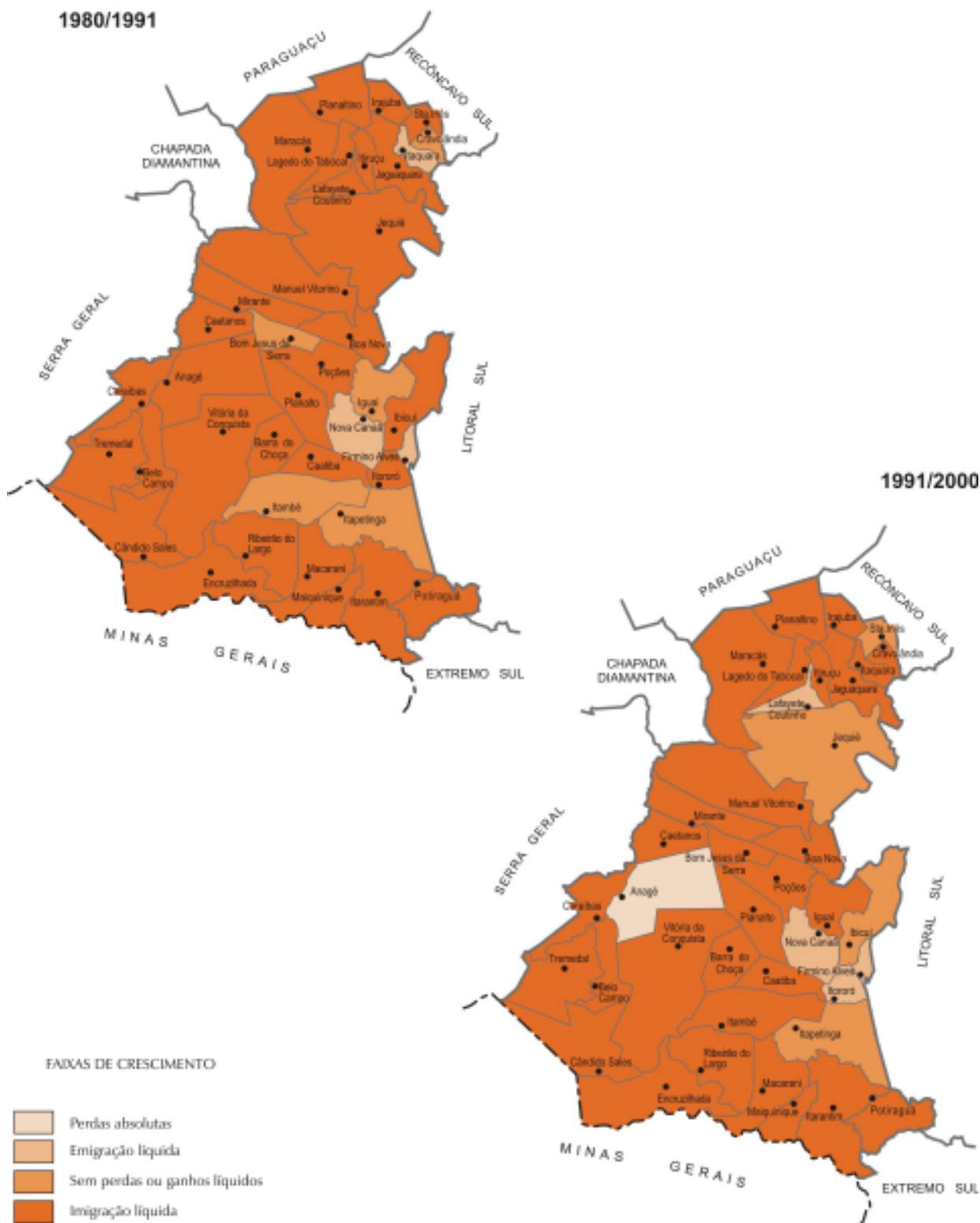
(3) Município que deu origem a outro após o Censo Demográfico de 1980.

(4) Município que a área urbana ultrapassou o perímetro de 1991, penetrando no quadro rural.

(5) Teve distrito instalado após 1991.

Cartograma 03

Crescimento Demográfico da População Urbana por Município
Região Econômica Sudoeste - BA, 1980 - 2000



Fonte: Censos Demográficos, IBGE: 1980, 1991 e 2000.

Dos 14 municípios que cresceram por imigração líquida, entre 1991-2000, cinco apresentaram taxas ascendentes e nove, descendentes, em relação ao período 1980-1991. Dos cinco com taxas ascendentes (Caraíbas, Caatiba, Iguai, Potiraguá e Maiquinique), Iguai foi o único que, entre 1980-1991, crescia a 2,11% a.a., portanto, sem ganhos nem perdas migratórias significativos, enquanto os demais já cresciam por imigração. Dos nove com taxas de crescimento da população urbana declinantes, entre 1980-2000, Cravolândia e Lagedo do Tabocal integravam o grupo que crescia sem perdas ou ganhos migratórios líquidos.

Os municípios de Nova Canaã e Itororó registraram taxas de crescimento indicativas de perdas líquidas de migrantes no período 1991-2000. O primeiro já crescia com perdas líquidas entre 1980-1991. Contudo, Itororó, naquele período, crescia por imigração a 4,80% a.a. e, desse modo, inverteu seu ritmo de crescimento.

A rigor, não se trataria aqui dos municípios cujas áreas urbanas foram ajustadas, que avançaram sobre as rurais, nem será aqui referido o grupo dos que cresceram a taxas que sugerem não ter havido perdas ou ganhos ou líquidos de migrantes. Porém, é significativo mencionar que Anagé, que crescia por imigração entre 1980-1991, tenha, apesar do ajuste da área urbana, registrado perdas brutas de população entre 1991-2000.

O processo de urbanização regional acompanhou o do Estado. Em 1980 seu grau de urbanização era de 48,9%; a partir de 1991 tornou-se urbanizada já em grau mais alto que o da Bahia e assim permaneceu em 2000 (65,2%).

O grau de urbanização do Sudoeste pode ser visto na Tabela 5, onde as informações são de caráter pontual dados os reajustes de área mencionados que inviabilizam comparações com anos anteriores. Observe-se que, em 2000, 21 municípios apresentavam população predominantemente urbana. Nesse grupo, 12 sofreram alterações em seus perímetros urbanos entre os censos de 1991 e 2000. Porém, Itaquara foi o único que, provavelmente, passou a ter maior proporção de residentes urbanos por causa desse ajuste, visto que os outros ou já o eram, ou não tiveram ajustes entre 1991-2000.

Tabela 5

**Grau de Urbanização dos Municípios, Por Ordem Decrescente em 2000
Bahia – Sudoeste, 1980-2000**

Municípios	Grau de Urbanização (%)		
	1980	1991	2000
Itapetinga (4)	83,90	92,27	95,25
Santa Inês (4)	79,68	90,06	94,08
Jequié (4) (5)	74,39	80,74	88,52
Vitória da Conquista (4)	74,70	83,68	85,92
Itororó	43,50	77,64	83,98
Itarantim (4)	42,20	58,82	76,58
Jaguaquara (3)	54,39	68,52	75,29
Firmino Alves (4)	60,51	68,68	73,62
Macarani (4)	45,96	63,18	73,45
Itiruçu (4)	58,20	61,00	72,66
Poções (3) (4)	61,04	65,74	71,93
Itambé (4)	56,94	77,47	71,88
Maiquinique	41,63	51,78	71,09
Ibiciuí (4)	44,60	59,53	69,10
Cândido Sales (5)	43,57	50,42	66,36
Cravolândia	39,50	52,44	59,99
Maracás (3)	32,54	44,91	58,44
Planalto	26,83	42,32	57,76
Lagedo do Tabocal (2)	23,46	50,82	56,89
Itaquara (4)	33,87	42,76	52,98
Potiraguá	37,43	54,19	51,76
Iguaí	30,57	39,43	49,96
Lafayette Coutinho (4)	23,83	34,56	46,83
Belo Campo (4)	25,06	39,95	45,78
Barra do Choça	31,28	46,87	43,41
Irajuba (4)	17,72	28,83	42,71
Manoel Vitorino (4)	15,22	30,46	40,61
Nova Canaã	34,96	40,01	38,87
Planaltino (4)	17,76	22,99	37,55
Ribeirão do Largo (2)	2,04	22,29	29,09
Caatiba	19,09	32,00	28,55
Boa Nova (3) (4)	11,74	22,13	22,34
Bom Jesus da Serra (2) (4) (5)	8,07	11,02	18,60
Caetanos (2) (4) (5)	0,34	8,36	17,68
Tremedal (3)	7,36	13,21	16,52
Encruzilhada (3)	16,27	17,28	15,13
Anagé (4)	6,98	10,45	13,55
Mirante (2) (4)	3,71	6,06	9,36
Caraíbas (2)	2,09	3,03	8,30
Total	48,90	60,19	65,29

Fonte: IBGE. Censos Demográficos de 1980, 1991 e 2000.

(1) A população dos municípios criados após 1980 e dos que perderam área para estes novos municípios foi ajustada para os limites municipais de 1991, usando-se a tabela de comparatividade dos setores censitários, do próprio IBGE.

(2) Município criado após o Censo Demográfico de 1980.

(3) Município que deu origem a outro após o Censo Demográfico de 1980.

(4) Município que a área urbana ultrapassou o perímetro de 1991, penetrando no quadro rural.

(5) Teve distrito instalado após 1991.

Verifica-se na mesma Tabela 5 que os municípios com os maiores graus de urbanização (Itapetinga, Santa Inês, Jequié e Vitória da Conquista) também apresentaram alteração dos seus espaços urbano e rural o que colaborou para a ampliação do contingente urbano.

Os menores graus de urbanização – inferiores a 10% –, em 2000, foram encontrados em Mirante (que teve sua área urbana ajustada) e Caraíbas, que apesar do elevadíssimo ritmo de crescimento urbano permaneceu com porte bastante reduzido.

Evolução da população rural: emigração e ritmo de crescimento

A dinâmica da população rural na Região Sudoeste apresentou tendência contrária à da população rural do Estado. Enquanto o Estado acentuou as perdas durante o período – 0,11% a.a. no período 1980-1991; -1,34% a.a. entre 1991-2000 –, o Sudoeste, embora com perdas absolutas em ambos os períodos, diminuiu o ritmo de perdas (Tabela 6).

As alterações ocorridas nos perímetros urbanos dos municípios de Anagé, Belo Campo, Boa Nova, Bom Jesus da Serra, Caetanos, Cândido Sales, Firmino Alves, Ibicuí, Irajuba, Itambé, Itapetinga, Itaquara, Itarantim Itiruçu, Jequié, Lafayette Coutinho, Macarani, Manoel Vitorino, Mirante, Planaltino, Poções, Santa Inês e Vitória da Conquista, no período 1991-2000, impossibilitaram a análise do crescimento demográfico da sua população rural, segundo os critérios metodológicos apresentados anteriormente. Assim, apenas os 16 municípios que não sofreram alterações em seus perímetros urbanos, no segundo período, serão objeto de análises mais detalhadas.

Analisando-se, portanto, esses municípios, constatou-se que cinco deles (Barra do Choça, Caatiba, Encruzilhada, Potiraguá e Ribeirão do Largo) apresentaram taxas de crescimento da população rural com indicativo de ganho por imigração, sendo que na década anterior apenas Encruzilhada apresentava taxas de crescimento com as mesmas características. Os quatro municípios restantes apresentavam perdas absolutas de população rural e, dessa forma, conseguiram reverter seu ritmo de crescimento. É significativo mencionar que, apesar de terem suas áreas urbanas reajustadas em detrimento das rurais, mesmo assim Itambé, Mirante e Boa Nova registraram crescimento rural por ganho imigratório. Observe-se também que, no período 1991-2000, devido à recuperação da lavoura cafeeira, os municípios que apresentaram as maiores taxas de crescimento foram exatamente aqueles tradicionais produtores de café, como Barra do Choça, Caatiba e Itambé.

Dos municípios que cresceram, entre 1991-2000, sem ganhos ou perdas significativos de população –, Nova Canaã e Lagedo do Tabocal, tinham registrado perdas absolutas de contingentes demográficos no período 1980-1991 (Tabela 6).

Tabela 6

**População Residente Rural e Taxa Média Geométrica de Crescimento Anual,
Por Ordem Decrescente em 2000
Bahia – Sudoeste, 1980-2000**

Crescimento/ Municípios	População			Taxa Média Geométrica de Crescimento Anual (%)	
	1980 (1)	1991	2000	1980/1991	1991/2000
Sugestivo de Imigração Líquida					
Barra do Choça	14.089	13.200	23.097	- 0,59	6,41
Caatiba	8.614	6.601	11.080	- 2,39	5,92
Itambé (4)	10.998	5.385	8.675	- 6,29	5,44
Mirante (2) (4)	6.988	7.693	12.387	0,88	5,44
Encruzilhada (3)	12.601	17.670	27.941	3,12	5,22
Boa Nova (3) (4)	15.568	10.517	15.955	- 3,50	4,74
Potiraguá	6.900	4.759	7.033	- 3,32	4,44
Ribeirão do Largo (2)	9.500	8.494	10.852	- 1,01	2,76
Sem Perdas ou Ganhos Migratórios Líquidos Significativos					
Nova Canaã	8.832	8.288	9.393	- 0,58	1,40
Belo Campo (4)	9.508	8.588	9.573	- 0,92	1,21
Caetanos (2) (4) (5)	8.616	9.764	10.764	1,14	1,09
Lagedo do Tabocal (2)	5.045	3.185	3.492	- 4,10	1,03
Sugestivo de Emigração Líquida					
Vitória da Conquista (4)	43.170	36.740	36.949	- 1,46	0,06
Emigração Líquida com Perdas Absolutas de População					
Tremedal (3)	18.435	18.110	17.697	- 0,16	- 0,26
Poções (3) (4)	10.210	12.961	12.412	2,19	- 0,48
Carabás (2)	13.942	16.570	15.740	1,58	- 0,57
Bom Jesus da Serra (2) (4) (5)	9.797	9.099	8.549	- 0,67	- 0,69
Jaguaquara (3)	13.237	12.395	11.518	- 0,60	- 0,81
Iguaí	16.349	13.922	12.577	- 1,45	- 1,12
Itaquara (4)	5.128	4.110	3.696	- 1,99	- 1,17
Cravolândia	2.906	2.245	2.001	- 2,32	- 1,27
Maracás (3)	12.901	14.959	13.167	1,35	- 1,41
Manoel Vitorino (4)	14.105	11.839	9.921	- 1,58	- 1,94
Cândido Sales (5)	10.316	11.685	9.592	1,14	- 2,17
Irajuba (4)	6.465	4.522	3.645	- 3,20	- 2,37
Firmino Alves (4)	2.383	1.730	1.364	- 2,87	- 2,61
Itiruçu (4)	4.017	4.922	3.714	1,86	- 3,08
Macarani (4)	7.618	5.176	3.875	- 3,45	- 3,17
Ibicuí (4)	8.656	6.328	4.675	- 2,81	- 3,31
Anagé (4)	28.998	37.203	26.852	2,29	- 3,56
Itororó	12.348	4.586	3.172	- 8,61	- 4,01
Planalto	16.360	13.569	9.170	- 1,69	- 4,26
Itapetinga (4)	7.633	4.136	2.749	- 5,42	- 4,44
Santa Inês (4)	1.717	999	653	- 4,80	- 4,61
Lafayette Coutinho (4)	3.497	3.354	2.181	- 0,38	- 4,67
Planaltino (4)	7.513	7.957	4.973	0,52	- 5,09
Jequié (4) (5)	29.930	27.887	16.906	- 0,64	- 5,41
Maiquinique	4.284	3.777	2.118	- 1,14	- 6,23
Itarantim (4)	9.895	7.089	3.963	- 2,99	- 6,26
Total	439.069	402.014	394.071	- 0,80	- 0,22

Fonte: IBGE. Censos Demográficos de 1980, 1991 e 2000.

(1) A população dos municípios criados após 1980 e dos que perderam área para estes novos municípios foi ajustada para os limites municipais de 1991, usando-se a tabela de comparatividade dos setores censitários, do próprio IBGE.

(2) Município criado após o Censo Demográfico de 1980.

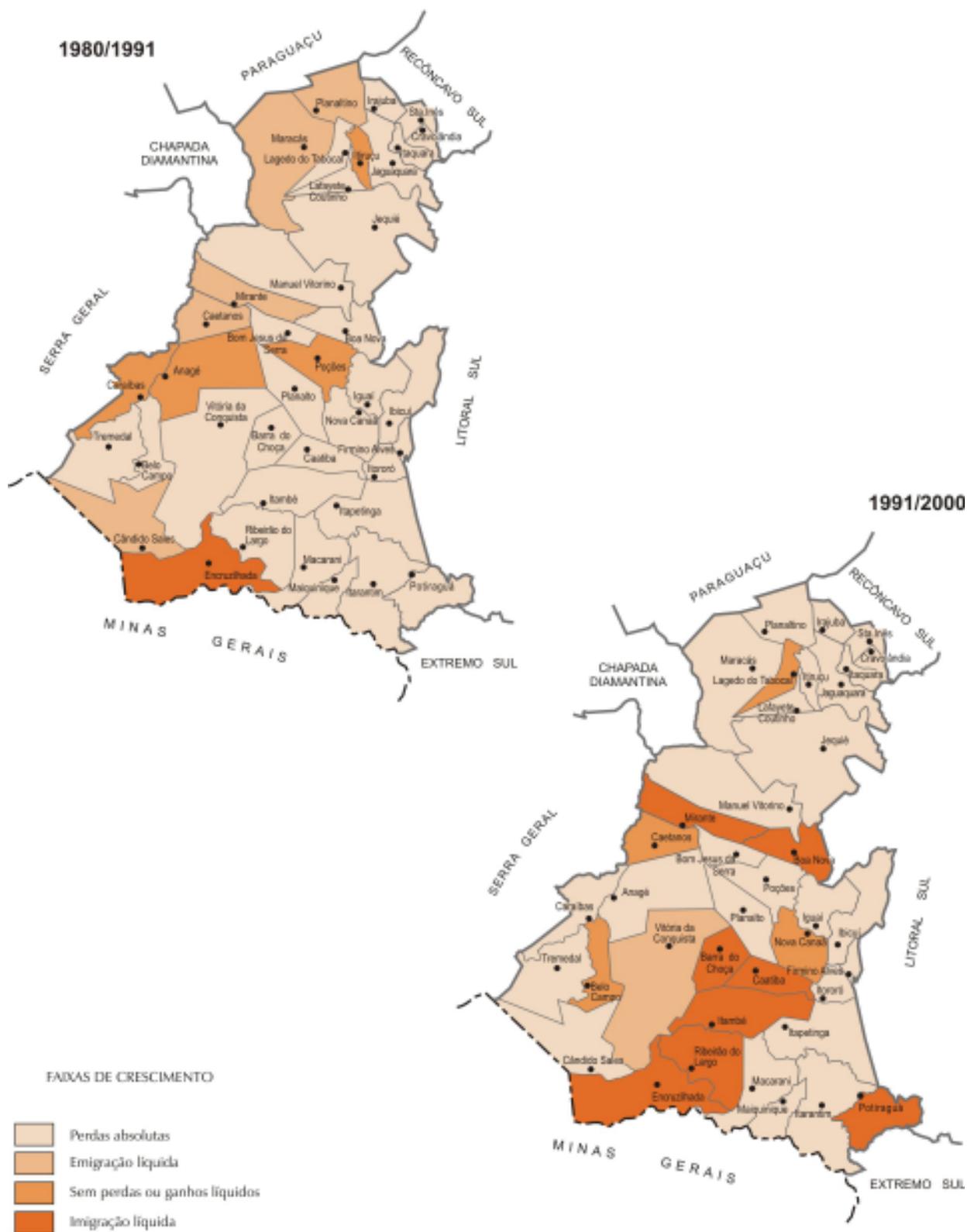
(3) Município que deu origem a outro após o Censo Demográfico de 1980.

(4) Município que a área urbana ultrapassou o perímetro de 1991, penetrando no quadro rural.

(5) Teve distrito instalado após 1991.

Cartograma 04

Crescimento Demográfico da População Rural por Município
Região Econômica Sudoeste - BA, 1980 - 2000



Vitória da Conquista – que, a rigor, não deveria ser mencionado –, o maior e mais importante município dessa região, apresentou crescimento rural positivo, embora indicativo de perdas líquidas. Entretanto, talvez tivesse registrado crescimento demográfico rural mais significativo, se não tivesse sua área urbana reajustada.

Dos 26 municípios que registraram perdas brutas de população no último período, 17 deles tiveram suas áreas ajustadas. Dos outros nove, Caraíbas – que crescia sem ganhos ou perdas demográficos – e Maracás, que possivelmente, já sofria perdas líquidas, eram os únicos com crescimento positivo no período 1980-1991. Os demais já registravam perdas absolutas de populações rurais naquele período.

Quanto à evolução da participação da população rural nos municípios da Região Sudoeste, observa-se, na Tabela 7, gradativa redução daqueles que continuavam a apresentar população majoritariamente rural. Em 1980 eram 30, diminuíram para 21 em 1991.

Em relação ao Censo de 2000, maiores conclusões não podem ser tiradas, devido às mudanças ocorridas nos perímetros urbanos de 18 municípios, o que torna inviável as comparações entre 1991 e 2000.

Tabela 7

**Participação Relativa da População Rural nos Municípios,
Por Ordem Decrescente em 2000
Bahia – Sudoeste, 1980-2000**

Municípios	População (%)		
	1980	1991	2000
Caraíbas (2)	97,91	96,97	91,70
Mirante (2) (4)	96,29	93,94	90,64
Anagé (4)	93,02	89,55	86,45
Encruzilhada (3)	83,73	82,72	84,87
Tremedal (3)	92,64	86,79	83,48
Caetanos (2) (4) (5)	99,66	91,64	82,32
Bom Jesus da Serra (2) (4) (5)	91,93	88,98	81,40
Boa Nova (3) (4)	88,26	77,87	77,66
Caatiba	80,91	68,00	71,45
Ribeirão do Largo (2)	97,96	77,71	70,91
Planaltino (4)	82,24	77,01	62,45
Nova Canaã	65,04	59,99	61,13
Manoel Vitorino (4)	84,78	69,54	59,39
Irajuba (4)	82,28	71,17	57,29
Barra do Choça	68,72	53,13	56,59
Belo Campo (4)	74,94	60,05	54,22
Lafayette Coutinho (4)	76,17	65,44	53,17
Iguaí	69,43	60,57	50,04
Potiraguá	62,57	45,81	48,24
Itaquara (4)	66,13	57,24	47,02
Lagedo do Tabocal (2)	76,54	49,18	43,11
Planalto	73,17	57,68	42,24
Maracás (3)	67,46	55,09	41,56
Cravolândia	60,50	47,56	40,01
Cândido Sales (5)	56,43	49,58	33,64
Ibicuí (4)	55,40	40,47	30,90
Maiquinique	58,37	48,22	28,91
Itambé (4)	43,06	22,53	28,12
Poções (3) (4)	38,96	34,26	28,07
Itiruçu (4)	41,80	39,00	27,34
Macarani (4)	54,04	36,82	26,55
Firmino Alves (4)	39,49	31,32	26,38
Jaguaquara (3)	45,61	31,48	24,71
Itarantim (4)	57,80	41,18	23,42
Itororó	56,50	22,36	16,02
Vitória da Conquista (4)	25,30	16,32	14,08
Jequié (4) (5)	25,61	19,26	11,48
Santa Inês (4)	20,32	9,94	5,92
Itapetinga (4)	16,10	7,73	4,75
Total	51,10	39,81	34,71

Fonte: IBGE. Censos Demográficos de 1980, 1991 e 2000.

(1) A população dos municípios criados após 1980 e dos que perderam área para estes novos municípios foi ajustada para os limites municipais de 1991, usando-se a tabela de comparatividade dos setores censitários, do próprio IBGE.

(2) Município criado após o Censo Demográfico de 1980.

(3) Município que deu origem a outro após o Censo Demográfico de 1980.

(4) Município que a área urbana ultrapassou o perímetro de 1991, penetrando no quadro rural.

(5) Teve distrito instalado após 1991.

REGIÃO BAIXO MÉDIO SÃO FRANCISCO

LOCALIZAÇÃO, LIMITES E MUNICÍPIOS INTEGRANTES

A Região Baixo Médio São Francisco (BMSF) localiza-se na área mais setentrional da Bahia. Faz divisa com os Estados do Piauí (a oeste e ao norte) e Pernambuco (ao norte), sendo o Rio São Francisco o marco divisório entre a Bahia e esse Estado. A leste, limita-se com a RE Nordeste e ao sul com as Regiões Médio São Francisco, Irecê e Piemonte da Diamantina. Com conformação ligeiramente alongada, acompanha o leito do rio que a divide em duas partes por cerca de 2/3 de seu território.

De acordo com a divisão político-administrativa vigente desde fins dos anos 1980, o BMSF compõe-se de 08 municípios: Campo Alegre de Lourdes, Casa Nova, Curaçá, Juazeiro, Pilão Arcado, Remanso, Sento Sé e Sobradinho (ver Cartograma 1). Dos atuais integrantes desta região, seis municípios já existiam no século passado. Campo Alegre de Lourdes e Sobradinho foram emancipados na segunda metade do século XX – o primeiro em 1962 e o último em 1989¹.

VISÃO SINTÉTICA DO PROCESSO HISTÓRICO DE OCUPAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO RECENTE

Dominado pelo clima semi-árido, quente e seco, com grande parte do território inserido na caatinga, o BMSF teve seu processo de colonização iniciado ainda na metade do século XVI. Nesses tempos, o Rio São Francisco foi a principal via de acesso àquelas terras e importante meio de sobrevivência do sertanejo. Seus férteis terrenos de vazante, permitindo a expansão do criatório de gado e dos cultivos de sobrevivência, favoreceram a fixação dos desbravadores em suas margens. Longe dele, a hostilidade da caatinga, submetida a freqüentes secas, comprometia a vida dos seres humanos e das criações, não permitindo o desenvolvimento, ou mesmo o nascimento de espécies vegetais que poderiam lhes servir de alimento (SEI, 2000, p. 20).

¹ O território que atualmente compõe o município de Sobradinho pertencia integralmente à área rural de Juazeiro.

Cartograma 01

Divisão Político-Administrativa

Região Econômica Baixo Médio São Francisco -BA



Ao longo dos séculos, o Rio São Francisco permaneceu sendo essencial para a definição do modo de vida e produção dos moradores do Baixo Médio. Dessa forma, podem ser entendidos os transtornos causados pela implantação da Barragem de Sobradinho, que alterando o curso do rio, desestruturou a vida dos habitantes da região.

Ocorrido entre os anos 1970 e 80, o processo de construção dessa barragem constituiu-se numa experiência até então inédita no Brasil. Implicou na conflituosa relocação de cidades inteiras², algumas de povoamento muito antigo, para novas áreas determinadas pela CHESF³. Tais fatos incidiram em profundas alterações na estrutura social, política, econômica e cultural locais, repercutindo, por um lado, na elevação do patamar econômico da região frente ao Estado – graças às atividades agrícolas irrigadas, essencialmente concentradas em Juazeiro – e, por outro, na “[...] perda de referência do espaço físico (que) implicou para a população, em seu conjunto, uma perda de identidade social” (MACHADO, in SEI, 2000a, p. 24).

A intensidade e o ritmo acelerado que esse conjunto de intervenções ensejaram, contribuíram para consolidar a antiga posição de Juazeiro como o maior e mais importante centro urbano, político e econômico do BMSF. Em boa medida tal situação deveu-se a sua posição estratégica em relação ao São Francisco e a Petrolina (importante município pernambucano), sendo há muito “[...] beneficiário da confluência das vias terrestre e fluvial, e mais tarde ferroviária, sendo ponto de passagem de pessoas e mercadorias oriundas ou destinadas ao Sul, Nordeste e Norte do Brasil” (SEI, 2000a, p.21).

As mudanças decorrentes da ampliação dos projetos de irrigação em Juazeiro tornaram-no foco de imigração, graças ao inegável incremento dos postos de trabalho, o que, contudo, não vem se refletindo em melhoria nos rendimentos ou na qualidade de vida dos trabalhadores.

A manutenção de baixos níveis salariais ocorre por conta de existir um contingente de trabalhadores disponíveis, nas áreas da caatinga – local onde seus ganhos se situam abaixo da faixa de subsistência –, dispostos a se transferirem para onde possam se empregar e receber o salário mínimo (SEI, 2000a, p.33).

ASPECTOS DEMOGRÁFICOS

A região frente ao Estado

O BMSF colocava-se entre as menores Regiões Econômicas da Bahia em 2000, sendo a 13^a em termos de porte. Em outras palavras, embora experimentando seguida ampliação da quantidade de moradores, com 407.501

² Incluem-se, dentre estas, as sedes dos municípios de Casa Nova, Pilão Arcado, Remanso e Sento Sé.

³ A Companhia Hidrelétrica do São Francisco – CHESF, foi a responsável pela obra e pelo processo de relocação e indenização dos habitantes, das cidades, dos povoados, etc., bem como, de suas benfeitorias.

habitantes agrupava apenas 3,12% do contingente populacional da Bahia no último ano censitário, uma proporção quase que equivalente à observada em 1980 (3,03%).

Com relação aos ritmos de crescimento, diferindo da tendência do Estado e da grande maioria de suas Regiões Econômicas, o BMSF experimentou elevação na velocidade dos ganhos demográficos. Desse modo, se no primeiro período registrava uma das menores taxas de crescimento dentre as REs (1,63% a.a.), entre 1991 e 2000 apresentava a terceira maior taxa (1,95% a.a., inferior apenas à do Extremo Sul e da RMS), superando inclusive a média baiana. Mesmo assim, em nenhum dos dois períodos pode-se dizer que o BMSF observou ganhos migratórios. Antes, suas taxas foram compatíveis com situação de equilíbrio entre os fluxos de imigração e de emigração.

Com menos de 500 mil residentes e uma área de 55.549 km (9,85% do território estadual, a terceira maior área), em 2000 apresentou uma densidade de 7,33 hab./km, patamar inferior ao da Bahia (23,16 hab./km), bem como ao de 12 de suas REs.

A maioria dos seus habitantes, desde 1991, residia em meio urbano (54,49%). Em 2000, essa proporção chegou a 59,78%, inferior à média do estado (67,12%), mas superior à de oito Regiões. Em termos absolutos, a população urbana do BMSF mais que dobrou, passando de 106.683 hab., em 1980, para 243.612 hab., em 2000. Tamaña ampliação resultou em taxas de crescimento urbano elevadas⁴, sugerindo imigração líquida em ambos os períodos (5,22% a.a. e 3,00% a.a., entre 1980-91 e 1991-00, respectivamente). Com ritmo de crescimento urbano repetidamente superior ao da Bahia, o BMSF apresentou uma tendência convergente com a esboçada pelo estado e pela totalidade de suas regiões, ou seja, retração das taxas de crescimento urbano.

Sobre a evolução do ritmo de crescimento demográfico rural, essa região contrariou a tendência registrada por 10 Regiões Econômicas e pelo conjunto rural da Bahia. Saiu de um patamar de perdas absolutas em 1980-91⁵ (-1,30% a.a.) e passou a denotar perdas líquidas, em 1991-2000 (0,56% a.a.). A exemplo do Litoral Norte, chegou a apresentar taxa positiva em área rural no segundo período. Apesar disso, com 163.889 moradores, era o terceiro menor contingente rural de 2000.

⁴ Cabe ressaltar que, nessa região, cinco unidades municipais sofreram ampliação do perímetro urbano entre 1996 e 2000, que abarcou uma parcela do que era definido como rural. Com isso, ao menos em parte, o crescimento urbano, assim como as perdas rurais desses não decorreram necessariamente de processos migratórios, devendo ter sido derivadas, em boa medida, das alterações de limites definidas por decreto municipal.

⁵ O patamar de crescimento rural apresentado no primeiro período decorreu, em grande medida, das perdas registradas em Sobradinho, de -20,98% ao ano. Contudo, essa taxa parece não representar, efetivamente, êxodo rural, mas, apenas, a conversão para urbana da maior parcela de uma população que constituía um povoado rural.

Os municípios na região

Distribuição da população, área e densidade demográfica

O destaque econômico de Juazeiro na região pode ser notado também nos aspectos demográficos. Sexto maior contingente populacional da Bahia em 2000, com 1,33% do total de seus habitantes, de longe constituía-se no município mais populoso do BMSF, comportando 42,75% de seus residentes (174.101 hab.). Com a quinta área da região (6.389 km² ou 11,50% do território), apresentava a maior densidade demográfica do BMSF em 2000 (24,25 hab./km²).

Em situação bem diferente, Sobradinho, com a segunda maior densidade (16,12 hab./km²), detinha as menores população e área do BMSF. Sento Sé (2,57 hab./km²) com a menor densidade da região, possuía maior área e pouco mais de 32 mil habitantes. A Tabela 1 evidencia a grande disparidade entre o porte demográfico das unidades municipais do BMSF, em menor escala, de suas áreas.

Tabela 1

População Total e Área Por Ordem Decrescente da Densidade Demográfica Bahia – Baixo Médio São Francisco, 2000				
Municípios	População	Área		Densidade (hab./km ²)
		(Km ²)	%	
Juazeiro	174.567	6.389	11,50	27,32
Sobradinho	21.325	1.323	2,38	16,12
Campo Alegre de Lourdes	27.607	2.755	4,96	10,02
Remanso	36.257	4.693	8,45	7,73
Casa Nova	55.730	9.658	17,38	5,77
Curaçá	28.841	6.449	11,61	4,47
Pilão Arcado	30.713	11.714	21,08	2,62
Sento Sé	32.461	12.578	22,64	2,58
Total	407.501	55.559	100,00	7,33

Fonte: IBGE. Site Cidade@ e Censo Demográfico de 2000.

A exemplo desses municípios, Campo Alegre de Lourdes e Remanso registraram densidades acima da média da região. Sento Sé – maior área e população próxima a 32 mil moradores – apresentou o menor número de habitantes por quilômetro quadrado (7,33).

Evolução das populações municipais: volume, ritmo de crescimento e participação relativa

A ampliação do ritmo de crescimento total da Região resultou da elevação das taxas de metade de seus municípios: Juazeiro, Casa Nova, Sento Sé e Sobradinho. Os demais retraíram suas taxas, porém apenas Pilão Arcado obteve crescimento negativo entre 1991-2000, sendo o único no segundo período com perda de população (Tabela 2), enquanto, entre 1980-91, Sento Sé e Sobradinho diminuíram seu contingente.

Tabela 2

**População Residente Total e Taxa Média Geométrica de Crescimento Anual, Por Ordem Decrescente em 2000
Bahia – Baixo Médio São Francisco, 1980-2000**

Crescimento/ Municípios	População			Taxa Média Geométrica de Crescimento Anual (%)	
	1980 (1)	1991	2000	1980/1991	1991/2000
Sugestivo de Imigração Líquida					
Juazeiro (3)	95.170	128.767	174.567	2,79	3,44
Sem Perdas ou Ganhos Migratórios Líquidos Significativos					
Casa Nova	39.318	46.838	55.730	1,60	1,95
Curaçá	20.092	24.895	28.841	1,97	1,65
Sento Sé	30.725	28.387	32.461	- 0,72	1,50
Sugestivo de Emigração Líquida					
Campo Alegre de Lourdes	21.576	26.125	27.607	1,75	0,61
Remanso	28.936	34.381	36.257	1,58	0,59
Sobradinho (2)	23.005	21.208	21.325	- 0,74	0,06
Emigração Líquida com Perdas Absolutas de População					
Pilão Arcado	27.899	31.949	30.713	1,24	- 0,44
Total	286.721	342.550	407.501	1,63	1,95

Fonte: IBGE. Censos Demográficos de 1980, 1991 e 2000.

(1) A população dos municípios criados após 1980 e dos que perderam área para estes novos municípios foi ajustada para os limites municipais de 1991, usando-se a tabela de comparatividade dos setores censitários, do próprio IBGE.

(2) Município criado após o Censo Demográfico de 1980.

(3) Município que deu origem a outro após o Censo Demográfico de 1980.

Comparando-se as taxas de crescimento obtidas nos dois períodos também pelo Cartograma 2, verifica-se que, apenas em Juazeiro, o ritmo de crescimento foi superior a 2,5% ao ano de 1980 a 2000, o que é indicativo de imigração líquida. Ademais, foi o único município cujo ritmo de crescimento sempre superou o do conjunto regional.

Em três municípios, as taxas variaram entre 1 e 2% a.a. em 1991-2000, apontando que não houve perdas ou ganhos migratórios significativos: Casa Nova, Curaçá e Sento Sé. Em 1980-1991, os dois primeiros municípios observaram o mesmo tipo de crescimento, enquanto Sento Sé experimentava perdas absolutas, ou seja, nesse último ocorreu a elevação do patamar de crescimento.

No segundo período, os quatro municípios restantes denotaram taxas reveladoras de perdas líquidas, menores do que 1% ao ano. Campo Alegre de Lourdes, Remanso e Sobradinho ainda apresentaram taxas positivas. Entre 1980-1991, nos dois primeiros as taxas representaram equilíbrio relativo entre os fluxos migratórios. Sobradinho, diferentemente, elevou seu ritmo de crescimento entre os dois períodos, uma vez que observara perdas brutas em 1980-1991. O quarto município desse grupo, Pilão Arcado, revelou taxas negativas entre 1991 e 2000, resultado da diminuição absoluta de seu contingente. Desse modo, ampliou as perdas líquidas registradas desde o período anterior.

Cartograma 02

Crescimento Demográfico da População Total por Município

Região Econômica Baixo Médio São Francisco - BA, 1980 - 2000

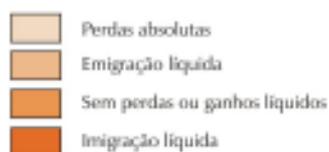
1980/1991



1991/2000



Faixas de Crescimento



Fonte: Censos Demográficos, IBGE: 1980, 1991 e 2000.

No que tange ao peso relativo das unidades municipais do BMSF, apenas uma, Juazeiro, cresceu continuamente. Entre 1980 e 1991, já com o maior porte da Região, sua participação passou de 33,19% para 37,59%. Nesse primeiro período, também Curaçá ampliou seu peso na composição da população total. De 1991 a 2000, somente Juazeiro manteve essa tendência. Responsável por 70% do incremento total do BMSF, agrupava 42,75% de seus moradores em 2000.

Nesse ano, o segundo município mais populoso foi Casa Nova (com 55.612 hab.), com apenas 13,66% da totalidade do BMSF. Em todos os demais, observou-se porte inferior a 40 mil residentes. Tal como se vê na Tabela 3, o menor município, Sobradinho, sucessivamente diminuiu sua importância relativa no conjunto regional.

Tabela 3

Participação Relativa da População Total dos Municípios no Total da Região, Por Ordem Decrescente em 2000			
Bahia – Baixo Médio São Francisco, 1980-2000			
Municípios	População (%)		
	1980 (1)	1991	2000
Juazeiro (3)	33,19	37,59	42,75
Casa Nova	13,71	13,67	13,66
Remanso	10,09	10,04	8,90
Sento Sé	10,72	8,29	7,93
Pilão Arcado	9,73	9,33	7,53
Curaçá	7,01	7,27	7,22
Campo Alegre de Lourdes	7,53	7,63	6,80
Sobradinho (2)	8,02	6,19	5,21
Total	100,00	100,00	100,00

Fonte: IBGE. Censos Demográficos de 1980, 1991 e 2000.

(1) A população dos municípios criados após 1980 e dos que perderam área para estes novos municípios foi ajustada para os limites municipais de 1991, usando-se a tabela de comparatividade dos setores censitários, do próprio IBGE.

(2) Município criado após o Censo Demográfico de 1980.

(3) Município que deu origem a outro após o Censo Demográfico de 1980.

Evolução da população urbana: ritmo de crescimento e urbanização

Antes de buscar compreender as tendências de crescimento dos locais de residência dos municípios do BMSF, torna-se necessário observar que Campo Alegre de Lourdes, Casa Nova, Pilão Arcado e Sento Sé sofreram alteração de limites entre suas áreas urbana e rural após 1996. Nesses, a área urbana ampliou seu perímetro, penetrando no meio rural. Torna-se, portanto, inviável empreender análises a respeito do significado do ritmo de crescimento urbano e rural desses municípios. De todo modo, as unidades municipais da região revelaram taxas de crescimento urbano variando entre 0,07% a.a. e 7,03% ao ano, entre 1991 e 2000.

Apesar de, majoritariamente, e como bem ilustra o Cartograma 3, prevalecer o declínio dos ritmos de crescimento, excetuando-se os acima mencionados, em dois municípios as taxas podem ser associadas à imigração líquida: Curaçá e Juazeiro (este último, único com taxa inferior à da região). Todos esses mantiveram-se na mesma faixa de crescimento do período anterior, ou seja, apresentaram ganhos demográficos por imigração desde 1980-1991.

Cartograma 03

Crescimento Demográfico da População Urbana por Município
Região Econômica Baixo Médio São Francisco - BA, 1980 - 2000

1980/1991



1991/2000



FAIXAS DE CRESCIMENTO

-  Perdas absolutas
-  Emigração líquida
-  Sem perdas ou ganhos líquidos
-  Imigração líquida
-  Não consta população urbana em 1980

Fonte: Censos Demográficos, IBGE: 1980, 1991 e 2000.

Conforme a Tabela 4, Remanso obteve a taxa de 1,82% a.a. em 1991-2000, indicativa de crescimento sem ganhos ou perdas demográficos expressivos. Houve, portanto, retração de seu ritmo de crescimento urbano, visto que revelou ganhos migratórios entre 1980-1991.

Tabela 4

População Residente Urbana e Taxa Média Geométrica de Crescimento Anual, Por Ordem Decrescente em 2000					
Bahia – Baixo Médio São Francisco, 1980-2000					
Crescimento/ Municípios	População			Taxa Média Geométrica de Crescimento Anual (%)	
	1980 (1)	1991	2000	1980/1991	1991/2000
Sugestivo de Imigração Líquida					
Pilão Arcado (4)	2.962	4.268	7.865	3,38	7,03
Campo Alegre de Lourdes (4)	2.204	4.177	6.539	5,98	5,11
Casa Nova (4)	10.975	18.482	27.266	4,85	4,42
Sento Sé (4)	8.719	12.380	17.264	3,24	3,76
Curaçá	4.595	7.749	10.775	4,87	3,73
Juazeiro (3)	64.198	102.266	133.278	4,32	2,99
Sem Perdas ou Ganhos Migratórios Líquidos Significativos					
Remanso (4)	13.030	17.868	21.015	2,91	1,82
Sugestivo de Emigração Líquida					
Sobradinho (2)	0	19.482	19.610	–	0,07
Total	106.683	186.672	243.612	5,22	3,00

Fonte: IBGE. Censos Demográficos de 1980, 1991 e 2000.

(1) A população dos municípios criados após 1980 e dos que perderam área para estes novos municípios foi ajustada para os limites municipais de 1991, usando-se a tabela de comparatividade dos setores censitários, do próprio IBGE.

(2) Município criado após o Censo Demográfico de 1980.

(3) Município que deu origem a outro após o Censo Demográfico de 1980.

(4) Município que a área urbana ultrapassou o perímetro de 1991, penetrando no quadro rural.

Sobradinho⁶ obteve a menor taxa de crescimento urbano (0,07% ao ano) no segundo período, sendo o único município a revelar perda líquida.

Quanto ao tamanho das populações urbanas, à exceção de Juazeiro (133.278 hab.), todas as demais apresentavam menos de 30 mil moradores em 2000. Casa Nova, com o segundo maior conjunto urbano da região, detinha pouco mais de 27 mil residentes. Pilão Arcado, que apresentara a maior taxa de crescimento da região em 1991-2000, contava com apenas 7.865 moradores. Assim, ainda que todos os contingentes urbanos dos municípios do BMSF ascendessem, a disparidade de porte entre eles manteve-se acentuada e prevaleceram contingentes urbanos bastante reduzidos.

⁶ Conforme mencionado anteriormente, como a emancipação desse município ocorreu no primeiro período em foco (1989), não é possível comparar os ritmos de crescimento por local de residência para o período 1980-1991.

Da mesma forma, o grau de urbanização de todos municípios experimentou um processo ascendente. Entretanto, embora desde 1991 a região pudesse ser considerada urbanizada, o último censo revelou que em Casa Nova, Pilão Arcado, Campo Alegre de Lourdes – mesmo com incorporação de novas áreas e moradores ao seu território urbano – e em Curaçá, ainda havia menos de 50% do total de seus habitantes residindo em meio urbano (Tabela 5).

Tabela 5

Grau de Urbanização dos Municípios, Por Ordem Decrescente em 2000 Bahia – Baixo Médio São Francisco, 1980-2000			
Municípios	Grau de Urbanização (%)		
	1980 (1)	1991	2000
Sobradinho (2)	0,00	91,86	91,96
Juazeiro (3)	67,46	79,42	76,35
Remanso (4)	45,03	51,97	57,96
Sento Sé (4)	28,38	43,61	53,18
Casa Nova (4)	27,91	39,46	48,93
Curaçá	22,87	31,13	37,36
Pilão Arcado (4)	10,62	13,36	25,61
Campo Alegre de Lourdes (4)	10,22	15,99	23,69
Total	37,21	54,49	59,78

Fonte: IBGE. Censos Demográficos de 1980, 1991 e 2000.

(1) A população dos municípios criados após 1980 e dos que perderam área para estes novos municípios foi ajustada para os limites municipais de 1991, usando-se a tabela de comparatividade dos setores censitários, do próprio IBGE.

(2) Município criado após o Censo Demográfico de 1980.

(3) Município que deu origem a outro após o Censo Demográfico de 1980.

(4) Município que a área urbana ultrapassou o perímetro de 1991, penetrando no quadro rural.

Em outros termos, o fato da região como um todo ser urbanizada deve-se basicamente a Juazeiro e a Sobradinho. Este, entretanto, chamava a atenção no último censo pelo seu grau de urbanização, 91,93% – o que se vincula ao histórico de sua criação e à definição legal de sua área urbana. Desde sua emancipação, considerava-se que 91,86% de seus habitantes estavam em meio urbano. Assim, seu altíssimo grau de urbanização em 2000 não decorreu de uma ampliação expressiva desse contingente. Em verdade, de 1991 a 2000, houve um incremento de apenas 128 residentes urbanos e seu ritmo de crescimento indicava emigração líquida.

Juazeiro foi o único município a reduzir o grau de urbanização entre 1991 e 2000, data em que 76,28% de seus habitantes residiam em áreas urbanas. Tal fato relaciona-se ao nível de crescimento verificado em sua porção rural, elevando o peso desse contingente na população total do município.

Evolução da população rural

Entre 1980-91 e 1991-2000, o BMSF elevou seu ritmo de crescimento rural, o que em muito pode ser atribuído ao patamar de crescimento de Juazeiro. Nas demais unidades municipais, predominou a retração dos patamares de crescimento rural – em cinco delas as taxas foram negativas, enquanto, no primeiro período⁷, foram três.

⁷ Mais uma vez, lembrar-se de considerar as especificidades do caso de Sobradinho referidas em nota anterior.

Na Tabela 6 observa-se que dois municípios – Juazeiro e Curaçá que não experimentaram alteração em seus limites internos – registraram patamares de crescimento maiores do que o do conjunto rural do BMSF em 1991-2000. Contudo, enquanto Juazeiro obteve taxas bastante elevadas em 1991-2000, compatíveis com ganhos migratórios e invertendo a tendência de perdas esboçada em 1980-1991, Curaçá, a exemplo de Casa Nova, apresentou ritmos de crescimento associados de perdas migratórias líquidas, mantendo-se, assim, na faixa de crescimento que apresentara em 1980-1991 (Cartograma 4).

Tabela 6

População Residente Rural e Taxa Média Geométrica de Crescimento Anual, Por Ordem Decrescente em 2000					
Bahia – Baixo Médio São Francisco, 1980-2000					
Crescimento/ Municípios	População			Taxa Média Geométrica de Crescimento Anual (%)	
	1980 (1)	1991	2000	1980/1991	1991/2000
Sugestivo de Imigração Líquida					
Juazeiro (3)	30.972	26.501	41.305	- 1,41	5,05
Sugestivo de Emigração Líquida					
Curaçá	15.497	17.146	18.650	0,92	0,94
Casa Nova (4)	28.343	28.356	28.434	0,00	0,03
Emigração Líquida com Perdas Absolutas de População					
Sobradinho (2)	23.005	1.726	1.713	- 20,98	- 0,08
Campo Alegre de Lourdes (4)	19.372	21.948	21.158	1,14	- 0,41
Sento Sé (4)	22.006	16.007	15.039	- 2,85	- 0,69
Remanso (4)	15.906	16.513	15.233	0,34	- 0,89
Pilão Arcado (4)	24.937	27.681	22.790	0,95	- 2,14
Total	180.038	155.878	164.322	- 1,30	0,59

Fonte: IBGE. Censos Demográficos de 1980, 1991 e 2000.

(1) A população dos municípios criados após 1980 e dos que perderam área para estes novos municípios foi ajustada para os limites municipais de 1991, usando-se a tabela de comparatividade dos setores censitários, do próprio IBGE.

(2) Município criado após o Censo Demográfico de 1980.

(3) Município que deu origem a outro após o Censo Demográfico de 1980.

(4) Município que a área urbana ultrapassou o perímetro de 1991, penetrando no quadro rural.

Sobradinho reduziu sua população em termos absolutos, embora em ritmo bem menor do que o registrado no primeiro período. Todos os demais municípios registraram taxas negativas; porém, como já observado, não se pode atribuir suas perdas apenas à emigração.

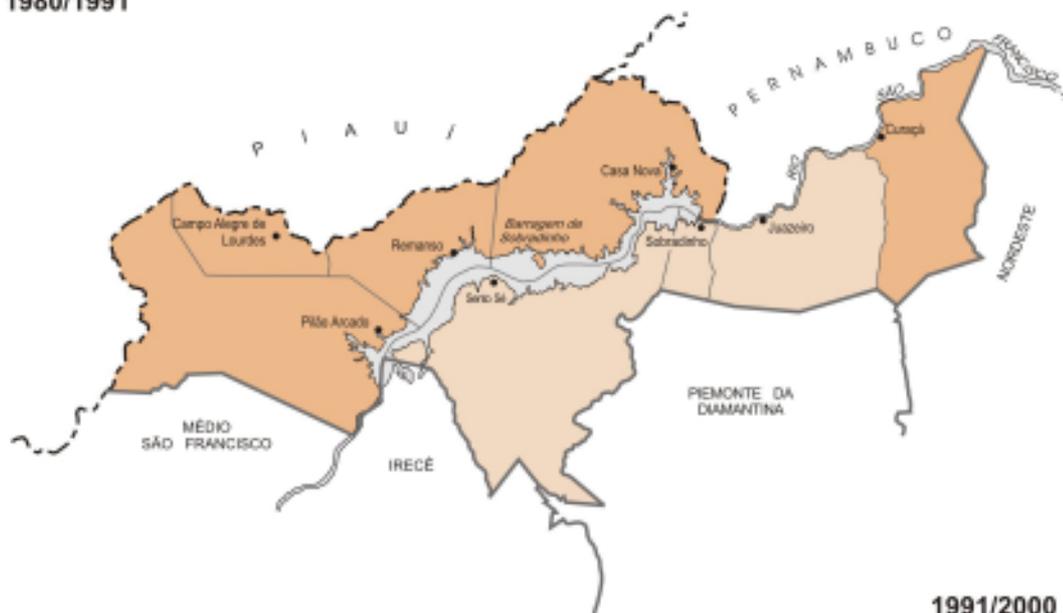
Do mesmo modo que para a população total e urbana, também foi Juazeiro que detinha o maior porte rural. Com pouco mais de 40 mil habitantes, possuía o quarto maior total rural do Estado. Casa Nova, Pilão Arcado e Campo Alegre de Lourdes – municípios não urbanizados – registraram entre 20 e 30 mil moradores. Os demais apresentaram menos de 20 mil residentes, sendo que Sobradinho era o menor conjunto rural da região: 1.713 habitantes.

Cartograma 04

Crescimento Demográfico da População Rural por Município

Região Econômica Baixo Médio São Francisco - BA, 1980 - 2000

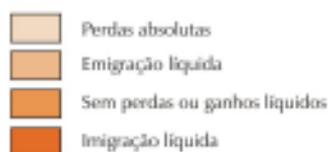
1980/1991



1991/2000



Faixas de Crescimento



Fonte: Censos Demográficos, IBGE: 1980, 1991 e 2000.

Observe-se que, apesar de o BMSF ser uma região urbanizada, e que – excluindo-se Juazeiro – seus municípios vejam declinar a importância relativa de suas populações rurais, ainda havia três municípios (Campo Alegre de Lourdes, Pilão Arcado e Curaçá) com mais de 60% dos habitantes morando em meio rural (Tabela 7).

Tabela 7

Participação Relativa da População Rural dos Municípios, Por Ordem Decrescente em 2000 Bahia – Baixo Médio São Francisco, 1980-2000			
Municípios	População (%)		
	1980	1991	2000
Campo Alegre de Lourdes (4)	89,78	84,01	76,64
Pilão Arcado (4)	89,38	86,64	74,20
Curaçá	77,13	68,87	64,66
Casa Nova (4)	72,09	60,54	51,02
Sento Sé (4)	71,62	56,39	46,33
Remanso (4)	54,97	48,03	42,01
Juazeiro (3)	32,54	20,58	23,66
Sobradinho (2)	100,00	8,14	8,03
Total	62,79	45,51	40,32

Fonte: IBGE. Censos Demográficos de 1980, 1991 e 2000.

(1) A população dos municípios criados após 1980 e dos que perderam área para estes novos municípios foi ajustada para os limites municipais de 1991, usando-se a tabela de comparatividade dos setores censitários, do próprio IBGE.

(2) Município criado após o Censo Demográfico de 1980.

(3) Município que deu origem a outro após o Censo Demográfico de 1980.

(4) Município que a área urbana ultrapassou o perímetro de 1991, penetrando no quadro rural.

LOCALIZAÇÃO, LIMITES, MUNICÍPIOS INTEGRANTES

A Região Econômica Piemonte da Diamantina, com contorno irregular, ocupa 5,72% do território estadual – 32.453km² de 564.273,0km². Integrante do semi-árido, localiza-se na área nordeste central do Estado, junto à RE Nordeste, com a qual se limita a leste (Ver Cartograma 1). Ao sul limita-se com a RE Paraguaçu, a sudoeste com a Chapada Diamantina, a oeste com a RE Irecê e, ao norte, com o Baixo Médio São Francisco.

Por ocasião do Censo de 1980, realizado pelo IBGE, essa região compunha-se de 16 municípios: Antônio Gonçalves, Caém, Caldeirão Grande, Campo Formoso, Itiúba, Jacobina, Jaguarari, Miguel Calmon, Mirangaba, Morro do Chapéu, Pindobaçu, Saúde, Senhor do Bonfim, Serrolândia, Várzea do Poço e Várzea Nova. Entre 1985 e 1989, foram criados oito municípios: Andorinha, Capim Grosso, Filadélfia, Orolândia, Ponto Novo, Quixabeira, São José do Jacuípe e Umburanas.

CONDIÇÕES HISTÓRICAS DO POVOAMENTO

O povoamento do Piemonte da Diamantina, como do sertão em geral, derivou, em parte, da ação da Igreja Católica no seu trabalho de catequese dos índios, e da necessidade de expansão da pecuária para o interior, dado que as terras litorâneas destinavam-se à lavoura canavieira. Contudo, o início do ciclo do ouro assumiu importância a partir do século XVII, tanto na estruturação do povoamento como da vida econômica, com as descobertas de veios auríferos. A relevância desses processos se reflete na história de criação de vários de seus municípios.

Há indícios de que Belchior Dias Moreira (Moreyra ou Moreia conforme os diferentes autores), conhecido bandeirante paulista, teria sido o descobridor da mina de ouro em terras do atual município de Jacobina, sendo que "... em 1652 a mineração já ocupava 700 batéias [...]" (IBGE, 1958).

Dessa forma, se evidencia que Jacobina – criado em 1720 com a denominação de Vila de Santo Antônio da Jacobina, considerado então a “capital do ouro” na Bahia – é o município do qual se desmembraram, direta ou indiretamente, todos os demais da região, bem como os da Chapada Diamantina, como se pode depreender do estudo da SEI (2001: p.43):

Havia interesse por parte do governo em criar vilas no sertão, de modo a oferecer garantias civis e políticas aos moradores que se ocupavam da criação de gado e da mineração. Por outro, buscava-se, também, algum rendimento para a Coroa, pois os gastos com a administração eram muito altos. (...) Freire (1998:150-151, assim, descreve o termo de Jacobina: ‘...compreendia, além das freguesias de Santo Antônio do Pambu e Santo Antônio da Jacobina, a freguesia de Santo Antônio do Urubu, que compreende todo o Rio de Contas até fazer divisão com o termo da Vila de Cachoeira e da Vila de Maragogipe e a capitania dos Ilhéus e costa do mar e a freguesia de Nossa Senhora do Bom Sucesso do Arraial, compreendendo os sertões que estão por povoar até fazer divisão com o Rio das Mortes’. Essa comarca era tão vasta que possuía ‘em si mais terras do que todo o continente de Hespanha’ (VILHENA, 1922:613).

Bandeirantes, tropeiros, desbravadores e aventureiros em geral percorreram os sertões da Bahia, a partir do século XVII, em busca do Rio São Francisco, ou do ouro de Jacobina. Com isso, foram formando rotas e pontos de passagem, especialmente nas proximidades de rios ou de aldeamentos de indígenas missionados. Junto desses pontos de passagem e pousos de tropeiros surgiram fazendas e agregaram-se habitações que, com o passar do tempo, consolidaram novos povoados.

Os municípios de Saúde e Pindobaçu, criados em 1953, desmembrados de Campo Formoso, por exemplo, teriam sido, o primeiro, ponto de concentração e irradiação de bandeirantes e o segundo, originalmente pouso de tropeiros que demandavam Jacobina. Campo Formoso, por sua vez, constituía aldeamento indígena que, em 1682, foi elevado à categoria de freguesia com o nome de Freguesia Velha de Santo Antônio da Jacobina, sendo que, em 1880, elevado à condição de vila, recebeu a denominação atual. Com relação a Senhor do Bonfim, segundo o IBGE, seu território era:

...área de passagem de portugueses com o objetivo de chegar ao São Francisco ou às terras de Jacobina. [...] Ainda no século XVII suas terras abrigavam apenas rancharia de tropeiros. Em torno delas construíram-se novas habitações à margem da ‘estrada das boiadas’ (que hoje liga Bonfim a Juazeiro) desenvolvendo-se a povoação que recebeu o nome de Arraial do Senhor do Bonfim, pertencente a Jacobina. Em 1797 foi elevado à categoria de vila com o nome de Vila Nova da Rainha.

A descoberta de ouro e pedras preciosas na região e, concomitantemente na Chapada Diamantina (Rio de Contas), atraiu levas de mineradores para o sertão, a ponto de causar uma crise de mão-de-obra no litoral e Recôncavo¹. Posteriormente, com o esgotamento dos veios auríferos, diamantíferos, etc.,

¹ Observe-se que a descoberta das minas na região ocorreu paralelamente à crise da lavoura canavieira mencionada no texto de SANTOS e PINHO, que trata do histórico de ocupação da Bahia. Em outros termos, além da atração exercida pelo garimpo, nas áreas litorâneas a principal atividade econômica encontrava-se em declínio, ocasionando a migração para as localidades mineradoras.

esses trabalhadores fizeram o caminho inverso ou se dirigiram a outras plagas. O certo é que, com isso, houve esvaziamento e mesmo o desaparecimento de algumas localidades.

Porém, o ciclo da mineração, que iniciou em meados do século XVI com as incursões bandeirantes, marcou a região com a presença de enormes contingentes de trabalhadores vindos dos mais diversos lugares, que extraíram dali toda a riqueza que puderam e, em seguida, em sua maioria, a abandonaram.

Com a decadência da atividade mineradora, a principal ocupação dos moradores remanescentes voltou a ser a agricultura e a pecuária de subsistência, praticadas em moldes tradicionais e à mercê das estiagens. Como de resto, por todo sertão a propriedade fundiária estava concentrada em poucas mãos, segundo afirma Theodoro Sampaio (1925: 22), descrevendo o conjunto de situações socioeconômicas do início do século XX:

No sertão, a propriedade territorial ainda conserva o carácter dos grandes latifúndios. São de léguas quadradas suas propriedades, representando quasi sempre as sesmarias de outr'ora, e bem poucas são as que têm seus limites e confrontações bem claros e definidos.

Entre os anos 1980 e 90, o panorama econômico regional continuou fundado na agropecuária tradicional, de subsistência e de baixa produtividade, com elevadíssima parcela de seus habitantes sobrevivendo dela. As lavouras de caráter temporário predominavam com destaque para os cultivos de: feijão, mandioca, batata-doce, banana, melancia e tomate, além do café e sisal e a criação de gado de corte. A pecuária permaneceu como atividade predominantemente desenvolvida pelos oligarcas regionais.

DINÂMICA DEMOGRÁFICA REGIONAL

A região no Estado

Em 1980, 1991 e 2000 o Piemonte se colocou, respectivamente, como a oitava, sétima e oitava região de maior peso proporcional na composição da população baiana. Em termos absolutos, seu contingente demográfico aumentou no período, mas seu peso proporcional no Estado vem caindo gradativamente (de 4,73% em 1980, para 4,35% em 2000). Esse movimento está relacionado, entre outros motivos, ao declínio das taxas de crescimento da região, observados entre 1980-91 e entre 1991-2000 (respectivamente, de 2,76% ao ano para -0,65% ao ano).

A desaceleração do ritmo de crescimento demográfico, verificada no Piemonte, do primeiro para o segundo período – 2,76% a.a. entre 1980-2000 e -0,65% a.a. entre 1991-2000 – foi coerente com a tendência observada na Bahia, cuja taxa de crescimento global declinou de 2,09% ao ano, entre 1980-1991, para 1,08% ao ano, entre 1991-2000. Tal diminuição decorreu, entre outros fatores, de um acentuado e sistemático declínio dos

níveis médios de fecundidade, observado em todas as camadas sociais e locais de residência, especialmente a partir dos anos 1970 (Ver o texto de MURICY nesta publicação).

Note-se que, no primeiro período em foco, a Região do Piemonte da Diamantina obteve taxa de crescimento superior à do Estado, mas no segundo registrou crescimento negativo, tornando-se a principal perdedora absoluta de habitantes.

As taxas de crescimento demográfico urbano apresentaram o mesmo comportamento acima observado. Entre 1980-1991, o crescimento urbano do Piemonte foi maior que o da Bahia (5,20% a.a. e 3,79% a.a., respectivamente), crescendo ambos por imigração. Entre 1991-2000, ambos continuaram no mesmo processo, porém em ritmos inferiores, sendo que a taxa regional, dessa vez, foi menor que a do Estado (2,14% a.a. e 2,51% a.a.). Verifica-se que, para a realização do Censo 2000, o IBGE reajustou limites de áreas urbanas da Bahia – avançando sobre as rurais –, bem como criou novos distritos.

Quanto ao grau regional de urbanização foi em nono lugar, com 30,82%, que o Piemonte se posicionou, em 1980. Percentual, esse, inferior ao do Estado no mesmo ano: 49,29%. Entre 1980 e 1991, o peso proporcional do contingente demográfico urbano dessa parte da Bahia aumentou, passando para 39,92%. No entanto, em 1991, ainda não se aproximava da média estadual, que chegou a 59,12%. Note-se que parte do aumento da urbanização regional, no período 1980-1991, deve ser atribuída à criação dos oito municípios anteriormente citados, determinando, por decreto, o surgimento de novas áreas urbanas que constituíram as sedes municipais. O Censo 2000 registrou a presença de 51,23% de residentes regionais urbanos – devendo-se aqui considerar os já mencionados reajustes de área urbana em detrimento das rurais; nesse aspecto, embora fazendo parte do grupo das regiões urbanizadas, o Piemonte da Diamantina ainda se mantém distante da Bahia (com 67,12%) – que, como já visto, se urbanizou tardiamente, em comparação com outros Estados, sendo ainda dos menos urbanizados.

As taxas de crescimento médio anual do contingente rural da Região Piemonte da Diamantina, quando se comparam os períodos 1980-91 e 1991-2000, caíram significativamente. No primeiro período, apesar de a taxa de 1,45% a.a. ser, àquela época, sugestiva de emigração líquida, era superior à registrada pelo Estado (0,11% a.a.). No segundo período registraram-se, pela primeira vez, perdas absolutas (-2,93% a.a.) e mais acentuadas que a média estadual (-1,34% a.a.), porém, em face das alterações efetuadas entre áreas urbanas e rurais, não se pode determinar quão profundas foram efetivamente tais perdas.

O Piemonte da Diamantina, nos três anos censitários aqui levantados (1980, 1991 e 2000), demonstrou possuir a sétima, quinta e oitava maior população rural. Em 1980, seus residentes rurais (309.312 hab.) equivaliam a 6,45%

do contingente rural do Estado (4.794.042 hab.) e 69,18% da região. Em 1991, aumentou o número de habitantes rurais da Bahia (4.851.221) e do Piemonte (362.350), aumentando também a proporção dos residentes rurais da região sobre os da Bahia: 7,47%. Em 2000, os dois contingentes observados registraram queda em seus números absolutos (4.297.902 hab./Bahia e 277.376 hab./Piemonte). Assim, considerando-se as citadas alterações entre áreas urbanas e rurais, a participação do Piemonte rural sobre a Bahia rural caiu para 6,45%, novamente.

Distribuição da população, área e densidade demográfica

No período em análise neste estudo, 1980 a 2000, a população do Piemonte teve um aumento absoluto de 121.584 indivíduos, o que fez elevar a densidade demográfica regional de 13,78 hab./km² para 17,04 hab./km² (Tabela 1) – abaixo da média baiana (23,04 hab./km²). Pode-se dizer, com isso, que tanto o Estado da Bahia quanto o Piemonte – este mais que aquele –, por suas dimensões territoriais, são bastante rarefeitos em termos demográficos.

Tabela 1

População Total e Área Por Ordem Decrescente da Densidade Demográfica Bahia – Região Piemonte da Diamantina, 2000				
Municípios	População	Área		Densidade (hab./km²)
		(Km²)	%	
Senhor do Bonfim	67.723	817	2,52	82,89
Capim Grosso	23.908	350	1,08	68,31
Pindobaçu	20.869	528	1,63	39,52
Ponto Novo	17.187	465	1,43	36,96
Várzea do Poço	7.515	220	0,68	34,16
Serrolândia	12.616	374	1,15	33,73
Jacobina	76.492	2.320	7,15	32,97
Antônio Gonçalves	9.716	316	0,97	30,75
Filadélfia	17.194	564	1,74	30,49
Quixabeira	9.466	368	1,13	25,72
Caém	12.563	498	1,53	25,23
São José do Jacuípe	9.233	369	1,14	25,02
Saúde	11.488	500	1,54	22,98
Caldeirão Grande	11.395	496	1,53	22,97
Itiúba	35.543	1.731	5,33	20,53
Miguel Calmon	28.267	1.465	4,51	19,29
Várzea Nova	14.154	1.165	3,59	12,15
Ourolândia	15.356	1.276	3,93	12,03
Jaguarari	27.412	2.568	7,91	10,67
Campo Formoso	61.942	6.806	20,97	9,10
Umburanas	14.140	1.813	5,59	7,80
Mirangaba	14.261	1.952	6,01	7,31
Morro do Chapéu	34.494	5.492	16,92	6,28
Total	552.934	32.453	100,00	17,04

Fonte: IBGE. Censo Demográfico de 2000 e Site Cidade@.

Nenhum dos 24 municípios do Piemonte alcançava, em 2000, a marca dos 100.000 residentes. As baixas densidades demográficas registradas pela região caracterizam também os municípios. Senhor do Bonfim, o segundo mais

populoso, registrou a mais alta densidade (82,89 hab./km²) pois sua área (817km²) representa apenas 2,52% da região. Além de Senhor do Bonfim, só Capim Grosso apresentou densidade superior a 50 hab./km² (Tabela 1).

Sete unidades tinham densidade superior a 30 e inferior a 40 a hab./km², incluindo Jacobina, o município mais populoso. Seis municípios tinham densidade superior a 20 e inferior a 30 hab./km². Entre os oito municípios com as menores densidades (variando entre 19,29 e 6,28 hab./km²) estava a maioria daqueles com as maiores áreas, inclusive Miguel Calmon, o único nesse grupo com densidade superior à média regional.

Os maiores territórios pertencem a Campo Formoso, com mais de 1/5 da área regional (20,97%); Morro do Chapéu, com 16,92% e Jacobina, com 7,15%. Os menores – Antônio Gonçalves e Várzea do Poço – detêm, respectivamente, 0,97% e 0,68% da área total.

Principais tendências do crescimento demográfico na região do Piemonte

Tendo relacionado os municípios da região segundo a ordem do crescimento médio anual registrado no período 1991-2000, o passo seguinte foi desagregá-los, com base nas hipóteses explicitadas no texto de MURICY, nesta publicação. Desse modo, foram encontrados, nesse período, três municípios na condição de recebedores líquidos de imigrantes; um registrou crescimento sem ganhos ou perdas migratórias líquidas expressivos; sete municípios, embora com taxas positivas, são, provavelmente, de emigração líquida e 13 registraram taxas negativas de crescimento, caracterizando-se, portanto, como de emigração líquida com perdas absolutas de população.

Dos três municípios que registraram crescimento com ganhos imigratórios (acima de 2,00% ao ano) e, pois, diferindo absolutamente da média regional, entre 1991-2000, dois são pequenos (com menos de 20 mil habitantes cada), Ouro-lândia e Umburanas. O primeiro, entre 1980 e 1991, era perdedor líquido de habitantes e, portanto, inverteu o ritmo de crescimento de modo significativo. Umburanas, naquele mesmo período, já crescia por imigração, tendo agora diminuído um pouco seu ritmo. O terceiro, Capim Grosso, que havia registrado crescimento sem perdas ou ganhos migratórios significativos, entre 1980-1991, aumentou a velocidade de seu crescimento.

Miguel Calmon – que, no último período, crescera sem ganhos ou perdas demográficas importantes (entre 1,00% e 1,99% a.a.) –, havia registrado crescimento positivo (0,70% a.a.), entre 1980-1991, porém muito pequeno, indicativo de perdas migratórias líquidas.

Dos 13 municípios com perdas absolutas de população, entre 1991-2000, é significativo mencionar que 10 deles inverteram drasticamente seu crescimento. Dos outros três, Campo Formoso crescia sem ganhos ou perdas migratórias notáveis; Mirangaba já sofria perdas líquidas de residentes e Vár-

zea do Poço já havia registrado crescimento negativo e, dessa forma, ampliou seu ritmo de perdas.

Tabela 2

População Residente Total e Taxa Média Geométrica de Crescimento Anual, Por Ordem Decrescente em 2000 Bahia – Piemonte da Diamantina, 1980-2000					
Crescimento/ Municípios	População			Taxa Média Geométrica de Crescimento Anual (%)	
	1980 (1)	1991	2000	1980/1991	1991/2000
Sugestivo de Imigração Líquida					
Ourolândia (2)	12.020	12.235	15.356	0,16	2,56
Umburanas (2)	8.103	11.540	14.140	3,27	2,28
Capim Grosso (2)	16.608	19.659	23.908	1,55	2,20
Sem Perdas ou Ganhos Migratórios Líquidos Significativos					
Miguel Calmon	23.393	25.260	28.267	0,70	1,26
Sugestivo de Emigração Líquida					
Morro do Chapéu (3)	28.107	31.766	34.494	1,12	0,92
Serrolândia (3)	8.288	11.812	12.616	3,27	0,73
Itiúba	30.551	34.403	35.543	1,09	0,36
Filadélfia (2)	12.154	16.994	17.194	3,09	0,13
Saúde	8.491	11.389	11.488	2,71	0,10
Ponto Novo (2)	7.339	17.171	17.187	8,03	0,01
Jacobina (3)	61.857	76.518	76.492	1,95	0,00
Emigração Líquida com Perdas Absolutas de População					
Campo Formoso (3)	48.597	62.104	61.942	2,25	-0,03
Mirangaba	13.422	14.651	14.261	0,80	-0,30
Andorinha (2)	8.466	17.170	15.774	6,64	-0,94
Jaguarari	23.044	31.141	27.412	2,78	-1,41
Pindobaçu (3)	16.179	24.047	20.869	3,67	-1,56
Várzea Nova	12.793	17.144	14.154	2,70	-2,11
Senhor do Bonfim (3)	55.360	83.421	67.723	3,80	-2,29
Várzea do Poço	9.996	9.633	7.515	-0,34	-2,72
Caém	9.683	17.116	12.563	5,31	-3,38
Caldeirão Grande (3)	9.744	15.815	11.395	4,50	-3,58
Antônio Gonçalves	8.165	14.082	9.716	5,08	-4,04
Quixabeira (2)	9.315	13.927	9.466	3,72	-4,20
São José do Jacuípe (2)	5.449	14.100	9.233	9,03	-4,60
Total	447.124	603.098	568.708	2,76	-0,65

Fonte: IBGE. Censos Demográficos de 1980, 1991 e 2000.

(1) A população dos municípios criados após 1980 e dos que perderam área para estes novos municípios foi ajustada para os limites municipais de 1991, usando-se a tabela de comparatividade dos setores censitários, do próprio IBGE.

(2) Município criado após o Censo Demográfico de 1980.

(3) Município que deu origem a outro após o Censo Demográfico de 1980.

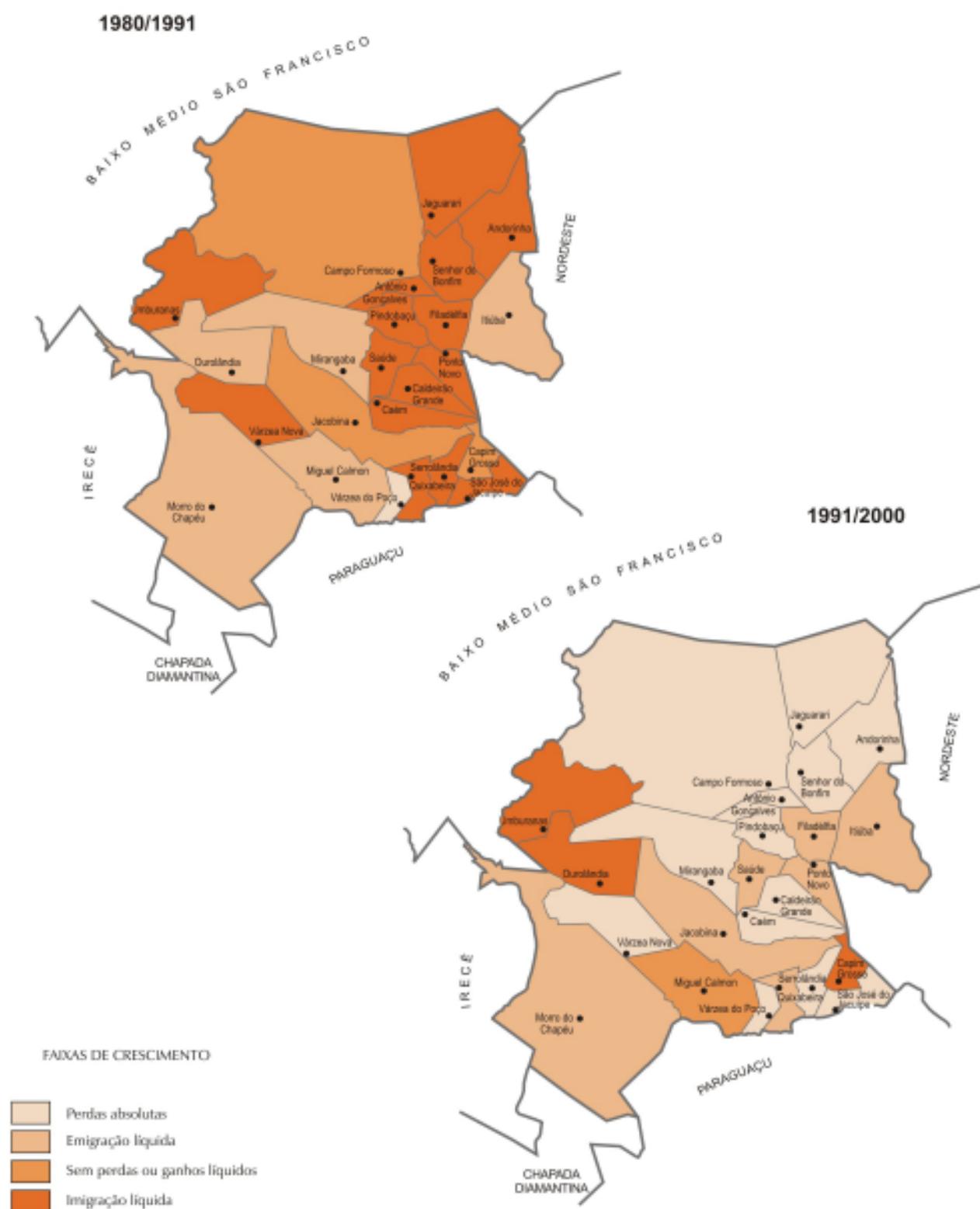
A análise a respeito dos diferentes ritmos de crescimento dos municípios evidenciou a tendência predominante ao declínio, convergindo na queda da taxa total da região. Para aqueles que figuram como os mais populosos, o movimento foi de desaquecimento dos ritmos de crescimento.

Pelos dados anteriores, evidencia-se, também, que mesmo aqueles que obtiveram taxas positivas nos dois períodos, isso se fez, em boa medida, a taxas decrescentes. Em suma, o movimento das taxas de crescimento dos municípios vem apontando para uma tendência à saída de moradores da região.

Por outro lado, os diferentes ritmos de crescimento municipal contribuem para a manutenção ou alteração do porte demográfico e, dessa forma, para a maior ou menor representatividade do município no todo regional.

Cartograma 02

Crescimento Demográfico da População Total por Município
Região Econômica Piemonte da Diamantina - BA, 1980 - 2000



A Tabela 3 mostra a evolução do peso proporcional de cada município, evidenciando que, em termos demográficos, somados os três mais populosos (Jacobina, Senhor do Bonfim e Campo Formoso) ainda que com oscilações ou certa tendência ao decréscimo em seus pesos relativos, representaram, nos anos censitários analisados, sempre mais de 35% do conjunto regional. Assim, Jacobina, com 76.492 moradores, concentrava 13,45% dos moradores regionais, em 2000. Abaixo dele, Senhor do Bonfim e Campo Formoso – com mais de 50.000 habitantes cada –, somados a Jacobina, representavam 36,25% dos moradores da região. Havia ainda seis municípios com mais de 20 mil e menos de 50 mil habitantes, ou 29,98% do total; 11 com mais de 10 mil e menos de 20 mil habitantes, abrangendo 27,46% do total, e quatro municípios de menos de 10.000 moradores cada um, abarcando em conjunto 6,31% do total.

Tabela 3

Participação Relativa da População Total dos Municípios no Total da Região, Por Ordem Decrescente em 2000			
Bahia – Piemonte da Diamantina, 1980-2000			
Municípios	Participação na Região (%)		
	1980 (1)	1991	2000
Jacobina (3)	13,83	12,69	13,45
Senhor do Bonfim (3)	12,38	13,83	11,91
Campo Formoso (3)	10,87	10,30	10,89
Itiúba	6,83	5,70	6,25
Morro do Chapéu (3)	6,29	5,27	6,07
Miguel Calmon	5,23	4,19	4,97
Jaguarari	5,15	5,16	4,82
Capim Grosso (2)	3,71	3,26	4,20
Pindobaçu (3)	3,62	3,99	3,67
Filadélfia (2)	2,72	2,82	3,02
Ponto Novo (2)	1,64	2,85	3,02
Andorinha (2)	1,89	2,85	2,77
Ourolândia (2)	2,69	2,03	2,70
Mirangaba	3,00	2,43	2,51
Várzea Nova (2)	2,86	2,84	2,49
Umburanas (2)	1,81	1,91	2,49
Serrolândia (3)	1,85	1,96	2,22
Caém	2,17	2,84	2,21
Saúde	1,90	1,89	2,02
Caldeirão Grande (3)	2,18	2,62	2,00
Antônio Gonçalves	1,83	2,33	1,71
Quixabeira (2)	2,08	2,31	1,66
São José do Jacuípe (2)	1,22	2,34	1,62
Várzea do Poço	2,24	1,60	1,32
Total	100,00	100,00	100,00

Fonte: IBGE. Censos Demográficos de 1980, 1991 e 2000.

(1) A população dos municípios criados após 1980 e dos que perderam área para estes novos municípios foi ajustada para os limites municipais de 1991, usando-se a tabela de comparatividade dos setores censitários, do próprio IBGE.

(2) Município criado após o Censo Demográfico de 1980.

(3) Município que deu origem a outro após o Censo Demográfico de 1980.

Tendências do crescimento regional rural

O número de habitantes das áreas rurais vem se reduzindo, como se verá a seguir, mas, em 2000, ainda representava 48,77% dos moradores totais da RE Piemonte da Diamantina, os quais se ocupavam, predominantemente, com lavouras de subsistência, especialmente feijão, milho e mandioca, uti-

lizando técnicas tradicionais de cultivo, gerando, com isso, pouco ou nenhum excedente para comercialização.

Das 24 municipalidades, 14 registraram, em 2000, maior proporção de moradores rurais relativamente a seu próprio contingente demográfico e, ao mesmo tempo, superior à média regional – entre elas, Campo Formoso, uma das mais populosas (Tabela 4). Contudo, Pindobaçu, mesmo com maior proporção de residentes rurais (49,90%) que a média da região (48,77%), já se incluía entre os municípios com menor proporção de residentes rurais que urbanos.

Tabela 4

**Participação Relativa da População Rural dos Municípios,
Por Ordem Decrescente em 2000
Bahia – Piemonte da Diamantina, 1980-2000**

Municípios	População (%)		
	1980 (1)	1991	2000
Itiúba	84,73	79,46	75,06
Caém	87,65	77,66	73,12
Andorinha (2) (4)	87,14	78,65	72,52
Ourolândia (2)	100,00	80,74	70,97
Mirangaba	76,02	71,46	66,95
Quixabeira (2)	90,53	80,54	66,93
Campo Formoso (3) (4)	78,82	73,54	66,09
Caldeirão Grande (3)	74,22	69,32	64,19
Ponto Novo (2)	77,86	67,72	60,63
Umburanas (2) (4)	90,05	60,45	56,25
Filadélfia (2) (4)	100,00	71,15	53,67
Serrolândia (3)	66,32	59,85	52,11
Jaguarari (4)	79,03	80,51	51,19
Pindobaçu (3) (4) (5)	84,03	76,28	49,90
Saúde (4)	68,78	51,58	47,85
Miguel Calmon	64,04	52,62	47,57
Antônio Gonçalves	63,12	67,76	45,86
Morro do Chapéu (3)	67,55	51,15	42,62
Várzea Nova (4)	57,56	58,49	38,65
São José do Jacuípe (2) (4) (5)	73,54	74,23	38,25
Várzea do Poço	66,26	55,61	33,01
Jacobina (3) (4)	52,62	34,64	31,90
Capim Grosso (2)	100,00	36,57	25,29
Senhor do Bonfim (3)	30,32	41,16	24,19
Total	69,18	60,08	48,77

Fonte: IBGE. Censos Demográficos de 1980, 1991 e 2000.

(1) A população dos municípios criados após 1980 e dos que perderam área para estes novos municípios foi ajustada para os limites municipais de 1991, usando-se a tabela de comparatividade dos setores censitários, do próprio IBGE.

(2) Município criado após o Censo Demográfico de 1980.

(3) Município que deu origem a outro após o Censo Demográfico de 1980.

(4) Município que a área urbana ultrapassou o perímetro de 1991, penetrando no quadro rural.

(5) Teve distrito instalado após 1991.

Os outros 10 municípios tinham menor proporção de residentes rurais, em 2000, que a média regional e também relativamente ao seu total de residentes (Tabela 4). Entre esses, se destacam Jacobina e Senhor do Bonfim, ambos com mais de 50 mil habitantes cada.

Ampliação das perdas demográficas no meio rural entre 1991-2000

A acentuação das perdas demográficas rurais do Piemonte, de 1980-1991 a 1991-2000, resultou, em parte, do fato de 21 municípios (mais de 80% dos 24 da região) registrarem diminuição absoluta do número de habitantes de estradas, povoados e aldeamentos estabelecidos como ambiente rural para utilização nos censos (Tabela 5).

Tabela 5

População Residente Rural e Taxa Média Geométrica de Crescimento Anual, Por Ordem Decrescente em 2000 Bahia – Piemonte da Diamantina, 1980-2000					
Crescimento/ Municípios	População			Taxa Média Geométrica de Crescimento Anual (%)	
	1980 (1)	1991	2000	1980/1991	1991/2000
Sem Perdas ou Ganhos Migratórios Líquidos Significativos					
Umburanas (2) (4)	7.297	6.976	7.954	- 0,41	1,47
Ourolândia (2)	12.020	9.879	10.898	- 1,77	1,10
Sugestivo de Emigração Líquidas					
Miguel Calmon	14.980	13.291	13.448	- 1,08	0,13
Emigração Líquida com Perdas Absolutas de População					
Itiúba	25.887	27.335	26.679	0,50	- 0,27
Saúde (4)	5.840	5.874	5.497	0,05	- 0,73
Serrolândia (3)	5.497	7.069	6.574	2,31	- 0,80
Jacobina (3) (4)	32.548	26.509	24.404	- 1,85	- 0,92
Mirangaba	10.204	10.470	9.548	0,23	- 1,02
Morro do Chapéu (3)	18.986	16.247	14.701	- 1,41	- 1,10
Campo Formoso (3) (4)	38.306	45.672	40.939	1,61	- 1,21
Ponto Novo (2)	5.714	11.629	10.420	6,67	- 1,21
Andorinha (2) (4)	7.377	13.504	11.439	5,65	- 1,83
Capim Grosso (2)	16.608	7.189	6.047	- 7,33	- 1,90
Filadélfia (2) (4)	12.154	12.092	9.228	- 0,05	- 2,96
Caém	8.487	13.292	9.186	4,16	- 4,02
Caldeirão Grande (3)	7.232	10.963	7.314	3,85	- 4,40
Pindobaçu (3) (4) (5)	13.595	18.344	10.413	2,76	- 6,10
Quixabeira (2)	8.433	11.217	6.336	2,63	- 6,15
Jaguarari (4)	18.212	25.071	14.031	2,95	- 6,25
Várzea Nova (4)	7.364	10.027	5.471	2,85	- 6,51
Senhor do Bonfim (3)	16.787	34.334	16.380	6,72	- 7,89
Antônio Gonçalves	5.154	9.542	4.456	5,76	- 8,11
Várzea do Poço	6.623	5.357	2.481	-1,91	- 8,20
São José do Jacuípe (2) (4) (5)	4.007	10.467	3.532	9,12	- 11,37
Total	309.312	362.350	277.376	1,45	- 2,93

Fonte: IBGE. Censos Demográficos de 1980, 1991 e 2000.

(1) A população dos municípios criados após 1980 e dos que perderam área para estes novos municípios foi ajustada para os limites municipais de 1991, usando-se a tabela de comparatividade dos setores censitários, do próprio IBGE.

(2) Município criado após o Censo Demográfico de 1980.

(3) Município que deu origem a outro após o Censo Demográfico de 1980.

(4) Município que a área urbana ultrapassou o perímetro de 1991, penetrando no quadro rural.

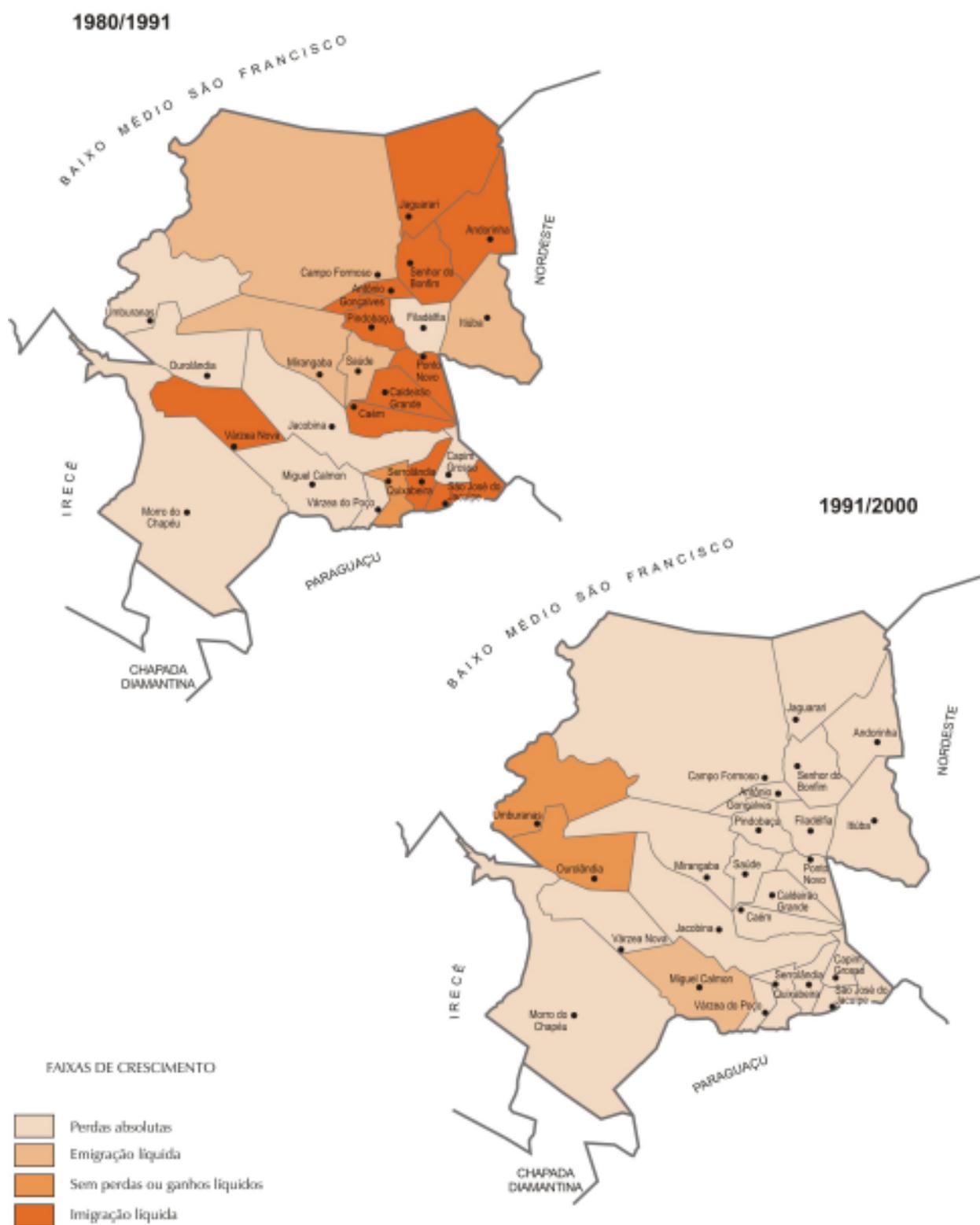
(5) Teve distrito instalado após 1991.

Contudo, nove desses 21 municípios sofreram alterações que aumentaram sua área urbana – e, portanto, a população – e diminuíram a rural². Para esses, especialmente nesse caso, não há como dimensionar as perdas demográficas rurais que ocorreram, inviabilizando qualquer análise comparativa com o período anterior.

² Municípios que registraram crescimento negativo mas que sofreram alteração na malha urbana: Andorinha, Campo Formoso, Filadélfia, Jacobina, Jaguarari, Pindobaçu, São José do Jacuípe, Saúde e Várzea Nova.

Cartograma 03

Crescimento Demográfico da População Rural por Município
Região Econômica Piemonte da Diamantina - BA, 1980 - 2000



Dos 12 restantes, Morro do Chapéu, Capim Grosso e Várzea do Poço registraram, também entre 1980-1991, crescimento negativo. Itiúba e Mirangaba apresentaram taxas compatíveis com perdas demográficas líquidas. Com crescimento sem ganhos ou perdas significativos estavam Serrolândia. Ponto Novo, Caem, Caldeirão Grande, Quixabeira, Senhor do Bonfim e Antônio Gonçalves, que cresciam por imigração, inverteram completamente seu processo de crescimento.

Miguel Calmon apresentou, entre 1991-2000, crescimento bem pequeno (0,13% a.a.). Porém, observara, anteriormente, perdas absolutas, significando que conseguiu reverter parte das perdas que sofria.

Umburanas e Ourolândia, dois municípios que cresceram sem ganhos ou perdas rurais significativos, no período 1991-2000, conseguiram interromper o fluxo de saída de migrantes registrado no período anterior. Para Umburanas, esse dado é importante, porque se trata de uma das unidades que tiveram suas áreas urbanas alteradas.

Nenhum município registrou crescimento demográfico rural por imigração, no último censo.

Em síntese, o crescimento demográfico rural do Piemonte da Diamantina, provavelmente, ainda se caracteriza por perdas líquidas ou absolutas de residentes, como estratégia de sobrevivência, em ambiente quase sem possibilidades de obtenção de ocupação e renda.

Grau de urbanização e tendências do crescimento urbano

Em 1980, o Piemonte da Diamantina tinha apenas 30,82% de residentes urbanos e apenas um município (Senhor do Bonfim) com maior proporção de residentes urbanos que rurais. Em 1991, Capim Grosso e Jacobina entraram no rol dos municípios urbanizados, inclusive com taxas maiores que Senhor do Bonfim. Morro do Chapéu aproximava-se dessa situação, com 48,85%. Jaguarari, Quixabeira e Ourolândia não alcançaram 20% de pessoas residindo em áreas urbanas. Em 2000, o Piemonte passou a contar com 11 municípios que podem ser considerados urbanizados³ e 51,23% de residentes urbanos. Sem omitir os aumentos dos limites urbanos, já mencionados, como se observa na Tabela 6⁴, os municípios com maior proporção de residentes urbanos eram 11 em 2000, sendo que em cinco deles as áreas urbanas foram reajustadas.

³ Em termos demográficos são considerados urbanos os que têm mais de 50% de sua população residindo em área considerada urbana.

⁴ A Tabela 6 tem valor como referência pontual. Não deve ser usada para comparações entre os diversos anos.

Tabela 6

**Grau de Urbanização dos Municípios, Por Ordem Decrescente em 2000
Bahia - Piemonte da Diamantina, 1980-2000**

Municípios	Grau de Urbanização (%)		
	1980 (1)	1991	2000
Senhor do Bonfim (3)	69,68	58,84	75,81
Capim Grosso (2)	0,00	63,43	74,71
Jacobina (3) (4)	47,38	65,36	68,10
Várzea do Poço	33,74	44,39	66,99
São José do Jacuípe (2) (4) (5)	26,46	25,77	61,75
Várzea Nova (4)	42,44	41,51	61,35
Morro do Chapéu (3)	32,45	48,85	57,38
Antônio Gonçalves	36,88	32,24	54,14
Miguel Calmon	35,96	47,38	52,43
Saúde (4)	31,22	48,42	52,15
Pindobaçu (3) (4) (5)	15,97	23,72	50,10
Jaguarari (4)	20,97	19,49	48,81
Serrolândia (3)	33,68	40,15	47,89
Filadélfia (2) (4)	0,00	28,85	46,33
Umburanas (2) (4)	9,95	39,55	43,75
Ponto Novo (2)	22,14	32,28	39,37
Caldeirão Grande (3)	25,78	30,68	35,81
Campo Formoso (3) (4)	21,18	26,46	33,91
Quixabeira (2)	9,47	19,46	33,07
Mirangaba	23,98	28,54	33,05
Ourolândia (2)	0,00	19,26	29,03
Andorinha (2) (4)	12,86	21,35	27,48
Caém	12,35	22,34	26,88
Itiúba	15,27	20,54	24,94
Total	30,82	39,92	51,23

Fonte: IBGE. Censos Demográficos de 1980, 1991 e 2000.

(1) A população dos municípios criados após 1980 e dos que perderam área para estes novos municípios foi ajustada para os limites municipais de 1991, usando-se a tabela de comparatividade dos setores censitários, do próprio IBGE.

(2) Município criado após o Censo Demográfico de 1980.

(3) Município que deu origem a outro após o Censo Demográfico de 1980.

(4) Município que a área urbana ultrapassou o perímetro de 1991, penetrando no quadro rural.

(5) Teve distrito instalado após 1991.

Portanto, ainda que as taxas de crescimento da população urbana tenham sido elevadas – como se verá a seguir –, refletindo aumento significativo da proporção de residentes urbanos, elas não foram suficientes para que boa parte dos municípios deixasse de se caracterizar como preponderantemente rural.

A observação da taxa de crescimento médio anual urbano da RE Piemonte, no período 1991-2000 (2,14% a.a.), revelaria claramente ganhos imigratórios, não fossem os reajustes de área várias vezes mencionados. Ainda assim, a taxa encontrada foi bem menor que do período anterior (5,20% a.a.), mostrando arrefecimento do crescimento urbano.

Em 14 municípios as taxas de crescimento demográfico urbano superaram os 2,00% ao ano – a maior foi obtida por Jaguarari (9,18% a.a.) –, sendo que sete deles, incluindo Jaguarari, tiveram reajuste das áreas urbanas. Portanto, apenas para os sete restantes se pode afirmar que houve expressivo ingresso de migrantes em suas áreas urbanas.

Tabela 7

**População Residente Urbana e Taxa Média Geométrica de Crescimento Anual, Por Ordem Decrescente em 2000
Bahia – Piemonte da Diamantina, 1980-2000**

Crescimento/ Municípios	População			Taxa Média Geométrica de Crescimento Anual (%)	
	1980 (1)	1991	2000	1980/1991	1991/2000
Sugestivo de Imigração Líquida					
Jaguarari (4)	4.832	6.070	13.381	2,10	9,18
Ourolândia (2)	0	2.356	4.458	–	7,34
Pindobaçu (3) (4) (5)	2.584	5.703	10.456	7,46	6,97
Filadélfia (2) (4)	0	4.902	7.966	–	5,54
São José do Jacuípe (2) (4) (5)	1.442	3.633	5.701	8,76	5,13
Capim Grosso (2)	0	12.470	17.861	–	4,07
Uburanas (2) (4)	806	4.564	6.186	17,07	3,44
Campo Formoso (3) (4)	10.291	16.432	21.003	4,35	2,76
Morro do Chapéu (3)	9.121	15.519	19.793	4,95	2,74
Serrolândia (3)	2.791	4.743	6.042	4,94	2,73
Itiúba	4.664	7.068	8.864	3,85	2,55
Miguel Calmon	8.413	11.969	14.819	3,26	2,40
Ponto Novo (2)	1.625	5.542	6.767	11,80	2,24
Várzea Nova (4)	5.429	7.117	8.683	2,49	2,23
Sem Perdas ou Ganhos Migratórios Líquidos Significativos					
Andorinha (2) (4)	1.089	3.666	4.335	11,67	1,88
Várzea do Poço	3.373	4.276	5.034	2,18	1,83
Antônio Gonçalves	3.011	4.540	5.260	3,80	1,65
Quixabeira (2)	882	2.710	3.130	10,74	1,61
Mirangaba	3.218	4.181	4.713	2,41	1,34
Sugestivo de Emigração Líquidas					
Saúde (4)	2.651	5.515	5.991	6,89	0,92
Senhor do Bonfim (3)	38.573	49.087	51.343	2,22	0,50
Jacobina (3) (4)	29.309	50.009	52.088	4,98	0,45
Emigração Líquida com Perdas Absolutas de População					
Caém	1.196	3.824	3.377	11,14	- 1,37
Caldeirão Grande (3)	2.512	4.852	4.081	6,17	- 1,90
Total	137.812	240.748	291.332	5,20	2,14

Fonte: IBGE. Censos Demográficos de 1980, 1991 e 2000.

(1) A população dos municípios criados após 1980 e dos que perderam área para estes novos municípios foi ajustada para os limites municipais de 1991, usando-se a tabela de comparatividade dos setores censitários, do próprio IBGE.

(2) Município criado após o Censo Demográfico de 1980.

(3) Município que deu origem a outro após o Censo Demográfico de 1980.

(4) Município que a área urbana ultrapassou o perímetro de 1991, penetrando no quadro rural.

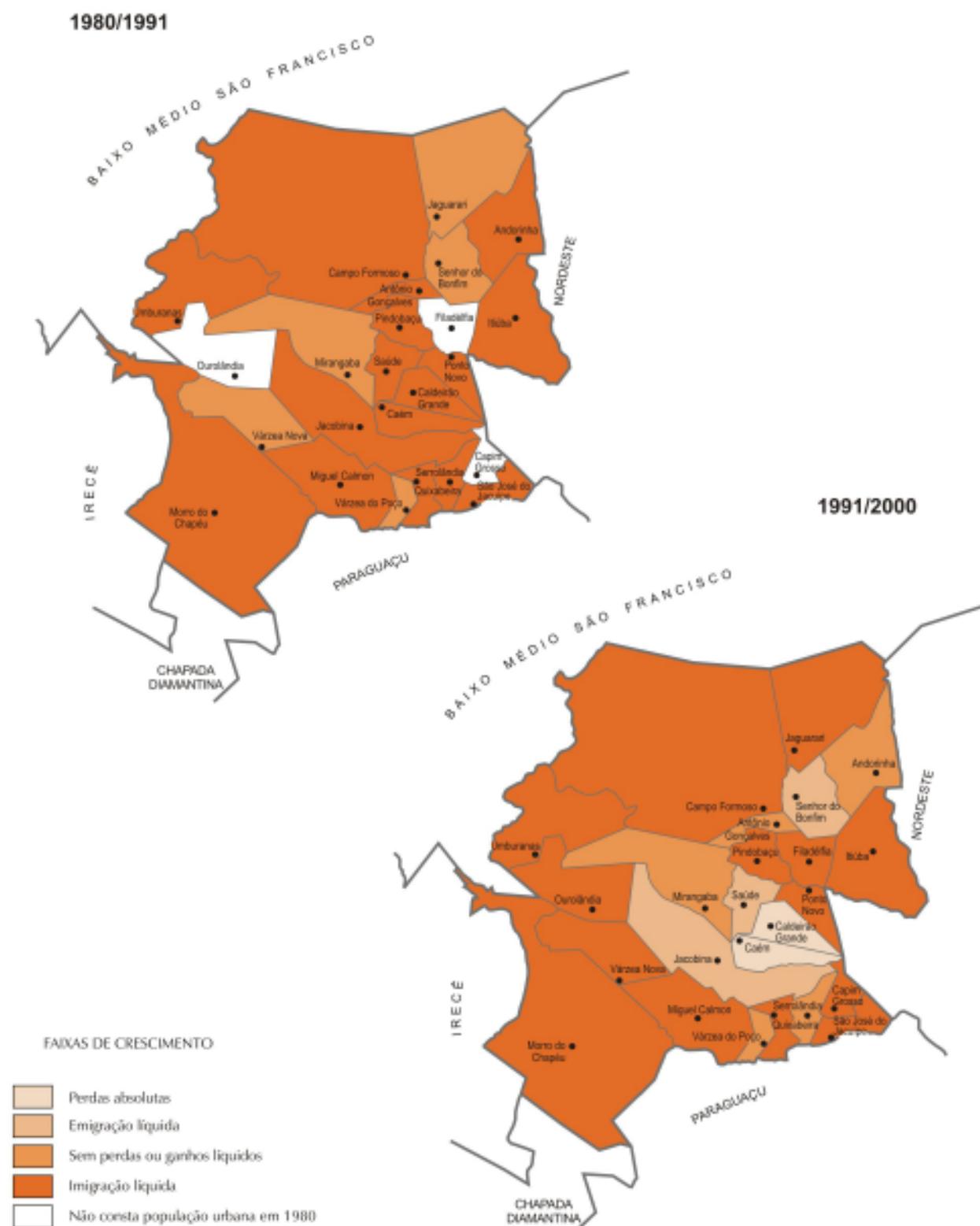
(5) Teve distrito instalado após 1991.

Cinco municípios, incluindo Andorinha, cujo perímetro urbano foi reajustado, registraram crescimento positivo, mas que não sugere ganhos ou perdas migratórios importantes. Contudo, todos apresentaram menor taxa no último período em relação ao primeiro. Note-se que Quixabeira e Antônio Gonçalves cresciam em ritmo superior a 10% a.a. em 1980-1991.

Desses sete municípios, cinco diminuíram o ritmo de crescimento, quando comparado ao período anterior. O mais surpreendente deles foi Ponto Novo, que vinha crescendo a 11,80% a.a., caindo para 2,24% a.a. Outros dois – Ourolândia e Capim Grosso – registraram alto crescimento urbano, porém não se pode comparar com o período anterior, pois, em 1980, ambos não registraram contingentes demográficos urbanos.

Cartograma 04

Crescimento Demográfico da População Urbana por Município
Região Econômica Piemonte da Diamantina - BA, 1980 - 2000



Fonte: Censos Demográficos, IBGE: 1980, 1991 e 2000.

Com taxas que sugerem crescimento com perdas líquidas de população urbana, foram identificados três municípios. Saúde e Jacobina cresceram por imigração no período 1980-1991. Contudo, como o primeiro teve sua área reajustada na década de 90, possivelmente, no segundo período, estivesse entre os perdedores absolutos de residentes urbanos. Senhor do Bonfim, entre 1980-1991, estava entre os municípios cujo crescimento não denotava ganhos ou perdas demográficos importantes.

Caém e Caldeirão Grande, que registraram alto crescimento demográfico urbano no período 1980-1991, inverteram drasticamente seu ritmo passando a perder residentes em termos absolutos.

Dessa forma, embora ainda não se possa estabelecer quanto o redimensionamento das áreas urbanas municipais pesou no contexto do crescimento encontrado, fica evidente que houve uma importante diminuição de aporte de migrantes para essas áreas, dado que a taxa de 1991-2000, ainda assim, é menor que a anterior.

LOCALIZAÇÃO, LIMITES, MUNICÍPIOS INTEGRANTES

A Região de Irecê insere-se totalmente no semi-árido baiano, fazendo fronteira ao norte com a região do Baixo Médio São Francisco, ao sul com a Chapada Diamantina, a leste com Piemonte da Diamantina e a oeste com a Região do Médio São Francisco. Segundo a SEI, essa região compõe-se atualmente de 19 municípios que, em ordem alfabética, são os seguintes: América Dourada, Barra do Mendes, Barro Alto, Cafarnaum, Canarana, Central, Gentio do Ouro, Ibipeba, Ibititá, Irecê, Itaguaçu da Bahia, João Dourado, Jussara, Lapão, Mulungu do Morro, Presidente Dutra, São Gabriel, Uibaí e Xique-Xique (Cartograma 1).

Vale salientar que sete desses municípios foram criados depois da realização do Censo Demográfico de 1980: América Dourada, João Dourado, Lapão e São Gabriel (todos desmembrados de Irecê), Barro Alto (desmembrado de Canarana), Itaguaçu da Bahia (desmembrado de Xique-Xique) e Mulungu do Morro (desmembrado de Cafarnaum e Morro do Chapéu).

CONDIÇÕES HISTÓRICAS DO POVOAMENTO

No histórico da ocupação, visto na introdução deste trabalho, a Bahia foi dividida em três Grandes Áreas. A Região de Irecê insere-se no que se chamou de “Semi-Árido”, cuja ocupação decorreu, ainda no século XVI, da interiorização promovida pela Coroa portuguesa com o objetivo de abastecer o litoral – centro econômico e social da colônia – de produtos de subsistência e carne bovina.

Entretanto, a despeito do povoamento relativamente antigo, essa porção do território baiano permaneceu isolada do litoral e conseqüentemente com um povoamento rarefeito até fins do século XIX. Dessa maneira, a ocupação efetiva do *hinterland* baiano só ocorreu no final desse século com a implantação da rede ferroviária que interligou o litoral e o interior.

Cartograma 01
Divisão Político - Administrativa
Região Econômica Irecê - BA



A implantação do sistema de navegação fluvial, através do Rio São Francisco, também ajudou o sistema de comunicações no Submédio São Francisco a estabelecer fluxos migratórios e de mercadorias, inter e intra-regional, interligando a região do semi-árido baiano ao litoral. Dessa maneira, a cidade de Xique-Xique, com localização geográfica estratégica, constituía-se, naquele momento, no maior centro urbano regional.

O povoamento tardio da Chapada Diamantina Setentrional, onde se localiza a Região de Irecê, ocorreu a partir de 1840, com a descoberta de ouro na Serra de Assuruá, no atual município de Gentio do Ouro. No final do século XIX uma estiagem prolongada assolou o sertão da Bahia e contribuiu para o povoamento da Chapada de Irecê, ao provocar deslocamentos de pessoas em busca de áreas menos afetadas pelo fenômeno.

A fertilidade dos solos e a existência de um lençol aquífero subterrâneo na Chapada de Irecê resultou em boas safras de milho, feijão e algodão, entre outras, dando origem ao nome da região e da cidade mais importante, Irecê (que, em tupi, significa “água subterrânea”). A partir daí foram surgindo outros povoados, a exemplo de América Dourada, Rochedo (atual Ibititá), Canarana e Canal (atual João Dourado).

Posteriormente, uma nova seca levou outros grupos de famílias a ocupar uma nova área, localizada nas proximidades da Chapada de Irecê. Contudo, segundo estudo realizado pela Fundação CPE (1994), a expansão do povoamento e a multiplicação e desenvolvimento de núcleos na região só ocorrerão, sobretudo, a partir da década de 1920, transformando-se, a partir daí, em vilas e cidades.

Contudo, mesmo com o início de um povoamento mais sistemático e o estabelecimento de ligações ferroviárias e fluviais, a Região de Irecê permaneceu praticamente isolada do litoral e improdutiva até meados do século XX. Durante um período muito extenso manteve-se restrita às atividades agrícolas de subsistência (feijão, milho e mandioca) ou à pecuária bovina. Tratava-se, assim, de um espaço regional que, à semelhança do que ocorria na maioria das demais regiões do Estado, mantinha escassas relações com os circuitos produtivos que, em última instância, determinavam a dinâmica produtiva da Bahia. Esse tipo de inserção na economia estadual – marcado pelo isolamento e pelo caráter extremamente modesto de suas principais atividades – impôs à região, evidentemente, condicionamentos muito específicos à sua dinâmica demográfica, sobretudo no que diz respeito à sua capacidade de atrair ou de expulsar população, mas também ao limitar os ritmos de reprodução demográfica endógena (resultantes do crescimento vegetativo).

Os primeiros sinais de rompimento com esse quadro só ocorreram no início da década de 40, quando passou a ser registrado um incipiente processo de mecanização da agricultura no município de Irecê. Naquele momento, iniciativas pioneiras na cultura do algodão – com alguma utilização de tratores e arados mecânicos – despertou o governo estadual para a excelência dos

solos agricultáveis desse município. Em 1943, a Secretaria da Agricultura do Estado enviou tratores (alugados por preços módicos) para a região e abriu linhas de crédito para a aquisição de outros implementos agrícolas (DUARTE, 1963). Além da Secretaria da Agricultura, outros órgãos passaram a atuar naquela área, como a Comissão do Vale do São Francisco (orientando tecnicamente os agricultores e, também, incentivando a mecanização agrícola) e o Banco do Brasil, que, a partir de 1953, iniciou a concessão de crédito para os agricultores locais, através de sua Carteira Agrícola (CPE, 1994).

Essas novas condições, além de contribuir para a fixação dos nascidos na área, deram início a um inusitado processo de atração de migrantes – que começavam a chegar, atraídos pelas novas oportunidades que se abriam –, revertendo em parte a histórica tendência da região em apresentar-se como área predominantemente de emigração.

No entanto, é no final da década de 1960 e início dos anos 70 que a economia da Região de Irecê passa a apresentar um efetivo movimento de expansão, assentado, sobretudo, na cultura triconsortada do feijão, do milho e da mamona. Certamente, um conjunto de fatores favoráveis propiciou essa rápida emergência da área como produtora de grãos. Duas novas circunstâncias, porém, parecem ter se sobreposto às demais: a primeira, diz respeito à implantação, nessa época, de um sistema viário com capacidade de atender eficazmente ao escoamento da produção agrícola regional; a segunda, refere-se às facilidades encontradas na obtenção de crédito agrícola, não apenas farto, como também altamente subsidiado.

A combinação desses dois fatores possibilitou a viabilização de potencialidades produtivas até então represadas. Conforme salientam diversos estudos sobre a região, a boa qualidade de seu solo (sobretudo da fatia do território pertencente ao planalto cárstico) mantinha-se à margem da agricultura comercial, em virtude, principalmente, da precariedade – senão da absoluta ausência – de uma rede viária capaz de tornar possível a integração produtiva da Região de Irecê com o resto do Estado ou do País. Por outro lado, a fragilidade econômica dos agricultores locais (fruto, entre outras coisas, do próprio isolamento físico a que estavam submetidos) os impedia, nas condições normais de mercado, de ter acesso a crédito bancário, tornando inviável um efetivo processo de expansão de seus negócios.

Em resumo, a boa qualidade do solo da Região de Irecê, associada a políticas que, a um só tempo, desbloquearam física e financeiramente suas potencialidades agrícolas, tornaram possíveis movimentos expansivos, tanto da economia quanto da população. No primeiro caso, fazendo da região, em meados dos anos 80, a maior produtora de grãos do Estado e do Nordeste; no segundo, mantendo o elevado ritmo de crescimento demográfico verificado a partir da década de 1940.

Entretanto, nem sob o primeiro aspecto nem sob o segundo, a região pode ser considerada um todo homogêneo, em que pese o fato de sua economia

estar assentada, fundamentalmente, na cultura do feijão (e, em menor medida, na do milho e da mamona) e de apresentar uma evolução demográfica em que as semelhanças se sobrepõem às diferenças. Com efeito, os municípios situados à margem dessa configuração produtiva dominante apresentam dinâmicas econômicas típicas de áreas estagnadas.

De todo modo, importa ressaltar que as transformações ocorridas no núcleo dinâmico da economia regional influenciaram, em maior ou menor medida, todo o contexto sociodemográfico da Região de Irecê. Tanto as altas taxas de crescimento demográfico observadas até a década de 1980 como o próprio arrefecimento desse ritmo na década seguinte não podem ser corretamente interpretados sem se considerar a influência decisiva dos movimentos expansivos ou regressivos da economia local, o que, certamente, não implica negar a importância dos componentes demográficos endógenos no perfil da população da região.

Dessa forma, o Platô de Irecê, que concentra a maior parte dos municípios da região, mesmo com a escassez de chuvas, foi privilegiado com investimentos estatais e incentivos creditícios destinados à agricultura, transformando-o num dos maiores centros produtores de feijão do Estado da Bahia e do Nordeste. Já as áreas do Baixio de Irecê (Xique-Xique) e as demais áreas da região, em que pese a abundância de água no Baixio e o fato de possuírem os núcleos populacionais mais antigos, tiveram contra si a inexistência de uma política agrícola mais agressiva, além de uma estrutura fundiária predominantemente concentrada, formada por grandes latifúndios. Tais aspectos negativos dificultaram a fixação de núcleos nesse espaço, fazendo com que o município de Xique-Xique perdesse parte da polarização exercida na região. No município de Gentio do Ouro, por causa do saturamento da exploração do ouro na Serra do Assuruá e, posteriormente, do cristal de rocha formaram-se correntes migratórias que se deslocaram daí para a região do Platô, atraídas pela atividade agrícola que ali ganhava impulso.

De todo modo, e aqui se retoma a afirmação feita no início do parágrafo precedente, importa ressaltar que ao primeiro período correspondeu um quadro demográfico em que a influência do ambiente econômico se manifestava sobretudo através da pequena (ou nula) capacidade de atrair migrantes, além do fato de a produção agrícola de então – basicamente familiar e de subsistência – apresentar pequena tendência à expulsão da mão-de-obra rural (salvo nos momentos de seca prolongada). Quanto ao segundo período, a expansão e a modernização da atividade produtiva fizeram com que os saldos migratórios apresentassem-se (presumivelmente, já que não existem cálculos precisos) sempre positivos, tanto pelo poder de atração que as novas atividades impunham às populações vizinhas, como também pela presença significativa de pequenas e médias propriedades no contexto produtivo local (quanto a esse último aspecto, ver WILKINSON, 1986). No que se refere à atual fase de declínio da atividade produtiva, o que se observa é um rápido movimento de retração do crescimento demográfico, com alguns

municípios apresentando perda absoluta de população, sobretudo da população que vive na zona rural.

DINÂMICA DEMOGRÁFICA REGIONAL

A região no Estado

Em 1980, 1991 e 2000, a Região de Irecê se colocou, respectivamente, como a 14^a, 13^a e novamente 14^a região de maior peso proporcional na composição da população baiana. Em termos absolutos, seu contingente demográfico aumentou no período e seu peso proporcional em relação ao Estado se manteve praticamente inalterado (de 2,92% em 1980, para 2,85% em 2000).

No período em análise neste estudo, 1980 a 2000, a população da Região de Irecê teve um aumento absoluto de 96.781 indivíduos, o que fez elevar a densidade demográfica regional de 10,6 hab./km² para 14,3 hab./km² – bem abaixo da média baiana para 2000, que foi de 23,16 hab./km².

Pode-se dizer com isso que – proporcionalmente às dimensões territoriais – tanto o Estado da Bahia como a Região de Irecê são bastante rarefeitos em termos demográficos. Na região, este fenômeno é ainda mais intenso e parece indicar que a dificuldade em povoá-la persiste como um problema histórico.

Assim, no ano de 2000, com 26.051 km², a região de Irecê ocupava, em relação às demais regiões econômicas do Estado, a 11^a posição tanto em extensão territorial como em densidade demográfica.

É importante destacar que a região teve uma dinâmica demográfica diferenciada em relação ao conjunto do Estado da Bahia nos períodos 1980-1991 e 1991-2000. No primeiro período, seu crescimento médio anual, de 2,47% ao ano, superou o da Bahia, que foi de 2,09% ao ano. Em ambos os casos, o crescimento demográfico esteve na faixa em que não ocorreram nem perdas nem ganhos demográficos significativos.

Em 1991-2000, no entanto, a situação mudou. Tanto o Estado como a região diminuíram seu ritmo de crescimento, porém com dinâmicas distintas. O Estado, com uma taxa de crescimento de 1,08% ao ano, continuou na situação em que não ocorreram perdas nem ganhos demográficos significativos, enquanto a região de Irecê, com um crescimento de 0,36% ao ano, cresceu por emigração líquida.

A diminuição do ritmo de crescimento demográfico tanto para o Estado como para a região decorreu, dentre outros fatores, de um acentuado e sistemático declínio dos níveis médios de fecundidade, observado em todas as camadas sociais e locais de residência, especialmente a partir dos anos 1970.

Entretanto, na Região de Irecê, a passagem de uma situação em que não ocorria nem perda nem ganhos migratórios significativos (1980-1991) à

condição de perda líquida de população (1991-2000) indica que tal redução não ocorreu apenas devido ao arrefecimento do crescimento vegetativo daquela população. Tal mudança de tendência do crescimento demográfico está atrelada às mudanças na dinâmica socioeconômica da região, que, como se observou, sofreu um processo de retração das principais atividades econômicas ali desenvolvidas a partir de fins da década de 1980. Isso ficará mais evidente quando forem analisados o crescimento urbano e o rural.

O Estado da Bahia e a Região de Irecê apresentaram a mesma tendência de crescimento urbano e rural. Assim, para a zona rural no período 1980-1991, tanto o Estado da Bahia (0,11% ao ano) como a Região de Irecê (0,94% ao ano) cresceram por emigração líquida. No período seguinte, 1991-2000, a Bahia (-2,37% ao ano) e Irecê (-1,34% ao ano) tiveram perda absoluta de população.

Enquanto o crescimento da zona rural foi marcado pela tendência de perda de população, a zona urbana do Estado da Bahia e a da Região de Irecê tiveram tendência contrária, crescendo por imigração líquida. Em 1980-1991 a Bahia cresceu a 3,79% a.a. e Irecê a 4,61% ao ano. No período seguinte 1991-2000, houve queda nos ritmos de crescimento: a Bahia cresceu a 2,5% a.a. e Irecê a 2,87% a.a. Nota-se que nos dois períodos em foco o crescimento regional urbano foi superior ao estadual.

Do exposto acima pode-se inferir o seguinte: no primeiro período (1980-1991) a Região de Irecê cresceu sem ganhos nem perdas significativos. A zona rural teve emigração líquida, com esse fluxo se dirigindo, ao menos em parte, à zona urbana, que por sua vez cresceu de forma intensa.

No segundo período (1991-2000), a Região de Irecê teve perdas líquidas de população. A zona urbana continuou registrando alto crescimento; a população rural registrou intensificação de suas perdas, no entanto, em virtude das alterações efetuadas nas zonas urbanas e rurais, citadas anteriormente, não foi possível quantificar ou qualificar tais alterações.

Quanto ao grau de urbanização a Região de Irecê passou de um nível de urbanização de 37,36% em 1980 para 46,9% em 1991 e finalmente 58,7% no ano 2000. Contudo, o aumento do grau de urbanização no período 1991-2000 se deu, em parte, devido ao aumento das áreas consideradas urbanas.

Entretanto, a despeito do intenso processo de urbanização verificado, o grau de urbanização regional manteve-se muito inferior ao estadual em todo o período observado, que foi de 49,29% em 1980, 59,12% em 1991 e 67,12% em 2000. Em relação as demais regiões econômicas da Bahia a Região de Irecê ocupava o 7º grau de urbanização em 1980, 9ª em 1991 e 8ª no ano de 2000.

Distribuição da população, área e densidade demográfica

As densidades demográficas municipais são muito baixas (Tabela 1). Irecê, o município de maior população, detinha também a maior densidade – com 171,45 hab./km² – sendo o único a apresentar valor superior a 50 hab./km².

Tabela 1

População Total e Área Por Ordem Decrescente da Densidade Demográfica Bahia – Irecê, 2000				
Municípios	População	Área		Densidade (hab./km ²)
		(Km ²)	%	
Irecê	57.436	335	1,29	171,45
Presidente Dutra	13.730	284	1,09	48,35
Central	16.792	366	1,40	45,88
Lapão	24.727	642	2,46	38,52
Canarana	21.665	655	2,51	33,08
Barro Alto	12.098	385	1,48	31,42
Ibititá	17.905	595	2,28	30,09
Mulungu do Morro	15.119	518	1,99	29,19
Uibaí	13.614	516	1,98	26,38
América Dourada	15.959	745	2,86	21,42
Jussara	15.339	793	3,04	19,34
João Dourado	18.967	984	3,78	19,28
São Gabriel	18.412	1.224	4,70	15,04
Cafarnaum	16.059	1.071	4,11	14,99
Ibipeba	15.362	1.099	4,22	13,98
Barra do Mendes	13.610	1.634	6,27	8,33
Xique-Xique	44.718	5.964	22,89	7,50
Gentio do Ouro	10.173	3.671	14,09	2,77
Itaguaçu da Bahia	11.309	4.570	17,54	2,47
Total	372.994	26.051	100,00	14,32

Fonte: IBGE. Censo Demográfico e Site Cidade@.

Com densidades maiores que 40 e inferior a 50 hab./km² estavam Presidente Dutra e Central. Na classe maior que 30 e menor que 40 hab./km² estavam Lapão, Canarana, Barro Alto e Ibititá. Na classe maior que 20 e menor que 30 hab./km² estavam Mulungu do Morro, Uibaí e América Dourada.

Na classe dos municípios com menos de 20 hab./km² ocorreu uma heterogeneidade de situações que variou entre Jussara, com 19,34 hab./km², até Gentio do Ouro, com 2,77 hab./km², e Itaguaçu da Bahia, a menor densidade demográfica regional com apenas 2,47 hab./km². Os demais municípios presentes nesta classe foram Barra do Mendes, Cafarnaum, Ibipeba, João Dourado, São Gabriel, e Xique-Xique.

Os maiores territórios municipais pertencem a Xique-Xique, abarcando mais de 1/5 da área regional (22,9%); Itaguaçu da Bahia, com 17,5%, e Gentio do Ouro, com 14,1%. Os menores – Irecê e Presidente Dutra – detêm, respectivamente, apenas 1,3% e 1,1% da área total.

Principais tendências do crescimento demográfico na Região de Irecê

Mais acima analisou-se o crescimento demográfico da Região de Irecê com base nas hipóteses explicitadas no texto de Muricy, presente nesta publicação, contextualizando-as em relação ao Estado da Bahia. Agora, essas hipóteses são utilizadas para a análise do crescimento demográfico dos municípios da Região de Irecê, nos períodos 1980-1991 e 1991-2000, fazendo-se referência desta vez ao crescimento regional. Para tal finalidade os municípios foram divididos em três grupos, de acordo com as taxas de crescimento demográfico.

Viu-se anteriormente que o período 1980-2000, na Região de Irecê, foi marcado por tendências contrárias. No primeiro (1980-1991) a região situou-se em faixa de crescimento em que não ocorria nem perdas nem ganhos demográficos significativos, passando no período seguinte (1991-2000) a registrar crescimento sugestivo de emigração líquida.

Como resultado, verificou-se que no período 1980-1991 alguns municípios tiveram crescimento imigratório líquido e em nenhum ocorreu perda absoluta de população. Já no período 1991-2000 nenhum município teve crescimento imigratório líquido, enquanto alguns perderam população de forma absoluta.

Assim, entre 1991-2000, como pode ser observado na Tabela 2 e Cartograma 2, existiriam três classes de ritmo de crescimento demográfico. Na primeira, não teriam nem perdas nem ganhos migratórios líquidos significativos os municípios que apresentaram taxa de crescimento demográfico de 1 a 1,99% a.a. Foram eles: Lapão, que manteve a mesma tendência em relação ao período 1980-1991, Cafarnaum, Central e Jussara, que no período precedente tiveram emigração líquida e, portanto, passaram de uma situação de perdas demográficas para outra de nem perdas nem ganhos migratórios. Irecê, Xique-Xique e Mulungu do Morro, que no período anterior tiveram imigração líquida, arrefeceram seu patamar de crescimento ao passar de uma situação de ganhos demográficos à outra de sem perdas nem ganhos migratórios.

A segunda classe é representada pelos municípios com emigração líquida, ou taxas de crescimento demográfico de 0 a 0,99% a.a. em 1991-2000 e que perderam população, embora sem diminuição de seu contingente. Foram eles: Uibaí, que no período precedente não teria perdas nem ganhos migratórios líquidos significativos, São Gabriel e América Dourada, que cresceram por imigração líquida, revertendo suas tendências de crescimento, e por fim Ibititá e Barro Alto, que anteriormente tiveram emigração líquida e mantiveram a mesma tendência nos dois períodos.

Tabela 2

População Residente Total e Taxa Média Geométrica de Crescimento Anual, Por Ordem Decrescente em 2000 Bahia – Irecê, 1980-2000					
Crescimento/ Municípios	População			Taxa Média Geométrica de Crescimento Anual (%)	
	1980 (1)	1991	2000	1980/1991	1991/2000
Sem Perdas ou Ganhos Migratórios Líquidos Significativos					
Lapão (2)	16.433	20.913	24.727	2,22	1,88
Cafarnaum (3)	12.492	13.704	16.059	0,85	1,78
Central	13.856	14.696	16.792	0,54	1,49
Irecê (3)	30.690	50.908	57.436	4,71	1,35
Xique-Xique (3)	29.960	40.373	44.718	2,75	1,14
Mulungu do Morro (2)	8.195	13.741	15.119	4,81	1,07
Jussara	12.812	14.002	15.339	0,81	1,02
Sugestivo de Emigração Líquida					
Ibititá	15.603	17.285	17.905	0,94	0,39
São Gabriel (2)	12.626	17.884	18.412	3,22	0,32
Barro Alto (2)	11.817	12.059	12.098	0,18	0,04
Emigração Líquida com Perdas Absolutas de População					
Uibaí	11.553	13.616	13.614	1,50	0,00
América Dourada (2)	12.665	15.965	15.959	2,13	0,00
Presidente Dutra	13.145	13.833	13.730	0,46	- 0,08
João Dourado (2)	15.528	19.211	18.967	1,95	- 0,14
Canarana (3)	13.801	22.589	21.665	4,58	- 0,46
Barra do Mendes	13.449	14.469	13.610	0,67	- 0,68
Gentio do Ouro	9.195	11.093	10.173	1,72	- 0,96
Ibipeba	9.077	17.449	15.362	6,12	- 1,41
Itaguaçu da Bahia (2)	13.316	17.341	11.309	2,43	- 4,64
Total	276.213	361.131	372.994	2,47	0,36

Fonte: IBGE. Censos Demográficos de 1980, 1991 e 2000.

(1) A população dos municípios criados após 1980 e dos que perderam área para estes novos municípios foi ajustada para os limites municipais de 1991, usando-se a tabela de comparatividade dos setores censitários, do próprio IBGE.

(2) Município criado após o Censo Demográfico de 1980.

(3) Município que deu origem a outro após o Censo Demográfico de 1980.

Por fim, na terceira classe estavam os municípios com perda absoluta de população no período 1991-2000, ou taxas de crescimento demográfico menor que 0% a.a. Foram eles: Gentio do Ouro e Itaguaçu da Bahia, que anteriormente teriam crescido sem perdas nem ganhos demográficos significativos; Presidente Dutra e Barra do Mendes, que antes tiveram emigração líquida e, portanto, intensificaram as perdas. Por fim, os três municípios João Dourado, que no período anterior cresceu sem perdas nem ganhos migratórios significativos, Canarana e Ibipeba, que, entre 1980-1991, cresceram por imigração líquida. Esses municípios reverteram suas tendências de crescimento, passando de uma situação de ganhos para outra de perdas demográficas absolutas.

Cartograma 02
Crescimento Demográfico da População Total por Município
Região Econômica Irecê - BA, 1980 - 2000

1980/1991



1991/2000



FAIXAS DE CRESCIMENTO

- Perdas absolutas
- Emigração líquida
- Sem perdas ou ganhos líquidos
- Imigração líquida

Fonte: Censos Demográficos, IBGE: 1980, 1991 e 2000.

A Tabela 3 mostra a evolução do peso proporcional de cada município, evidenciando que, em termos demográficos, os dois municípios mais populosos da região tiveram, em conjunto, sempre mais de 20% da população regional. Dessa forma, Irecê, com 57.360 moradores, concentrava 15,4% da população da região, em 2000. Foi o único município que contava com mais de 50 mil habitantes. Em seguida, Xique-Xique, com 44.592 moradores, representou 12% da população regional. Havia apenas dois municípios com mais de 20 mil e menos de 30 mil habitantes, representando 12,4% do total. Os quinze municípios restantes, com mais de 10 mil e menos de 20 mil habitantes, totalizavam 60,2% da população total.

Tabela 3

Participação Relativa da População Total dos Municípios no Total da Região, Por Ordem Decrescente em 2000			
Bahia – Irecê, 1980-2000			
Municípios	Participação na Região (%)		
	1980	1991	2000
Irecê (3)	11,11	14,10	15,40
Xique-Xique (3)	10,85	11,18	11,99
Lapão (2)	5,95	5,79	6,63
Canarana (3)	5,00	6,26	5,81
João Dourado (2)	5,62	5,32	5,09
São Gabriel (2)	4,57	4,95	4,94
Ibititá	5,65	4,79	4,80
Central	5,02	4,07	4,50
Cafarnaum (3)	4,52	3,79	4,31
América Dourada (2)	4,59	4,42	4,28
Ibipeba	3,29	4,83	4,12
Jussara	4,64	3,88	4,11
Mulungu do Morro (2)	2,97	3,80	4,05
Presidente Dutra	4,76	3,83	3,68
Uibaí	4,18	3,77	3,65
Barra do Mendes	4,87	4,01	3,65
Barro Alto (2)	4,28	3,34	3,24
Itaguaçu da Bahia (2)	4,82	4,80	3,03
Gentio do Ouro	3,33	3,07	2,73
Total	100,00	100,00	100,00

Fonte: IBGE. Censos Demográficos de 1980, 1991 e 2000.

(1) A população dos municípios criados após 1980 e dos que perderam área para estes novos municípios foi ajustada para os limites municipais de 1991, usando-se a tabela de comparatividade dos setores censitários, do próprio IBGE.

(2) Município criado após o Censo Demográfico de 1980.

(3) Município que deu origem a outro após o Censo Demográfico de 1980.

A mesma tabela permite ainda verificar que os pesos relativos dos municípios têm amplitude de variação pouco expressiva e não sofreram alterações significativas de um censo a outro.

A seguir apresentam-se as tendências de crescimento demográfico nos espaços urbano e rural da Região de Irecê. Entretanto, é importante destacar que as alterações efetuadas nesses espaços comprometem uma análise mais apurada do crescimento urbano e rural. Isto porque para a realização do Censo Demográfico 2000, o IBGE reajustou alguns limites das áreas urbanas da Bahia – avançando sobre as rurais –, bem como criou novos distritos. Estas mudanças afetaram cerca de 62% dos municípios do Estado.

Grau de urbanização e tendências do crescimento urbano

No segundo período (1991-2000), podem ser destacadas duas causas principais para o processo de urbanização. A primeira diz respeito ao reajusta-

mento das áreas urbanas, que avançaram sobre a rurais, o que aconteceu em 15 num total de 19 municípios existentes na região. A segunda e, ao que parece, a mais significativa, foi a estagnação econômica regional iniciada em fins da década de 1980, posto que uma economia decadente, com bases rurais, dificulta a permanência de contingentes populacionais na zona rural, acelerando, dessa maneira, o processo de saída da população do campo.

A observação das taxas de crescimento da população urbana e rural parecem reafirmar a tendência de saída da população do campo para a cidade. As taxas de crescimento da população rural serão vistas em seguida. Quanto à população urbana da Região de Irecê, registrou crescimento nos períodos 1980-1991 e 1991-2000, em faixa indicativa de ganhos imigratórios. Entretanto, ocorreu uma diminuição no ritmo de crescimento do primeiro (4,61% a.a.) para o segundo período (2,87% a.a.).

De acordo com o ritmo de crescimento urbano municipal no período 1991-2000, os municípios da Região de Irecê podem ser divididos em dois grandes grupos, como pode ser observado na Tabela 4 e Cartograma 3.

Tabela 4

População Residente Urbana e Taxa Média Geométrica de Crescimento Anual, Por Ordem Decrescente em 2000 Bahia – Irecê, 1980-2000					
Crescimento/ Municípios	População			Taxa Média Geométrica de Crescimento Anual (%)	
	1980 (1)	1991	2000	1980/1991	1991/2000
Sugestivo de Imigração Líquida					
Barro Alto (2) (5)	2.125	2.448	5.176	1,29	8,68
Ibipeba (4) (5)	2.232	4.973	9.282	7,55	7,18
Cafarnaum (3) (4) (5)	4.326	5.883	9.209	2,83	5,11
São Gabriel (2) (5)	3.872	6.997	9.811	5,53	3,83
Lapão (2) (4)	4.467	6.848	9.222	3,96	3,36
Irecê (3) (4) (5)	23.202	40.069	53.143	5,09	3,19
Itaguaçu da Bahia (2)	1.422	1.530	1.987	0,67	2,95
Canarana (3) (4)	2.489	7.549	9.755	10,61	2,89
Mulungu do Morro (2) (4)	2.149	4.931	6.159	7,84	2,50
América Dourada (2) (4)	819	8.247	10.148	23,36	2,33
João Dourado (2)	5.053	9.336	11.441	5,74	2,28
Ibititá	2.647	6.588	8.060	8,64	2,27
Presidente Dutra (4)	5.738	6.352	7.659	0,93	2,10
Sem Perdas ou Ganhos Migratórios Líquidos Significativos					
Xique-Xique (3)	19.094	26.664	31.565	3,08	1,89
Gentio do Ouro (4)	2.336	4.163	4.902	5,39	1,83
Barra do Mendes (4)	3.189	4.817	5.579	3,82	1,65
Uibaí (4)	5.739	6.818	7.880	1,58	1,62
Jussara (5)	7.201	8.547	9.865	1,57	1,61
Central (4)	5.098	6.621	7.637	2,40	1,60
Total	103.198	169.381	218.480	4,61	2,87

Fonte: IBGE. Censos Demográficos de 1980, 1991 e 2000.

(1) A população dos municípios criados após 1980 e dos que perderam área para estes novos municípios foi ajustada para os limites municipais de 1991, usando-se a tabela de comparatividade dos setores censitários, do próprio IBGE.

(2) Município criado após o Censo Demográfico de 1980.

(3) Município que deu origem a outro após o Censo Demográfico de 1980.

(4) Município que a área urbana ultrapassou o perímetro de 1991, penetrando no quadro rural.

(5) Teve distrito instalado após 1991.

Cartograma 03

Crescimento Demográfico da População Urbana por Município

Região Econômica Irecê - BA 1980 - 2000

1980/1991



1991/2000



FAIXAS DE CRESCIMENTO

- Perdas absolutas
- Emigração líquida
- Sem perdas ou ganhos líquidos
- Imigração líquida

Fonte: Censos Demográficos, IBGE: 1980, 1991 e 2000.

Todavia, apenas os municípios sem alterações em sua base espacial puderam ser analisados. Foram eles: Ibititá e João Dourado, que arrefeceram seus ritmos de crescimento, mas se mantiveram na classe dos que cresceram por imigração líquida. Itaguaçu da Bahia, que também estava nessa faixa de crescimento no período 1991-2000, reverteu sua tendência de crescimento demográfico urbano, pois no período precedente crescia por emigração líquida. Por fim, Xique-Xique, que em 1991-2000 estava na classe indicativa de crescimento sem perdas nem ganhos migratórios significativos, arrefeceu seu crescimento pois no período anterior teria ganhos imigratórios líquidos.

O grau de urbanização da Região de Irecê no período 1980-2000 (Tabela 5) refletiu o maior crescimento da população urbana em relação à rural. Ainda assim, o peso da população rural foi muito significativo, considerando-se que a região só passou a ter população urbana superior a 50% da população total no ano de 2000.

Tabela 5

Grau de Urbanização dos Municípios, Por Ordem Decrescente em 2000 Bahia – Irecê, 1980-2000			
Municípios	Grau de Urbanização (%)		
	1980	1991	2000
Irecê (3) (4) (5)	75,60	78,71	92,53
Xique-Xique (3)	63,73	66,04	70,59
Jussara (5)	56,21	61,04	64,31
América Dourada (2) (4)	6,47	51,66	63,59
Ibipeba (4) (5)	24,59	28,50	60,42
João Dourado (2)	32,54	48,60	60,32
Uibaí (4)	49,68	50,07	57,88
Cafarnaum (3) (4) (5)	34,63	42,93	57,34
Presidente Dutra (4)	43,65	45,92	55,78
São Gabriel (2) (5)	30,67	39,12	53,29
Gentio do Ouro (4)	25,41	37,53	48,19
Central (4)	36,79	45,05	45,48
Canarana (3) (4)	18,03	33,42	45,03
Ibititá	16,96	38,11	45,02
Barro Alto (2) (5)	17,98	20,30	42,78
Barra do Mendes (4)	23,71	33,29	40,99
Mulungu do Morro (2) (4)	26,22	35,89	40,74
Lapão (2) (4)	27,18	32,75	37,30
Itaguaçu da Bahia (2)	10,68	8,82	17,57
Total	37,36	46,90	58,57

Fonte: IBGE. Censos Demográficos de 1980, 1991 e 2000.

(1) A população dos municípios criados após 1980 e dos que perderam área para estes novos municípios foi ajustada para os limites municipais de 1991, usando-se a tabela de comparatividade dos setores censitários, do próprio IBGE.

(2) Município criado após o Censo Demográfico de 1980.

(3) Município que deu origem a outro após o Censo Demográfico de 1980.

(4) Município que a área urbana ultrapassou o perímetro de 1991, penetrando no quadro rural.

(5) Teve distrito instalado após 1991.

Nesse ano, dez municípios tinham mais de 50% da população total vivendo em áreas urbanas, como pode ser visto na Tabela 5 – ou seja, quase metade dos municípios da região caracterizavam-se pelo predomínio do contingente rural. Irecê era o município mais urbanizado, com 92% dos habitantes vivendo em meio urbano.

Tendências do crescimento regional rural

As observações acima, referentes à zona urbana, estendem-se à zona rural. Desse modo, apenas Ibititá, Itaguaçu da Bahia, João Dourado e Xique-Xique foram aqui analisados. Desses, todos tiveram perda absoluta de população no período 1991-2000, como pode ser observado na Tabela 6 e Cartograma 4. Considere-se, porém, que João Dourado e Ibititá também apresentaram perdas absolutas no período anterior, enquanto Xique-Xique teve crescimento sem perdas nem ganhos migratórios significativos e Itaguaçu da Bahia cresceu por imigração líquida, invertendo, dessa maneira, o ritmo de crescimento demográfico de um período ao outro.

Tabela 6

População Residente Rural e Taxa Média Geométrica de Crescimento Anual, Por Ordem Decrescente em 2000 Bahia – Irecê, 1980-2000					
Crescimento/ Municípios	População			Taxa Média Geométrica de Crescimento Anual (%)	
	1980 (1)	1991	2000	1980/1991	1991/2000
Sem Perdas ou Ganhos Migratórios Líquidos Significativos					
Central (4)	8.758	8.075	9.155	- 0,74	1,40
Lapão (2) (4)	11.966	14.065	15.505	1,48	1,09
Sugestivo de Emigração Líquida					
Mulungu do Morro (2) (4)	6.046	8.810	8.960	3,48	0,19
Jussara (5)	5.611	5.455	5.474	- 0,26	0,04
Emigração Líquida com Perdas Absolutas de População					
Xique-Xique (3)	10.866	13.709	13.153	2,14	- 0,46
Ibititá	12.956	10.697	9.845	- 1,73	- 0,92
Cafarnaum (3) (4) (5)	8.166	7.821	6.850	- 0,39	- 1,46
Uibaí (4)	5.814	6.798	5.734	1,43	- 1,87
Barra do Mendes (4)	10.260	9.652	8.031	- 0,55	- 2,02
Presidente Dutra (4)	7.407	7.481	6.071	0,09	- 2,29
Canarana (3) (4)	11.312	15.040	11.910	2,62	- 2,56
São Gabriel (2) (5)	8.754	10.887	8.601	2,00	- 2,58
João Dourado (2)	10.475	9.875	7.526	- 0,53	- 2,97
Gentio do Ouro (4)	6.859	6.930	5.271	0,09	- 2,99
América Dourada (2) (4)	11.846	7.718	5.811	- 3,82	- 3,10
Barro Alto (2) (5)	9.692	9.611	6.922	- 0,08	- 3,58
Itaguaçu da Bahia (2)	11.894	15.811	9.322	2,62	- 5,70
Ibipeba (4) (5)	6.845	12.476	6.080	5,61	- 7,68
Irecê (3) (4) (5)	7.488	10.839	4.293	3,42	- 9,78
Total	173.015	191.750	154.514	0,94	- 2,37

Fonte: IBGE. Censos Demográficos de 1980, 1991 e 2000.

(1) A população dos municípios criados após 1980 e dos que perderam área para estes novos municípios foi ajustada para os limites municipais de 1991, usando-se a tabela de comparatividade dos setores censitários, do próprio IBGE.

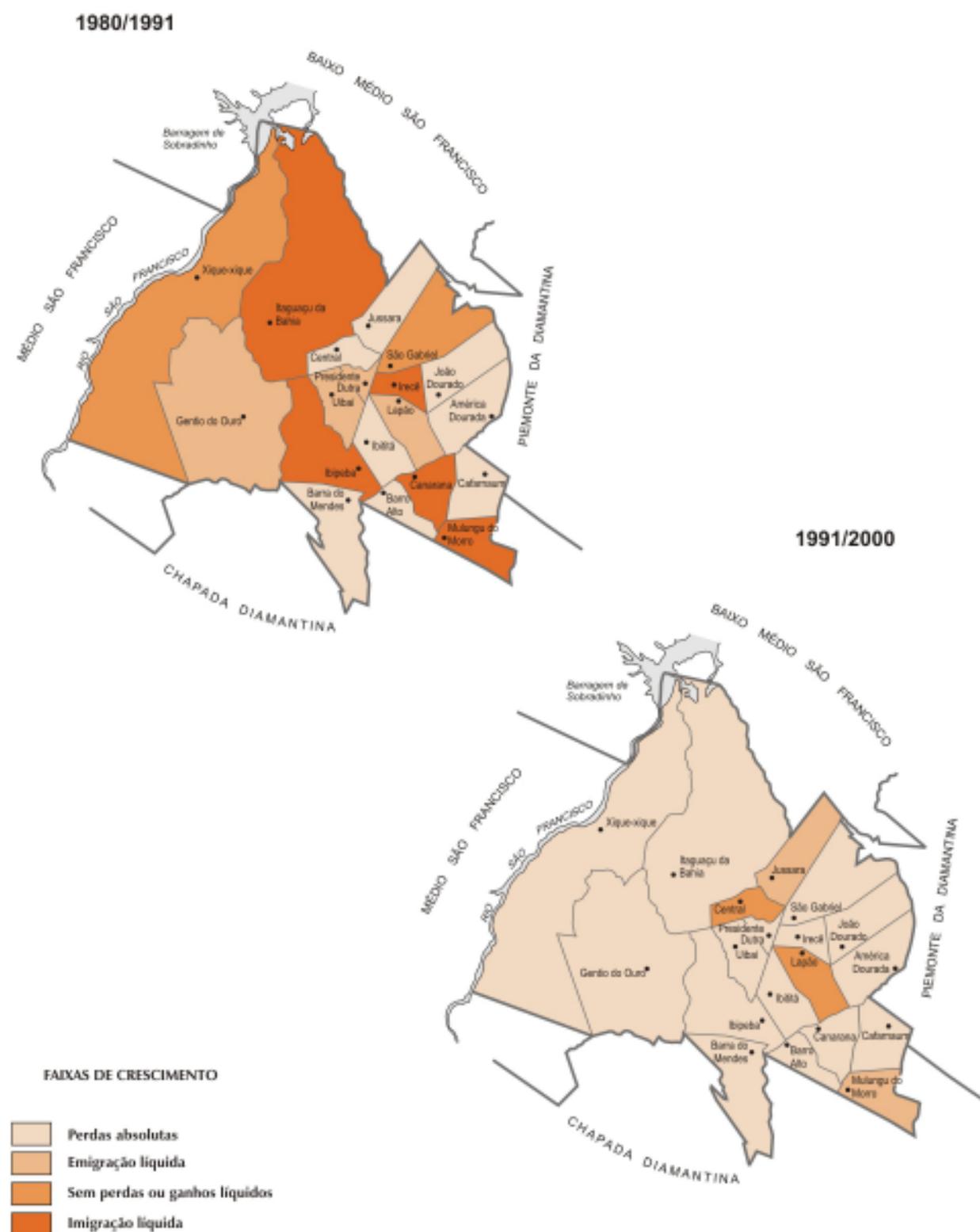
(2) Município criado após o Censo Demográfico de 1980.

(3) Município que deu origem a outro após o Censo Demográfico de 1980.

(4) Município que a área urbana ultrapassou o perímetro de 1991, penetrando no quadro rural.

(5) Teve distrito instalado após 1991.

Cartograma 04
Crescimento Demográfico da População Rural por Município
Região Econômica Irecê - BA, 1980 - 2000



LOCALIZAÇÃO, LIMITES E MUNICÍPIOS INTEGRANTES

Localizada na parte central do estado da Bahia, a região da Chapada Diamantina limita-se com seis regiões econômicas: ao norte com a Região de Irecê (nos municípios de Gentio do Ouro, Ibipeba, Barra de Mendes, Barro Alto e Cafarnaum) e Região do Piemonte da Diamantina (no município de Morro do Chapéu); ao sul com a Região da Serra Geral (através dos municípios de Igaporã, Caetité, Livramento do Brumado, Dom Basílio, Ituaçu e Contendas do Sincorá; a oeste com a Região Médio São Francisco (nos municípios de Morpará, Ibotirama, Paratinga, Bom Jesus da Lapa e Riacho de Santana; a leste com a Região do Paraguaçu (nos municípios de Tapiramutá, Mundo Novo, Rui Barbosa, Lajedinho, Ibiquera, Boa Vista do Tupim e Itaetê) e Região Sudoeste (nos municípios de Maracás, Manoel Vitorino e Mirante).

Atualmente a região da Chapada Diamantina compõe-se de 33 municípios: Abaíra, Andaraí, Barra da Estiva, Boninal, Bonito, Boquira, Botuporã, Brotas de Macaúbas, Caturama, Érico Cardoso, Ibicoara, Ibipitanga, Ibitiara, Ipupiara, Iramaia, Iraquara, Jussiapé, Lençóis, Macaúbas, Mucugê, Nova Redenção, Novo Horizonte, Oliveira dos Brejinhos, Palmeiras, Paramirim, Piatã, Rio de Contas, Rio do Pires, Seabra, Souto Soares, Tanque Novo, Utinga e Wagner.

Desses 33 municípios, seis foram emancipados recentemente, após 1980, portanto, dentro do período em estudo. Em 1985 foi emancipado o município de Tanque Novo, desmembrado de Botuporã. Em 1989, foram emancipados quatro municípios: Bonito, desmembrado de Utinga e Morro do Chapéu; Caturama, desmembrado de Botuporã; Nova Redenção, desmembrado de Andaraí, e Novo Horizonte, originado de Ibitiara. A última alteração na divisão administrativa da região ocorreu em 1996, com a emancipação de Ibipitanga, que foi desmembrado de Ibitiara.

As recentes alterações na divisão político-administrativa modificaram a base espacial para os levantamentos censitários ocorridos após 1980. Assim, tornou-se indispensável a realização de ajustes dos dados do Censo Demográfico de 1980, para adequá-los à nova divisão político-administrativa vigente no Censo de 1991. Esse ajustes basearam-se nos dados por setor censitário do Censo de 1980, considerando-se os critérios recomendados pelo IBGE.

A FORMAÇÃO HISTÓRICA E SOCIOCULTURAL

O povoamento da Chapada Diamantina se deu basicamente por influência da Casa da Ponte, proprietária de toda a região central baiana que se localiza à margem direita do Rio São Francisco. Sua ocupação econômica teve início na passagem do século XVII para o século XVIII, através da criação de gado nas propriedades da Casa da Ponte, que arrendava parte de seu território a colonos.

Os primeiros povoados estavam diretamente ligados à mineração. Rio de Contas foi o primeiro município da região. Da criação do município de Rio de Contas ao surgimento do segundo município da região, Macaúbas, em 1832, decorreram 109 anos, o que de certa forma aponta para a fragilidade dos povoados existentes na Chapada Diamantina durante esse período. Ao longo do século XIX, além de Macaúbas, foram criados mais 11 municípios, dez dos quais depois de 1850 (Lençóis, Piatã, Paramirim, Brotas de Macaúbas, Andaraí, Seabra, Barra da Estiva, Palmeiras, Ibitiara e Oliveira dos Brejinhos). Apenas Mucugê foi emancipado em fins da primeira metade do século (1847). A maioria dos novos municípios criados nesse período teve origem na descoberta de ouro, diamantes e carbonados. Os municípios de Seabra (1889), Barra da Estiva (1890), Ibitiara (1891) e Oliveira dos Brejinhos (1891) originaram-se de povoados surgidos com a colonização agrícola sem muito vínculo com a mineração.

A formação sociocultural da região caracteriza-se por uma mistura de culturas e povos, dentre os quais destacavam-se os paulistas, os primeiros a descobrir o ouro, depois os garimpeiros de Minas Gerais, que para lá se deslocaram em busca da riqueza fácil, junto com eles boiadeiros e lavradores da Serra Geral e do Vale do São Francisco. Para a Chapada Diamantina também se deslocaram comerciantes do Recôncavo baiano, de origem portuguesa que controlavam o comércio da região, principalmente a exportação de diamantes. Em uma sociedade tão diversa, as disputas políticas criaram lideranças oligárquicas que, através do coronelismo, marcariam historicamente, a política estadual, durante o Império e as primeiras décadas da República.

Após o ciclo do diamante, a economia da Chapada Diamantina ficou muito diversificada, tendo um nítido predomínio das atividades rurais, que não possuíam cultura agrícola ou rebanho de destaque.

Em termos econômicos, os municípios da região apresentavam características distintas. A agricultura, a principal atividade, era produtora de feijão,

mandioca, café, fumo e frutas. Na pecuária, o rebanho bovino predominava, embora fosse pouco expressivo em relação ao rebanho estadual. A indústria caracterizava-se pela pequena manufatura, destacando-se a produção de rapadura, aguardente, farinha de mandioca, fumo de corda e artesanato. O extrativismo baseava-se na atividade mineradora decadente e na extração de madeira e carvão vegetal.

Em meados da década de 1970, a política de ampliação das regiões produtoras de café, implementada pelo governo federal através do IBC (Instituto Brasileiro do Café) com incentivos do PRRC (Programa de Renovação das Regiões Cafeeiras), selecionou parte da Chapada Diamantina como apta ao cultivo do café. Assim, nos municípios de Barra da Estiva e Ibicoara, na Chapada Meridional, e Utinga, na Chapada Setentrional, iniciou-se o processo da expansão cafeeira na região.

Atualmente, a atividade econômica que vem se consolidando na Chapada Diamantina, principalmente na sua parte leste, é o turismo ecológico, que vem crescendo devido à beleza natural da região e seu grande patrimônio histórico e cultural. Durante a década de 1990 foram feitos investimentos em infra-estrutura, a fim de garantir uma melhor expansão dessa atividade na região.

DINÂMICA DEMOGRÁFICA REGIONAL

A região no estado

A Chapada Diamantina possui a sexta maior extensão territorial dentre as 15 regiões econômicas do estado. Seus 41.751 km² correspondem a cerca de 7,40% do território baiano. Em relação à densidade demográfica, a região apresentou índices abaixo das apresentadas pelo estado no período em estudo. Considerando-se que a densidade demográfica do estado já é baixa, conclui-se que a Chapada Diamantina não se constitui em uma região densamente povoada. Em 1980, sua densidade era de 9,22 hab./km²; em 2000, de 12,15 hab./km². O mesmo indicador para ao estado variou de 16,76 hab./km² em 1980 para 23,16 hab./km² em 2000.

Em termos de participação na população do estado, a representatividade da região diminuiu no período. Em 1980, a Chapada Diamantina tinha cerca de 4,07% da população estadual e, em 2000, 3,88%. Com base na taxa média anual de crescimento, observa-se que, entre 1980 e 2000, a população dessa região cresceu a uma taxa de 0,25% a.a.; no mesmo período, o estado da Bahia apresentou uma taxa de crescimento demográfico da ordem de 1,65 % a.a.

No período em estudo, o grau de urbanização regional variou de 19,84%, em 1980, para 36,13%, em 2000. Ou seja, ao final do século XX mais da metade da população da Chapada Diamantina residia em áreas rurais, contrastando bastante com o grau de urbanização apresentado pelo

estado que em 2000 era de 67,12%. A população urbana da região cresceu a uma taxa média de 4,48% a.a., entre 1980-2000, enquanto o estado cresceu a uma taxa de 3,21% a.a. Já a população rural apresentou uma taxa de 0,25% a.a. no mesmo período e o estado teve crescimento negativo de 0,54% a.a. Como se vê, as taxas estaduais no mesmo período são inferiores às da região tanto no âmbito urbano quanto no âmbito rural.

Os municípios na região

Distribuição da população, área e densidade demográfica

Em 2000, os 507.414 habitantes da Chapada Diamantina estavam distribuídos em 33 municípios, cinco dos quais, os de maior população (Macaúbas, Seabra, Boquira, Barra da Estiva e Oliveira dos Brejinhos), possuíam 149.459 habitantes e concentravam cerca de 29% da população da região, enquanto os municípios que possuem as cinco menores populações (Caturama, Nova Redenção, Ipupiara, Novo Horizonte e Palmeiras) detinham 41.837 habitantes, o que correspondia a cerca de 8% da população regional. Os 23 municípios restantes, situados entre os dois extremos da distribuição, representam 63% da população regional, apontando para uma distribuição mais uniforme.

Utilizando-se a mesma metodologia desenvolvida anteriormente para a análise territorial, observa-se que os 10 municípios localizados nos extremos possuem cerca de 40% da área da região; os maiores (Oliveira dos Brejinhos, Macaúbas, Seabra, Mucugê e Brotas de Macaúbas) possuem 34% da área da região e os cinco menores (Botuporã, Bonito, Jussiape, Nova Redenção e Wagner) têm cerca de 6% do território. Assim, vê-se que são proporcionais a distribuição da população e a do território entre os municípios, o que é reafirmado ao se observar que três municípios (Macaúbas, Seabra e Oliveira dos Brejinhos), entre os cinco de maior população, também se encontram entre os de maiores áreas.

A Chapada Diamantina apresenta densidade demográfica de 12,15 hab./km². Nove municípios possuem densidades inferiores às da região, destacando-se o município de Mucugê com apenas 5,51 hab./km². Em relação aos 23 municípios que possuem a densidade demográfica acima da verificada para a região, destacam-se Bonito (24,03 hab./km²) e Utinga (23,56 hab./km²). Ambos produtores de café, que possuíam as maiores densidades da Chapada, sendo também os únicos que apresentaram densidades demográficas superiores à do estado.

Tabela 1

Municípios	População	Área		Densidade (hab/km ²)
		(Km ²)	%	
Bonito	12.902	537	1,29	24,03
Utinga	16.889	717	1,72	23,56
Iraquara	18.334	800	1,92	22,92
Wagner	8.976	416	1,00	21,58
Botuporã	11.522	553	1,32	20,84
Jussiape	10.051	523	1,25	19,22
Tanque Novo	15.771	826	1,98	19,09
Barra da Estiva	24.440	1.402	3,36	17,43
Érico Cardoso	12.160	701	1,68	17,35
Paramirim	18.921	1.116	2,67	16,95
Nova Redenção	8.636	511	1,22	16,90
Abaíra	9.067	578	1,38	15,69
Seabra	39.422	2.648	6,34	14,89
Ibicoara	14.453	977	2,34	14,79
Boninal	12.461	848	2,03	14,69
Ibipitanga	13.419	945	2,26	14,20
Boquira	22.121	1.564	3,75	14,14
Novo Horizonte	8.502	612	1,47	13,89
Macaúbas	41.806	3.039	7,28	13,76
Rio do Pires	12.010	889	2,13	13,51
Souto Soares	14.795	1.096	2,63	13,50
Caturama	8.640	646	1,55	13,37
Rio de Contas	13.935	1.052	2,52	13,25
Piatã	18.977	1.508	3,61	12,58
Palmeiras	7.518	696	1,67	10,80
Iramaia	17.553	1.948	4,67	9,01
Ibitiara	14.443	1.749	4,19	8,26
Andaraí	13.884	1.895	4,54	7,33
Lençóis	8.910	1.240	2,97	7,19
Ipupiara	8.541	1.330	3,19	6,42
Oliveira dos Brejinhos	21.670	3.573	8,56	6,06
Brotas de Macaúbas	13.003	2.334	5,59	5,57
Mucugê	13.682	2.482	5,94	5,51
Total	507.414	41.751	100,00	12,15

Fonte: IBGE. Censo Demográfico e Site Cidade@.

Evolução das populações municipais: volume, ritmo de crescimento e participação relativa

Entre 1980 e 2000, o processo de transição demográfica caracterizado pela redução da taxa de mortalidade e da fecundidade, marcou profundamente a dinâmica demográfica da região. Esse processo aliado a persistência do fluxo emigratório, principalmente da população jovem, durante o período contribuíram significativamente para a redução das taxas de crescimento da população entre 1991-2000.

Assim, entre 1991-2000, foi observada uma redução significativa nas taxas de crescimento da população. Enquanto, entre 1980-1991, a população da

Chapada apresentou uma taxa de crescimento de 2,02% a.a., no período subsequente à taxa de crescimento ficou reduzida a 0,63% a.a. Nota-se portanto que, entre 1980-1991, a população da Chapada apresentou taxas de crescimento com indícios de não possuir nem perdas nem ganhos migratórios significativos. No período subsequente, a mesma população passou a apresentar uma taxa indicativa de crescimento por emigração líquida. Em comparação às taxas de crescimento demográfico apresentadas pelo estado nos dois períodos (2,09% a.a. em 1980-1991 e 1,08% a.a. entre 1991-2000), as taxas da região foram menores, comprovando a influência do fluxo emigratório, principalmente entre 1991-2000, quando a taxa da região foi bem menor que a do estado.

Tabela 2

População Residente Total e Taxa Média Geométrica de Crescimento Anual, Por Ordem Decrescente em 2000 Bahia – Chapada Diamantina, 1980-2000					
Crescimento/ Municípios	População			Taxa Média Geométrica de Crescimento Anual (%)	
	1980 (1)	1991	2000	1980/1991	1991/2000
Sugestivo de Imigração Líquida					
Érico Cardoso	5.740	7.307	12.160	2,22	5,82
Ibicoara	6.027	8.726	14.453	3,42	5,77
Barra da Estiva	12.119	17.246	24.440	3,26	3,95
Mucugê	6.544	10.334	13.682	4,24	3,17
Tanque Novo (2)	7.711	12.661	15.771	4,61	2,47
Macaúbas	31.104	34.558	41.806	0,96	2,14
Sem Perdas ou Ganhos Migratórios Líquidos Significativos					
Lençóis	5.640	7.584	8.910	2,73	1,81
Bonito (2)	9.013	11.085	12.902	1,90	1,70
Wagner	5.355	7.834	8.976	3,52	1,52
Boquira	19.069	19.444	22.121	0,18	1,44
Botuporã (3)	10.151	10.254	11.522	0,09	1,30
Sugestivo de Emigração Líquida					
Iraquara	14.354	17.006	18.334	1,55	0,84
Ipupiara	6.852	8.034	8.541	1,46	0,68
Palmeiras	6.621	7.142	7.518	0,69	0,57
Seabra	23.241	37.859	39.422	4,54	0,45
Piatã	16.763	18.308	18.977	0,80	0,40
Abaíra	8.982	8.754	9.067	-0,23	0,39
Oliveira dos Brejinhos	18.340	21.105	21.670	1,28	0,29
Iramaia	12.779	17.199	17.553	2,74	0,23
Ibipitanga	12.080	13.245	13.419	0,84	0,15
Emigração Líquida com Perdas Absolutas da População					
Rio do Pires	10.642	12.101	12.010	1,17	-0,08
Utinga	10.318	17.048	16.889	4,67	-0,10
Rio de Contas	13.626	14.068	13.935	0,29	-0,11
Jussiape	8.768	10.229	10.051	1,41	-0,19
Abaíra	12.134	14.285	13.884	1,49	-0,32
Boninal	9.939	13.643	12.461	2,92	-1,00
Brotas de Macaúbas	12.498	14.263	13.003	1,21	-1,02
Caturama (2)	8.367	9.714	8.640	1,37	-1,29
Ibitiara (3)	12.737	17.008	14.443	2,66	-1,80
Paramirim (3)	16.801	22.577	18.921	2,72	-1,94
Nova Redenção (2)	9.866	10.318	8.636	0,41	-1,96
Novo Horizonte (2)	8.437	10.184	8.502	1,73	-1,99
Souto Soares	12.276	18.356	14.795	3,73	-2,37
Total	384.894	479.479	507.414	2,02	0,63

Fonte: IBGE. Censos Demográficos de 1980, 1991 e 2000.

(1) A população dos municípios criados após 1980 e dos que perderam área para estes novos municípios foi ajustada para os limites municipais de 1991, usando-se a tabela de comparatividade dos setores censitários, do próprio IBGE.

(2) Município criado após o Censo Demográfico de 1980.

(3) Município que deu origem a outro após o Censo Demográfico de 1980.

No período 1991-2000, sete municípios apresentaram um aumento na taxa de crescimento demográfico em relação ao período anterior (Ibicoara, Barra da Estiva, Érico Cardoso, Macaúbas, Boquira, Botuporã e Abaíra). Apenas seis municípios apresentaram taxas de crescimento por imigração líquida: Érico Cardoso, Ibicoara, Barra da Estiva, Mucugê Tanque Novo e Macaúbas. No município de Érico Cardoso foi observada a maior taxa de crescimento da região (5,82% a.a.).

No período 1980-1991, o grupo de municípios que apresentavam taxas de crescimento por imigração líquida era composto por treze municípios; no período subsequente, apenas quatro municípios permaneceram nesse grupo: Ibicoara, Barra da Estiva, Mucugê e Tanque Novo, sendo que os dois primeiros tiveram uma taxa de crescimento maior do que no período anterior.

Em relação aos que apresentavam taxas de crescimento sem perdas nem ganhos migratórios significativos, observa-se que no segundo período (1991-2000) esse grupo compunha-se de cinco municípios: Lençóis, Bonito, Wagner, Boquira e Botuporã, sendo que os dois últimos apresentaram taxa crescente em relação às do período 1980-1991. No primeiro período (1980-1991) esse grupo compunha-se de quatro municípios: Érico Cardoso, Bonito, Novo Horizonte e Iraquara. Assim, apenas o município de Bonito esteve presente, nos dois períodos, nessa faixa de crescimento.

Quinze municípios apresentaram emigração líquida no período 1980-1991, número que caiu para nove no período 1991-2000. Cabe, no entanto, destacar o comportamento demográfico nos municípios de Macaúbas, Seabra e Iramaia. No primeiro, a taxa aumentou significativamente; em 1980-1991, sua população cresceu por emigração líquida a uma taxa de 0,94% a.a., passando a crescer por imigração líquida, no período 1991-2000, a uma taxa de 2,14% a.a. Essa tendência foi adversa à da região, que, no geral, apresentou uma queda nos ritmos de crescimento demográfico. Em Seabra e Iramaia a tendência à queda do ritmo de crescimento foi confirmada, mas de forma bastante acentuada. O primeiro passou de 4,54% a.a. para 0,45% a.a. e o segundo de 2,74% a.a. para 0,23% a.a.

Contudo, nada se compara ao aumento do número de municípios que apresentaram perdas absolutas de população. Esse grupo, que no primeiro período contava apenas com o município de Abaíra, passou a ter 13 municípios no período 1991-2000. Destacou-se Souto Soares, que apresentou uma taxa de crescimento negativa de 2,37% a.a., significando uma perda de cerca de 20% da população registrada no Censo de 1991. Além disso, o município havia registrado uma taxa de crescimento por imigração líquida (3,73% a.a.) no período 1980-2000. Os municípios de Utinga, Boninal, Ibitiara e Paramirim também tiveram o mesmo comportamento de Souto Soares, embora com taxas mais moderadas.

Analisando-se o peso da população municipal em relação à população da região, observa-se, mais uma vez, como a população da Chapada Diamantina está bem distribuída entre os municípios. Trinta e um dos 33 municípios possuíam, em 2000, populações que correspondiam a menos de 5% do total regional. Apenas os municípios de Macaúbas (8,24%) e Seabra (7,77%) excediam esse valor. Além disso, nesse ano, 12 municípios apresentaram aumento da participação de suas populações na formação da população da região e 21 apresentaram diminuição da participação.

Tabela 3

**Participação Relativa da População Total dos Municípios no Total da Região, Por Ordem Decrescente em 2000
Bahia – Chapada Diamantina, 1980-2000**

Municípios	Participação na Região (%)		
	1980	1991	2000
Macaúbas	8,08	7,21	8,24
Seabra	6,04	7,90	7,77
Barra da Estiva	3,15	3,60	4,82
Boquira	4,95	4,06	4,36
Oliveira dos Brejinhos	4,76	4,40	4,27
Piatã	4,36	3,82	3,74
Paramirim (3)	4,37	4,71	3,73
Iraquara	3,73	3,55	3,61
Iramaia	3,32	3,59	3,46
Utinga (3)	2,68	3,56	3,33
Tanque Novo (2)	2,00	2,64	3,11
Souto Soares	3,19	3,83	2,92
Ibicoara	1,57	1,82	2,85
Ibitiara (3)	3,31	3,55	2,85
Rio de Contas	3,54	2,93	2,75
Andaraí (3)	3,15	2,98	2,74
Mucugê	1,70	2,16	2,70
Ibipitanga	3,14	2,76	2,64
Brotas de Macaúbas	3,25	2,97	2,56
Bonito (3)	2,34	2,31	2,54
Boninal	2,58	2,85	2,46
Érico Cardoso	1,49	1,52	2,40
Rio do Pires	2,76	2,52	2,37
Botuporã (3)	2,64	2,14	2,27
Jussiape	2,28	2,13	1,98
Abaíra	2,33	1,83	1,79
Wagner	1,39	1,63	1,77
Lençóis	1,47	1,58	1,76
Caturama (3)	2,17	2,03	1,70
Nova Redenção (3)	2,56	2,15	1,70
Ipupiara	1,78	1,68	1,68
Novo Horizonte (3)	2,19	2,12	1,68
Palmeiras	1,72	1,49	1,48
Total	100,00	100,00	100,00

Fonte: IBGE. Censos Demográficos de 1980, 1991 e 2000.

(1) A população dos municípios criados após 1980 e dos que perderam área para estes novos municípios foi ajustada para os limites municipais de 1991, usando-se a tabela de comparatividade dos setores censitários, do próprio IBGE.

(2) Município criado após o Censo Demográfico de 1980.

Entre 1980 e 2000 os municípios que mais aumentaram sua população em termos absolutos foram Seabra, Barra da Estiva, Ibicoara, Tanque Novo e Mucugê. Todos esses aumentaram a sua participação na população da região em pelo menos 1%. Em termos de incremento relativo, destacaram-se

os municípios de Ibicoara, Érico Cardoso, Mucugê, Tanque Novo e Barra da Estiva, que ampliaram a sua participação em mais de 50% da participação observada em 1980.

Os municípios que apresentaram perdas expressivas de participação na população da região foram Nova Redenção, Rio de Contas, Brotas de Macaúbas, Paramirim, Piatã, Boquira, Abaíra e Novo Horizonte, que apresentaram perdas superiores a 0,5% da população regional. Em termos relativos, as maiores perdas foram observadas em Nova Redenção, Novo Horizonte, Abaíra, Rio de Contas, Caturama e Brotas de Macaúbas que reduziram em mais de 20% da sua participação na população da região observada em 1980.

Evolução da população rural

No período 1991-2000, o crescimento da população rural na Chapada Diamantina seguiu a tendência apresentada pelo estado, com uma taxa demográfica de crescimento de -0,81% a.a. No estado da Bahia, no mesmo período, a taxa foi de -1,34% a.a. No período anterior existia uma discrepância maior entre a taxa apresentada pelo estado e a da região. Naquele período, a taxa do estado ficou em 0,11% a.a. e a da região, foi de 1,12% a.a.

Devido às alterações ocorridas nos perímetros urbanos dos municípios de Ibicoara, Tanque Novo, Boquira, Palmeiras, Abaíra, Iramaia, Oliveira dos Brejinhos, Seabra, Piatã, Boninal, Souto Soares, Lençóis e Utinga, entre 1991 e 2000, a análise das taxas de crescimento desses municípios não pôde ser realizada devido aos critérios metodológicos¹ utilizados neste trabalho. Assim, optou-se por excluí-los da análise. No entanto, os dados dos referidos municípios constam na Tabela 4 como referência adicional.

Dessa forma, no período 1991-2000, as perdas absolutas generalizaram-se na região (Tabela 4). No período anterior, apenas seis municípios tiveram taxas de crescimento negativas nas suas populações rurais, ao passo que, no segundo período, 24 municípios apresentaram as mesmas características.

Considerando-se os 20 municípios que não sofreram alterações em seus perímetros urbanos, entre 1991 e 2000, observa-se que 14 deles apresentaram perdas absolutas de população rural, no período 1991-2000. As menores taxas foram encontradas nos municípios de Paramirim (-4,82% a.a.) e Nova Redenção (-5,26% a.a.). Nova Redenção, no entanto, apenas acentuou suas perdas absolutas, o mesmo acontecendo com Rio de Contas. Já o município de Paramirim saiu de uma situação de crescimento por imigração líquida da população rural, no período 1980-1991, para uma situação de perda absoluta de população no segundo período.

¹ Ver aspectos Metodológicos

Tabela 4

**População Residente Rural e Taxa Média Geométrica de Crescimento Anual, Por Ordem Decrescente em 2000
Bahia – Chapada Diamantina, 1980-2000**

Crescimento/ Municípios	População			Taxa Média Geométrica de Crescimento Anual (%)	
	1980 (1)	1991	2000	1980/1991	1991/2000
Sugestivo de Imigração Líquida					
Érico Cardoso	4.811	6.199	10.838	2,33	6,40
Ibicoara (5)	5.577	7.473	10.437	2,70	3,78
Mucugê	5.219	8.104	10.365	4,08	2,77
Barra da Estiva	9.740	12.587	15.507	2,36	2,35
Sem Perdas ou Ganhos Migratórios Líquidos Significativos					
Macaúbas	26.104	26.557	30.125	0,16	1,41
Utinga (3) (4)	6.027	9.315	10.236	4,04	1,05
Bonito (2)	9.013	6.736	7.401	- 2,61	1,05
Sugestivo de Emigração Líquida					
Boquira (4)	14.226	14.387	15.521	0,10	0,85
Iraquara	11.954	12.913	13.004	0,70	0,08
Emigração Líquida com Perdas Absolutas de População					
Abaíra (4)	6.711	5.789	5.508	- 1,33	- 0,55
Andaraí (3)	8.053	8.460	6.718	0,45	- 2,53
Boninal (4)	8.396	11.151	8.640	2,61	- 2,79
Botuporã (3)	9.079	8.492	8.271	-0,61	- 0,29
Brotas de Macaúbas	10.668	11.813	9.953	0,93	- 1,89
Caturama (2)	7.490	8.522	7.077	1,18	- 2,04
Ibipitanga	10.811	11.046	9.756	0,20	- 1,37
Ibitiara (3)	11.398	14.087	11.729	1,94	- 2,01
Ipupiara	3.897	3.932	3.357	0,08	- 1,74
Iramaia (4)	8.845	10.382	9.871	1,47	- 0,56
Jussiape	6.210	6.327	6.285	0,17	- 0,07
Lençóis (4) (5)	3.036	4.103	2.515	2,78	- 5,29
Nova Redenção (2)	9.796	6.737	4.144	- 3,35	- 5,26
Novo Horizonte (2)	8.182	8.827	6.502	0,69	- 3,34
Oliveira dos Brejinhos (4)	15.546	16.914	15.853	0,77	- 0,72
Palmeiras (4)	3.965	3.542	3.519	- 1,02	- 0,07
Paramirim (3)	12.946	17.221	11.038	2,63	- 4,82
Piatã (4)	14.755	15.002	13.206	0,15	- 1,41
Rio de Contas	9.771	9.529	8.251	- 0,23	- 1,59
Rio do Pires	8.747	8.862	7.700	0,12	- 1,55
Seabra (4)	17.491	25.427	22.673	3,46	- 1,27
Souto Soares (5)	11.021	15.554	9.715	3,18	- 5,10
Utinga (3) (4)	6.327	9.599	5.417	3,86	- 6,16
Wagner	2.727	3.016	2.939	0,92	- 0,29
Total	308.539	348.605	324.071	1,12	- 0,81

Fonte: IBGE. Censos Demográficos de 1980, 1991 e 2000.

(1) A população dos municípios criados após 1980 e dos que perderam área para estes novos municípios foi ajustada para os limites municipais de 1991, usando-se a tabela de comparatividade dos setores censitários, do próprio IBGE.

(2) Município criado após o Censo Demográfico de 1980.

(3) Município que deu origem a outro após o Censo Demográfico de 1980.

(4) Município que a área urbana ultrapassou o perímetro de 1991, penetrando no quadro rural.

(5) Teve distrito instalado após 1991.

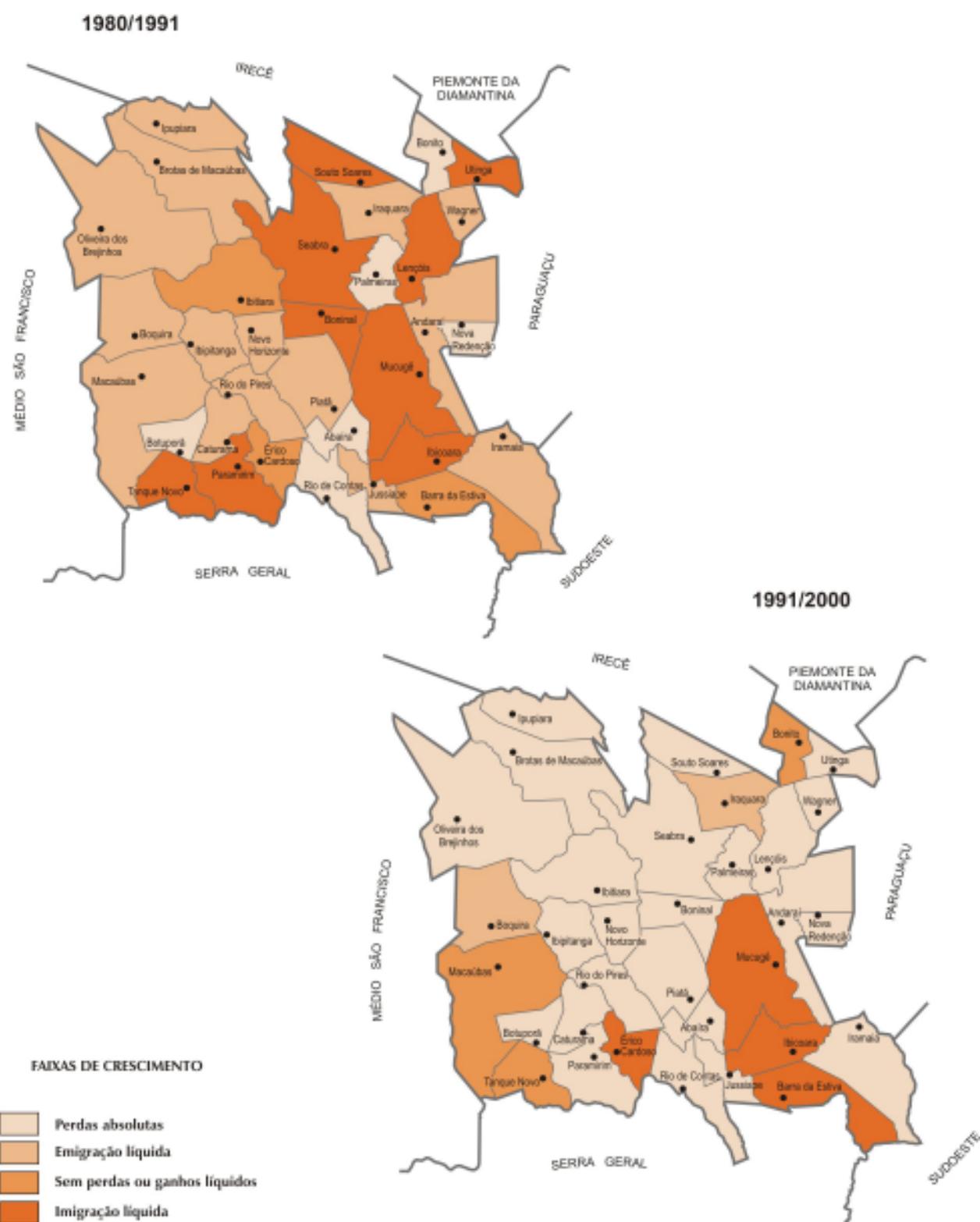
No período 1991-2000, três municípios (Érico Cardoso, Mucugê e Barra da Estiva) apresentaram taxas de crescimento da população rural por imigração líquida. Desses, somente Mucugê tinha apresentado imigração líquida no primeiro período. Os municípios de Érico Cardoso e Barra da Estiva apresentaram, no primeiro período, taxas de crescimento sem perdas nem ganhos migratórios significativos. Em Barra da Estiva a taxa de crescimento permaneceu praticamente constante².

² No período de 1980-1991 a taxa de 2,36 a.a. estava situada dentro do limite previsto para o crescimento vegetativo, indicando que os movimentos migratórios não causaram impactos significativos no crescimento demográfico do município. Entre 1991-2000 a redução nos limites estabelecidos para o crescimento vegetativo levou a taxa de 2,35% a.a. a ser classificada como imigração líquida.

Cartograma 03

Crescimento Demográfico da População Rural por Município

Região Econômica Chapada Diamantina - BA, 1980 - 2000



Os municípios de Macaúbas e Iraquara apresentaram taxas de crescimento por emigração líquida no período 1980-1991. Entre 1991 e 2000 o município de Macaúbas apresentou taxa de crescimento sem perdas ou ganhos migratórios líquidos significativos. Enquanto o município de Iraquara permaneceu na mesma faixa de crescimento demográfico do período anterior. O município de Bonito apresentava perdas absolutas de população rural no primeiro período, passando a uma taxa positiva no segundo período. Bonito, assim como Barra da Estiva é um município tradicionalmente produtor de café, cultura que requer um emprego intensivo de mão-de-obra. A recuperação dos preços do café, durante a década de 1990, pode ter influenciado no aumento das taxas de crescimento demográfico desses dois municípios.

Quinze municípios apresentaram taxas de crescimento da população rural declinante durante o período; quatro (Érico Cardoso, Macaúbas, Bonito e Botuporã) apresentaram taxas crescentes. Barra da Estiva apresentou taxas de crescimento da população rural praticamente constantes.

A Tabela 5 mostra o percentual da população rural dos municípios da região. Observa-se que, apesar de as perdas absolutas de população rural terem se generalizado por um grande número de municípios, isso não significou uma redução expressiva do percentual de população rural nos municípios da Chapada, visto que, em 2000, 26 dos 33 municípios possuíam populações predominantemente rurais. Em 1980, todos os municípios da região possuíam populações predominantemente rurais. Assim, no período em estudo o percentual da população rural caiu de 80,16 %, em 1980, para 63,87%, em 2000. Porém continuou muito acima do observado no estado, que, em 2000, foi de 32,88%. Dessa forma, a Chapada Diamantina permaneceu como a região econômica do estado que apresenta a maior participação rural na sua população.

Tabela 5

**Participação Relativa da População Rural dos Municípios,
Por Ordem Decrescente em 2000
Bahia – Chapada Diamantina, 1980-2000**

Municípios	População (%)		
	1980 (1)	1991	2000
Érico Cardoso	83,82	84,84	89,13
Caturama (2)	89,52	87,73	81,91
Ibitiara (3)	89,49	82,83	81,21
Brotas de Macaúbas	85,36	82,82	76,54
Novo Horizonte (2)	96,98	86,68	76,48
Mucugê	79,75	78,42	75,76
Oliveira dos Brejinhos (4)	84,77	80,14	73,16
Ibipitanga	89,50	83,40	72,70
Ibicoara (5)	92,53	85,64	72,21
Macaúbas	83,92	76,85	72,06
Botuporã (3)	89,44	82,82	71,78
Iraquara	83,28	75,93	70,93
Boquira (4)	74,60	73,99	70,16
Piatã (4)	88,02	81,94	69,59
Boninal (4)	84,48	81,73	69,34
Souto Soares (5)	89,78	84,74	65,66
Tanque Novo (2) (4)	78,16	73,57	64,90
Rio do Pires	82,19	73,23	64,11
Barra da Estiva	80,37	72,99	63,45
Jussiape	70,83	61,85	62,53
Abaíra (4)	74,72	66,13	60,75
Rio de Contas	71,71	67,74	59,21
Paramirim (3)	77,05	76,28	58,34
Seabra (4)	75,26	67,16	57,51
Bonito (2)	100,00	60,77	57,36
Iramaia (4)	69,22	60,36	56,24
Andaraí (3)	66,37	59,22	48,39
Nova Redenção (2)	99,29	65,29	47,99
Palmeiras (4)	59,89	49,59	46,81
Ipupiara	56,87	48,94	39,30
Wagner	50,92	38,50	32,74
Utinga (3) (4)	61,32	56,31	32,07
Lençóis (4) (5)	53,83	54,10	28,23
Total	80,16	72,70	63,87

Fonte: IBGE. Censos Demográficos de 1980, 1991 e 2000.

(1) A população dos municípios criados após 1980 e dos que perderam área para estes novos municípios foi ajustada para os limites municipais de 1991, usando-se a tabela de comparatividade dos setores censitários, do próprio IBGE.

(2) Município criado após o Censo Demográfico de 1980.

(3) Município que deu origem a outro após o Censo Demográfico de 1980.

(4) Município que a área urbana ultrapassou o perímetro de 1991, penetrando no quadro rural.

(5) Teve distrito instalado após 1991.

Evolução da população urbana: urbanização e ritmo de crescimento

O crescimento urbano da região entre 1980-2000 foi marcado por taxas que expressavam um crescimento por imigração líquida. Entre 1980 e 1991, sua população urbana cresceu a uma taxa de 5,02% a.a.; já no período subsequente, 1991-2000, a taxa foi de 3,82% a.a. Nos dois períodos, a taxa de crescimento da população urbana da Chapada esteve sempre acima das taxas apresentadas pelo estado, (3,79% a.a., em 1980-1991, e 2,51% a.a., em 1991-2000). Esse comportamento se deve, sobretudo, a uma composi-

ção predominantemente rural no assentamento da população regional. Assim, pequenos aportes de população urbana provocam altas taxas de crescimento demográfico, devido às pequenas populações dos centros urbanos. Além disso, a Chapada é uma região onde houve um dos processos de urbanização mais atrasados em relação ao estado.

Analisando-se as taxas de crescimento urbano do conjunto de 20 municípios da região que não sofreram alterações em seus perímetros urbanos entre 1991-2000, constata-se (Tabela 6) que, em cada período, existiam 17 municípios que apresentaram taxas de crescimento demográfico por imigração líquida. Dentre esses 17 municípios, 15 permaneceram nessa faixa de crescimento nos dois períodos.

Tabela 6

Crescimento/ Municípios	População			Taxa Média Geométrica de Crescimento Anual (%)	
	1980 (1)	1991	2000	1980/1991	1991/2000
Sugestivo de Imigração Líquida					
Ibicoara (5)	450	1.253	4.016	9,76	13,82
Barra da Estiva	2.379	4.659	8.933	6,30	7,50
Botuporã (3)	1.072	1.762	3.251	4,62	7,04
Lençóis (4) (5)	2.604	3.481	6.395	2,67	6,99
Souto Soares (5)	1.255	2.802	5.080	7,57	6,83
Piatã (4)	2.008	3.306	5.771	4,64	6,39
Ibipitanga	1.269	2.199	3.663	5,12	5,83
Tanque Novo (2) (4)	1.684	3.346	5.535	6,44	5,75
Utinga (3) (4)	3.991	7.449	11.472	5,84	4,92
Boninal (4)	1.543	2.492	3.821	4,45	4,86
Mucugê	1.325	2.230	3.317	4,85	4,51
Novo Horizonte (2)	255	1.357	2.000	16,41	4,40
Paramirim (3)	3.855	5.356	7.883	3,03	4,39
Macaúbas	5.000	8.001	11.681	4,37	4,29
Oliveira dos Brejinhos (4)	2.794	4.191	5.817	3,75	3,71
Seabra (4)	5.750	12.432	16.749	7,26	3,37
Rio do Pires	1.895	3.239	4.310	4,99	3,23
Caturama (2)	877	1.192	1.563	2,83	3,06
Boquira (4)	4.843	5.057	6.600	0,39	3,00
Iraquara	2.400	4.093	5.330	4,97	2,98
Bonito (2)	0	4.349	5.501	-	2,65
Ipupiara	2.955	4.102	5.184	3,03	2,64
Nova Redenção (2)	70	3.581	4.492	43,01	2,55
Wagner	2.628	4.818	6.037	5,66	2,54
Rio de Contas	3.855	4.539	5.684	1,50	2,53
Brotas de Macaúbas	1.830	2.450	3.050	2,69	2,46
Andaraí (3)	4.081	5.825	7.166	3,29	2,33
Abaíra (4)	2.271	2.965	3.559	2,45	2,05
Sem Perdas ou Ganhos Migratórios Líquidos Significativos					
Érico Cardoso	929	1.108	1.322	1,61	1,98
Iramaia (4)	3.934	6.817	7.682	5,12	1,34
Palmeiras (4)	2.656	3.600	3.999	2,80	1,17
Emigração Líquida com Perdas Absolutas de População					
Jussiape	2.558	3.902	3.766	3,91	-0,39
Ibitiara (3)	1.339	2.921	2.714	7,35	-0,81
Total	76.355	130.874	183.343	5,02	3,82

Fonte: IBGE. Censos Demográficos de 1980, 1991 e 2000.

(1) A população dos municípios criados após 1980 e dos que perderam área para estes novos municípios foi ajustada para os limites municipais de 1991, usando-se a tabela de comparatividade dos setores censitários, do próprio IBGE.

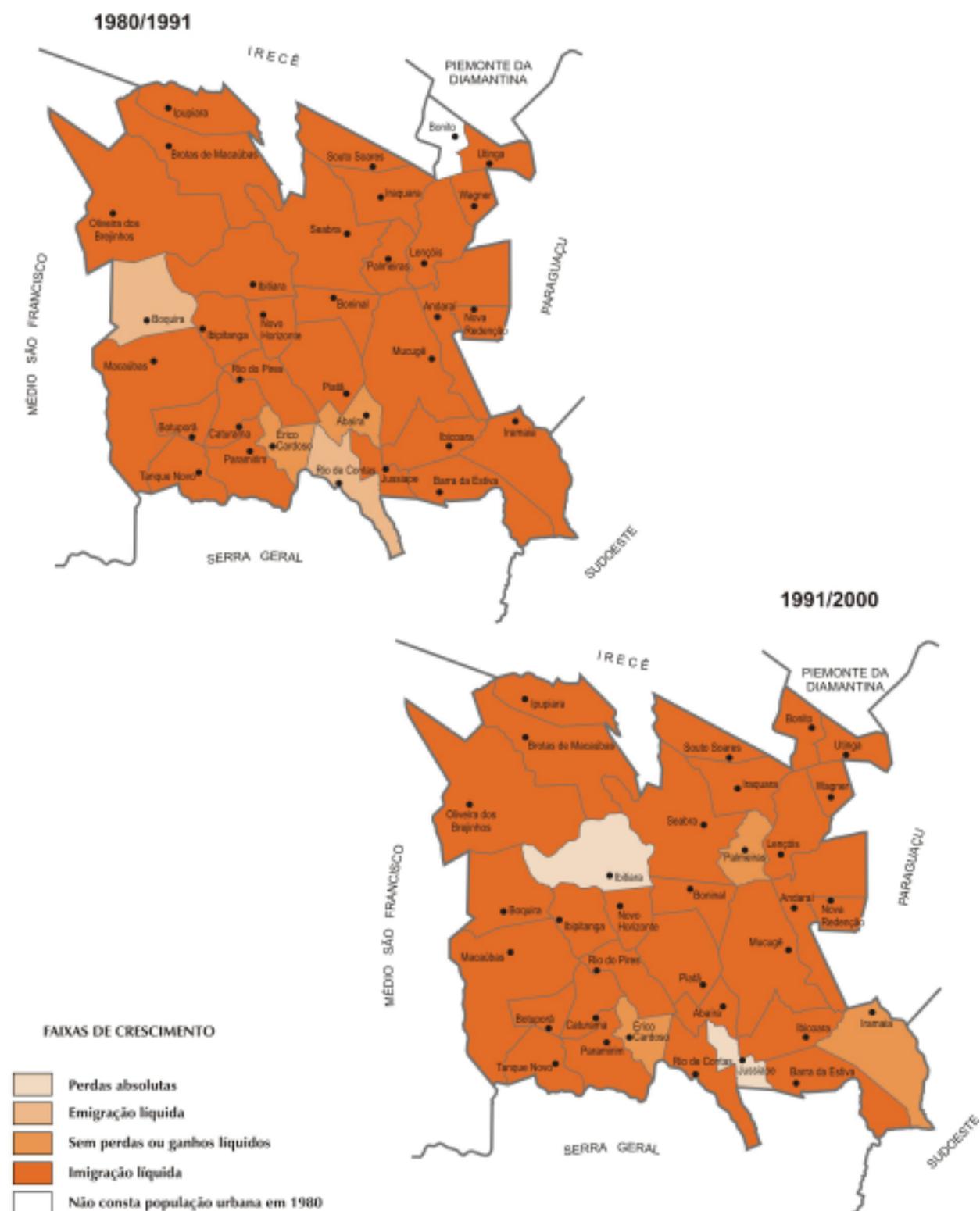
(2) Município criado após o Censo Demográfico de 1980.

(3) Município que deu origem a outro após o Censo Demográfico de 1980.

(4) Município que a área urbana ultrapassou o perímetro de 1991, penetrando no quadro rural.

(5) Teve distrito instalado após 1991.

Cartograma 04
Crescimento Demográfico da População Urbana por Município
Região Econômica Chapada Diamantina - BA, 1980 - 2000



Fonte: Censos Demográficos, IBGE: 1980, 1991 e 2000.

No período 1991-2000, as maiores taxas de crescimento foram observadas nos municípios de Barra da Estiva e Botuporã, ambos com taxas superiores a 7% a.a. O município de Rio de Contas destacou-se por apresentar uma taxa de crescimento da população urbana que indicava crescimento sem perdas nem ganhos migratórios significativos, em 1980-1991, passando a apresentar taxas de crescimento por imigração líquida no período 1991-2000.

Os municípios de Érico Cardoso, Jussiape e Ibitiara foram os únicos do grupo analisado que não apresentaram taxas de crescimento da população urbana com indicativo de imigração líquida, no período 1991-2000. Érico Cardoso, em ambos os períodos, permaneceu com uma taxa dentro dos limites para o crescimento sem ganhos nem perdas migratórias significativos. Jussiape e Ibitiara apresentaram uma significativa redução em suas taxas de crescimento, visto que, no primeiro período, cresciam por imigração líquida e, no segundo, apresentaram perda absoluta de população.

Em relação à tendência das taxas de crescimento, observa-se que, no conjunto de 20 municípios da região que não sofreram alterações em seus perímetros urbanos, entre 1991-2000, sete deles (Barra da Estiva, Botuporã, Ibipitanga, Paramirim, Caturama, Rio de Contas e Érico Cardoso) apresentaram taxas de crescimento da população urbana crescente e 13, taxas declinantes.

Em relação ao grau de urbanização, a Tabela 7 mostra que em 2000 havia apenas sete municípios com grau de urbanização superior a 50%, destacando-se Lençóis, com 71,7%, enquanto o menor grau de urbanização coube ao município de Érico Cardoso, com pouco mais de 10%. Em 1980, nenhum município da região apresentava população predominantemente urbana, o que demonstra o lento processo de urbanização da Chapada, que, em 20 anos, praticamente duplicou esse grau. No entanto, a região não conseguiu apresentar uma população predominantemente urbana.

Todavia, as mudanças ocorridas nos perímetros urbanos dos municípios da Chapada, entre um censo e o outro, tornam esses dados referentes à urbanização não muito representativos do fenômeno. Desse modo, não há como determinar se o crescimento da população urbana ocorreu por movimentos migratórios ou em virtude da passagem de áreas até então consideradas rurais à condição de áreas urbanas.

Tabela 7

**Grau de Urbanização dos Municípios, Por Ordem Decrescente em 2000
Bahia – Chapada Diamantina, 1980-2000**

Municípios	Grau de Urbanização (%)		
	1980 (1)	1991	2000
Lençóis (4) (5)	46,17	45,90	71,77
Utinga (3) (4)	38,68	43,69	67,93
Wagner	49,08	61,50	67,26
Ipupiara	43,13	51,06	60,70
Palmeiras (4)	40,11	50,41	53,19
Nova Redenção (2)	0,71	34,71	52,01
Andaraí (3)	33,63	40,78	51,61
Iramaia (4)	30,78	39,64	43,76
Bonito (2)	0,00	39,23	42,64
Seabra (4)	24,74	32,84	42,49
Paramirim (3)	22,95	23,72	41,66
Rio de Contas	28,29	32,26	40,79
Abaíra (4)	25,28	33,87	39,25
Jussiape	29,17	38,15	37,47
Barra da Estiva	19,63	27,01	36,55
Rio do Pires	17,81	26,77	35,89
Tanque Novo (2) (4)	21,84	26,43	35,10
Souto Soares (5)	10,22	15,26	34,34
Boninal (4)	15,52	18,27	30,66
Piatã (4)	11,98	18,06	30,41
Boquira (4)	25,40	26,01	29,84
Iraquara	16,72	24,07	29,07
Botuporã (3)	10,56	17,18	28,22
Macaúbas	16,08	23,15	27,94
Ibicoara (5)	7,47	14,36	27,79
Ibipitanga	10,50	16,60	27,30
Oliveira dos Brejinhos (4)	15,23	19,86	26,84
Mucugê	20,25	21,58	24,24
Novo Horizonte (2)	3,02	13,32	23,52
Brotas de Macaúbas	14,64	17,18	23,46
Ibitiara (3)	10,51	17,17	18,79
Caturama (2)	10,48	12,27	18,09
Érico Cardoso	16,18	15,16	10,87
Total	19,84	27,30	36,13

Fonte: IBGE. Censos Demográficos de 1980, 1991 e 2000.

(1) A população dos municípios criados após 1980 e dos que perderam área para estes novos municípios foi ajustada para os limites municipais de 1991, usando-se a tabela de comparatividade dos setores censitários, do próprio IBGE.

(2) Município criado após o Censo Demográfico de 1980.

(3) Município que deu origem a outro após o Censo Demográfico de 1980.

(4) Município que a área urbana ultrapassou o perímetro de 1991, penetrando no quadro rural.

(5) Teve distrito instalado após 1991.

LOCALIZAÇÃO, LIMITES E MUNICÍPIOS INTEGRANTES

A Região Econômica da Serra Geral (RE 13 ou SG) situa-se na parte mais ao sul do Semi-Árido baiano, tendo o Estado de Minas Gerais em sua extremidade sul. Faz fronteira também com a Região do Médio São Francisco, a oeste e ao norte, onde ainda estabelece limite com a RE Paraguaçu. A leste, sua divisa é com a Região Sudoeste.

Em 1980, essa região contava com os seguintes municípios: Aracatu, Brumado, Caculé, Caetité, Candiba, Condeúba, Contendas do Sincorá, Cordeiros, Dom Basílio, Guajeru, Guanambi, Ibiassucê, Igaporã, Ituaçu, Jacaraci, Licínio de Almeida, Livramento do Brumado, Malhada de Pedras, Mortugaba, Palmas de Monte Alto, Pindaí, Piripá, Presidente Jânio Quadros, Rio do Antônio, Sebastião Laranjeiras, Tanhaçu e Urandi. Entre os Censos de 1980 e 1991, mais dois municípios foram emancipados – Lagoa Real e Maetinga –, de modo que, em 2000, a SG era composta por 29 unidades municipais (Cartograma 1).

VISÃO SINTÉTICA DO PROCESSO HISTÓRICO DE OCUPAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO RECENTE

A colonização do território atualmente conhecido como RE Serra Geral decorreu do processo de expansão de criatório bovino (essencialmente, graças à ação da família Guedes de Brito) e, mais tarde, pela descoberta de jazidas auríferas¹, encontradas tanto na própria região – o que resultou no surgimento de aglomerações humanas em torno de capelas –, como em áreas próximas e em Minas Gerais, visto que seu território servia como via de comunicação entre esse Estado, Jacobina, Vale do São Francisco e Salvador.

¹ Cf. Pinho e Santos na primeira parte do presente estudo.

Cartograma 01
Divisão Político - Administrativa
Região Econômica Serra Geral - BA



Entretanto, ainda antes da Independência, foi através da expansão do cultivo do algodão que efetivamente ocorreu a fixação de novos moradores na região. Atividade que por muito tempo foi muito lucrativa, até recentemente fazia com que a Serra Geral se destacasse no cenário nacional. Mais tarde, já entre o final do século XIX e início do século XX, mas também graças ao algodão, Caetité situava-se como um dos centros urbanos mais importantes da Bahia, sendo reconhecido como “centro cultural de vanguarda no alto sertão” (LEÃO *et al.*, 1989, p. 169).

Na segunda metade do século XX, especialmente na década de 1970, Guanambi chegou a se constituir em pólo de desenvolvimento regional graças ao algodão, então chamado de “ouro branco”. A partir dos anos 1980, contudo, a estiagem prolongada e a disseminação de pragas provocaram o declínio da produção algodoeira no município. Além disso, concorrendo com outros municípios do próprio Estado, o algodão de Guanambi apresentava qualidade inferior, menores índices de produtividade e menor tecnificação. Entretanto, a cultura algodoeira – praticada também em outros municípios – manteve-se como atividade econômica significativa na região e Guanambi permanecia como

o centro principal de processamento/comercialização/exportação do algodão, também o pólo de importância na maior oferta de bens e serviços na região e circunvizinhanças. Por esta razão, apesar de bastante afetada pela crise desencadeada pelos baixos preços do algodão no mercado, nos últimos anos, Guanambi está presente entre os 34 municípios baianos com maiores participações na renda gerada pelo estado (0,27 em 1994). (SEI, 1998, p. 195)

Também em Brumado, a colonização e a economia iniciais vinculavam-se à pecuária e à cultura do algodão e, posteriormente, foi introduzido o cultivo da mamona. Entretanto, sua importância no cenário baiano se devia à extração de minérios (magnesita e talco), que estimularam a implantação de indústrias de transformação e um intenso comércio em sua sede. Mas “a atividade mineradora da região está ainda referenciada pelos garimpos de ametista (Caetité, Licínio de Almeida) e, mais recentemente, pelo urânio, em vias de produção (Lagoa Real e Caetité) (SEI, 1998, p. 195).

Além dessas atividades, a agricultura permanecia como atividade comum à maioria dos municípios da Serra Geral, produzindo principalmente arroz, batata doce, mamona, mandioca, milho, alho, cebola e manga.

DINÂMICA DEMOGRÁFICA REGIONAL

A região no Estado

A Serra Geral acompanhou a tendência de crescimento observada no Estado entre 1980-1991 e 1991-2000, declinando seus ritmos de crescimento total, urbano e rural. Para a população total, as taxas de 1980-1991 indicaram a ausência de imigração ou emigração significativa (1,65% a.a.) e, em seguida, 1991-00, revelaram perdas líquidas (0,82% a.a.). Contudo, nos dois pe-

ríodos, os ritmos de crescimento da região mostraram-se inferiores à média estadual (2,09% a.a. e 1,08% a.a., em 1980-1991 e 1991-2000, respectivamente).

Em 2000, seu contingente demográfico (656.037 hab.) representava 4,32% dos residentes da Bahia – diminuindo sua participação em relação a 1980, quando detinha 4,64% (438.506 hab.) do total estadual. Com 32.248 km² (nona Região Econômica em termos de área), apresentou densidade de 17,52 hab./km², patamar inferior à média do Estado (23,16 hab./km) e à de oito de suas REs.

Quanto à situação de domicílio, 245.223 hab. ou 43,4% de seus moradores estavam em meio urbano. Assim, diferindo da maioria das REs, a Serra Geral ainda não estava urbanizada em 2000. Seu grau de urbanização, embora em tendência ascendente, superava apenas o das regiões MSF, Nordeste e Chapada Diamantina; sobretudo, foi inferior ao obtido pelo Estado em 1980 (49,29%). Ademais, embora a população urbana da SG crescesse por imigração líquida em ambos os períodos (4,54%.a.a. e 2,58% a.a. em 1980-1991 e 1991-2000, respectivamente), representava apenas 2,80% do total urbano do Estado em 2000.

Cabe ressaltar, que, ao menos em parte, o ritmo de crescimento urbano e a elevação do grau de urbanização dessa região no último período foram influenciados pela ampliação do perímetro urbano em 72% de seus municípios, que avançou sobre áreas rurais, e pela criação de novos municípios entre os períodos censitários (o que por si mesmo resultou na criação de cidades, as sedes municipais).

Da mesma forma, também a ampliação das perdas demográficas rurais (de 0,31% a.a., em 1980-1991, para -0,34% a.a., em 1991-2000) pode também ser reflexo de tais alterações.

Em termos absolutos, contudo, houve elevação do contingente rural na SG entre 1980 e 2000. Em 1980, eram 318.925 hab., enquanto no último censo somavam 319.814 residentes rurais. Constituíam-se, então, na sexta maior região em termos de porte rural. Em termos relativos, ampliou seguidamente sua importância no conjunto baiano: 6,65%, 6,80% e 7,44% (em 1980, 1991 e 2000, respectivamente).

Os municípios da região

Distribuição da população, área e densidade demográfica

Os 29 municípios da Serra Geral apresentavam diferenças expressivas em relação ao porte de sua população e tamanho do território que ocupavam. Quanto à população, oscilava entre 71.728 hab. (Guanambi) e 4.264 hab. (Contendas do Sincorá) em 2000. Quanto às áreas, enquanto Palmas de Monte Alto (o maior) contava com 2.777 km², Maetinga (o menor) apresentava apenas 368 km².

As densidades demográficas dos seus municípios guardavam significativas variações, sendo que em catorze deles, as densidades superaram a média regional de 2000 (17,52 hab./km). Guanambi, o município com o maior porte demográfico e a nona área da região, foi o de mais elevada densidade e único a ultrapassar a casa dos 50 hab./km (56,93 hab./km). Mais sete unidades municipais alcançaram densidades entre 20 e 40 hab./km. Com mais de 10 e menos de 20 hab./km, situava-se o maior grupo de municípios, 18. Em três, as densidades registradas ficaram abaixo de 10 hab./km² no município de menor densidade, em 2000 Sebastião Laranjeiras (4,36 hab./km) (ver Tabela 1).

Tabela 1

População Total e Área Por Ordem Decrescente da Densidade Demográfica Bahia – Serra Geral, 2000				
Municípios	População	Área		Densidade (hab./km ²)
		(Km ²)	%	
Guanambi	71.728	1.260	3,91	56,93
Maetinga	13.686	368	1,14	37,19
Ibiassucê	12.828	382	1,18	33,58
Candiba	12.124	398	1,23	30,46
Caculé	20.339	686	2,13	29,65
Brumado	61.670	2.166	6,72	28,47
Piripá	16.128	651	2,02	24,77
Pindaí	15.494	716	2,22	21,64
Guajeru	12.836	643	1,99	19,96
Caetitê	45.090	2.358	7,31	19,12
Mortugaba	12.598	670	2,08	18,80
Igaporã	14.557	789	2,45	18,45
Urandi	16.076	896	2,78	17,94
Malhada de Pedras	8.426	476	1,48	17,70
Livramento de Nossa Senhora	38.025	2.267	7,03	16,77
Dom Basílio	10.427	653	2,02	15,97
Licínio de Almeida	12.349	785	2,43	15,73
Tanhaçu	20.044	1.342	4,16	14,94
Rio do Antônio	14.637	987	3,06	14,83
Cordeiros	8.193	554	1,72	14,79
Condeúba	18.047	1.237	3,84	14,59
Ituaçu	17.268	1.216	3,77	14,20
Presidente Jânio Quadros	17.045	1.327	4,11	12,84
Lagoa Real	12.765	1.000	3,10	12,77
Jacaraci	13.520	1.242	3,85	10,89
Aracatu	15.491	1.536	4,76	10,09
Palmas de Monte Alto	20.099	2.777	8,61	7,24
Contendas do Sincorá	4.264	862	2,67	4,95
Sebastião Laranjeiras	9.283	2.004	6,21	4,63
Total	565.037	32.248	100,00	17,52

Fonte: IBGE. Censo Demográfico de 2000 e Site Cidade@.

Evolução das populações municipais: volume, ritmo de crescimento e participação relativa

A Serra Geral elevou seu contingente absoluto entre 1980 e 2000. A mesma situação pôde ser identificada em 20 de seus municípios. Entretanto, em

consonância com o resultado mais geral da região, em 14 unidades os ritmos de crescimento foram decrescentes, embora positivas nos dois períodos. Apenas em sete registrou-se ampliação das taxas do primeiro para o segundo período.

Também foram sete (Guajeru, Palmas do Monte Alto, Mortugaba, Candiba, Pindaí, Contendas do Sincorá e Cordeiros) os municípios com oscilação do porte demográfico, demonstrando crescimento positivo em um período e negativo noutro. Jacaraci e Licínio de Almeida, apresentaram contínua diminuição de contingente (Cartograma 2).

A Tabela 2 demonstra que, no período 1991-2000, havia quatro municípios com imigração líquida: Pripá, Guajeru, Maetinga e Presidente Jânio Quadros. Desses, apenas Maetinga manteve-se na mesma faixa de 1980-1991. Nesse mesmo período, Presidente Jânio Quadros, Pripá e Guajeru tiveram perdas líquidas, o último deles com redução absoluta de população. Observe-se que todos esses municípios, a despeito de crescerem em ritmo considerado alto, registravam menos de 20 mil moradores no último ano censitário.

Com taxas que denotavam crescimento sem perdas ou ganhos demográficos significativos, havia oito unidades: Lagoa Real, Malhada das Pedras, Caculé, Caetitê, Livramento de Nossa Senhora, Rio do Antônio, Tanhaçu e Guanambi. Tanhaçu manteve-se na mesma faixa de crescimento de 1980-1991. Lagoa Real e Guanambi diminuíram a intensidade do crescimento, já que apresentaram ganhos imigratórios no primeiro período. Os demais situavam-se na faixa de emigração líquida, ou seja, ampliaram o ritmo de crescimento demográfico (Tabela 2).

A maior parte dos municípios da região (17), contudo, registrou perdas líquidas. Em nove deles, as taxas – mesmo baixas – revelaram-se positivas: Brumado, Ibiassucê, Ituaçu, Dom Basílio, Igaporã, Sebastião Laranjeiras, Condeúba, Urandi e Aracatu. Desses, Guanambi, Sebastião Laranjeiras (com imigração líquida em 1980-1991), Brumado, Igaporã e Urandi (sem ganhos ou perdas demográficos expressivos) diminuíram o ritmo de crescimento. Os demais apresentavam perdas líquidas desde o primeiro período.

Em oito unidades, o crescimento indicou perdas demográficas absolutas: Palmas do Monte Alto, Mortugaba, Jacaraci, Candiba, Pindaí, Contendas do Sincorá, Licínio de Almeida e Cordeiros. Conforme já mencionado, Jacaraci e Contendas do Sincorá permaneceram na mesma faixa de crescimento nos dois períodos. Todos os demais observaram retração de seu patamar de crescimento, que foi mais acentuado em Cordeiros, com imigração líquida em 1980-1991.

Tabela 2

População Residente Total e Taxa Média Geométrica de Crescimento Anual, Por Ordem Decrescente em 2000 Bahia – Serra Geral, 1980-2000					
Crescimento/ Municípios	População			Taxa Média Geométrica de Crescimento Anual (%)	
	1980 (1)	1991	2000	1980/1991	1991/2000
Sugestivo de Imigração Líquida					
Piripá	10.029	10.416	16.128	0,34	4,98
Guajeru (2)	9.404	8.534	12.836	- 0,88	4,64
Maetinga (2)	7.533	10.399	13.686	2,97	3,10
Presidente Jânio Quadros (3)	12.089	14.125	17.045	1,43	2,11
Sem Perdas ou Ganhos Migratórios Líquidos Significativos					
Lagoa Real (2)	5.937	10.978	12.765	5,75	1,69
Malhada de Pedras	6.382	7.279	8.426	1,20	1,64
Caculé	15.478	17.812	20.339	1,29	1,49
Caetité (3)	39.382	40.380	45.090	0,23	1,23
Livramento de Nossa Senhora	29.282	34.345	38.025	1,46	1,14
Rio do Antônio	11.817	13.322	14.637	1,10	1,05
Tanhaçu	13.987	18.310	20.044	2,48	1,01
Guanambi	45.520	65.592	71.728	3,38	1,00
Sugestivo de Emigração Líquida					
Brumado	46.608	57.176	61.670	1,88	0,84
Ibiassucê	10.747	11.898	12.828	0,93	0,84
Ituaçu	13.697	16.095	17.268	1,48	0,78
Dom Basílio	8.694	9.730	10.427	1,03	0,77
Igaporã	11.693	13.952	14.557	1,62	0,47
Sebastião Laranjeiras	6.407	9.090	9.283	3,23	0,23
Condeúba (3)	15.926	17.898	18.047	1,07	0,09
Urandi	13.290	15.974	16.076	1,69	0,07
Aracatu	13.483	15.464	15.491	1,25	0,02
Emigração Líquida com Perdas Absolutas de População					
Palmas de Monte Alto	15.721	20.477	20.099	2,43	- 0,21
Mortugaba	10.714	12.907	12.598	1,71	- 0,27
Jacaraci	14.274	13.939	13.520	- 0,22	- 0,34
Candiba	11.491	12.610	12.124	0,85	- 0,44
Pindaí	13.117	16.575	15.494	2,15	- 0,75
Contendas do Sincorá	5.912	4.763	4.264	- 1,95	- 1,22
Licínio de Almeida	12.163	14.089	12.349	1,35	- 1,45
Cordeiros	7.729	10.664	8.193	2,97	- 2,89
Total	438.506	524.793	565.037	1,65	0,82

Fonte: IBGE. Censos Demográficos de 1980, 1991 e 2000.

(1) A população dos municípios criados após 1980 e dos que perderam área para estes novos municípios foi ajustada para os limites municipais de 1991, usando-se a tabela de comparatividade dos setores censitários, do próprio IBGE.

(2) Município criado após o Censo Demográfico de 1980.

(3) Município que deu origem a outro após o Censo Demográfico de 1980.

Cartograma 02

Crescimento Demográfico da População Total por Município

Região Econômica Serra Geral - BA, 1980 - 2000

1980/1991



1991/2000



FAIXAS DE CRESCIMENTO

- Perdas absolutas
- Emigração líquida
- Sem perdas ou ganhos líquidos
- Imigração líquida

Fonte: Censos Demográficos, IBGE: 1980, 1991 e 2000.

Em termos de participação no conjunto regional, os dois municípios de maior porte (Guanambi e Brumado), mesmo com ritmo de crescimento decrescente, ampliaram seu peso relativo dentro da população total da Serra Geral (Tabela 3). Além desses, Tanhaçu, Maetinga e Lagoa Real também revelaram progressiva elevação do peso relativo. Condeúba, Ituaçu, Aracatu, Jacaraci, Ibiassucê, Licínio de Almeida, Candiba, Dom Basílio e Contendas do Sincorá, ao contrário, sucessivamente retraíram sua participação na população total.

Tabela 3

Participação Relativa da População Total dos Municípios no Total da Região, Por Ordem Decrescente em 2000 Bahia – Serra Geral, 1980-2000			
Municípios	Participação na Região (%)		
	1980 (1)	1991	2000
Guanambi	10,38	12,50	12,69
Brumado	10,63	10,89	10,91
Caetitê (3)	8,98	7,69	7,98
Livramento de Nossa Senhora	6,68	6,54	6,73
Caculé	3,53	3,39	3,60
Palmas de Monte Alto	3,59	3,90	3,56
Tanhaçu	3,19	3,49	3,55
Condeúba (3)	3,63	3,41	3,19
Ituaçu	3,12	3,07	3,06
Presidente Jânio Quadros (3)	2,76	2,69	3,02
Piripá	2,29	1,98	2,85
Urandi	3,03	3,04	2,85
Pindaí	2,99	3,16	2,74
Aracatu	3,07	2,95	2,74
Rio do Antônio	2,69	2,54	2,59
Igaporã	2,67	2,66	2,58
Maetinga (2)	1,72	1,98	2,42
Jacaraci	3,26	2,66	2,39
Guajeru (2)	2,14	1,63	2,27
Ibiassucê	2,45	2,27	2,27
Lagoa Real (2)	1,35	2,09	2,26
Mortugaba	2,44	2,46	2,23
Licínio de Almeida	2,77	2,68	2,19
Candiba	2,62	2,40	2,15
Dom Basílio	1,98	1,85	1,85
Sebastião Laranjeiras	1,46	1,73	1,64
Malhada de Pedras	1,46	1,39	1,49
Cordeiros	1,76	2,03	1,45
Contendas do Sincorá	1,35	0,91	0,75
Total	100,00	100,00	100,00

Fonte: IBGE. Censos Demográficos de 1980, 1991 e 2000.

(1) A população dos municípios criados após 1980 e dos que perderam área para estes novos municípios foi ajustada para os limites municipais de 1991, usando-se a tabela de comparatividade dos setores censitários, do próprio IBGE.

(2) Município criado após o Censo Demográfico de 1980.

(3) Município que deu origem a outro após o Censo Demográfico de 1980.

Os demais oscilaram, ora aumentando, ora diminuindo sua importância no conjunto demográfico regional.

Ressalve-se, porém, que os oito maiores municípios da região, individualmente comportando de 3,06% a 12,69%, agregavam 52,22% do total de moradores da região.

Evolução da população rural – predomínio de retração dos ritmos de crescimento demográfico

No espaço rural, assim como a totalidade da região, 12 municípios denotaram oscilação no seu porte, ora aumentando, ora diminuindo seu contingente. Quer dizer, como demonstra o Cartograma 3, apresentaram taxas positivas em um dos períodos e negativa noutro, sendo que, para a maioria deles, as taxas negativas foram apresentadas entre 1991-2000. Em oito unidades, a área rural diminuiu seguidamente sua população. Por outro lado, apenas sete ampliaram seu porte entre os dois períodos (Maetinga, Presidente Jânio Quadros, Lagoa Real, Malhada das Pedras, Dom Basílio, Rio do Antônio e Livramento de Nossa Senhora). Além disso, cabe observar que, enquanto no primeiro período, 10 municípios registraram crescimento por emigração líquida com perda absoluta de população rural, de 1991 a 2000 chegaram a 20 os municípios nessa situação.

Considerando-se que dentre os 29 espaços rurais somente nove elevaram seus ritmos de crescimento – dentre esses, quatro apenas diminuiram a velocidade das perdas demográficas –, prevaleceu a tendência de retração desses ritmos. Entretanto, antes de buscar imprimir significado aos ritmos de crescimento por locais de residência dos municípios da Serra Geral, é importante observar que 17 deles² sofreram algum tipo de alteração de limites entre suas áreas urbana e rural entre os dois últimos censos, tornando inviável empreender análises a respeito do significado das tendências de crescimento urbano e rural. Assim, não serão discutidas suas tendências de crescimento rural ou urbano.

Como a Tabela 4 demonstra, dentre os que revelaram crescimento positivo em 1991-2000 e não experimentaram perda de território rural, somente um município – Piripá – teve taxa indicativa de imigração líquida. Com contingente bastante reduzido, pouco mais de 10 mil moradores, esse município reverteu a tendência expressa no primeiro período, quando registrou crescimento rural negativo. Note-se que Maetinga, mesmo com diminuição da área rural, cresceu a um ritmo superior a 2% ao ano, o que torna sua taxa bastante significativa.

Na posição de taxas compatíveis com crescimento sem ganhos ou perdas migratórias significativas entre 1991-2000, havia apenas Presidente Jânio Quadros. Em relação a 1980-1991, sua taxa de crescimento revelou emigração líquida.

Entretanto, a grande maioria dos municípios experimentou perdas líquidas. Em 24 deles, a população rural registrou crescimento inferior a 1% ao ano, sendo que em 15 desses, ocorreu diminuição do espaço rural em função das alterações já mencionadas. Desse modo, não se pode garantir em que medi-

² Eis a relação: Candiba, Condeúba, Contendas do Sincorá, Guanambi, Igaporã, Ituaçu, Jacaraci, Lagoa Real, Licínio de Almeida, Livramento de Nossa Senhora, Maetinga, Mortugaba, Pindaí, Rio do Antônio, Sebastião Laranjeiras, Tanhaçu e Urandi.

Tabela 4

População Residente Rural e Taxa Média Geométrica de Crescimento Anual, Por Ordem Decrescente em 2000 Bahia – Serra Geral, 1980-2000					
Crescimento/ Municípios	População			Taxa Média Geométrica de Crescimento Anual (%)	
	1980 (1)	1991	2000	1980/1991	1991/2000
Sugestivo de Imigração Líquida					
Piripá	8.119	6.938	10.880	- 1,42	5,13
Guajeru (2)	8.785	7.490	11.113	- 1,44	4,48
Maetinga (2) (4)	6.897	9.082	11.712	2,53	2,87
Sem Perdas ou Ganhos Migratórios Líquidos Significativos					
Presidente Jânio Quadros (3)	11.481	12.632	14.132	0,87	1,25
Lagoa Real (2) (4)	5.480	9.830	10.759	5,46	1,01
Sugestivo de Emigração Líquida					
Malhada de Pedras	5.667	5.778	6.078	0,18	0,56
Dom Basílio	8.014	8.621	8.906	0,67	0,36
Rio do Antônio (4)	9.296	9.439	9.525	0,14	0,10
Livramento de Nossa Senhora (4)	20.373	21.145	21.301	0,34	0,08
Emigração Líquida com Perdas Absolutas de População					
Brumado	20.880	21.163	20.960	0,12	- 0,11
Ibiassucê	9.464	8.942	8.791	- 0,51	- 0,19
Ituaçu (4)	11.973	13.081	12.839	0,81	- 0,21
Tanhaçu (4)	11.201	13.341	13.027	1,60	- 0,26
Caculé	9.018	9.115	8.808	0,10	- 0,38
Condeúba (3) (4) (5)	13.373	12.137	11.716	- 0,88	- 0,39
Igaporã (4)	8.185	8.049	7.456	- 0,15	- 0,85
Caetité (3)	28.552	23.455	21.631	- 1,77	- 0,90
Aracatu	12.210	13.387	12.304	0,84	- 0,93
Urandi (4)	11.256	12.502	11.346	0,96	- 1,07
Palmas de Monte Alto	13.474	15.165	13.442	1,08	- 1,33
Pindaí (4)	11.360	13.527	11.863	1,60	- 1,45
Mortugaba (4)	8.422	8.758	7.604	0,36	- 1,56
Guanambi (4)	20.576	20.465	17.725	- 0,05	- 1,58
Sebastião Laranjeiras (4)	4.899	6.561	5.644	2,69	- 1,66
Jacaraci (4)	12.673	11.500	9.869	- 0,88	- 1,69
Licínio de Almeida (4)	8.048	8.318	6.392	0,30	- 2,88
Contendas do Sincorá (4)	3.810	2.582	1.933	- 3,48	- 3,17
Cordeiros	6.483	8.368	6.093	2,35	- 3,46
Candiba (4) (5)	8.956	8.523	5.965	- 0,45	- 3,89
Total	318.925	329.894	319.814	0,31	- 0,34

Fonte: IBGE. Censos Demográficos de 1980, 1991 e 2000.

(1) A população dos municípios criados após 1980 e dos que perderam área para estes novos municípios foi ajustada para os limites municipais de 1991, usando-se a tabela de comparatividade dos setores censitários, do próprio IBGE.

(2) Município criado após o Censo Demográfico de 1980.

(3) Município que deu origem a outro após o Censo Demográfico de 1980.

(4) Município que a área urbana ultrapassou o perímetro de 1991, penetrando no quadro rural.

(5) Teve distrito instalado após 1991.

da as perdas demográficas registradas decorreram efetivamente de processos emigratórios.

Para os que não experimentaram os efeitos desse processo, as taxas foram positivas em Malhada das Pedras e Dom Basílio. Os demais (Brumado, Ibiassucê, Caculé, Caetité, Aracatu, Palmas de Monte Alto e Cordeiros) perderam população rural em termos absolutos, refletindo-se em taxas de crescimento negativas. Ademais, todos esses municípios apresentaram perdas líquidas no primeiro período, sendo que Ibiassucê e Caetité mantiveram taxas negativas nos dois períodos.

Cartograma 03

Crescimento Demográfico da População Rural por Município

Região Econômica Serra Geral - BA, 1980 - 2000

1980/1991



1991/2000



FAIXAS DE CRESCIMENTO

- Perdas absolutas
- Emigração líquida
- Sem perdas ou ganhos líquidos
- Imigração líquida

Fonte: Censos Demográficos, IBGE: 1980, 1991 e 2000.

No que se refere ao porte demográfico rural, os maiores e únicos municípios com mais de 20 mil habitantes eram Livramento de Nossa Senhora e Caetité, com 21.301 hab. e 21.631 habitantes, respectivamente (ambos apresentaram crescimento inferior a 1% ao ano). Dessa forma, as populações rurais dos municípios da Serra Geral podiam ser consideradas de pequeno porte, com 13 delas comportando menos de 10 mil residentes.

Quanto à participação relativa, em 2000 constata-se que o maior contingente rural da região (em Caetité) correspondia a 6,76% do total. Também Livramento de Nossa Senhora, Brumado e Guanambi comportavam mais de 5% do conjunto rural da Serra Geral. Desses municípios, apenas Livramento de Nossa Senhora elevou sucessivamente seu peso relativo na região. Conforme a Tabela 5, constata-se que a segunda maior população rural da SG, Caetité, perdeu representatividade entre 1980 e 2000.

Tabela 5

**Participação Relativa da População Rural dos Municípios no Rural da Região, Por Ordem Decrescente em 2000
Bahia – Serra Geral, 1980-2000**

Municípios	População (%)		
	1980 (1)	1991	2000
Caetité (3)	8,95	7,11	6,76
Livramento de Nossa Senhora (4)	6,39	6,41	6,66
Brumado	6,55	6,42	6,55
Guanambi (4)	6,45	6,20	5,54
Presidente Jânio Quadros (3)	3,60	3,83	4,42
Palmas de Monte Alto	4,22	4,60	4,20
Tanhaçu (4)	3,51	4,04	4,07
Ituaçu (4)	3,75	3,97	4,01
Aracatu	3,83	4,06	3,85
Pindaí (4)	3,56	4,10	3,71
Condeúba (3) (4) (5)	4,19	3,68	3,66
Maetinga (2) (4)	2,16	2,75	3,66
Urandi (4)	3,53	3,79	3,55
Guajeru (2)	2,75	2,27	3,47
Piripá	2,55	2,10	3,40
Lagoa Real (2) (4)	1,72	2,98	3,36
Jacaraci (4)	3,97	3,49	3,09
Rio do Antônio (4)	2,91	2,86	2,98
Dom Basílio	2,51	2,61	2,78
Caculé	2,83	2,76	2,75
Ibiassucê	2,97	2,71	2,75
Mortugaba (4)	2,64	2,65	2,38
Igaporã (4)	2,57	2,44	2,33
Licínio de Almeida (4)	2,52	2,52	2,00
Cordeiros	2,03	2,54	1,91
Malhada de Pedras	1,78	1,75	1,90
Candiba (4) (5)	2,81	2,58	1,87
Sebastião Laranjeiras (4)	1,54	1,99	1,76
Contendas do Sincorá (4)	1,19	0,78	0,60
Total	100,00	100,00	100,00

Fonte: IBGE. Censos Demográficos de 1980, 1991 e 2000.

(1) A população dos municípios criados após 1980 e dos que perderam área para estes novos municípios foi ajustada para os limites municipais de 1991, usando-se a tabela de comparatividade dos setores censitários, do próprio IBGE.

(2) Município criado após o Censo Demográfico de 1980.

(3) Município que deu origem a outro após o Censo Demográfico de 1980.

(4) Município que a área urbana ultrapassou o perímetro de 1991, penetrando no quadro rural.

(5) Teve distrito instalado após 1991.

Evolução da população urbana: a tardia urbanização

A Serra Geral constituía-se numa das poucas Regiões Econômicas do Estado com grau de urbanização inferior a 50% em 2000. Ao analisar os níveis de urbanização de suas unidade municipais, verifica-se que todas elevaram sucessivamente o peso de seu contingente urbano, com exceção apenas de Piriapá, que o reduziu entre 1991 e 2000, o que pode ser relacionado a seu elevadíssimo ritmo de crescimento rural. Contudo, mesmo com os referidos ajustes das áreas urbanas e rurais, somente seis municípios encontravam-se urbanizados no último censo.

Tabela 6

Grau de Urbanização dos Municípios Por Ordem Decrescente em 2000 Bahia – Serra Geral, 1980-2000			
Municípios	Grau de Urbanização		
	1980 (1)	1991	2000
Guanambi (4)	54,80	68,80	75,29
Brumado	55,20	62,99	66,01
Caculé	41,74	48,83	56,69
Contendas do Sincorá (4)	35,55	45,79	54,67
Caetitê (3)	27,50	41,91	52,03
Candiba (4) (5)	22,06	32,41	50,80
Igaporã (4)	30,00	42,31	48,78
Licínio de Almeida (4)	33,83	40,96	48,24
Livramento de Nossa Senhora (4)	30,42	38,43	43,98
Mortugaba (4)	21,39	32,15	39,64
Sebastião Laranjeiras (4)	23,54	27,82	39,20
Condeúba (3) (4) (5)	16,03	32,19	35,08
Tanhaçu (4)	19,92	27,14	35,01
Rio do Antônio (4)	21,33	29,15	34,93
Palmas de Monte Alto	14,29	25,94	33,12
Piriapá	19,04	33,39	32,54
Ibiassucê	11,94	24,84	31,47
Urandi (4)	15,30	21,74	29,42
Malhada de Pedras	11,20	20,62	27,87
Jacaraci (4)	11,22	17,50	27,00
Ituaçu (4)	12,59	18,73	25,65
Cordeiros	16,12	21,53	25,63
Pindaí (4)	13,39	18,39	23,43
Aracatu	9,44	13,43	20,57
Presidente Jânio Quadros (3)	5,03	10,57	17,09
Lagoa Real (2) (4)	7,70	10,46	15,71
Dom Basílio	7,82	11,40	14,59
Maetinga (2) (4)	8,44	12,66	14,42
Guajeru (2)	6,58	12,23	13,42
Total	27,27	37,14	43,40

Fonte: IBGE. Censos Demográficos de 1980, 1991 e 2000.

(1) A população dos municípios criados após 1980 e dos que perderam área para estes novos municípios foi ajustada para os limites municipais de 1991, usando-se a tabela de comparatividade dos setores censitários, do próprio IBGE.

(2) Município criado após o Censo Demográfico de 1980.

(3) Município que deu origem a outro após o Censo Demográfico de 1980.

Ainda que, de forma geral, a participação do contingente urbano dos municípios dessa região não seja dominante, sucessivamente a quantidade de moradores urbanos de cada um deles vem aumentando, à exceção de Cordeiros, com crescimento negativo em 1991-2000. Entretanto, mesmo com a elevada proporção de municípios cuja ampliação do espaço urbano decor-

reu de decretos municipais, somente seis ampliaram a velocidade dos ritmos de crescimento entre 1980-1991 e 1991-2000.

De 1991 a 2000, 23 municípios revelaram taxas de crescimento demográfico urbano variando entre 7,71% a.a. (Presidente Jânio Quadros) e 2,02% a.a. (Guanambi), patamares associados à imigração líquida. Desses, 13 aumentaram sua população, ao menos em parte, graças à incorporação de território, e, em decorrência, de seus habitantes, anteriormente considerados rurais e não por processos imigratórios.

Essencialmente, pode-se atribuir crescimento por ganhos migratórios a Presidente Jânio Quadros, Lagoa Real, Guajeru, Malhada das Pedras, Aracatu, Piripá, Caetité, Dom Basílio, Ibiassucê, Caculé e Palmas do Monte Alto. Tal como se vê na Tabela 7, todos esses já haviam experimentado imigração líquida no período anterior.

Tabela 7

População Residente Urbana e Taxa Média Geométrica de Crescimento Anual, Por Ordem Decrescente em 2000 Bahia – Serra Geral, 1980-2000					
Crescimento/ Municípios	População			Taxa Média Geométrica de Crescimento Anual (%)	
	1980 (1)	1991	2000	1980/1991	1991/2000
Sugestivo de Imigração Líquida					
Presidente Jânio Quadros (3)	608	1.493	2.913	8,51	7,71
Lagoa Real (2) (4)	457	1.148	2.006	8,73	6,40
Guajeru (2)	619	1.044	1.723	4,87	5,72
Malhada de Pedras	715	1.501	2.348	6,97	5,10
Aracatu	1.273	2.077	3.187	4,55	4,87
Piripá	1.910	3.478	5.248	5,60	4,68
Candiba (4) (5)	2.535	4.087	6.159	4,44	4,66
Maetinga (2) (4)	636	1.317	1.974	6,84	4,60
Jacaraci (4)	1.601	2.439	3.651	3,90	4,58
Ituaçu (4)	1.724	3.014	4.429	5,21	4,37
Sebastião Laranjeiras (4)	1.508	2.529	3.639	4,81	4,13
Tanhaçu (4)	2.786	4.969	7.017	5,40	3,91
Caetité (3)	10.830	16.925	23.459	4,14	3,69
Dom Basílio	680	1.109	1.521	4,55	3,57
Ibiassucê	1.283	2.956	4.037	7,88	3,52
Urandi (4)	2.034	3.472	4.730	4,98	3,50
Caculé	6.460	8.697	11.531	2,74	3,18
Rio do Antônio (4)	2.521	3.883	5.112	4,00	3,10
Livramento de Nossa Senhora (4)	8.909	13.200	16.724	3,64	2,66
Palmas do Monte Alto	2.247	5.312	6.657	8,14	2,54
Mortugaba (4)	2.292	4.149	4.994	5,54	2,08
Igaporã (4)	3.508	5.903	7.101	4,84	2,07
Guanambi (4)	24.944	45.127	54.003	5,54	2,02
Sem Perdas ou Ganhos Migratórios Líquidos Significativos					
Pindaí (4)	1.757	3.048	3.631	5,14	1,96
Brumado	25.728	36.013	40.710	3,10	1,37
Condeúba (3) (4) (5)	2.553	5.761	6.331	7,68	1,05
Sugestivo de Emigração Líquida					
Contendas do Sincorá (4)	2.102	2.181	2.331	0,34	0,74
Licínio de Almeida (4)	4.115	5.771	5.957	3,12	0,35
Emigração Líquida com Perdas Absolutas de População					
Cordeiros	1.246	2.296	2.100	5,71	- 0,99
Total	119.581	194.899	245.223	4,54	2,58

Fonte: IBGE. Censos Demográficos de 1980, 1991 e 2000.

(1) A população dos municípios criados após 1980 e dos que perderam área para estes novos municípios foi ajustada para os limites municipais de 1991, usando-se a tabela de comparatividade dos setores censitários, do próprio IBGE.

(2) Município criado após o Censo Demográfico de 1980.

(3) Município que deu origem a outro após o Censo Demográfico de 1980.

(4) Município que a área urbana ultrapassou o perímetro de 1991, penetrando no quadro rural.

(5) Teve distrito instalado após 1991.

Dentre os três municípios com taxas que não revelaram perdas e ganhos migratórios significativos urbanos no segundo período, Brumado foi o único sem alteração de limites intramunicipais. Entretanto, em todos verificou-se um arrefecimento considerável da velocidade de crescimento, pois apresentaram crescimento por imigração líquida em 1980-91.

Dos três municípios com emigração líquida no período 1991-2000, em dois, possivelmente, a perda não foi maior pela expansão do espaço urbano sobre o rural. Cordeiros, com taxas negativas de crescimento urbano, demonstrou uma queda bastante acentuada em seu ritmo de crescimento, visto que em 1980-91 denotou imigração líquida.

Quanto ao contingente registrado no espaço urbano, de 1980 a 2000, verificou-se que na maioria dos municípios ele dobrou, havendo aquele em que triplicou (Malhada de Pedras) ou quadruplicou (Lagoa Real e Presidente Jânio Quadros). Mesmo assim, em 2000, apenas três unidades detinham mais de 20 mil moradores – Guanambi (22,02% do total urbano da região), Brumado (16,60%), Caetité (9,57%). Mais dois comportavam entre 10 mil e 20 mil residentes urbanos – Livramento de Nossa Senhora (6,82%) e Caculé (4,70%). Ademais, a soma da participação desses cinco maiores contingentes representava 55,01% do total de habitantes urbanos da SG.

Observa-se que na maior parte dos municípios o conjunto urbano era reduzido, alguns com menos de 2 mil habitantes no último ano censitário: Guajeru, Maetinga e Dom Basílio.

Cartograma 04

Crescimento Demográfico da População Urbana por Município

Região Econômica Serra Geral - BA, 1980 - 2000

1980/1991



1991/2000



FAIXAS DE CRESCIMENTO

- Perdas absolutas
- Emigração líquida
- Sem perdas ou ganhos líquidos
- Imigração líquida

Fonte: Censos Demográficos, IBGE: 1980, 1991 e 2000.

LOCALIZAÇÃO, LIMITES E MUNICÍPIOS INTEGRANTES

A Região Médio São Francisco (MSF) apresenta conformação irregular e alongada, acompanhando o leito do Rio São Francisco que a atravessa e divide de sul a norte. Limita-se a oeste com a Região Econômica Oeste. Ao norte, com o Estado do Piauí e com a RE Baixo Médio São Francisco. A leste estabelece fronteira com as regiões Irecê, Chapada Diamantina e Serra Geral. Ao sul, faz divisa com o Estado de Minas Gerais. Com clima variando de seco a subúmido, a totalidade de seu território está inserida no semi-árido¹.

Por ocasião do Censo de 2000, essa região compunha-se de 16 municípios (Cartograma 1). Desses, nove já existiam em 1980: Barra, Bom Jesus da Lapa, Brejolândia, Carinhanha, Ibotirama, Malhada, Morpará, Paratinga, Riacho de Santana. Entre 1985 e 1989, mais sete se emanciparam e passaram a integrá-la (Buritirama, Feira da Mata, Iuiú, Matina, Muquém de São Francisco, Serra do Ramalho e Sítio do Mato).

VISÃO SINTÉTICA DO PROCESSO HISTÓRICO DE OCUPAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO RECENTE

Logo após o descobrimento e por séculos, o Rio São Francisco efetivamente era o rio da integração nacional, principal via de comunicação da Bahia e do Nordeste com Minas Gerais. Grande responsável pela chegada do colonizador à região atualmente denominada Médio São Francisco, fez-se presente na formação da cultura e dos hábitos de seus moradores, constituindo-se no seu mais importante meio de sobrevivência e, portanto, nas suas margens se concentraram os que decidiram residir na região.

¹ Também compõe Grande Área do Semi-Árido, conforme definida para nesse trabalho no texto de Ferlin e Dias.

Cartograma 01

Divisão Político - Administrativa

Região Econômica Médio São Francisco - BA



Até o final do século XIX e início do século XX, a vida dos habitantes do MSF seguia em muito o ritmo do rio, de suas enchentes e vazantes. Caracterizava-se como região de escasso povoamento, com economia vulnerável, frequentemente submetida à seca, e essencialmente desenvolvida em torno de uma agricultura mercantil simples, da pecuária extensiva e do extrativismo para exportação. Em termos de estrutura fundiária, predominava a pequena propriedade, embora houvesse grandes latifúndios destinados à criação bovina. Então, os municípios que mais se destacavam econômica e politicamente, à esquerda do São Francisco, eram Barra e Bom Jesus da Lapa. Em boa medida, tal posição decorria da localização privilegiada de ambos em relação à hidrovia do São Francisco, que, a partir do final do século XIX, ligava-se a Salvador por ferrovia. Barra, em especial, graças ao Rio Grande, estabelecia contato com Barreiras. Ou seja, nos tempos em que as estradas eram escassas e rudimentares, esses municípios situavam-se numa das principais rotas comerciais do Estado, possibilitando o contato do interior com a capital baiana.

No final dos anos 1970, diferentes programas governamentais foram implantados nos cerrados brasileiros, incluindo a parte mais a oeste da Bahia². Dentre outros, investiu-se na modernização da agricultura e na construção de estradas para o escoamento da produção. Com isso, já na década de 1980, verificavam-se alterações nos padrões de distribuição espacial de seus habitantes que, em parte, deixaram o Vale do São Francisco e passaram a se concentrar em torno das rodovias. Ao mesmo tempo, no Médio São Francisco, a economia manteve-se predominantemente calcada nas atividades agrícolas tradicionais. Nesse contexto, Barreiras (na RE Oeste), onde inicialmente se expandiu a agricultura moderna e mecanizada, emergiu como principal pólo político e econômico dessa porção do Estado, enquanto Barra e Bom Jesus da Lapa perderam expressão.

Na década de 1990, na região coexistiam grandes propriedades agrícolas – algumas das quais adotando modernas tecnologias – com vasto número de minifúndios, nos quais o dono da terra prescindia de recursos financeiros ou tecnológicos e cujo capital principal ainda era a força de trabalho familiar. Bom Jesus da Lapa destacava-se como o único município da região com perímetros irrigados, tanto de ordem pública quanto privada, e onde também se concentrava o maior volume de investimentos e a melhor infra-estrutura urbana da região. Além disso, em sua sede há um entroncamento rodoviário estratégico, que liga Barreiras a Salvador.

DINÂMICA DEMOGRÁFICA REGIONAL

A região no Estado

Assim como o Estado, o MSF revelou declínio de seus ritmos de crescimento total, urbano e rural. Para o contingente total, suas taxas significaram equilíbrio entre os fluxos migratórios no primeiro período e perdas líquidas no

² Tal processo foi melhor detalhado na primeira parte desse estudo, no capítulo referente ao Histórico da Ocupação da Bahia e no estudo específico da Região Oeste.

segundo. Esses patamares, seguidamente, foram inferiores aos da média baiana: 2,04% a.a. e 0,89% a.a., no MSF, enquanto para a Bahia as taxas foram de 2,09% a.a. e 1,08% a.a., em 1980-1991 e 1991-2000, respectivamente.

Com porte demográfico reduzido, nos três censos em estudo o MSF constituiu-se na menor dentre as Regiões Econômicas baianas. Ademais, diminuiu sua importância relativa frente ao conjunto estadual, entre 1980 e 2000. Em 1980, contava com 2,64% dos residentes baianos (aproximadamente 250 mil hab.) e, em 2000, passou a agrupar 2,58% do total (337.507 hab.). Observe-se que, nesse último ano, a soma dos habitantes do MSF revelou-se inferior à população dos dois maiores municípios baianos, Salvador e Feira de Santana.

Seu contingente se distribuía em 46.970km² – quarta maior área da Bahia –, o que resultava numa baixa densidade (7,19 hab./km²) em relação à do Estado (23,16 hab./km²), superando apenas a da Região Oeste. Além disso, os moradores da região situavam-se essencialmente no meio rural, ou seja, diferindo da maioria das REs, o MSF ainda não estava urbanizado em 2000. Nesse ano, seu grau de urbanização, 42,96%, superou apenas o da Região Nordeste e o da Chapada Diamantina; mas, principalmente, ainda ficou abaixo da média obtida pelo Estado em 1980 (49,29%).

O contingente urbano do Médio São Francisco, contudo, elevou seu peso relativo frente ao todo urbano da Bahia, apesar de se manter sucessivamente como a RE de menor população urbana, a qual correspondia a 1,65% da população urbana estadual em 2000. Em termos absolutos, praticamente dobrou seu contingente entre 1980 e 2000 (passando de 72.051 hab. para 144.996 hab.). Tal crescimento resultou em taxas elevadas, associadas à imigração líquida (4,16% a.a. entre 1980 e 1991, e 2,83% a.a., entre 1991 e 2000), mais acentuadas do que a média baiana. Cabe ressaltar, contudo, que, ao menos em parte, o ritmo de crescimento urbano do último período foi influenciado pela ampliação do perímetro urbano, de 12 das 16 unidades da região, que avançou sobre áreas rurais. Da mesma forma, também a retração da taxa de crescimento rural reflete tais alterações.

Mesmo sendo menos intensos que os da Bahia, os ritmos de crescimento relativos ao meio rural revelaram emigração líquida nos dois períodos, sendo que entre 1991 e 2000 significaram a perda absoluta de moradores (1,04% a.a. em 1980-1991 e -0,36% a.a. em 1991-2000). Ainda assim, frente às perdas observadas em outras regiões, a população rural do Médio São Francisco elevou sua participação no conjunto baiano, passando de 3,70% do total rural, em 1980, para 4,48%, em 2000. Em termos absolutos, seu contingente de 192.511 habitantes era o décimo dentre os das 15 REs.

Os municípios na região

Distribuição da população, área e densidade demográfica

Em 2000, nove municípios do MSF apresentaram densidades acima da média regional (7,19hab./km²): Ibotirama, Matina, Bom Jesus da Lapa, Serra do

Ramalho, Riacho de Santana, Carinhanha, Paratinga, Iuiú e Malhada. Excepcionalmente Bom Jesus da Lapa, esse grupo possuía populações com menos de 30 mil habitantes e áreas inferiores a 3.000 km².

A maior densidade foi encontrada em Ibotirama, o sétimo município em tamanho de população e a terceira menor área da região (Tabela 1). Matina, o 12º colocado quanto ao porte demográfico e com a menor área, registrou a segunda maior densidade. Bom Jesus da Lapa, único município na região com mais de 50.000 residentes, abarcava, então, 16,15% dos habitantes do MSF distribuídos em 4.133 km²; com isso, obteve a terceira maior densidade (13,17 hab./km²).

Tabela 1

População Total e Área Por Ordem Decrescenteda Densidade Demográfica Bahia – Médio São Francisco, 2000				
Municípios	População	Área		Densidade (hab/km ²)
		(Km ²)	%	
Ibotirama	24.149	1.391	2,96	17,36
Matina	10.242	773	1,65	13,25
Bom Jesus da Lapa	54.421	4.133	8,80	13,17
Serra do Ramalho	32.600	2.668	5,68	12,22
Riacho de Santana	28.643	2.699	5,75	10,61
Carinhanha	27.272	2.752	5,86	9,91
Paratinga	27.679	2.814	5,99	9,84
Iuiú	10.489	1.096	2,33	9,57
Malhada	15.614	1.966	4,19	7,94
Sítio do Mato	11.752	1.710	3,64	6,87
Morpará	8.597	1.732	3,69	4,96
Buritirama	17.797	3.798	8,09	4,69
Feira da Mata	6.235	1.656	3,53	3,77
Barra	44.203	12.299	26,18	3,59
Brejolândia	8.762	2.615	5,57	3,35
Muquém do São Francisco	9.052	2.868	6,11	3,16
Total	337.507	46.970	100,00	7,19

Fonte: IBGE. Censo Demográfico de 2000 e Site Cidade@.

Evolução das populações municipais: volume, ritmo de crescimento e participação relativa

O MSF, sucessivamente, aumentou seu contingente. Em alguns municípios, entretanto, verificou-se oscilação na evolução do porte demográfico. Sítio do Mato e Matina, de 1980 a 1991, e Serra do Ramalho, Feira da Mata, Iuiú e Brejolândia, de 1991 a 2000, diminuíram a quantidade de moradores. Os demais apresentaram sempre ritmo de crescimento positivo, motivo pelo qual elevaram continuamente sua população.

A situação experimentada pela região, de crescer a taxas decrescentes, foi compartilhada por 11 de seus 16 municípios. Conforme a Tabela 2 e Cartograma 2, as taxas elevaram-se apenas em cinco deles: Buritirama, Sítio do Mato, Morpará, Paratinga e Matina.

Na mesma Tabela 2, observa-se que, entre 1991-2000, dois municípios registraram taxas compatíveis com ganhos por imigração – Buritirama e Sítio do Mato. Assim, expressaram inversão da tendência esboçada no primeiro período, quando revelaram perdas migratórias líquidas.

Tabela 2

População Residente Total e Taxa Média Geométrica de Crescimento Anual, Por Ordem Decrescente em 2000					
Bahia – Médio São Francisco, 1980-2000					
Crescimento/ Municípios	População			Taxa Média Geométrica de Crescimento Anual (%)	
	1980 (1)	1991	2000	1980/1991	1991/2000
Sugestivo de Imigração Líquida					
Buritirama (2)	11.563	12.539	17.797	0,74	3,97
Sítio do Mato (2)	9.461	8.699	11.752	- 0,76	3,40
Sem Perdas ou Ganhos Migratórios Líquidos Significativos					
Morpará	7.192	7.411	8.597	0,27	1,66
Paratinga	20.548	24.181	27.679	1,49	1,51
Matina (2)	9.535	8.999	10.242	- 0,52	1,45
Bom Jesus da Lapa (3)	34.275	48.910	54.421	3,29	1,19
Barra (3)	33.274	39.806	44.203	1,64	1,17
Muquém do São Francisco (2)	6.612	8.257	9.052	2,04	1,03
Sugestivo de Emigração Líquida					
Carinhanha (3)	16.107	25.565	27.272	4,29	0,72
Riacho de Santana (3)	23.578	27.259	28.643	1,33	0,55
Ibotirama	17.157	23.270	24.149	2,81	0,41
Malhada (3)	10.683	15.210	15.614	3,26	0,29
Emigração Líquida com Perdas Absolutas de População					
Brejolândia	9.044	11.268	8.762	2,02	- 2,76
Feira da Mata (2)	6.217	6.343	6.235	0,18	- 0,19
Iuiú (2)	8.991	10.841	10.489	1,72	- 0,37
Serra do Ramalho (2)	25.428	33.164	32.600	2,44	- 0,19
Total	249.665	311.722	337.507	2,04	0,89

Fonte: IBGE. Censos Demográficos de 1980, 1991 e 2000.

(1) A população dos municípios criados após 1980 e dos que perderam área para estes novos municípios foi ajustada para os limites municipais de 1991, usando-se a tabela de comparatividade dos setores censitários, do próprio IBGE.

(2) Município criado após o Censo Demográfico de 1980.

(3) Município que deu origem a outro após o Censo Demográfico de 1980.

Em seis municípios, as taxas do segundo período oscilaram entre 1% a.a. e 2% ao ano, patamar que revela não ter havido ganho ou perda demográfica significativo. Desses, Muquém do São Francisco e Barra mantiveram-se na mesma faixa de crescimento observada em 1980-1991. Morpará, Paratinga e Matina ampliaram seu ritmo de crescimento, deixando de apresentar perdas líquidas. Quanto a Bom Jesus da Lapa, denotou declínio no crescimento, uma vez que apresentou imigração líquida no primeiro período.

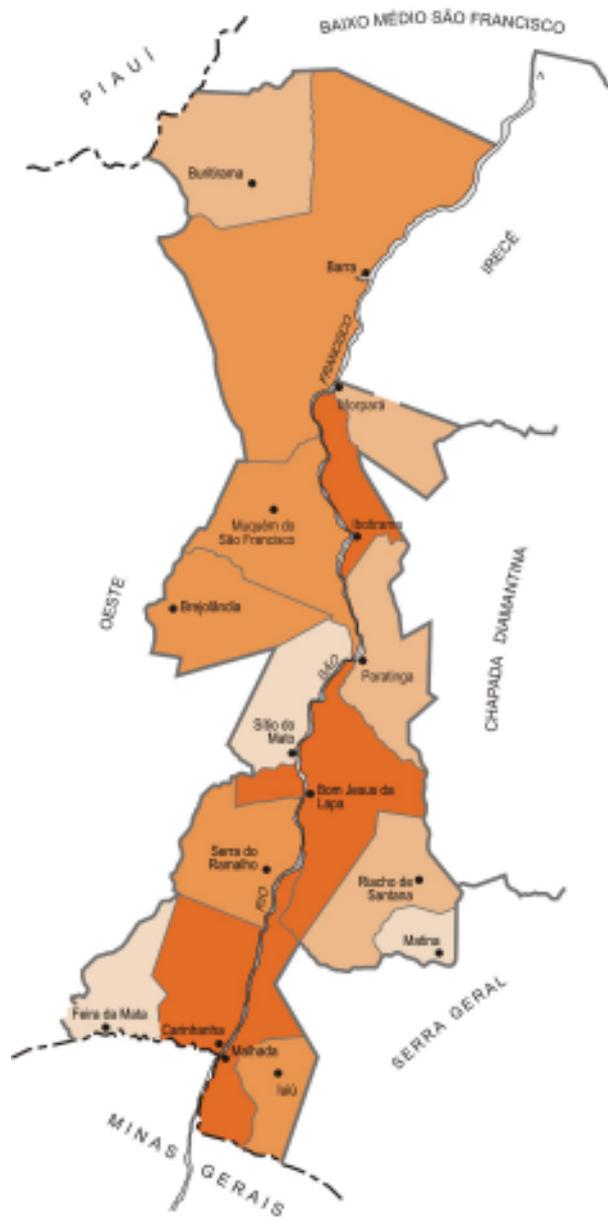
Oito municípios tiveram taxas inferiores a 1% entre 1991-2000, ou seja, com perda líquida. Em Carinhanha, Ibotirama e Malhada houve inversão do ritmo de crescimento, visto que vinham de um patamar de ganhos demográficos em 1980-1991. Riacho de Santana acentuou as perdas líquidas expressas nesse período.

Cartograma 02

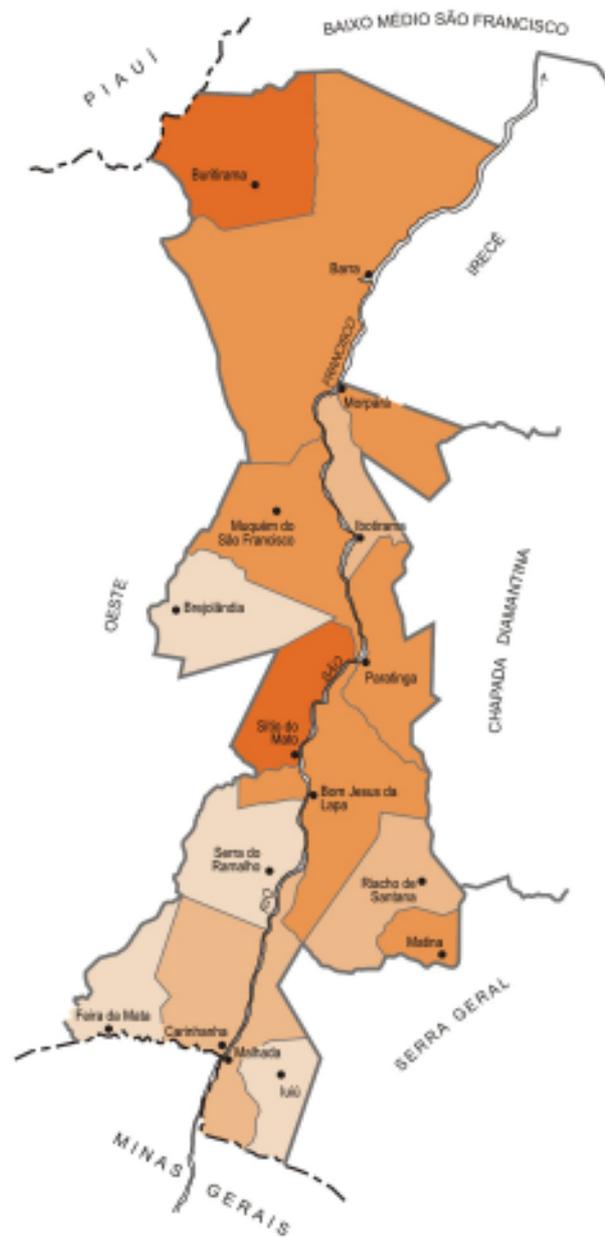
Crescimento Demográfico da População Total por Município

Região Econômica Médio São Francisco - BA, 1980 - 2000

1980/1991



1991/2000



FAIXAS DE CRESCIMENTO

- Perdas absolutas
- Emigração líquida
- Sem perdas ou ganhos líquidos
- Imigração líquida

Fonte: Censos Demográficos, IBGE: 1980, 1991 e 2000.

Os demais municípios reduziram sua população em termos absolutos. Dos quatro municípios nessa posição, apenas Feira da Mata registrou perdas líquidas em 1980-1991. Nesse período, Serra do Ramalho, Iuiú e Brejolândia não revelaram predomínio de imigração ou emigração na determinação do crescimento.

Mesmo sem imigração líquida no último período, Bom Jesus da Lapa permaneceu como o maior município do MSF. Em 1980, detinha pouco menos de 34,5 mil hab. passando para 48.910 hab. em 1991. Em 2000, consolidou-se como o município mais populoso de sua RE, com 54.421 moradores. Em termos relativos, constituiu-se no único a elevar seguidamente seu peso, com 16,12% dos habitantes da região em 2000.

Barra, o segundo mais populoso em todo o período, em 1980 possuía apenas 1.000 hab. a menos que Bom Jesus da Lapa. Contudo, dado que este último cresceu a taxas mais elevadas do que Barra, a diferença entre ambos ampliou-se, ultrapassando os 10 mil hab. em 2000, quando esse município apresentou 44.203 hab. ou 13,10% do conjunto de moradores do MSF, proporção inferior à observada em 1980, 13,73%. Além desses, apenas Serra do Ramalho registrou mais de 30 mil moradores no último censo.

A maior parte (nove) dos municípios do MSF registrou menos de 20 mil habitantes em 2000, sendo que em quatro – Muquém do São Francisco, Brejolândia, Morpará e Feira da Mata – havia menos de 10 mil moradores (Tabela 3).

Tabela 3

Participação Relativa da População Total dos Municípios no Total da Região, Por Ordem Decrescente em 2000			
Bahia – Médio São Francisco, 1980-2000			
Municípios	Participação na Região (%)		
	1980 (1)	1991	2000
Bom Jesus da Lapa (3)	13,73	15,69	16,12
Barra (3)	13,33	12,77	13,10
Serra do Ramalho (2)	10,18	10,64	9,66
Riacho de Santana (3)	9,44	8,74	8,49
Paratinga	8,23	7,76	8,20
Carinhanha (3)	6,45	8,20	8,08
Ibotirama	6,87	7,46	7,16
Buritirama (2)	4,63	4,02	5,27
Malhada (3)	4,28	4,88	4,63
Sítio do Mato (2)	3,79	2,79	3,48
Iuiú (2)	3,60	3,48	3,11
Matina (2)	3,82	2,89	3,03
Muquém do São Francisco (2)	2,65	2,65	2,68
Brejolândia	3,62	3,61	2,60
Morpará	2,88	2,38	2,55
Feira da Mata (2)	2,49	2,03	1,85
Total	100,00	100,00	100,00

Fonte: IBGE. Censos Demográficos de 1980, 1991 e 2000.

(1) A população dos municípios criados após 1980 e dos que perderam área para estes novos municípios foi ajustada para os limites municipais de 1991, usando-se a tabela de comparatividade dos setores censitários, do próprio IBGE.

(2) Município criado após o Censo Demográfico de 1980.

(3) Município que deu origem a outro após o Censo Demográfico de 1980.

A tendência à diminuição absoluta do contingente rural pôde ser notada desde 1980-1991 em seis unidades do MSF: Sítio do Mato, Feira da Mata, Matina, Iuiú, Carinhanha e Buritirama. Entre 1991-2000, 10 municípios tiveram perdas demográficas rurais. Isso se refletiu em retração do ritmo de crescimento rural da região, que obteve taxa negativa nesse último período.

Ressalte-se que 12 dos municípios dessa RE experimentaram alterações em suas áreas urbanas após 1996, que passaram a ocupar espaços anteriormente definidos como rurais. Dessa forma, para Barra, Bom Jesus da Lapa, Carinhanha, Feira da Mata, Ibotirama, Iuiú, Malhada, Matina, Riacho de Santana, Serra do Ramalho, Paratinga e Sítio do Mato — cujos ritmos de crescimento mostraram-se inferiores a 1% ao ano entre 1991 e 2000 — não se pode estabelecer com precisão em que medida suas taxas refletem processos migratórios ou realizar comparações com a tendência do período 1980-1991. Destaque-se que, mesmo com redução do espaço rural, Sítio do Mato revelou ritmo de crescimento rural, que foi indicativo de ganhos demográficos (6,35% a.a.), tendência distinta da maioria das unidades municipais tanto da região como do Estado.

Sobre os demais, na Tabela 4 vê-se que Buritirama foi o único município a ampliar seu ritmo de crescimento rural. Além disso, inverteu completamente

Tabela 4

População Residente Rural e Taxa Média Geométrica de Crescimento Anual, Por Ordem Decrescente em 2000					
Bahia – Médio São Francisco, 1980-2000					
Crescimento/ Municípios	População			Taxa Média Geométrica de Crescimento Anual (%)	
	1980 (1)	1991	2000	1980/1991	1991/2000
Sugestivo de Imigração Líquida					
Sítio do Mato (2) (4)	5.026	3.034	5.282	- 4,48	6,35
Buritirama (2)	9.890	9.754	11.873	- 0,13	2,21
Sem Perdas ou Ganhos Migratórios Líquidos Significativos					
Paratinga (4)	15.617	16.835	18.612	0,69	1,12
Sugestivo de Emigração Líquida					
Muquém do São Francisco (2)	6.387	7.450	8.055	1,41	0,87
Barra (3) (4)	21.530	24.039	24.562	1,01	0,24
Bom Jesus da Lapa (3) (4)	14.414	16.520	16.695	1,25	0,12
Emigração Líquida com Perdas Absolutas de População					
Matina (2) (4)	8.918	7.610	7.483	- 1,43	- 0,19
Ibotirama (4)	7.375	8.039	7.765	0,79	- 0,38
Riacho de Santana (3) (4)	17.522	18.886	17.632	0,68	- 0,76
Serra do Ramalho (2) (4)	25.428	31.005	28.858	1,82	- 0,79
Carinhanha (3) (4) (5)	11.033	18.240	16.789	4,68	- 0,92
Iuiú (2) (4)	6.774	6.614	5.918	- 0,22	- 1,23
Morpará	4.331	3.774	3.103	- 1,24	- 2,15
Malhada (3) (5)	8.960	12.522	9.541	3,09	- 2,98
Brejolândia	8.192	9.755	6.930	1,60	- 3,73
Feira da Mata (2) (4) (5)	6.217	4.873	3.413	- 2,19	- 3,88
Total	177.614	198.950	192.511	1,04	- 0,36

Fonte: IBGE. Censos Demográficos de 1980, 1991 e 2000.

(1) A população dos municípios criados após 1980 e dos que perderam área para estes novos municípios foi ajustada para os limites municipais de 1991, usando-se a tabela de comparatividade dos setores censitários, do próprio IBGE.

(2) Município criado após o Censo Demográfico de 1980.

(3) Município que deu origem a outro após o Censo Demográfico de 1980.

(4) Município que a área urbana ultrapassou o perímetro de 1991, penetrando no quadro rural.

(5) Teve distrito instalado após 1991.

a tendência em 1980-1991, de perdas absolutas, visto que em 1991-2000 apresentou imigração líquida.

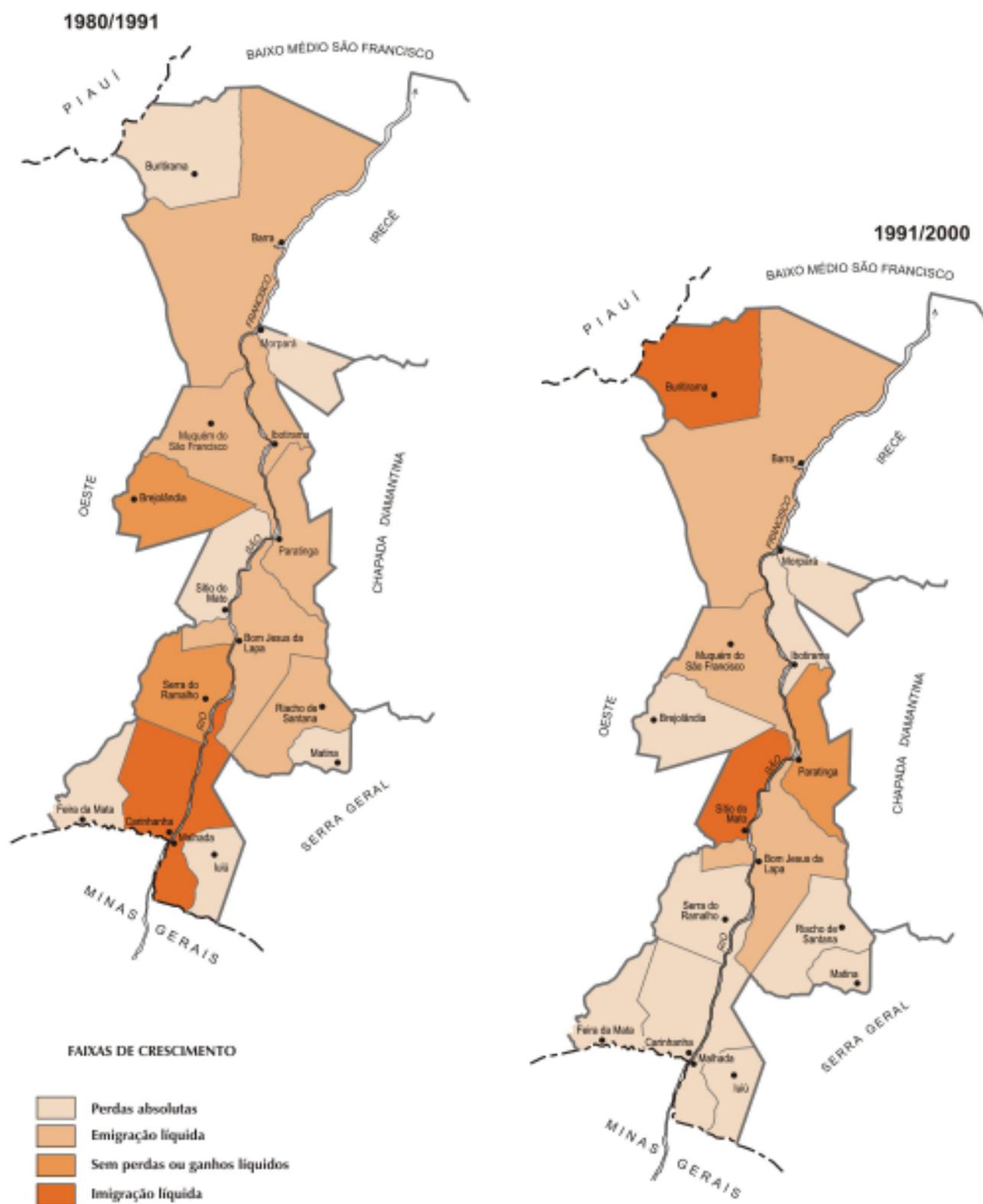
Muquém do São Francisco, Morpará e Brejolândia revelaram perdas líquidas de contingente rural, sendo que nos dois últimos as taxas foram negativas. Quanto à tendência, apenas Brejolândia alterou sua faixa de crescimento, pois em 1980-1991 cresceu sem ganhos ou perdas migratórios significativos (Cartograma 3).

Note-se que os municípios do Médio São Francisco — à exceção de Serra do Ramalho e Barra, com taxas inferiores a 1% ao ano — tinham contingentes rurais inferiores a 20 mil residentes. Sítio do Mato, com a maior taxa em 1991-2000, contava com pouco mais de cinco mil habitantes rurais, e Buritirama, também com ganhos demográficos rurais, possuía 11.873 moradores em 2000.

Cartograma 03

Crescimento Demográfico da População Rural por Município

Região Econômica Médio São Francisco - BA, 1980 - 2000



Fonte: Censos Demográficos, IBGE: 1980, 1991 e 2000.

Evolução da população urbana: lenta ampliação dos níveis de urbanização e ritmos de crescimento urbano

Apesar de o conjunto regional ter retraído seus ritmos de crescimento urbano, seis municípios elevaram suas taxas entre 1980-1991³ e 1991-2000: Malhada, Buritirama, Matina, Morpará, Carinhanha e Riacho de Santana, cujas taxas foram além de 2% ao ano. Entretanto, dada a quase generalização da expansão do perímetro urbano sobre o rural na região, efetivamente só é possível creditar a elevação do ritmo de crescimento ao processo imigratório a Buritirama e Morpará. Neste último e em Sítio do Mato as respectivas áreas urbanas foram as únicas a não registrar ganhos imigratórios no primeiro período (Tabela 5). Além desses, em Muquém do São Francisco e Brejolândia, as taxas revelaram crescimento por imigração líquida em 1991-2000⁴, embora em ritmo inferior ao registrado entre 1980 e 1991.

Tabela 5

População Residente Urbana e Taxa Média Geométrica de Crescimento Anual, Por Ordem Decrescente em 2000					
Bahia – Médio São Francisco, 1980-2000					
Crescimento/ Municípios	População			Taxa Média Geométrica de Crescimento Anual (%)	
	1980 (1)	1991	2000	1980/1991	1991/2000
Sugestivo de Imigração Líquida					
Malhada (3) (5)	1.723	2.688	6.073	4,13	9,48
Buritirama (2)	1.673	2.785	5.924	4,74	8,75
Matina (2) (4)	617	1.389	2.759	7,66	7,92
Feira da Mata (2) (4) (5)	0	1.470	2.822	–	7,52
Serra do Ramalho (2) (4)	0	2.159	3.742	–	6,30
Morpará	2.861	3.637	5.494	2,21	4,69
Carinhanha (3) (4) (5)	5.074	7.325	10.483	3,39	4,06
Riacho de Santana (3) (4)	6.056	8.373	11.011	2,99	3,09
Barra (3) (4)	11.744	15.767	19.641	2,71	2,47
Muquém do São Francisco (2)	225	807	997	12,31	2,38
Paratinga (4)	4.931	7.346	9.067	3,69	2,37
Brejolândia	852	1.513	1.832	5,36	2,15
Sem Perdas ou Ganhos Migratórios Líquidos Significativos					
Bom Jesus da Lapa (3) (4)	19.861	32.390	37.726	4,55	1,71
Sítio do Mato (2) (4)	4.435	5.665	6.470	2,25	1,49
Sugestivo de Emigração Líquida					
Iuiú (2) (4)	2.217	4.227	4.571	6,04	0,87
Ibotirama (4)	9.782	15.231	16.384	4,11	0,81
Total	72.051	112.772	144.996	4,16	2,83

Fonte: IBGE. Censos Demográficos de 1980, 1991 e 2000.

(1) A população dos municípios criados após 1980 e dos que perderam área para estes novos municípios foi ajustada para os limites municipais de 1991, usando-se a tabela de comparatividade dos setores censitários, do próprio IBGE.

(2) Município criado após o Censo Demográfico de 1980.

(3) Município que deu origem a outro após o Censo Demográfico de 1980.

(4) Município que a área urbana ultrapassou o perímetro de 1991, penetrando no quadro rural.

(5) Teve distrito instalado após 1991.

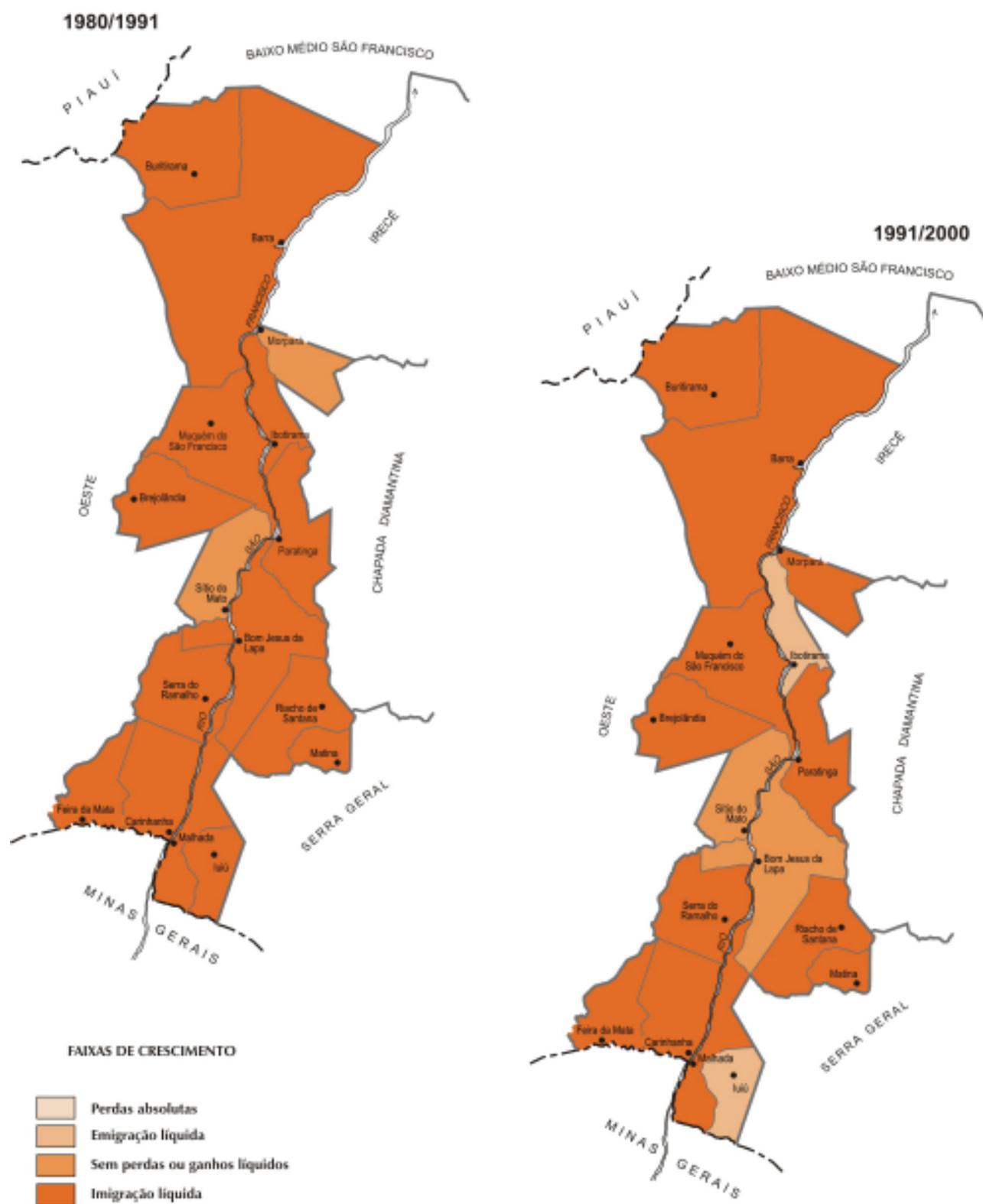
³ Note-se que Feira da Mata e Serra do Ramalho, pertencentes a esse grupo, foram criados entre os censos de 1980 e 1991, e, por isso, não registraram população urbana em 1980.

⁴ Feira da Mata, Serra do Ramalho, Barra e Paratinga também cresceram ao ritmo superior a 2% a.a., contudo, incluem-se no grupo dos municípios cujos perímetros urbanos foram ampliados após 1996.

Cartograma 04

Crescimento Demográfico da População Urbana por Município

Região Econômica Médio São Francisco - BA, 1980 - 2000



Fonte: Censos Demográficos, IBGE: 1980, 1991 e 2000.

Observe-se que mesmo expandindo seu espaço urbano, Bom Jesus da Lapa não obteve taxas indicativas de imigração líquida, enquanto Iuiú e Ibotirama apresentaram perdas demográficas líquidas.

Quanto ao porte, excetuando-se Bom Jesus da Lapa, todas as demais áreas urbanas registraram menos de 20 mil residentes em 2000. Em seis municípios – onde prevaleceram elevados ritmos de crescimento –, a população urbana era inferior a 5 mil moradores.

A Tabela 6 mostra que, apesar dos intensos ritmos de crescimento urbano e das baixas taxas de crescimento rural mencionadas anteriormente, a maior parte dos municípios não havia se urbanizado em 2000. Em outros termos, apenas em quatro unidades dessa região a proporção de moradores urbanos superou a de moradores rurais.

Bom Jesus da Lapa sempre foi o município mais urbanizado – e, seguido de Ibotirama, os únicos urbanizados desde 1980. Além desses, somente Morpará e Sítio do Mato também encontravam-se urbanizados no ano 2000. Este último apresentou queda na proporção de moradores urbanos entre 1991 e 2000, em função do elevado aumento de sua população rural. Barra, segunda maior população total, rural e urbana da região, contava com 44,67% dos habitantes vivendo em ambiente urbano, ou seja, ainda que desempenhasse um significativo papel no MSF, não se encontrava urbanizado.

Tabela 6

Grau de Urbanização dos Municípios, Por Ordem Decrescente em 2000 Bahia – Médio São Francisco, 1980-2000			
Municípios	Grau de Urbanização (%)		
	1980 (1)	1991	2000
Bom Jesus da Lapa (3) (4)	57,95	66,22	69,32
Ibotirama (4)	57,01	65,45	67,85
Morpará	39,78	49,08	63,91
Sítio do Mato (2) (4)	46,88	65,12	55,05
Feira da Mata (2) (4) (5)	–	23,18	45,26
Barra (3) (4)	35,29	39,61	44,43
Iuiú (2) (4)	24,66	38,99	43,58
Malhada (3) (5)	16,13	17,67	38,89
Riacho de Santana (3) (4)	25,68	30,72	38,44
Carinhanha (3) (4) (5)	31,50	28,65	38,44
Buritirama (2)	14,47	22,21	33,29
Paratinga (4)	24,00	30,38	32,76
Matina (2) (4)	6,47	15,44	26,94
Brejolândia	9,42	13,43	20,91
Serra do Ramalho (2) (4)	0,00	6,51	11,48
Muquém do São Francisco (2)	3,40	9,77	11,01
Total	28,86	36,18	42,96

Fonte: IBGE. Censos Demográficos de 1980, 1991 e 2000.

(1) A população dos municípios criados após 1980 e dos que perderam área para estes novos municípios foi ajustada para os limites municipais de 1991, usando-se a tabela de comparatividade dos setores censitários, do próprio IBGE.

(2) Município criado após o Censo Demográfico de 1980.

(3) Município que deu origem a outro após o Censo Demográfico de 1980.

(4) Município que a área urbana ultrapassou o perímetro de 1991, penetrando no quadro rural.

(5) Teve distrito instalado após 1991.

Para a maior parte das unidades do MSF, como a Tabela 6 demonstra, a população rural representava mais de 60% do total de habitantes, ou seja, numa região onde prevalecem atividades econômicas vinculadas à agropecuária, a maior parte de seus habitantes concentrava-se, como ainda é provável, em áreas rurais.

LOCALIZAÇÃO, LIMITES, MUNICÍPIOS INTEGRANTES

A Região Oeste – RE-015 – localiza-se, como seu próprio nome sugere, nas áreas a oeste da Bahia, mantendo fronteiras ao norte com o estado do Piauí; ao sul com Minas Gerais; a leste com a Região Médio São Francisco; e a oeste com os estados de Goiás e Tocantins.

Divisão territorial e político-administrativa atual

Na divisão político-administrativa atualmente vigente, a Região Oeste compõe-se de 23 municípios. São eles: Angical, Baianópolis, Barreiras, Canápolis, Catolândia, Cocos, Coribe, Correntina, Cotegipe, Cristópolis, Formosa do Rio Preto, Jaborandi, Mansidão, Riachão das Neves, Santana, Santa Maria da Vitória, Santa Rita de Cássia, São Desidério, São Félix do Coribe, Serra Dourada, Tabocas do Brejo Velho, Wanderley e Luís Eduardo Magalhães (Cartograma 1).

A partir de meados da década de 1980, portanto depois da realização do Censo Demográfico, foram criados cinco novos municípios, resultado de processos de desmembramento de outros integrantes da região. Wanderley foi criado em 1985, a partir do desmembramento de Cotegipe e Barra. São Félix do Coribe foi emancipado em 1989, tendo se originado dos municípios de Santa Maria da Vitória e Coribe. Jaborandi e Mansidão foram criados em 1985, originando-se, o primeiro, do desmembramento de Correntina e, o segundo, de Santa Rita de Cássia.

O município de Luís Eduardo Magalhães foi emancipado recentemente, desmembrado de Barreiras. Como não houve tempo hábil para que seus dados integrassem os resultados do Censo 2000, optou-se, neste trabalho, por considerá-lo como integrante de Barreiras. Ou seja, considerou-se o município de Barreiras como era antes da emancipação de Luís Eduardo Magalhães.

Cartograma 01
Divisão Político - Administrativa
Região Econômica Oeste - BA



A delimitação da Região Oeste da Bahia utilizada neste trabalho não condiz com seus limites históricos, visto que, até meados do século XX, era um território integrante do Sertão do São Francisco. Nesse contexto, o Rio São Francisco e seus afluentes tiveram um papel fundamental em seu povoamento, pois eram os únicos meios de transporte de pessoas e mercadorias. Era, pois, estratégico que os povoados se localizassem às margens dos rios navegáveis.

Com a introdução do cultivo da cana-de-açúcar no Recôncavo baiano, diminuiu o interesse pela conquista do Sertão do São Francisco. Embora totalmente desvinculada do primeiro ciclo econômico colonial – o ciclo da cana-de-açúcar –, a região começou a ser ocupada ainda no século XVI; porém, sua ocupação nesse período esteve ligada a expedições para a captura do índio, que era utilizado como escravo nos canaviais. Com a chegada do escravo africano, diminuiu o interesse pela captura indígena.

O povoamento gradativo começou a partir da concessão de sesmarias, que deram origem às primeiras propriedades, onde predominava a pecuária como principal atividade econômica. No século XVII, já era possível observar vários currais nas beiras dos rios e o surgimento de pequenos povoados.

Até o ano de 1828, as terras localizadas à margem esquerda do Rio São Francisco pertenciam à província de Pernambuco, quando então foram anexadas à província da Bahia. O primeiro município da atual Região Oeste foi Campo Largo, atual Cotegipe, emancipado em 1820. Em 1840 foi criado o município de Santa Rita de Cássia. No decorrer da primeira metade do século XIX, as vilas, povoados e freguesias da região apresentaram uma expansão econômica moderada. Nesse período, já era considerável o intercâmbio comercial entre os pequenos povoados do Vale do São Francisco, mas continuava limitado aos cursos navegáveis dos rios que pertenciam à bacia. No entanto, a partir da segunda metade do século XIX, a intensificação do comércio fluvial de longa distância deu à navegação um novo impulso.

A Região Oeste não possuía qualquer atividade especializada e, como toda a produção do Além do São Francisco, caracterizava-se pela diversidade. Assim, existiam várias atividades, mas de modesta produção: pecuária, pesca, extrativismo e, entre outras, lavouras de arroz, feijão, atividades extrativas, algodão e fumo, dentre outras culturas.

O crescimento do comércio no Além do São Francisco deu origem às novas cidades e povoados portuários que se localizavam nos limites navegáveis dos rios Grande, Corrente e Preto. Remonta a esse período a criação de Santa Maria da Vitória (1880) e Barreiras (1891). Além desses municípios, foram criados Correntina (1866), Angical (1890) e Santana (1890), todos pertencentes à atual Região Oeste.

Até meados do século XX, a região apresentou a mesma rede urbana do final do século XIX, caracterizada por poucos núcleos de importância e um conjunto de pequenos vilarejos dispersos, com pouca conexão entre si. A economia regional ficou centrada na pecuária extensiva e na agricultura mercantil simples, direcionada ao atendimento das necessidades da região.

Até o final da década de 1950, o Oeste continuava totalmente desvinculado da dinâmica econômica baiana. Seu comércio era realizado geralmente com as cidades dos estados de Minas Gerais e Goiás. A pouca influência comercial da Bahia, que ali chegava, era proveniente de Juazeiro. Além disso, a falta de infra-estrutura na região constituía um obstáculo ao desenvolvimento.

Entre os anos 1958 e 1962, foram criados mais 11 municípios no Oeste (Cocos, Coribe, Formosa do Rio Preto, Canápolis, Riachão das Neves, Cristópolis, Tabocas do Brejo Velho, Baianópolis, São Desidério, Catolândia e Serra Dourada). A criação de novos municípios, nesse período, foi um processo que ocorreu em todo o País, e visava à troca de favores políticos, isto é, envolvia a absorção de cotas de impostos federais e melhores garantias para a reeleição dos políticos.

O desenvolvimento da região, por causa de sua localização, tomou novo impulso nos anos 1960, com a fundação de Brasília, pois se situa no raio de influência da nova capital nacional. Uma das implicações importantes desse fato é que o Oeste passou a ter acesso às rodovias que levam a Brasília, e, conseqüentemente, ao Brasil central.

Na década de 1970, a Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (CODEVASF) implantou projetos de colonização e irrigação na região, destacando-se os perímetros irrigados de Barreiras e São Desidério. Incentivos ao crédito como o Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (PRODECER), do governo federal, garantiram os recursos necessários para os investimentos públicos e privados na região.

Foi a partir do final dos anos 1970, no entanto, que o Oeste começou a passar por transformações efetivamente de monta. Iniciou-se o processo de expansão das fronteiras agrícolas, que aumentou a concentração fundiária e introduziu a cultura de grãos, principalmente a da soja, que se constituiu no principal produto. Somente a partir daí a dinâmica econômica regional adquiriu a relevância que hoje possui para a Bahia, pois o cultivo de grãos nos cerrados baianos iniciou-se com base em técnicas modernas, grandes volumes de investimento e de produção. Assim, com tais características econômicas, a Região Oeste adquiriu sua forma territorial atual deixando de ser denominada "Além do São Francisco".

A região no estado

O Oeste possui a maior extensão territorial dentre as regiões econômicas do estado. Seus 114.447 km² correspondem a cerca de 20% do território baiano, tendo extensão territorial maior inclusive que alguns estados brasileiros. No Censo 2000 contava com 486.954 habitantes, que correspondiam a cerca de 3,7% da população Estadual. Sublinhe-se, porém, que a região sempre se caracterizou por uma grande extensão de terras pouco povoadas.

Os ritmos de crescimento da população durante o período em estudo seguiram a tendência declinante do estado. No entanto, o ritmo de crescimento demográfico do Oeste continuou superior, contribuindo para o aumento da participação da população regional em relação à estadual. Entre 1980-1991, os residentes do estado cresceram a uma taxa de 2,09% a.a., enquanto a região Oeste, em pleno processo de expansão das fronteiras agrícolas, apresentava uma taxa de 2,44% a.a. Os ritmos de crescimento caíram durante a década de 1990, quando a população estadual cresceu a 1,08% a.a. e a população do Oeste cresceu a uma taxa de 1,16% a.a.

A região sempre apresentou densidades demográficas muito baixas, principalmente se comparadas às da Bahia. Em 1980, a densidade demográfica do Oeste era de 2,94 Hab./km² e, em 2000, de 4,26 hab./km². No mesmo período, o estado saiu de 16,67 hab./km² para 23,04 hab./km², ou seja, entre 1980 e 2000, enquanto a densidade do estado cresceu 38%, a da região cresceu um pouco mais: 44%.

Quanto ao domicílio, observa-se que a população urbana regional cresceu a taxas bastante significativas em relação ao comportamento apresentado pelo estado, provavelmente devido ao processo de expansão das fronteiras agrícolas iniciado ao final da década de 1970. No período 1980-1991 a taxa de crescimento demográfico da população urbana do Oeste foi de 5,74% a.a., enquanto a do estado cresceu a 3,79% a.a. No período seguinte a população urbana do Oeste cresceu à taxa de 3,62% a.a., e a do estado, cresceu a 2,51% a.a.

Em consequência das elevadas taxas de crescimento da população urbana, o grau de urbanização da região aumentou de 30,5%, em 1980, para 53,8%, em 2000. Apesar disso, o grau de urbanização regional continuou inferior ao do estado (67,12%).

A dinâmica da população rural esteve bastante relacionada à do estado, embora as taxas da região também tenham sido um pouco superiores. No primeiro período (1980-1991) a população rural cresceu a 0,56% a.a. No segundo, acompanhando a tendência do estado, o crescimento demográfico rural foi negativo: -1,11% a.a.

A análise desses indicadores permite afirmar que durante o período em estudo a população da região aumentou sua representatividade em relação ao estado, principalmente na área urbana. Contudo, é preciso salientar que o Oeste ainda permaneceu como uma das regiões econômicas de menor população na Bahia.

Os municípios na região

Distribuição da população, área e densidade demográfica

Como visto anteriormente, o Oeste possui a menor densidade demográfica dentre as regiões da Bahia: 4,26, hab./km² em 2000 (Tabela 1). Como se não bastasse o baixo povoamento, a população ainda se encontra mal distribuída entre os 22 municípios da região, pois apenas o município de Barreiras concentra cerca de 27% dos habitantes regionais.

Tabela 1

População Total e Área Por Ordem Decrescente da Densidade Demográfica Bahia – Oeste, 2000				
Municípios	População	Área		Densidade (hab./km ²)
		(Km ²)	%	
Santa Maria da Vitória	41.261	1.891	1,65	21,82
Canápolis	9.743	464	0,41	21,00
Cristópolis	12.662	881	0,77	14,37
São Félix do Coribe	11.758	846	0,74	13,90
Serra Dourada	18.015	1.412	1,23	12,76
Santana	24.139	1.999	1,75	12,08
Barreiras (1)	131.849	11.933	10,43	11,05
Angical	14.701	1.492	1,30	9,85
Tabocas do Brejo Velho	12.619	1.584	1,38	7,97
Coribe	15.148	2.679	2,34	5,65
Catolândia	3.092	621	0,54	4,98
Wanderley	13.649	3.043	2,66	4,49
Santa Rita de Cássia	24.026	6.070	5,30	3,96
Riachão das Neves	21.917	5.842	5,10	3,75
Baianópolis	12.179	3.416	2,99	3,57
Mansidão	11.046	3.143	2,75	3,51
Cotegipe	13.374	4.146	3,62	3,23
Correntina	30.583	11.593	10,13	2,64
Cocos	17.611	10.085	8,81	1,75
São Desidério	19.006	14.819	12,95	1,28
Formosa do Rio Preto	18.288	16.449	14,37	1,11
Jaborandi	10.288	10.029	8,76	1,03
Total	486.954	114.437	100,00	4,26

Fonte: IBGE. Censo Demográfico e Site Cidade@.

(1) Inclui Luis Eduardo Magalhães.

Além disso, seus municípios possuem grandes extensões territoriais. Apenas Cristópolis, São Félix do Coribe, Catolândia e Canápolis – esse com apenas 464 km² – possuem área menor que 1.000 km². Seis municípios possuem área superior a 10.000 km² (Formosa do Rio Preto, São Desidério, Barreiras, Correntina, Cocos e Jaborandi), com destaque para Formosa do Rio Preto

(16.449 km²), a maior extensão territorial do estado. As áreas desses municípios foram visivelmente determinadas pelo processo de povoamento do estado, que seguiu do litoral (leste) para o interior (oeste). Assim, na região, as menores áreas se encontram a leste e as maiores a oeste, compondo a fronteira oeste da Bahia.

Em quatro municípios localizados na fronteira oeste do estado (Cocos, São Desidério, Formosa do Rio Preto e Jaborandi), a extensão territorial é superior a 10.000 km². Entretanto, esses municípios apresentaram as menores densidades demográficas da Bahia, sendo a menor a encontrada em Jaborandi: 1,03 hab./km².

Todos os municípios da região possuíam, em 2000, densidades inferiores à da Bahia: 23,04 hab./km². As maiores densidades pertenciam a Santa Maria da Vitória, com 21,82 hab./km², e Canápolis, com 21 hab./km². Dos restantes, apenas Cristópolis, São Félix do Coribe, Serra Dourada Santana e Barreiras apresentavam densidades superiores a 10 hab./km². Doze municípios possuíam densidades superiores à da região (4,26 hab./km²).

Quanto à distribuição da população entre os municípios, destacam-se as de Barreiras (131.849 hab.) e Catolândia (3.092 hab.), este com a menor população do Estado. Santa Maria da Vitória, Correntina, Santana, Santa Rita de Cássia e Riachão das Neves possuíam população superior a 20.000 habitantes. Santa Maria da Vitória era o segundo de maior população na região, com 41.261 habitantes. Todos os demais apresentavam população superior a 10.000 habitantes, com exceção de Catolândia, anteriormente citado, e Canápolis, com 9.743 habitantes.

Em relação à distribuição da população entre os municípios, observa-se a crescente participação de Barreiras, que representa mais de 25% da população regional. Os demais pouco representam em termos de população, destacando-se Santa Maria da Vitória e Correntina, com participações superiores a 5%. Os municípios restantes apresentaram participações inferiores a 5% da população regional (Tabela 1).

Evolução das populações municipais: volume, ritmo de crescimento e participação relativa

No período 1991-2000 a população da região Oeste apresentou queda no ritmo de crescimento, com taxa de 1,16% a.a., sendo que no período 1980-1991 fora de 2,44% a.a. (Tabela 2). Ressalte-se que, durante todo o período em estudo, a região, da mesma forma que o estado, teve crescimento demográfico sem perdas nem ganhos migratórios significativos. Porém, as taxas regionais foram sempre superiores às do estado.

Tabela 2

População Residente Total e Taxa Média Geométrica de Crescimento Anual, Por Ordem Decrescente em 2000 Bahia – Oeste, 1980-2000					
Crescimento/ Municípios	População			Taxa Média Geométrica de Crescimento Anual (%)	
	1980 (1)	1991	2000	1980/1991	1991/2000
Sugestivo de Imigração Líquida					
Barreiras (4)	41.462	92.640	131.849	7,58	4,00
Sem Perdas ou Ganhos Migratórios Líquidos Significativos					
Formosa do Rio Preto	11.886	15.418	18.288	2,39	1,91
Tabocas do Brejo Velho	10.663	11.281	12.619	0,51	1,25
Cocos	15.738	15.983	17.611	0,14	1,08
Sugestivo de Emigração Líquida					
Correntina (3)	26.079	28.005	30.583	0,65	0,98
Riachão das Neves	18.287	20.282	21.917	0,95	0,87
Mansidão (2)	8.544	10.290	11.046	1,70	0,79
Cotegipe (3)	11.383	12.480	13.374	0,84	0,77
Coribe (3)	17.963	14.167	15.148	- 2,14	0,75
Santa Rita de Cássia (3)	17.807	23.240	24.026	2,45	0,37
Serra Dourada	14.044	17.473	18.015	2,01	0,34
Canápolis	9.443	9.475	9.743	0,03	0,31
São Desidério	14.924	18.977	19.006	2,21	0,02
Wanderley (2)	11.172	13.637	13.649	1,83	0,01
Cristópolis	9.977	12.651	12.662	2,18	0,01
Emigração Líquida com Perdas Absolutas de População					
Santa Maria da Vitória (3)	34.111	41.528	41.261	1,80	- 0,07
São Félix do Coribe (2)	5.527	11.916	11.758	7,23	- 0,15
Santana	24.487	24.669	24.139	0,07	- 0,24
Catolândia	3.173	3.274	3.092	0,29	- 0,63
Angical	11.863	16.052	14.701	2,79	- 0,97
Baianópolis	9.577	13.823	12.179	3,39	- 1,40
Jaborandi (2)	8.706	11.692	10.288	2,72	- 1,41
Total	336.816	438.953	486.954	2,44	1,16

Fonte: IBGE. Censos Demográficos de 1980, 1991 e 2000.

(1) A população dos municípios criados após 1980 e dos que perderam área para estes novos municípios foi ajustada para os limites municipais de 1991, usando-se a tabela de comparatividade dos setores censitários, do próprio IBGE.

(2) Município criado após o Censo Demográfico de 1980.

(3) Município que deu origem a outro após o Censo Demográfico de 1980.

(4) Inclui o Município de Luís Eduardo Magalhães.

No período 1980-1991, o processo de expansão das fronteiras agrícolas contribuiu para o registro de uma taxa superior à do estado. No entanto, a consolidação de tal processo, em conjunto com a queda de fecundidade observada em toda a Bahia, no período, contribuiu para a redução das taxas de crescimento demográfico no Oeste, no período 1991-2000.

A tendência declinante do crescimento demográfico também foi observada na maioria dos municípios (Cartograma 2). Entre esses, destaca-se Barreiras, com 4,00% a.a., o único que obteve crescimento por imigração nos dois períodos, e, com isso, também as maiores taxas de crescimento.

Cartograma 02

Crescimento Demográfico da População Total por Município

Região Econômica Oeste - BA, 1980 - 2000

1980/1991



1991/2000



FAIXAS DE CRESCIMENTO

- Perdas absolutas
- Emigração líquida
- Sem perdas ou ganhos líquidos
- Imigração líquida

Fonte: Censos Demográficos, IBGE: 1980, 1991 e 2000.

Entre os municípios que cresceram sem perdas nem ganhos migratórios significativos, Formosa do Rio Preto cresceu a taxas decrescentes (2,39% a.a. entre 1980-1991 e 1,91% a.a. entre 1991-2000). Tabocas do Brejo Velho e Cocos saíram da condição crescimento por emigração líquida que haviam tido no período anterior.

Com crescimento por emigração líquida entre 1991-2000, Mansidão, Santa Rita de Cássia, Serra Dourada, São Desidério, Wanderley e Cristópolis tiveram no período anterior crescimento sem perdas ou ganhos migratórios significativos. Portanto, cresceram também a taxas decrescentes. Correntina e Canápolis, bem como Riachão das Neves e Cotegipe já cresciam por emigração líquida. Contudo, os dois primeiros aumentaram o ritmo de crescimento enquanto os outros dois acentuaram as perdas. No mesmo grupo, Coribe conseguiu reverter seu ritmo de crescimento, visto que tivera emigração líquida no período anterior.

No período 1991-2000, o conjunto de municípios que apresentaram perdas absolutas de população aumentou significativamente em relação ao período 1980-1991, quando apenas o município de Coribe, acima mencionado, apresentou perda absoluta de população. No segundo período esse grupo passou a contar com sete municípios. São Félix do Coribe, Angical, Jaborandi e Baianópolis se destacaram por sair de uma situação de imigração líquida no primeiro período para uma situação de perda absoluta de população no segundo. Santa Maria da Vitória registrara antes crescimento sem ganhos ou perdas migratórios significativos, e Santana e Catolândia, que vinham da condição de crescimento por emigração líquida, acentuaram suas perdas.

O grupo de municípios que apresentaram taxa de crescimento demográfico por emigração líquida era formado por 11 municípios em 2000. Esse grupo, no período 1980-1991, era composto de oito municípios, em que se destacaram Correntina, Riachão das Neves, Cotegipe e Canápolis, por permanecerem nessa faixa de crescimento nos dois períodos observados.

Na faixa de crescimento sem ganhos nem perdas migratórios significativos, entre 1991-2000, encontravam-se os municípios de Formosa do Rio Preto, Tabocas do Brejo Velho e Cocos; os dois últimos com taxas de crescimento ascendente e o primeiro com taxas de crescimento declinante, embora permanecesse dentro dos limites teóricos aceitáveis para o crescimento sem ganhos nem perdas migratórios significativos nos dois períodos. Esse grupo no período anterior, (1980-1991) era composto de oito municípios.

Assim, observa-se que o município de Barreiras apresenta ao final do período um comportamento demográfico completamente atípico em relação ao comportamento dos demais municípios da região. Isso porque é o único que continuou a apresentar crescimento por imigração líquida durante todo o período. Em relação aos demais municípios, ocorreram ou perda absoluta de população ou emigração líquida, atingindo, ao todo, 13 dos 22 municípios da região. Ou seja, as taxas de crescimento demográfico do Oeste não apresentaram queda maior devido às taxas observadas em Barreiras.

Quanto à participação da população dos municípios na população da região (Tabela 3), apenas os municípios de Barreiras, Formosa do Rio Preto e São Félix do Coribe conseguiram aumentar a sua participação no período; todos os demais a reduziram. Esse comportamento decorreu principalmente do aumento da participação do município de Barreiras, cuja população foi triplicada entre 1980-2000, aumentando sua participação de 12,31%, em 1980, para 27,08%, em 2000.

Tabela 3

**Participação Relativa da População Total dos Municípios no Total da Região, Por Ordem Decrescente em 2000
Bahia – Oeste, 1980-2000**

Municípios	Participação na Região (%)		
	1980 (1)	1991	2000
Barreiras (4)	12,31	21,10	27,08
Santa Maria da Vitória (3)	10,13	9,46	8,47
Correntina (3)	7,74	6,38	6,28
Santana	7,27	5,62	4,96
Santa Rita de Cássia (3)	5,29	5,29	4,93
Riachão das Neves	5,43	4,62	4,50
São Desidério	4,43	4,32	3,90
Formosa do Rio Preto	3,53	3,51	3,76
Serra Dourada	4,17	3,98	3,70
Cocos	4,67	3,64	3,62
Coribe (3)	5,33	3,23	3,11
Angical	3,52	3,66	3,02
Wanderley (2)	3,32	3,11	2,80
Cotegipe (3)	3,38	2,84	2,75
Cristópolis	2,96	2,88	2,60
Tabocas do Brejo Velho	3,17	2,57	2,59
Baianópolis	2,84	3,15	2,50
São Félix do Coribe (2)	1,64	2,71	2,41
Mansidão (2)	2,54	2,34	2,27
Jaborandi (2)	2,58	2,66	2,11
Canápolis	2,80	2,16	2,00
Catolândia	0,94	0,75	0,63
Total	100,00	100,00	100,00

Fonte: IBGE. Censos Demográficos de 1980, 1991 e 2000.

(1) A população dos municípios criados após 1980 e dos que perderam área para estes novos municípios foi ajustada para os limites municipais de 1991, usando-se a tabela de comparatividade dos setores censitários, do próprio IBGE.

(2) Município criado após o Censo Demográfico de 1980.

(3) Município que deu origem a outro após o Censo Demográfico de 1980.

(4) Inclui o Município de Luis Eduardo Magalhães.

Evolução da população urbana: urbanização e ritmo de crescimento

Inicialmente é importante destacar que, no período 1991-2000, os municípios de Angical, Barreiras, Cocos, Coribe, Correntina, Cotegipe, Formosa do Rio Preto, Mansidão, Riachão das Neves, Santa Maria da Vitória, Santa Rita de Cássia, São Desidério e São Félix do Coribe sofreram alterações em suas respectivas áreas urbanas e rurais. Mais precisamente, áreas que até então eram consideradas rurais pelas administrações municipais passaram à condição de urbanas. Dessa maneira, ocorreu nesses municípios uma expansão tanto das áreas quanto da população urbana, gerando, conseqüentemente, uma diminuição de áreas e da população rural.

Assim, as informações por situação de residência (urbano ou rural) contidas no Censo Demográfico de 2000 já incorporam tais alterações, tornando impossível estabelecer comparações diretas entre este Censo e os dois anteriores (1991 e 1980) nos municípios que sofreram alterações na base urbano-rural.

Ao acompanhar a tendência da década anterior, a região continuou a apresentar ritmos de crescimento da população urbana superior ao do estado. A taxa de crescimento da população urbana do Oeste, durante a década de 1990, ficou em 3,62% a.a. (Tabela 4) enquanto a do estado foi de 2,51% a.a. Durante o período 1980-1991, no auge do processo de expansão das fronteiras agrícolas, a população urbana da região cresceu a uma taxa de 5,74% a.a. e a do estado, 3,79% a.a. No âmbito municipal os altos níveis de crescimento da população urbana também foram observados durante o período. Nesse período 19 dos 22 municípios da região apresentaram taxas de crescimento da população urbana por imigração líquida, com destaque para Barreiras, onde a taxa foi de 8,11% a.a.

Tabela 4

População Residente Urbana e Taxa Média Geométrica de Crescimento Anual, Por Ordem Decrescente em 2000 Bahia – Oeste, 1980-2000					
Crescimento/ Municípios	População			Taxa Média Geométrica de Crescimento Anual (%)	
	1980 (1)	1991	2000	1980/1991	1991/2000
Sugestivo de Imigração Líquida					
Formosa do Rio Preto (4)	3.623	5.624	9.381	4,08	5,85
Barreiras (4) (5) (6)	30.055	70.870	115.784	8,11	5,61
Angical (4) (5)	1.758	3.749	6.035	7,13	5,43
Canápolis	1.565	1.638	2.538	0,42	4,99
Correntina (3) (4)	4.430	8.636	11.355	6,26	3,09
Cocos (4)	3.667	4.972	6.424	2,81	2,89
São Desidério (4)	3.177	5.539	7.129	5,18	2,84
Cotegipe (3) (4)	3.528	5.118	6.547	3,44	2,77
Serra Dourada	2.142	4.242	5.377	6,41	2,67
Mansidão (2) (4)	1.230	1.844	2.334	3,75	2,65
São Félix do Coribe (2) (4)	3.845	6.764	8.552	5,27	2,64
Tabocas do Brejo Velho	1.815	2.766	3.431	3,90	2,42
Jaborandi (2)	0	1.687	2.023	–	2,04
Sem Perdas ou Ganhos Migratórios Líquidos Significativos					
Cristópolis	1.721	2.252	2.675	2,47	1,93
Baianópolis	1.259	2.305	2.727	5,65	1,89
Coribe (3) (4)	2.362	4.825	5.695	6,71	1,86
Wanderley (2)	2.879	4.706	5.478	4,57	1,70
Riachão das Neves (4)	5.915	8.921	10.257	3,81	1,56
Santa Rita de Cássia (3) (4)	5.113	10.621	12.185	6,87	1,54
Santa Maria da Vitória (3) (4)	13.441	20.774	22.787	4,04	1,03
Sugestivo de Emigração Líquida					
Santana	9.015	11.589	12.496	2,31	0,84
Catolândia	381	801	848	6,99	0,64
Total	102.921	190.243	262.058	5,74	3,62

Fonte: IBGE. Censos Demográficos de 1980, 1991 e 2000.

(1) A população dos municípios criados após 1980 e dos que perderam área para estes novos municípios foi ajustada para os limites municipais de 1991, usando-se a tabela de comparatividade dos setores censitários, do próprio IBGE.

(2) Município criado após o Censo Demográfico de 1980.

(3) Município que deu origem a outro após o Censo Demográfico de 1980.

(4) Município que a área urbana ultrapassou o perímetro de 1991, penetrando no quadro rural.

(5) Teve distrito instalado após 1991.

(6) Inclui o Município de Luís Eduardo Magalhães.

Observando-se o Cartograma 3, verifica-se que as taxas de crescimento demográfico da população urbana se reduziram na maioria dos municípios da região entre 1991-2000. No entanto, devido às mudanças ocorridas no perímetro urbano dos municípios anteriormente apresentados, só serão aqui analisados os municípios que não sofreram alteração nos seus perímetros urbanos. Foram eles: Baianópolis, Canápolis, Catolândia, Cristópolis, Jaborandi, Santana, Serra Dourada, Tabocas do Brejo Velho e Wanderley.

A Tabela 4 mostra o crescimento demográfico da população urbana no Oeste por município. Observando-se os nove municípios que não sofreram alterações em seus perímetros urbanos no período 1991-2000, constata-se que apenas Canápolis apresentou uma taxa de crescimento demográfico da população urbana ascendente. No restante dos municípios verificou-se tendência declinante em suas taxas.

No conjunto desses municípios, quatro (Canápolis, Serra Dourada, Tabocas do Brejo Velho e Jaborandi) apresentaram taxas de crescimento da população urbana por imigração Líquida. Entretanto, Serra Dourada e Tabocas do Brejo Velho permaneceram na mesma faixa de crescimento do período anterior. Canápolis, durante o primeiro período (1980-1991), apresentou taxas de crescimento da população urbana por emigração líquida, mas, no segundo período, essa tendência foi revertida, porque o município cresceu por imigração líquida à taxa de cerca de 5,00% a.a.

Em relação a Jaborandi, o fato de não possuir áreas urbanas definidas durante o primeiro período, impossibilitou uma análise tendencial de suas taxas de crescimento durante o período. Contudo, entre 1991-2000 sua população urbana cresceu por imigração líquida.

Três municípios (Cristópolis, Baianópolis e Wanderley) apresentaram taxas de crescimento da população urbana sem ganhos nem perdas migratórios significativos. Nesse conjunto, o município de Cristópolis apenas permaneceu com a mesma dinâmica populacional do período 1980-1991, embora com uma taxa menor. Baianópolis e Wanderley saíram de uma situação de imigração líquida, no primeiro período, para uma situação em que expressavam crescimento de população urbanas sem ganhos nem perdas migratórios significativos, no segundo período.

Os municípios de Santana e Catolândia apresentaram, entre 1991-2000, taxas de crescimento da população urbana por emigração líquida. Santana, entretanto, no período anterior registrara crescimento da população urbana sem ganhos nem perdas migratórios significativos. No mesmo período, a população urbana de Catolândia cresceu com taxas que indicavam ganhos de imigração. Esse município apresentou a menor população urbana da região, com cerca de 848 habitantes no censo de 2000.

Cartograma 03

Crescimento Demográfico da População Urbana por Município

Região Econômica Oeste - BA, 1980 - 2000

1980/1991



1991/2000



FAIXAS DE CRESCIMENTO

- Perdas absolutas
- Emigração líquida
- Sem perdas ou ganhos líquidos
- Imigração líquida
- Não consta população urbana em 1980

Fonte: Censos Demográficos, IBGE: 1980, 1991 e 2000.

Na Tabela 5 observa-se o grau de urbanização da região e dos municípios para os censos realizados durante o período. Nota-se que, em 2000, o Oeste passou a apresentar um perfil predominantemente urbano, com grau de urbanização de 53,82%. Porém, nesse ano, apenas seis municípios possuíam grau de urbanização superior a 50%: Barreiras (87,82%), São Félix do Coribe (72,73%), Santa Maria da Vitória (55,23%), Santana (51,77%), Formosa do Rio Preto (51,30%) e Santa Rita de Cássia (50,72%). Dezesesseis municípios apresentavam populações predominantemente rurais, e o menor grau de urbanização foi o de Jaborandi (19,66%).

Tabela 5

**Grau de Urbanização dos Municípios, Por Ordem Decrescente em 2000
Bahia – Oeste, 1980-2000**

Municípios	Grau de Urbanização (%)		
	1980	1991	2000
Barreiras (4) (5) (6)	72,49	76,50	87,82
São Félix do Coribe (2) (4)	69,57	56,76	72,73
Santa Maria da Vitória (3) (4)	39,40	50,02	55,23
Santana	36,82	46,98	51,77
Formosa do Rio Preto (4)	30,48	36,48	51,30
Santa Rita de Cássia (3) (4)	28,71	45,70	50,72
Cotegipe (3) (4)	30,99	41,01	48,95
Riachão das Neves (4)	32,35	43,98	46,80
Angical (4) (5)	14,82	23,36	41,05
Wanderley (2)	25,77	34,51	40,13
Coribe (3) (4)	13,15	34,06	37,60
São Desidério (4)	21,29	29,19	37,51
Correntina (3) (4)	16,99	30,84	37,13
Cocos (4)	23,30	31,11	36,48
Serra Dourada	15,25	24,28	29,85
Catolândia	12,01	24,47	27,43
Tabocas do Brejo Velho	17,02	24,52	27,19
Canápolis	16,57	17,29	26,05
Baianópolis	13,15	16,68	22,39
Mansidão (2) (4)	14,40	17,92	21,13
Cristópolis	17,25	17,80	21,13
Jaborandi (2)	0,00	14,43	19,66
Total	30,56	43,34	53,82

Fonte: IBGE. Censos Demográficos de 1980, 1991 e 2000.

(1) A população dos municípios criados após 1980 e dos que perderam área para estes novos municípios foi ajustada para os limites municipais de 1991, usando-se a tabela de comparatividade dos setores censitários, do próprio IBGE.

(2) Município criado após o Censo Demográfico de 1980.

(3) Município que deu origem a outro após o Censo Demográfico de 1980.

(4) Município que a área urbana ultrapassou o perímetro de 1991, penetrando no quadro rural.

(5) Teve distrito instalado após 1991.

(6) Inclui o Município de Luís Eduardo Magalhães.

Assim, o que ocorre na Região Oeste é um processo de urbanização concentrado no município de Barreiras, cuja população urbana representa cerca de 44,18% população urbana da região.

Evolução da população rural

Entre 1980-2000, a dinâmica demográfica da população rural do Oeste sofreu forte influência do processo de expansão das fronteiras agrícolas, que aumentou a produtividade agrícola e a concentração fundiária da região,

contribuindo para uma emigração considerável no meio rural. Além disso, a disseminação da redução de fecundidade na população também contribuiu para a redução das taxas de crescimento da população rural.

Seguindo a metodologia estabelecida no presente trabalho, foram eliminados da análise os municípios que tiveram alterações em seus perímetros urbanos e rurais entre 1991-2000, como visto anteriormente. Assim, como se procedeu em relação à zona urbana, só foram analisados os municípios de Tabocas do Brejo Velho, Cristópolis, Serra Dourada, Canápolis, Wanderley, Catolândia, Santana, Jaborandi e Baianópolis.

Desse grupo, no período de 1991-2000, apenas o município de Tabocas do Brejo Velho apresentou uma taxa de crescimento da população rural positiva, já que cresceu com perdas por emigração líquida. Sendo, também, a maior taxa dentre os municípios da região. Os outros oito municípios apresentaram perdas absolutas de população, alguns com taxas inferiores a -2,0% a.a., a exemplo de Jaborandi e Baianópolis.

Entre 1980-1991, somente os municípios de Tabocas do Brejo Velho, Canápolis, Catolândia e Santana apresentaram perdas absolutas de população. O município de Baianópolis apresentou uma taxa de 3,0% a.a., o que indicava um processo de crescimento demográfico por imigração líquida. Cristópolis apresentou uma taxa de 2,12% a.a. dentro dos limites aceitáveis para o crescimento sem ganhos nem perdas migratórios significativos. Os municípios de Jaborandi, Wanderley e Serra Dourada tiveram taxas de crescimento demográfico da população rural por emigração líquida.

Em relação à tendência de crescimento da população rural, três municípios (Catolândia, Santana e Tabocas do Brejo Velho) tiveram taxas crescentes no período em estudo. Tabocas do Brejo Velho evoluiu de uma taxa de -0,35% a.a., entre 1980-1991, para uma taxa positiva de 0,85% a.a. no segundo período. Catolândia e Santana apenas amenizaram as suas perdas absolutas.

Entre os municípios que apresentaram taxas declinantes, destacam-se Jaborandi e Baianópolis (Tabela 6 e Cartograma 4). Ambos apresentaram taxas positivas no primeiro período e, no segundo, passaram a ostentar perdas absolutas na população rural bastantes expressivas.

Tabela 6

População Residente Rural e Taxa Média Geométrica de Crescimento Anual, Por Ordem Decrescente em 2000 Bahia – Oeste, 1980-2000					
Crescimento/ Municípios	População			Taxa Média Geométrica de Crescimento Anual (%)	
	1980 (1)	1991	2000	1980/1991	1991/2000
Sugestivo de Emigração Líquida					
Tabocas do Brejo Velho	8.848	8.515	9.188	- 0,35	0,85
Mansidão (2) (4)	7.314	8.446	8.712	1,32	0,35
Riachão das Neves (4)	12.372	11.361	11.660	- 0,77	0,29
Cocos (4)	12.071	11.011	11.187	- 0,83	0,18
Coribe (3) (4)	15.601	9.342	9.453	- 4,55	0,13
Emigração Líquida com Perdas Absolutas de População					
Correntina (3) (4)	21.649	19.369	19.228	- 1,01	- 0,08
Cristópolis	8.256	10.399	9.987	2,12	- 0,45
Serra Dourada	11.902	13.231	12.638	0,97	- 0,51
Santa Rita de Cássia (3) (4)	12.694	12.619	11.841	- 0,05	- 0,70
Cotegipe (3) (4)	7.855	7.362	6.827	- 0,59	- 0,83
Canápolis	7.878	7.837	7.205	- 0,05	- 0,93
Wanderley (2)	8.293	8.931	8.171	0,68	- 0,98
Formosa do Rio Preto (4)	8.263	9.794	8.907	1,56	- 1,05
Catolândia	2.792	2.473	2.244	- 1,10	- 1,07
Santa Maria da Vitória (3) (4)	20.670	20.754	18.474	0,04	- 1,28
Santana	15.472	13.080	11.643	- 1,52	- 1,28
São Desidério (4)	11.747	13.438	11.877	1,23	- 1,36
Jaborandi (2)	8.706	10.005	8.265	1,27	- 2,10
Baianópolis	8.318	11.518	9.452	3,00	- 2,17
Barreiras (4) (5) (6)	11.407	21.770	16.065	6,05	- 3,32
Angical (4) (5)	10.105	12.303	8.666	1,81	- 3,82
São Félix do Coribe (2) (4)	1.682	5.152	3.206	10,71	- 5,13
Total	233.895	248.710	224.896	0,56	- 1,11

Fonte: IBGE. Censos Demográficos de 1980, 1991 e 2000.

(1) A população dos municípios criados após 1980 e dos que perderam área para estes novos municípios foi ajustada para os limites municipais de 1991, usando-se a tabela de comparatividade dos setores censitários, do próprio IBGE.

(2) Município criado após o Censo Demográfico de 1980.

(3) Município que deu origem a outro após o Censo Demográfico de 1980.

(4) Município que a área urbana ultrapassou o perímetro de 1991, penetrando no quadro rural.

(5) Teve distrito instalado após 1991.

(6) Inclui o Município de Luis Eduardo Magalhães.

Cartograma 04
Crescimento Demográfico da População Rural por Município
Região Econômica Oeste - BA, 1980 - 2000

1980/1991



1991/2000



FAIXAS DE CRESCIMENTO

- Perdas absolutas
- Emigração líquida
- Sem perdas ou ganhos líquidos
- Imigração líquida

Fonte: Censos Demográficos, IBGE: 1980, 1991 e 2000.

A Tabela 7 mostra a participação da população rural nos municípios da Região Oeste. Pode-se observar que, em 2000, 16 municípios possuíam populações predominantemente rurais, mas em metade deles a população rural correspondia a mais de 70% da população dos municípios.

Tabela 7

Participação Relativa da População Rural dos Municípios, Por Ordem Decrescente em 2000 Bahia – Oeste, 1980-2000			
Municípios	População (%)		
	1980	1991	2000
Jaborandi (2)	100,00	85,57	80,34
Cristópolis	82,75	82,20	78,87
Mansidão (2) (4)	85,60	82,08	78,87
Baianópolis	86,85	83,32	77,61
Canápolis	83,43	82,71	73,95
Tabocas do Brejo Velho	82,98	75,48	72,81
Catolândia	87,99	75,53	72,57
Serra Dourada	84,75	75,72	70,15
Cocos (4)	76,70	68,89	63,52
Correntina (3) (4)	83,01	69,16	62,87
São Desidério (4)	78,71	70,81	62,49
Coribe (3) (4)	86,85	65,94	62,40
Wanderley (2)	74,23	65,49	59,87
Angical (4) (5)	85,18	76,64	58,95
Riachão das Neves (4)	67,65	56,02	53,20
Cotegipe (3) (4)	69,01	58,99	51,05
Santa Rita de Cássia (3) (4)	71,29	54,30	49,28
Formosa do Rio Preto (4)	69,52	63,52	48,70
Santana	63,18	53,02	48,23
Santa Maria da Vitória (3) (4)	60,60	49,98	44,77
São Félix do Coribe (2) (4)	30,43	43,24	27,27
Barreiras (4) (5) (6)	27,51	23,50	12,18
Total	69,44	56,66	46,18

Fonte: IBGE. Censos Demográficos de 1980, 1991 e 2000.

(1) A população dos municípios criados após 1980 e dos que perderam área para estes novos municípios foi ajustada para os limites municipais de 1991, usando-se a tabela de comparatividade dos setores censitários, do próprio IBGE.

(2) Município criado após o Censo Demográfico de 1980.

(3) Município que deu origem a outro após o Censo Demográfico de 1980.

(4) Município que a área urbana ultrapassou o perímetro de 1991, penetrando no quadro rural.

(5) Teve distrito instalado após 1991.

(6) Inclui o Município de Luis Eduardo Magalhães.

Com efeito, a população rural correspondia apenas a cerca de 46% da população total. Essa desigualdade se deve à grande concentração da população urbana da região no município de Barreiras, que representa 23,8% da população total do Oeste.

ABRAMOVAY, R.; CAMARANO, A. A.; PINTO, M. S. Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: tendências recentes. *Como vai a População Brasileira*. Brasília, v. 2, n. 2, p. 1-11, set. 1997.

ALVES, Aristides. *Chapada Diamantina*. Fotografias de Aristides Alves; Textos de Gustavo Falcón; Roy Funch. Salvador: CRA; DDF, 1997.

ANDRADE, Manuel Correia de. *Sertão Sul*. Recife: SUDENE, 1984. (Série estudos regionais).

BAHIA. Secretaria da Cultura e Turismo. *Guia cultural da Bahia: Litoral Norte*. Salvador: SCT, 1999. v. 9.

_____. *Guia cultural da Bahia: Paraguaçu*. Salvador: A Secretaria de Cultura e Turismo, 1999, v. 10.

BAHIA. Secretaria da Indústria, Comércio e Mineração. *Perfil empresarial de Feira de Santana*. Feira de Santana: UEFS/Centro de Pesquisa e Documentação de Feira de Santana; CPDOFS/SEBRAE, 1980, n. 118.

BAHIA. Secretaria do Planejamento, Ciência e Tecnologia. *Impactos sobre o urbano e o regional das atividades de reflorestamento e imobiliária na área de litoral norte*. Salvador: SEPLANTEC, 1982. Cópia.

_____. *Documento Recôncavo*. Salvador: SEPLANTEC, 1972. 95 p. il. tabs.

BAHIA. Secretária do Trabalho e Bem Estar Social. *Pesquisa: trabalho temporário e migrações na agricultura baiana*. Salvador: SUDENE/ SUTRAB, 1988. 210 p.

BANDEIRA, Renato Luís Sapucaia. *Chapada Diamantina, história, riquezas e encantos*. Salvador: Onavlis, 1995.

BARRETO, Vanda Sampaio de Sá (Coord.). *O Impacto da lavoura cafeeira na Bahia: relatório de pesquisa*. Salvador: SUDENE; SUTRAB, 1982.

BARROS, Luitgard Oliveira Cavalcanti. *Canudos na perspectiva científica*. Disponível em: <<http://www.canudos@portifolium.com.br>>.

BELAS, Angela. Dinâmica demográfica baiana: tendências gerais e diferenciações internas. In: SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *Bahia 2000*. Salvador: SEI, 1999 p. 213-250

BORGES, A. Sobre o atraso do processo de urbanização na Bahia. *Bahia Análise & Dados*. Salvador, v. 3, n. 1, p. 57-71, jun. 1993.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Difel, 1989.

BURGIERMAN, Denis Russo. Nem fanático, nem revolucionário. *Super Interessante*, São Paulo v. 14, n. 2, fev. 2000.

CAMARGO, José F. *Êxodo rural no Brasil*. Rio de Janeiro: Conquista, 1960.

CAMARANO, A. A.; et. al. *A Dinâmica demográfica recente da Região Nordeste*. Rio de Janeiro: IPEIA, 1998. Não publicado.

CARVALHO, Edmilson de. *Etapa e lógica do desenvolvimento regional atual*. In: Plano Diretor de Feira de Santana, 1999.

CARVALHO, Maria R. G. Os povos indígenas do Nordeste: território e identidade étnica. *Cultura: o índio na Bahia*. Salvador, n. 1, p. 11- 18, 1988.

_____. *Os Pataxó de Barra Velha: seu subsistema econômico*. 1977. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) – Universidade Federal da Bahia, Salvador.

CASAL, Aires do. *Cronografia Brasileira*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1947. Tomo II.

CENTRO DE ESTATÍSTICA E INFORMAÇÕES (BA). *Aspectos demográficos regionais - Região de planejamento Oeste*. Salvador: CEI, 1986. v. 4.

_____. *Informações básicas dos municípios Baianos: região Chapada Diamantina*. Salvador, CEI, 1994. v. 13

_____. *Informações básicas dos municípios baianos: região Extremo Sul*. Salvador: CEI, 1992. v. 1.

_____. *Informações básicas dos municípios baianos: região Irecê*. Salvador: CEI, 1993. v. 9.

_____. *Informações básicas dos municípios baianos: região Oeste*. Salvador: CEI, 1992.

_____. *Informações básicas dos municípios baianos: região Litoral Sul*. Salvador: CEI, 1993. v.5

_____. *Informações básicas dos municípios baianos: Região Paraguaçu*. Salvador, 1994. v.14

_____. *Informações básicas dos municípios baianos: região Recôncavo Sul*. Salvador: CEI, 1994. v. 8.

_____. *Perfil da região econômica Litoral Norte*. Salvador: CEI, 1994. 88 p. (Série perfis regionais, 2).

_____. *Perfis regionais: Extremo Sul*. Salvador, 1992. 64p.

_____. COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO E AÇÃO REGIONAL (BA). *Informe estatístico do Oeste*. Salvador: CEI, 1994. 15 p.

CLASSIFICAÇÃO DOS MUNICÍPIO BAIANOS. Salvador: SEI, 1998. v.3.

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO E AÇÃO REGIONAL (BA). *Chapada Diamantina: perfil regional; Programa de Desenvolvimento Regional Sustentável*. Salvador: CAR, 1995. (Cadernos CAR, 6).

_____. *Diagnóstico parâmetro para a avaliação do PDRI Irecê: 1 etapa*. Salvador: CAR, 1984. 8 v.

_____. *Nordeste da Bahia*. Salvador: CAR, 2000.

_____. *Perfil regional Recôncavo Sul: Programa de Desenvolvimento Regional Sustentável*. Salvador: CAR, 2000. 174 p. (Cadernos CAR, 25).

_____. *Política de desenvolvimento para o Extremo Sul da Bahia*. Salvador: CAR, 1994, 142 p. (Cadernos CAR, 3)

_____. *Políticas de desenvolvimento regional para o Oeste da Bahia*. Salvador: CAR, 1993.

_____. *Programa de desenvolvimento regional sustentável – PDRS: Chapada Diamantina-Salvador*, CAR.1997.

_____. *Programa de desenvolvimento e ação regional sustentável – PDRS: Oeste da Bahia*. Salvador: CAR, 1998.

_____. *Programa de desenvolvimento regional sustentável – PDRS: Recôncavo Sul*. Salvador: CAR, 2000. 216 p.

_____. *Programa de desenvolvimento e ação regional sustentável – PDRS: Sudoeste da Bahia*. Salvador: CAR, 1999.

_____. *Programas de Desenvolvimento dos cerrados. Pré-seleção de áreas*. Salvador: CAR, 1983.

_____. *Recursos hídricos do estado da Bahia: ênfase ao semi-árido*. Salvador: CAR, 1995. (Cadernos CAR, 18).

_____. *Subspacialização regional, Chapada Diamantina: Programa de Desenvolvimento Regional Sustentável – Salvador*. CAR. 1997. (Cadernos CAR, 21).

_____. *Subspacialização regional: Oeste da Bahia. Programa de desenvolvimento regional sustentável*. Salvador: CAR, 1997. 55 p.

_____. *Sul da Bahia: perfil regional; Programa de Desenvolvimento Regional Sustentável – PDRS*. Salvador: CAR, 1995, 145p. (Cadernos CAR, 7)

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO METROPOLITANA DE SALVADOR (BA). *Região Metropolitana: Pannel de informações*. Salvador: CONDER, Sistema de Informações Metropolitanas, s/d. Folheto informativo.

CUNHA, Euclides da. *Os Sertões*. 37. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995.

DOMALAIN, Jean Yves. *Mucugê, Bahia – Brasil*. Salvador: CRA; Prefeitura Municipal de Mucugê. 1999.

DUARTE, Aluizio Capdeville. Irecê: uma área “insulada” no sertão baiano. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, v. 25, n. 4, p. 453-474, out./dez. 1963.

EMPRESA DE TURISMO DA BAHIA. *30 anos 1968 – 1998*. Salvador: BAHIATURSA, 1998.

_____. *Costa do Cacau*. Salvador: BAHIATURSA, 1998.

_____. *Costa do Dendê*. Salvador: BAHIATURSA, 1998.

ENCICLOPÉDIA DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS: Bahia. Rio de Janeiro: IBGE, 1958. v. 20, 21.

ESPINHEIRA, Carlos Geraldo D’Andrea. Chapada Diamantina: um grito de dor. *Carta CPE*, Salvador, n. 6, 1990.

FILGUEIRAS, Luiz A. M. *Diferenciais de preços e subordinação: um estudo da comercialização do café na Chapada Diamantina*. 1983. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Ciências Econômicas, UFBA., Salvador:

FLEXOR, M^a Helena M. O. *Os núcleos urbanos planejados do século XX: Porto Seguro e São Paulo*. Salvador: Centro de Estudos Baianos/UFBA, 1989. 39 p.

FONTES, Oleone Coelho. *Lampião na Bahia*. Petrópolis, Vozes, 1988.

FREIRE, G. *Casa Grande & Senzala*. Rio de Janeiro: RECORD. 1989.

FREITAS, Antônio Fernando Guerreiro de. *Oeste da Bahia: formação histórico-cultural*. Caderno do CEAS. Salvador. n. 181. 1999.

_____. *Oeste da Bahia: formação histórico-cultural (Segunda Parte)*. Caderno do CEAS. Salvador, n. 182, 1999.

FRANCO, A. Aspectos do processo de metropolização na Bahia. *Bahia Análise & Dados*. Salvador: SEI, v. 3, n. 2, p.79-86, set. 1993.

FUNDAÇÃO CENTRO DE PROJETOS E ESTUDOS. Bahia. Uma alternativa agro-industrial para o Oeste Baiano. Salvador: CPE, 1993. 54 p.

FUNDAÇÃO CENTRO DE PROJETOS E ESTUDOS (BA). *Ilhéus – Itabuna: estratégia de desenvolvimento*. Salvador: CPE, 1992.

_____. *Irecê: “um subsistema urbano” em formação*. Salvador: CPE, 1994. 72 p. (Série estudos e pesquisas, 20). ISBN 85-85551-09-7.

_____. *Perfil da nova agropecuária da Bahia*. Salvador: CPE, 1994. 124 p. (Série estudos e pesquisas, 21). ISBN 85-85551-10-0.

_____. *Região Sul da Bahia: panorama geoeconômico*. Salvador: CPE, 1992, 118 p.

GARCEZ, Angelina N. R. *Mecanismo de formação da propriedade cacaueteira no eixo Itabuna/Ilhéus, 1890-1930 (um estudo de história agrária)*. 1977. 108 p. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) – Universidade Federal da Bahia, Salvador.

_____. FREITAS, Antônio G. *Bahia cacaueteira: um estudo de história recente*. Salvador: UFBA, 1979. 108 p.

GRAZIANO, José da Silva. *A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982. 192 p. (Coleção Agricultura e Sociedade).

IBGE. *História dos municípios brasileiros*. Rio de Janeiro: IBGE, 1958.

_____. *Região de influência das cidades*. Rio de Janeiro: IBGE/ DGC, 1987.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO ARTÍSTICO E CULTURAL DO ESTADO DA BAHIA. *Inventário de proteção do acervo cultural; monumentos e sítios da Serra Geral e da Chapada Diamantina*. Salvador: IPAC-Ba, 1980. v. 4.

JANUZZI, Paulo de Martino. *Redistribuição regional da população no interior paulista nos anos 80: em busca de determinantes estruturais do fenômeno*. Campinas: UNICAMP, Núcleo de Estudos Populacionais, 1998. 82 p.

LEÃO, Sônia de Oliveira; SILVA, Sylvio C. Bandeira de Mello; SILVA, Barbara-Christine Nentwig. *Urbanização e metropolização no estado da Bahia: evolução e dinâmica*. Salvador: UFBA, 1989.

LEITE, José Alfredo A. *A sócio-economia do semi-árido*. João Pessoa, 1985.

LEITE, Serafim. Capitania de Porto Seguro. In: _____. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1938. t.1.

MARTINE, G. Processos recentes de concentração e desconcentração urbana no Brasil: determinantes e implicações. *Bahia Análise & Dados*. Salvador, v. 3, n. 2, p.22-38, set. 1993.

NEVES, Erivaldo Fagundes. *Dimensão histórico-cultural: Chapada Diamantina*; Programa de Desenvolvimento Regional Sustentável. Salvador: CAR, 1997. 102 p. (Cadernos CAR, 20).

_____. *Uma comunidade sertaneja: da sesmaria ao minifúndio* (um estudo de história regional local). Feira de Santana: UEFS; Salvador: EDUFBA, 1998. 351 p.

NEVES, Jorge. A urbanização no Nordeste e a estratégia espacial de desenvolvimento. *Revista Econômica do Nordeste*. Fortaleza, v. 2, n. 6, p. 46-58, out./dez. 1970.

NEVES, Laert Pedreira. *O crescimento de Salvador e das demais cidades baianas*. Salvador: UFBA, 1985. 100 p.

OMEGNA, Nelson. A fisionomia da cidade colonial. In: FERNANDES, Florestan (Org.). *Comunidade e sociedade no Brasil*. São Paulo: Nacional (USP), 1972.

PAIXÃO, Iêda Lúcia S. Carneiro da; et. al. (Org.). *Estação Ecológica do Raso da Catarina*. Brasília: SEMA/Coordenadoria de Estudos e Ecossistemas, 1984.

PIERSON, D. *O Homem do Vale do São Francisco*. Rio de Janeiro: SUVALE, 1972. t. 1 e 2.

PIMENTA, Antônio C. Rosa; REIS, Frederico S. dos. Desenvolvimento tecnológico do setor primário baiano. *Conjuntura & planejamento*, Salvador, n. 52, p. 18-23, set.1998.

PRADO JR., Caio. *História econômica do Brasil*. 30. ed. São Paulo: Brasiliense, 1984, 364 p.

RÊGO, Luis Flores de Moraes . *O vale do São Francisco*. São Paulo: Renascença, 1935.

REIS FILHO, Nestor Goulart. *A evolução urbana no Brasil (1500/1720)*. São Paulo: Pioneira, 1968. 188 p.

RIBEIRO, Darcy. *O processo civilizatório – etapas da evolução sociocultural*. [s.l.]: Civilização Brasileira, 1975.

_____. *Os índios e a civilização*. Petrópolis: Vozes. 1970

SAMPAIO, Marieze Rosa Torres. *Formação de atores e reestruturação do espaço* (o caso COPENER no Litoral Norte da Bahia). 1990. Tese (Mestrado) – Universidade Federal da Bahia, Salvador.

SAMPAIO, Theodoro. *O Estado da Bahia: agricultura, criação de gado, indústria e commercio*. Salvador: Secretaria da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, 1925.

SANTOS FILHO, Milton (Coord.). *O processo de urbanização no Oeste baiano*. Recife: SUDENE, 1989. 281 p. (Séries de estudos urbanos).

- SANTOS, Milton. *A rede urbana do Recôncavo*. Salvador: [s. n.], 1959. 37 p. il., mapas.
- _____. *Zona do cacau: introdução ao estudo geográfico*. Salvador: Artes Gráficas, 1955. 112 p. il., mapas, tabs.
- SILVA, Domingos Nascimento; MENDES, Luiz Gonzaga. Variação da estrutura fundiária do Estado da Bahia. *Bahia Agrícola*. Salvador. v. 2, n. 3, p. 57-63, nov.1998.
- SILVA, Sylvio C. Bandeira de Mello. *O subsistema urbano-regional de Feira de Santana*. Recife: SUDENE – CPR, 1985.
- SOUZA, Guaraci Adeodato A. de. *Sucessão de gerações na Bahia: reencontro de uma totalidade esquecida*. 1996. 368 p. Tese (Doutorado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual Campinas, Campinas.
- _____. Algumas considerações gerais sobre a emigração rural na Bahia. ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 1. 1978, São Paulo. *Anais*. São Paulo: ABEP, 1978. p. 637-642.
- _____. *A população do Recôncavo Baiano*. Salvador: CRH. UFBA, 1976.
- _____. Construção do espaço metropolitano: efeitos sobre as condições de trabalho e habitação. Bahia. *Força de Trabalho e Emprego*, Salvador: v. 5, n. 2, p.3-10, maio/ago., 1988.
- _____. *Tendência da emigração e imigração na Bahia (1950-1980)*. Relatório de Pesquisa Apresentado ao FINEP, 1986. (mimeo.).
- _____. et. al. *Evolução demográfica de Salvador (1940-2000)*. Salvador: CRH-UFBA; OCEPLAN-PMS, 1976.
- _____. FARIA, V. (Org.). *Bahia de todos os pobres*. São Paulo: Vozes/CEBRAP, 1980.
- SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *Bahia: crescimento populacional, 1980-1998*. Salvador: SEI, 1998. 244 p. (Série estudos e pesquisas, 39).
- _____. *Bahia 2000*. Salvador: SEI, 1999. 382 p.
- _____. *Celulose e Turismo: Extremo Sul*. Salvador: SEI, 1995, 132p. (Série estudos e pesquisas, 28)
- _____. *Cidades da Bahia*. Salvador: SEI, 1997. 149 p. (Série estudos e pesquisas, 35).
- _____. *Estudo sobre a fecundidade na Bahia*. Salvador: SEI/UFBA, 2000.
- _____. *Evolução territorial e administrativa do Estado da Bahia: um breve histórico*. Salvador: SEI. 2001. 120 p. (Série estudos e pesquisas, 56).
- SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *Impactos da monocultura sobre o ambiente sócio econômico do Litoral Sul*. Salvador: SEI, 1997. 86 p. il.; mapas; tabs; grafs. (Série estudos e pesquisas, 32).
- _____. *Mão-de-obra agrícola na Bahia*. Salvador: SEI, 2000. 118 p. (Série estudos e pesquisas, 46).
- _____. *Mudanças sociodemográficas recentes: Região Baixo Médio São Francisco*. Salvador: SEI, 2000. 94 p. (Série estudos e pesquisas, 47).

_____. *Mudanças sociodemográficas recentes: Região Extremo Sul da Bahia*. Salvador: SEI, 1998. 120 p. (Série estudos e pesquisas, 40).

_____. *Mudanças sociodemográficas recentes: Região Metropolitana de Salvador*. Salvador: SEI/UFBA-CRH, 1999. 66 p. (Série estudos e pesquisas, 41).

_____. *Mudanças sociodemográficas recentes: Região Oeste*. Salvador: SEI, 2000. 124 p. (Série estudos e pesquisas, 49).

_____. *Novos mundos rurais baianos*. Salvador, SEI, 1999. 86 p. (Série estudos e pesquisas, 42).

_____. *O perfil financeiro dos municípios baianos, 1993-1996*. Salvador: SEI, 1998. 338 p.

TEIXEIRA, Cid. *Bahia: caminhos... estradas... rodovias... – notas para a história*. Salvador. SINDUSCON-BA/ABEOR, 1998. 127 p.

_____. As oligarquias na política baiana. In: *Coronéis e oligarquias*. Salvador: UFBA/Ianamá, 1988. 114 p.

TOSTA, Múcio; COSTA, Carlos Wagner. Reflorestamento e mudanças nas condições de vida no Litoral Norte da Bahia. *Cadernos do CEAS*. Salvador, n. 161, p. 23-34, jan./fev. 1996.

Universidade Federal da Bahia. A região de Irecê: elementos para uma avaliação das perspectivas e problemas de desenvolvimento. Projeto de estudos do Sistema Produtivo da região de Irecê e Adjacências. Salvador: UFBA, 1984. 156 p. (Texto para discussão).

_____. *Criança cidadã: o trabalho infantil da área rural da região sisaleira do estado da Bahia*. Salvador: UFBA/FFCH/CRH, 1997.

_____. *Estudo sobre emprego e mercado de trabalho no setor rural da região de planejamento do Paraguaçu*. Salvador: UFBA/CRH, 1986.

_____. *Tendências da estrutura produtiva e projeções da mão de obra não-agrícola na Bahia do Paraguaçu*. Salvador: UFBA/CRH, 1980.

VERDÉSIO, Juan José. *Os cerrados do Oeste da Bahia: descrição física e o potencial de uso agrícola*. Salvador: CAR, 1986. 78 p.

WILKINSON, Jonh. *O Estado, a agroindústria e a pequena produção*. São Paulo: Hucitec, 1986. 219 p.

ZORZO, Francisco Antônio. *As práticas de territorialização e a formação de uma rede urbana no Brasil: doze cidades conectadas pela ferrovia no sul do Recôncavo e sudoeste da Bahia, 1870-1930*. 1999. 344 p. il.; mapas; tabs. Tese (Doutorado) – CAPES, ICI. Barcelona.

_____. *Ferrovia e rede urbana na Bahia: doze cidades conectadas pela ferrovia no sul do Recôncavo e no sudoeste baiano (1870-1930)*. Feira de Santana: UEFS, 2001.